

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

**PRÁTICAS ORGANIZATIVAS DO MST E RELAÇÕES DE PODER EM
ACAMPAMENTOS/ASSENTAMENTOS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais, área de concentração: Relações Sociais, Poder e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Marco Antonio Villa

SÃO CARLOS – SP
2007

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

S586po

Silva, Luciana Henrique da.

Práticas organizativas do MST e relações de poder em acampamentos/assentamentos do estado de São Paulo / Luciana Henrique da Silva. -- São Carlos : UFSCar, 2009. 212 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2007.

1. Movimentos sociais. 2. Reforma agrária. 3. Relação de poder. 4. Movimento dos sem-terra. 5. Camponeses - organização. I. Título.

CDD: 303.484 (20^a)



BANCA EXAMINADORA DA TESE DE

Luciana Henrique da Silva

28/02/2007

Prof. Dr. Marco Antonio Villa
Orientador e Presidente
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Profa. Dra. Norma Felicidade Lopes da Silva Valêncio
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Prof. Dr. Jacob Carlos Lima
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Prof. Dr. Bernardo Maçano Fernandes
Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" (UNESP)

Prof. Dr. José Leonardo do Nascimento
Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho" (UNESP)

Dedico esse trabalho à minha filha Danielle e aos meus pais que me mantiveram firme diante das dificuldades.

AGRADECIMENTOS

A todos aqueles que contribuíram direta ou indiretamente para a realização desse trabalho. Primeiramente, ao meu orientador, Marco Antonio Villa, pela dedicação com que exerce sua profissão.

Aos professores do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós Graduação da UFSCAR, em especial a Marina Silva e Jacob Carlos Lima, e aos meus colegas de curso, pelo acolhimento e momentos de descontração. Agradeço também a todos aqueles que me incentivaram durante esse percurso, principalmente a Edvaldo, Aninha, Cláudia, Elisa, Clarisse, Lorena e Clério.

A todos os acampados do Acampamento Terra Sem Males e Acampamento Mario Lago, aos assentados no Pré-Assentamento Comuna da Terra Milton Santos, pela atenção dispensada e pela paciência em responder minhas infinitas perguntas, especialmente a Nilton, Neide, Zé Francisco, D. Madalena, Alexandre, Zilda, Garrado, Fátima, e Ana Paula.

Aos militantes e dirigentes do MST de São Paulo, que muito contribuíram para a execução desse trabalho, pelas preciosas informações fornecidas: Zé da Mata, Gilmar Mauro, Delwek Matheus, Cledson, Lourival, Claudinha.

E, por fim, aos companheiros João Zinclair e Juruna, que cederam as fotos utilizadas neste trabalho.

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E SÍMBOLOS

ABRA – Associação Brasileira de Reforma Agrária
AESCA – Associação Estadual de Cooperação Agrícola
ANCA – Associação Nacional de Cooperação Agrícola
CAIC – Companhia Agrícola, Imobiliária e Colonizadora
CHESF - Companhia Hidrelétrica do São Francisco
CIDR - Comissão Institucional de Desenvolvimento Rural
CNA – Confederação Nacional da Agricultura
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CODASP – Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Estado de São Paulo
CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CUT - Central Única dos Trabalhadores
CVSF - Comissão do Vale do São Francisco
DER – Departamento de Estradas e Rodagem
FEPASA - Ferrovias Paulista S/A
FERAESP – Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo
FETAESP – Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo
ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil
ELETROSUL - Centrais Elétricas do Sul do Brasil
ENERA - Encontro Nacional de Educadores na Reforma Agrária
FAO – Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
GERA - Grupo Executivo de Reforma Agrária
IBAD – Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sócio-econômicas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INDA - Instituto de Desenvolvimentos Agrário

ITESP – Instituto de Terras do Estado da Paraíba

ITR – Imposto Territorial Rural

IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

MAST – Movimento dos Agricultores Sem Terra

MASTER - Movimento dos Agricultores Sem Terra

MASTRO - Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná

MLST – Movimento pela Libertação dos Sem Terra

MMTR – Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais

MEAF - Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários

MIRI – Movimento Mística e Revolução

MIRAD - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário

MSR - Movimento Sindical Rural

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados

PCB – Partido Comunista do Brasil

PIB – Produto Interno Bruto

PIN - Plano de Integração Nacional

PNDR - Política de Nacional de Desenvolvimento Rural

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

POLONORDESTE - Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

PONDERI - Política Nacional de Desenvolvimento Rural Integrado

PROÁLCOOL – Programa Nacional do Alcool

PROCERA – Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo a Agroindústria do Norte e Nordeste

PMDB – Partido da Mobilização Democrática Brasileira...

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista do Brasil

SAPPP - Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuaristas de Pernambuco

SEAF – Secretaria de Assuntos Fundiários

SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE - Superintendência para o desenvolvimento do Nordeste

SUPRA - Superintendência para a Reforma Agrária

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

UDR - União Democrática Ruralista

ULTAB - União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Estrutura Fundiária - estabelecimentos e área ocupada. Brasil, 1960 a 1995..	26
Tabela 02 - Estrutura Fundiária do Brasil, 2003.....	27
Tabela 03 – Número de ocupações em imóveis rurais e número de famílias envolvidas em ocupações – Unidades da Federação 2005 (nº absolutos).....	66

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I - Brasil – Número de Ocupações de Terras – 1995 – 2006.....	28
Gráfico II – Distribuição das ocupações de terras por grandes regiões Brasil 2005.....	65
Gráfico III - Idade dos assentamentos no Estado de São Paulo (até 05/2006).....	67
Gráfico IV: Percentual da População da RMC.....	86
Gráfico V: Área em hectares na RMC.....	86

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ocupação da área do Estado em Americana, 2006.....	92
Figura 2 – Plenária do IV Congresso Nacional do MST, 2000.....	108
Figura 3 – Acampamento Terra Sem Males, em Bragança Paulista, 2002.....	133
Figura 4 – Ocupação que deu origem ao Acampamento Terra Sem Males, em Bragança Paulista, 2002.....	139
Figura 5 – Acampamento Terra Sem Males, em Bragança Paulista, 2002.....	143
Figura 6 – Colheita no Pré-assentamento Comuna da Terra Milton Santos, 2007	160

LISTA DE ANEXOS

Anexo I

Relação das principais Atividades do MST das quais o pesquisador participou.....182

Anexo II

Diário de Campo: Primeira participação do Curso Realidade Brasileira (15-16/05/2004)..187

Anexo III

Diário de Campo: XX Encontro Estadual do MST/SP (14 a 17 de janeiro de 2005).....191

Anexo IV

Roteiros de Entrevistas para acampados, militantes e dirigentes.....199

Anexo V

Relação dos documentos analisados202

Anexo VI

Lista dos Acampamentos do Estado de São Paulo.....203

Anexo VII

Lista dos assentamentos estaduais do Estado de São Paulo reconhecidos pelo INCRA.....206

Anexo VIII

Lista dos assentamentos federais do Estado de São Paulo.....209

Anexo IX

Regimento Interno do Acampamento Mario Lago212

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo principal analisar as práticas organizativas do MST e as relações de poder em acampamentos/assentamentos no estado de São Paulo. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra adquiriu dimensão nunca, anteriormente, alcançada pelos outros personagens da luta pela terra, ampliando constantemente seus leques de reivindicações e intervenções e a rede de alianças. Atualmente, dentre as campanhas para as quais o movimento dá apoio, encontram-se as lutas contra os alimentos geneticamente modificados e contra a ALCA. A organização do movimento tem sido tema das suas cartilhas durante vários anos. O que faz com que esta questão sempre esteja presente? Quais são as estratégias e as formas de organização e a seleção de seus quadros? Em que medida se “constrói” a consciência de seus integrantes? Como se dão as indicações para a ocupação de determinadas “tarefas” ou de “cargos”? Estas foram algumas das questões que nos propusemos a responder. Os dados foram coletados por meio da leitura das cartilhas, jornais, revistas e outros documentos do movimento, além da realização de entrevistas com as famílias acampadas ou assentadas, com militantes e com lideranças e também através da observação participante em diversos eventos, reuniões, seminários e cursos organizados pelo movimento. Pudemos observar que, em certa medida, a sua longevidade no plano político se deve a esta estrutura organizativa e a “profissionalização” dos seus quadros de direção, que lhe garantem a autoridade política, personificada em suas principais lideranças. Acresce-se a isto, o fato de que o movimento encontra-se articulado nacional e internacionalmente por redes que lhes dão apoio e sustentação política e, por vezes, econômica. Os militantes/dirigentes estão submetidos a uma série de princípios e linhas políticas que garantem a unidade do movimento, que estão contidas nas cartilhas de formação do movimento e são transmitidas nos cursos de formação. Por meio destes mecanismos são estipulados também os critérios de delegação e avaliação das tarefas. A conduta do militante é observada pelos demais membros e é um fator indispensável para sua “indicação” em tarefas de maior nível de complexidade e responsabilidade. Observamos que os acampados se mantêm mobilizados em torno das atividades do movimento, pois acreditam ser um meio para conquistar a terra, já que é por meio do movimento que estão no acampamento, e que são os militantes/dirigentes que detêm, na maioria das vezes, o domínio do território e das formas e estratégias de organização. No assentamento, há uma menor participação política. É comum os assentados se restringirem aos cuidados com a família e o lote e não participarem, ativamente, das atividades do movimento. As famílias se mostram mais resistentes às intervenções da militância, preferindo constituir grupos de afinidade para resolverem alguns problemas da comunidade. Por outro lado, estas relações sociais não podem ser entendidas como estanques e distanciadas da própria dinâmica social, que acaba por produzir arranjos e rearranjos nas estruturas organizativas, novas invenções nas formas de organização e novos sujeitos. Das relações estabelecidas, emergem novas relações ainda marginais ou submersas que permitem aludir para novas experiências de transformação social.

Palavras-chaves: questão agrária, relações de poder, movimentos sociais, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, práticas organizativas

ABSTRACT

This thesis aimed at analyzing the Landless Rural Workers Movement (MST) organizational practices and its power relationships within the State of São Paulo campsites and settlements. MST acquired a never before seen dimension among the history of other characters in the struggle for land, constantly broadening its claims alternatives, interventions and alliance network. In recent times, amidst the campaigns supported by the movement there are those against genetically modified foods and against AFTA. The movement's organization has been re-issued in MST's formation material for several years. What however replaces the same question? What are the movement's strategies and its forms of organization and staff selection? In what measure its members consciousness is "built"? How members are indicated to determinate "tasks" or "positions"? Those were some of the questions we put to ourselves. Data were collected through the reading of manuals, newspapers, magazines and other material produced by the movement; as well as through interviews with camped and settled families, with militants and with leaderships; nevertheless, through participant observation of several events, seminars and courses also organized by the movement. In a certain way, we could observe that MST politics longevity is mainly due to this organizational structure and to the "professionalizing" of its direction board, what guarantee its political authority, personified in its main leaderships. We shall add to that the fact that the movement finds itself nationally and internationally articulated in a network of support and political and, occasionally, economic background. Militants and directors are submitted to a series of principles and politic lines that provide unit to the movement, re-enforced in its formation material and courses. By means of the same mechanisms, tasks delegation and evaluation criteria are stipulated. Militant conduct is observed by other members and this is an indispensable factor for further "indications" to upper levels of complexity and responsibility tasks. We could observe that camped members attain themselves mobilized to activities because they believe it is a path to obtain land, once their place in the camping is due to the movement, and militants and directors mostly detain the territory, the forms and strategies of organization domain. In settlements there is a smaller political participation. It is common to find settlers concerned only to their families and their allotments care, and not actively participating in the movement's activities. Families show themselves reluctant to militant intervention, choosing rather to constitute affinity groups in order to solve their community problems. In other hand, those social relations can not be understood as separated or distant from social dynamics itself, what ends up producing arrangements and re-arrangements of organizational structures, new inventions within organization forms and new subjects. From established relationships emerge new though marginal or submersed relationships that allow us to allude to new experiences of social transformation.

Key-words: agrarian question, power relationships, social movements, Landless Rural Workers Movement, organizational practices.

SUMÁRIO

RESUMO.....	12
Metodologia da pesquisa.....	17
I - REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: AVANÇOS E RECUOS.....	24
1.1. Um breve despertar antes do sono profundo: a questão da terra antes do golpe militar (1950-1964)	30
1.2. A questão agrária na ditadura militar: o processo de redemocratização do país e o surgimento do MST (1964-1984)	40
1.3. Dilemas da questão agrária no país: a redemocratização e a consolidação do MST (1985-2004)	50
II – QUESTÃO AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO DO MST EM SÃO PAULO.....	64
2.1. A luta pela terra no estado de São Paulo e a política estadual de assentamentos e reassentamentos.....	68
2.2. As primeiras ocupações do MST no Estado e o surgimento do MST (década de 60 a 80).....	71
2.3. As ocupações do Pontal do Paranapanema.....	77
2.4. A organização do espaço pelo MST: as regionais.....	84
III – O MST E SUAS ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO.....	94
3.1. Origem dos princípios organizativos do MST	99
3.2. A organização do MST.....	102
IV - DO TRABALHO DE BASE A CONQUISTA DA TERRA.....	130
4.1. A preparação para a ocupação: o trabalho de base	130
4.2. O acampamento: o laboratório da construção de um “novo homem” e uma “nova mulher”?.....	139
4.3. Assentamentos rurais: atores e mediadores.....	149
4.3.1. A Comuna da Terra: uma nova proposta de assentamento	158
BIBLIOGRAFIA	171
ANEXOS	181

INTRODUÇÃO

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) adquiriu dimensão nunca, anteriormente, alcançada pelos outros personagens da luta pela terra. Talvez essa capacidade de manter-se organizado se deva ao fato da constante atualização da sua agenda de reivindicações. Atualmente, por exemplo, dentre as campanhas as quais o movimento dá apoio, encontram-se as lutas contra os alimentos geneticamente modificados e contra a ALCA (Associação do Livre Comércio entre as Américas).

A organização do movimento tem sido tema das suas cartilhas durante vários anos e ocupou espaço central em mais de 10 destas. O que faz com que esta questão sempre esteja presente no MST? É uma das questões que nos propomos a responder.

O problema já foi constatado pelo movimento que realizou em abril de 1994, um Seminário Nacional sobre o tema, organizado por meio do Sistema de Cooperativas dos Assentados, cujos resultados foram publicados posteriormente em uma das cartilhas do movimento, intitulada: “Como organizar os assentados individuais”. A realização do evento ocorreu após um levantamento indicando que das 150.000 famílias assentadas, mediante ação política do movimento, apenas 30 mil constituíam uma “base¹ social organizada”. No Encontro Estadual, realizado pelo movimento na cidade de Batatais-SP, em 2005, o tema foi objeto de debate em um dos dias do mesmo, foi enfatizada a reorganização dos grupos de famílias como forma de obter a intitulada “organicidade” ou “sentimento de pertença”. No ano de 2006, este também foi um tema presente no Encontro Estadual realizado em Itapeva-SP, enfatizando desafios e estratégias na organização e massificação dos acampamentos e assentamentos. O setor de formação estadual do movimento também tem procurado entender as causas que levariam ao “recrudescimento da consciência”, já que, muitos acampados atuantes no período da luta pela terra, quando assentados, acabam se “desmobilizando” e permanecendo apenas no lote, como também, há casos de militantes que pedem afastamento e dificilmente retornam a atuar.

Este fato nos remete a mais uma questão: Por que o trabalho de formação do movimento não atinge à grande maioria dos assentados? Acreditamos que isso ocorra devido um distanciamento entre as propostas políticas dos dirigentes e os assentados. Observam-se também nos encontros para trabalho de base e nas atividades que acompanhamos junto às famílias, do

¹ O MST considera como base todas as famílias acampadas ou assentadas que mantenham vínculo com a organização, mas que não estão ocupando “tarefas”, ou seja, cargos em sua hierarquia, nem como militantes, nem como dirigentes.

acampamento Terra Sem Males, Mario Lago e na constituição do acampamento e depois no pré-assentamento Milton Santos reflexos da preocupação levantada anteriormente. Em 2002, o MST organizou um mutirão que se denominou: “Vamos ouvir a nossa base”, contudo foi impossível a tabulação dos dados devido a problemas metodológicos. Observa-se uma preocupação com a manutenção da “organicidade” da “base”, mas, de fato, não há espaços para sua participação efetiva. Muitas vezes, suas reivindicações só são encaminhadas pela militância, quando esta as “reconhece” como urgentes.

Contudo, o movimento ainda consegue manter-se atuante; o que explicaria este fato? Dentre as hipóteses levantadas e que merecem uma maior atenção acreditamos que: 1) na verdade, o movimento mantém-se atuante graças à sua estrutura organizativa e a “profissionalização” dos seus quadros de direção, que garantem a dedicação integral e a participação destes nas diversas atividades; tanto do próprio movimento, quanto nas redes as quais está integrado; 2) os acampados se mantêm mobilizados e são utilizados para as finalidades da organização, mas nem sempre se identificam com estas. Sendo assim, por que permanecem acampados? A primeira resposta que nos parece plausível é a de que não encontrando condições de vida nas cidades e, muitas vezes, tendo dificuldades de deslocamento as famílias persistem na busca de um pedaço de terra e na perspectiva de uma melhor qualidade de vida. Todavia, de posse da terra a tendência é o rompimento do vínculo com a organização que permitiu alcançá-la e as famílias se voltam para os seus interesses: a própria manutenção.

Outra questão, que requer uma maior atenção, são as estratégias e as formas de organização do movimento e a seleção de seus quadros. Como se dá este processo? Em que medida se “constrói” a consciência de seus integrantes? Como se dão as indicações para a ocupação de determinadas “tarefas” ou de “cargos” dentro de sua estrutura?

Este trabalho foi organizado em quatro capítulos. No primeiro foi apresentada a evolução das discussões relacionadas à Reforma Agrária no país, à questão agrária e seus principais atores, com o objetivo de contextualizar o cenário histórico que deu origem ao MST.

No segundo capítulo desenvolvemos um histórico das lutas pela terra no Estado e as primeiras ocupações, que permitiram a inserção do movimento no estado, a divisão do Estado em regionais e a classificação das regionais em dois grandes eixos: eixo do mato e eixo metropolitano.

Em seguida, no terceiro capítulo, apresentamos um breve histórico do MST, sua forma de organização, as estratégias utilizadas para a escolha das dirigentes e formação de quadros, que será fundamental para entender alguns dos conflitos que ocorrem no

acampamento/assentamento. A análise foi realizada a partir dos documentos do MST mesclando-as com a pesquisa de campo em seminários, cursos, acampamentos, assentamentos e outras atividades as quais participamos.

O processo de organização das famílias, desde o trabalho de base e a experiência dos acampados, até o momento de serem assentados são analisados no último capítulo. Esta análise contou com relatos de militantes e dirigentes do movimento, concentrando-se na trajetória do Acampamento Terra Sem Males - localizado inicialmente na cidade de ITU, até seu deslocamento para a cidade de Ribeirão Preto, onde se fundiu ao Acampamento Mario Lago - e da constituição do Pré-assentamento Comuna da Terra Milton Santos, situado na cidade de Americana, utilizados como referenciais para ponderar sobre as ações dos militantes e das lideranças, as relações de poder e resistências que emergem neste contexto.

Metodologia da pesquisa

Esta tese é fruto de anos de dedicação na busca de compreender melhor a questão agrária brasileira e os movimentos sociais no campo, especialmente o MST. O interesse pela discussão acerca do campo brasileiro se deu com a minha inserção num projeto de pesquisa financiado pelo CNPq, no ano de 1997, sobre a Memória Política da Paraíba, que possuía como objetivo montar um acervo com as principais personalidades da política no Estado: políticos, lideranças do movimento sindical e de movimentos sociais. Devido a grande diversidade de movimentos sociais existentes no Estado e a grande visibilidade dos massacres de Eldorado dos Carajás e de Corumbiara optou-se por limitar a investigação ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Durante estes anos realizei pesquisas em assentamentos e acampamentos, organizados pelo MST, que me despertaram o interesse de conhecer melhor a forma de organização política do movimento em suas diferentes instâncias. Minha pretensão inicial era estudar a relação entre as principais lideranças nacionais do movimento e os militantes, acampados e assentados, por meio da leitura das cartilhas, jornais, revistas e outros documentos do movimento e da realização de entrevistas. A pesquisa de campo em assentamentos seria um elemento complementar nesta análise, servindo como subsídio para a elaboração dos roteiros de entrevistas e auxiliando no preenchimento de possíveis lacunas. Partindo desta perspectiva, estabeleci contato com a Secretaria Nacional do movimento em busca de documentos e com o intuito de constituir uma relação que propiciasse, posteriormente, a realização das entrevistas com as principais lideranças nacionais.

Contudo, deparei com várias dificuldades que me fizeram repensar a metodologia inicial: em primeiro lugar, as minhas tentativas de estabelecer relações com as lideranças nacionais por meio da Secretaria Nacional do movimento se mostraram infrutíferas; em segundo lugar, fui percebendo que a forma com a qual havia iniciado a pesquisa, privilegiando os documentos, não era a mais adequada, pois apesar do vasto acervo de cartilhas, jornais e revistas, estes seriam insuficientes para compreender a dinâmica do movimento. Após cerca de seis meses de visitas periódicas a Secretaria Nacional, onde consegui obter apenas acesso a documentos, optei por procurar a Secretaria Estadual.

Na Secretaria Estadual fui recebida por um dirigente estadual que, modestamente, informou ter pouco para contribuir e me encaminhou para os responsáveis pelo Setor de Formação no Estado. Após uma longa conversa, em que expus os objetivos da pesquisa e o interesse em participar de algumas atividades do movimento, recebi a autorização para participar do Curso de Realidade Brasileira, que funcionava num dos campus da Universidade de São Paulo, na cidade de São Paulo. Para tanto, deveria procurar um dos integrantes do Curso e me apresentar, alegando ter sido encaminhada pelos representantes do Setor. Ao me apresentar fui orientada a me apresentar como militante da regional de Campinas². Os participantes se reuniam uma vez por mês para discutir textos/temas de pensadores brasileiros considerados chaves para entender a realidade do país, como Josué de Castro, Rui Mauro Marini, Milton Santos e outros. Também me indicou um contato com a Secretaria Regional de Campinas, que seria a ligação com o Acampamento Terra Sem Males, no município de Itu.

Meu contato com a Secretaria Regional de Campinas ocorreu por meio da participação em reuniões de trabalho de base. Nestas reuniões participavam pessoas de vários bairros periféricos da cidade, bem como de outras cidades da Região Metropolitana de Campinas. Os encontros eram bastante descontraídos e, ao que parecia, não havia um roteiro previamente elaborado a ser seguido. Os presentes, tanto os militantes quanto as famílias, falavam acerca das suas experiências de vida. Inicialmente, era realizada uma rodada de apresentação e depois se abria espaço para que as pessoas colocassem suas dúvidas. A leitura de trechos da bíblia ou de algum poema no início ou final da reunião e a presença da bandeira do MST completavam o rito.

Numa destas reuniões, fui convidada a conhecer o acampamento, pois haveria uma festa em que as famílias iriam comemorar dois anos de acampadas. Numa manhã de sábado, um dia antes da festa, eu e minha filha, então com 5 anos, fomos levadas por duas integrantes do MST da

² No anexo II consta o relato da minha primeira experiência no Curso de Realidade Brasileira, do qual participei até o seu encerramento, em dezembro de 2004. Posteriormente, fui convidada para orientar alguns trabalhos do curso, voltados para o tema “Movimentos Sociais”.

minha casa até o acampamento. Fomos recepcionados por um casal que fazia parte da coordenação do acampamento e seus filhos, as crianças rapidamente se integraram e as perdi de vista, ao perguntar a mãe das crianças se não havia perigo de andarem sozinhas pelo acampamento, pois havia uma linha de trem próxima, ela afirmou que no acampamento as crianças mais velhas cuidavam das mais novas, assim como todos os adultos observavam todas as crianças, não importando os elos de parentesco. Enquanto as crianças brincavam livremente, nós conversávamos...

No dia seguinte, as mulheres levantaram cedo e passaram a fazer os preparativos para a festa: a elaboração da mística, o almoço e o bolo de aniversário do acampamento. Fui informada de que lá havia um grupo de mulheres organizado, que se mobilizava para estas atividades e também se reuniam para trocar experiências e fazer artesanato. Por volta do meio-dia, passaram a chegar alguns amigos do movimento que haviam sido convidados para a ocasião. Chamou-me a atenção, contudo, o fato de que a participação dos demais acampados não ocorreu, a grande maioria dos participantes da atividade foram os próprios organizadores do evento e as crianças, algumas delas trouxeram recipientes para levar o almoço e o bolo para os parentes que ficaram em casa.

Após este primeiro contato, eu tive a oportunidade de visitar várias vezes o acampamento, em Itu, e verificar algumas das dificuldades principalmente em relação à falta de água potável e de transporte para levar as crianças para a escola, além das dificuldades de infraestrutura, como de conseguir lona a cada chuva forte que vinha e levava os barracos, a localização do acampamento imputava muitas restrições, em especial, por não haver área disponível para o plantio, como ocorrera em outros locais aonde o acampamento havia passado. Além disso, por situar-se próximo a um pesqueiro bastante freqüentado, sempre ocorriam pressões por parte deste para a desocupação da área como, por exemplo, ao dar uma festa despejaram os dejetos dos banheiros químicos numa mina d'água utilizada pelas famílias.

Pouco a pouco, fui sendo convidada a participar de atividades no acampamento e cheguei até a prestar “assessoria” num dos Cursos de Formação de Militantes de Base, para discutir o tema “Como funciona a sociedade”, havia diversas atividades de formação como aulas de história, sobre a ALCA e etc. O acampamento era freqüentemente visitado, tanto por pessoas que se interessavam apenas em conhecê-lo, quanto por interessados em “contribuir” de algum modo com a “luta”. Os amigos ou simpatizantes do MST seriam aqueles que contribuía ou contribuía pontualmente com o movimento. Enquanto que os aliados ou apoios seriam aqueles que as lideranças recorriam no caso de acirramento de conflitos, seja para mobilizar outros setores da sociedade, seja com recursos materiais para a gênese de um acampamento (caminhões, lona, etc.)

ou para atender a demanda de um acampamento já existente (festas, marchas, lona, etc.).

À medida que as relações com os militantes responsáveis pela secretaria regional se estreitavam, comecei a notar que a minha presença, por ser constante, passava despercebida e estes se sentiam mais desprezados para tecerem comentários críticos que provavelmente não fariam na frente de outro pesquisador. Isto se tornou evidente quando um jovem pesquisador foi visitar a secretaria para pedir informações sobre a pedagogia adotada no movimento, a resposta de um dos militantes foi de que deveria ler as cartilhas que tratavam do assunto e os livros do educador Paulo Freire.

Para atingir os objetivos da pesquisa optei por realizar entrevistas com as famílias acampadas ou assentadas, com militantes e com lideranças do MST. Esta segmentação molda-se a estratificação que o próprio movimento estabelece, conforme veremos adiante. Não houve maiores dificuldades na realização de entrevistas com as famílias acampadas no Acampamento Terra Sem Males. Em geral, bastava chegar num barraco e explicar os objetivos da pesquisa demonstrando o meu interesse em entrevistá-los para que estes se dispusessem a falar. Um dos principais problemas era o fato de chegar ao acampamento por meio do contato com algum militante do MST, o que gerava inicialmente um certo desconforto quando indagados sobre o Movimento

As minhas primeiras tentativas de realização das entrevistas com lideranças foram frustradas e só pude realizá-las depois de um maior contato com os integrantes do movimento. Em alguns casos, utilizar a tentativa de não burlar a estrutura hierárquica formal e as instâncias representativas, em especial, as secretarias nacional e estadual mostraram-se infrutíferas para o desenvolvimento da pesquisa. Em vários momentos, liguei ou fui pessoalmente a Secretaria Nacional para marcar a realização de entrevistas, a secretária geralmente marcava os nomes das lideranças que eu pretendia entrevistar e pedia-me para aguardar um contato, no qual repassaria o local e horário nos quais poderia realizar as entrevistas. Contudo, nunca me retornavam. Lembro-me que, ao contatar a Escola Nacional localizada em Guararema com o intuito de visitá-la pediram-me que marcasse a data por meio da Secretaria Nacional que, por sua vez, orientou-me a contatar a Secretaria Estadual, esta me orientou a ligar novamente para a Escola Nacional, desta vez, indicando-me o contato que deveria procurar.

Procurei então estabelecer os contatos para a realização das entrevistas nas atividades que participava, mas apesar de me escutarem com atenção e se mostrarem interessados dispostos a contribuir com a pesquisa, passando-me seus e-mails e telefones, não conseguia marcar as entrevistas. O fato é que, na maioria das vezes, os telefones encontravam-se desligados ou fora da área de cobertura e nunca recebia resposta dos e-mails que enviava.

A aproximação da Secretaria Regional foi primordial para apreender a dinâmica do

movimento, não apenas no espaço do acampamento ou assentamento, mas em suas relações com o movimento sindical, movimento estudantil, partidos políticos e outros aliados considerados estratégicos. Por outro lado, permitiu observar não apenas a organização de um acampamento/assentamento, mas os demais espaços organizativos do MST como as reuniões regionais, reuniões da direção estadual, reunião de setores, encontros regionais e estaduais, festividades, cursos de formação, mobilizações - como o Encontro dos Acampados -, preparativos para ocupações, surgimento de um novo acampamento, etc.³.

Paulatinamente, fui participando também de algumas festividades e encontros do movimento. Por várias vezes, era chamada de companheira, era apresentada como militante devido ao tempo que dedicava ao movimento e as relações de troca que procurava estabelecer. Ao mesmo tempo em que participava das atividades buscava oferecer algo em troca, o que se manifestava na disposição em emprestar o carro para algumas demandas ou na participação das reuniões de trabalho de base e palestras em escolas públicas, quando relatava a história do movimento; ou ainda, quando participava da discussão de projetos para angariar recursos junto a entidades públicas ou privadas. Percebi, no entanto, que esta participação nunca deixou de ser controlada, sempre tive acesso às festividades e as reuniões de discussões políticas, mas quando versava sobre estabelecer as estratégias e diretrizes do movimento: a distinção, entre eu e o outro, era sutilmente restabelecida.

A pesquisa, que inicialmente pretendia ser primordialmente documental e de campo, utilizando a técnica de entrevistas, foi tornando-se aos poucos em pesquisa participante, incorporando outras técnicas, em especial, a observação participante. Esta mudança nas estratégias de pesquisa foi ocorrendo à medida que iam surgindo entraves para o seu desenvolvimento e à medida que precisava aprofundar algumas questões. Se por um lado, o número de entrevistas realizadas não foi extenso, se tornou extremamente significativo por seu conteúdo, pois por meio da participação pude definir quem entrevistar, de acordo com os objetivos da pesquisa.

Por outro lado, a minha intenção era concentrar a pesquisa de campo no Acampamento Terra Sem Males, contudo devido à própria dinâmica do Movimento tive que estender a abrangência da pesquisa, pois no final de 2004 o acampamento foi transferido e incorporado ao Acampamento Mario Lago na regional de Ribeirão Preto, onde alguns permaneceram com a identidade de Terra Sem Males, por meio da formação de um núcleo de famílias; um outro grupo foi dividido entre os grupos de famílias já existentes e um terceiro grupo foi assentado de imediato no Assentamento Sepé Tiaraju. A justificativa para tal transferência foi o

³ A minha participação nas reuniões da direção estadual se restringiu a algumas análises de conjuntura e atividades de formação. Quanto aos setores estaduais, participei apenas de reuniões do Setor de Formação.

fato de que as famílias, já há muito tempo acampadas na beira da estrada, estavam desestimuladas com a falta de expectativa de serem assentadas; enquanto que o processo de desapropriação da Fazenda da Barra, já estava mais adiantado e havia a possibilidade mais concreta de conquistar a implantação do assentamento.

Devido às dificuldades de locomoção, o acompanhamento do grupo de Campinas foi se tornando cada vez mais difícil, já que o grupo acabou se dispersando: uma parte voltou para as suas cidades de origem e outros partiram para novos acampamentos em Minas Gerais, Andradina, etc.

Neste momento, a regional de Campinas preparava uma nova ocupação o que me permitiu acompanhar o processo de formação do acampamento Milton Santos, em Limeira, e a conquista de uma área provisória para implantação do assentamento. Assim, se em certa medida as dificuldades em acompanhar as famílias que haviam participado do Acampamento Terra Sem Males parecia limitar a pesquisa, a constituição deste novo acampamento/assentamento permitiu novas possibilidades de investigação.

A trajetória da regional de Campinas, assim como das famílias objeto deste estudo se entrelaçam numa rede de relações que não é tão simples de identificar, envolvendo a criação do acampamento Terra Sem Males, a formação do acampamento Padre Jansen e a transferência destas famílias para o acampamento Mario Lago, na região de Ribeirão Preto. Este fato gerou uma série de conflitos, seja por que algumas famílias se sentiram ludibriadas, pois se acreditava que a Fazenda da Barra seria conquistada rapidamente, seja pelos conflitos entre os dois acampamentos e com a direção da regional de Ribeirão Preto. Acreditamos que o fato de as famílias do Terra Sem Males terem tido oportunidade de passar por diversas regionais (a de Campinas, a da Grande São Paulo ao se unirem ao acampamento Irmã Alberta e a de Ribeirão Preto) fez com que estas pudessem observar as contradições e diferenças na condução dos acampamentos.

Por outro lado, a trajetória do Pré-assentamento Comuna da Terra Milton Santos se cruza com a trajetória do acampamento Terra Sem Males, tanto pelo fato de que a área do assentamento já havia sido ocupada por este último, quanto pelo assentamento de três dos seus antigos militantes serem assentados nesta área.

Portanto, não é possível considerar que o espaço da pesquisa tenha se restringido a um acampamento ou assentamento, mas na própria regional de Campinas, o que se tornou um desafio, pois apesar de ter possibilitado compreender a dinâmica do movimento e as diferentes de formas de organização do Movimento (regional de Campinas e de Ribeirão Preto) não havia nenhum registro de um trabalho semelhante. Para entender esta dinâmica foram realizadas entrevistas com outros militantes e membros da direção estadual e da coordenação nacional do

movimento.

Isto permitiu compreender que a focalização da observação, num acampamento ou assentamento, se mostrava insuficientes para a compreensão da dinâmica do movimento e para os objetivos desta pesquisa.

I - REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL: AVANÇOS E RECUOS

Pessoalmente estou convicto que o governo deveria conceder o crédito fundiário para o assentamento dos colonos da Natalino. Isto não seria abrir precedente perigoso, pois aqueles colonos têm atrás de si uma história tristíssima, que outros não tiveram. Foram enxotados, grande parte deles, das terras indígenas de Nonoai, que de boa fé ocupavam. Ademais, a tendência de hoje não é a procura, e sim a oferta de terras por parte dos colonos. É o êxodo rural. Cada ano milhares de pequenos agricultores vendem suas terras e vão morar na cidade, em razão da pouca assistência e da opressão que sofrem os camponeses rurais.⁴

O MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ou simplesmente Movimento dos Sem Terra como é mais conhecido, tornou-se um dos fenômenos mais importantes no cenário político nacional nos últimos anos. Fruto da iniciativa de setores progressistas da Igreja Católica e Luterana, sindicatos e outras entidades que o apoiaram, tomou proporções que não foram imaginadas sequer pelos próprios atores que participaram das primeiras mobilizações que deram origem ao movimento, como foi visto anteriormente.

Presente em 24 Estados da Federação, o Movimento possui uma estrutura que se mantém autônoma em relação aos sindicatos, partidos políticos e outras organizações e se tornou, senão o principal representante, o mais importante interlocutor dos trabalhadores rurais e urbanos na luta pela terra.

O debate acadêmico foi revigorado nos últimos anos, questiona-se o papel do MST na “libertação” ou “emancipação dos setores marginalizados”, as práticas desenvolvidas nos acampamentos e assentamentos consideradas por muitos como autoritárias, o método de escolha das lideranças e a formação dada aos militantes nos inúmeros centros de formação espalhados pelo país⁵, os “segredos íntimos”⁶ da sua existência de duas décadas, os limites e impasses enfrentados

⁴ Pronunciamento de Dom Urbano, bispo auxiliar de Porto Alegre, no programa radiofônico semanal “A vez do pastor” realizada no dia 28/12, publicado no Jornal Sem Terra, n.º. 17, de 08/01/82. Nessa ocasião a responsabilidade do Jornal era da Comissão Pastoral da Terra do Rio Grande do Sul, do Movimento de Justiça e Direitos Humanos e da Pastoral Universitária, somente a partir do n.º. 33 a responsabilidade passa a ser da Comissão Estadual do MST do Rio Grande do Sul. Nessa época o jornal funcionava como um informativo sobre as lutas de camponeses no Brasil e os avanços alcançados pelo Acampamento da Encruzilhada do Natalino.

⁵ No dia 23 de janeiro de 2005 foi inaugurada a Escola Nacional Florestan Fernandes, no município de Guararema. A escola conta em sua infra-estrutura com dormitórios, cozinha, salas de reunião, informática, salas de aula e um pavilhão central destinados a confraternizações e destina-se a dar formação aos militantes do movimento. A

pelo Movimento, entre outros.

As conceituações também parecem ser, muitas vezes, inadequadas para classificar este fenômeno: alguns o definem como um movimento social, para outros se trata de um partido político baseado no ideário leninista, um outro grupo afirma que suas características são de uma organização social⁷ e, por fim, há aqueles que asseguram que o MST estabeleceu uma sociedade em rede, tal como definido por Castells (1999).

Além do mais, questiona-se a viabilidade econômica dos assentamentos já existentes e a auto-sustentabilidade das famílias assentadas, pois para alguns estas não dispõem de “habilidades” para o cultivo da terra, já que parte delas veio das cidades, e tampouco podem competir com as grandes propriedades e as inovações tecnológicas que estas tem acesso.

Na era da informação, da tecnologia, do agronegócio, da mundialização da economia e dos mercados, a discussão sobre Reforma Agrária e agricultura familiar⁸ parece estar ultrapassada e sem sentido:

A implicação da industrialização da agricultura é clara. Somente os produtores mais eficientes terão condições de sobreviver neste ambiente, sendo o mais provável que ocorra uma queda do número de produtores no mundo. A agricultura moderna discute, por exemplo, o uso de sementes geneticamente modificadas e mapas digitais, gerados por satélites com sistema de posicionamento global para monitorar a produção por hectare. Além disso, o consumidor de alimentos está cada vez mais exigente, bem como as empresas de processamento e distribuição que servem este consumidor, dificultando o acesso a mercados de produtores que não conseguem acompanhar as novas exigências do mercado. É difícil pensar que os potenciais beneficiários da reforma agrária são capacitados para utilizar tecnologias cada vez mais avançadas e aptos para entender estas novas exigências do mercado, como técnicas de comercialização e até mesmo o uso de um simples computador⁹.

No entanto, os dados levantados e divulgados pelo próprio INCRA¹⁰ revelam a importância da agricultura familiar para o país: no ano de 2003 o PIB do setor cresceu R\$ 13,4

inaguração da Escola causou uma polêmica entre José de Souza Martins que questionou a associação do nome de Florestan a obra afirmando que tal fato consistiu num “uso político partidário de seu nome” e numa manipulação calcada em razões políticas, e a filha do sociólogo Heloísa Fernandes Silveira que respondeu enfaticamente as críticas feitas por Martins enfatizando que estas “só sirvam mesmo para alimentar preconceitos pois nada querem saber sobre a Escola Nacional Florestan Fernandes”. Disponível na Internet em: www.espacoacademico.com.br. Acesso em: maio de 2005.

⁶ Ver mais em CARVALHO (2002).

⁷ Ver mais em NAVARRO (2002).

⁸ De acordo com o relatório da INCRA/FAO (apud GUANZIROLLI e CARDIM, 2000, p. 5) a agricultura familiar pode ser definida considerando três características principais: a gestão e os investimentos realizados na unidade produtiva é feito por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento; a maior parte do trabalho é realizada pelos próprios membros da família e a propriedade dos meios de produção pertence a família, sendo transmitida a outros membros no caso de falecimento ou aposentadoria.

⁹ CHADDAD, Fábio e ANDRADE, Eduardo. Reforma Agrária é quase uma impossibilidade: Bandeira histórica da esquerda não tem mais eficácia econômica. Texto publicado pela Revista Valor Econômico em 01 de maio de 2005.

¹⁰ Agricultura familiar é responsável por 10% do PIB nacional. **Folha de São Paulo**. 21 de dezembro de 2004.

bilhões e foi responsável por 10,1% do produto interno bruto. O reconhecimento da importância do setor fez com que o Ministério de Desenvolvimento Agrário destinasse R\$ 7 bilhões em créditos rurais para agricultores familiares e assentados em Projetos de Reforma Agrária, divulgados por meio do Plano Safra em 28 de junho de 2004¹¹.

Observando a Tabela 1, verifica-se que na década de 60, cerca de 1 % dos estabelecimentos com área igual ou maior que 1000 ha detinham 44,1 % das áreas ocupadas. Durante as décadas que se seguem, apesar de algumas variações, a concentração fundiária se mantém e no ano de 1995, de acordo com os dados do Censo Agropecuário, 1 % dos estabelecimentos ocupavam 45 % das áreas.

Tabela 01 – Estrutura Fundiária - estabelecimentos e área ocupada. Brasil, 1960 a 1995.

Estratos	< 10		10 < 100		100 < 1000		1000 a >	
	estab. %	área ocup. %	estab. %	área ocup. %	estab. %	área ocup. %	Estab. %	área ocup. %
1960	44,8	2,4	44,7	19,0	9,4	29,5	1,0	44,1
1970	51,4	3,1	39,4	20,4	8,5	37,0	0,8	39,5
1975	52,2	2,7	38,1	18,6	8,9	35,8	0,8	42,9
1980	50,4	2,5	39,2	17,7	9,5	34,8	0,9	45,0
1985	52,7	2,7	37,2	18,5	8,9	34,9	0,9	43,8
1995	49,7	2,2	39,6	17,7	9,7	34,9	1,0	45,1

Fonte: Dados do IBGE, Censo Agropecuário 1960 a 1995.

Portanto, tanto a Reforma Agrária quanto seus demandantes, permanecem na ordem do dia, pois apesar de já terem sido assentadas quase 700.000 famílias em projetos de assentamentos da Reforma Agrária a concentração fundiária no país ainda é altíssima¹². Como se pode verificar na tabela 2, os estabelecimentos com mais de 1000 ha concentram 43,7 % da área total, apesar de representarem 1,7 % do total de imóveis. Ou seja, 69.123 imóveis ocupam uma área de 183.564.299 ha, dos 420.345.382 que representam a área total.

¹¹ Lula anuncia R\$ 7 bi para a agricultura familiar. **O Estado de São Paulo**. 29 de junho de 2004

¹² Dados obtidos por meio dos dados do INCRA. Ressalta-se que a grande crítica realizada as estatísticas apresentadas por este órgão é que ocorre o “maquiamento” das informações, pois são consideradas as vagas preenchidas em assentamentos pré-existentes.

Tabela 02 - Estrutura Fundiária do Brasil, 2003

Estratos (ha)	área total imóveis	% dos imóveis área total (ha)	área total (ha)	% de área	área média (ha)
Até 10	1.338.711	31,60%	7.616.113	1,80%	5,7
De 10 a 25	1.102.999	26,00%	18.985.869	4,50%	17,2
De 50 a 100	684.237	16,10%	24.141.638	5,70%	35,3
De 100 a 500	482.677	11,40%	100.216.200	23,80%	207,6
De 500 a 1000	75.158	1,80%	52.191.003	12,40%	694,4
De 1000 a 2000	36.859	0,90%	50.932.790	12,10%	1.381,80
Mais de 2000	32.264	0,80%	132.631.509	31,60%	4.110,80
Total	4.238.421	100,00%	420.345.382	100,00%	99,2

Fonte: Plano Nacional de Reforma Agrária, 2004.

Por outro lado, a reestruturação produtiva e as novas formas de acumulação flexível, eliminam gradativamente os postos de emprego. O crescimento de trabalhadores rurais e urbanos, sem perspectivas de desenvolvimento ou de sobrevivência gera uma massa de marginalizados que, muitas vezes, vêm no discurso dos militantes do MST uma alternativa ao “abandono”, pela ausência do poder público, em que se encontram.

A vitória de Luís Inácio da Silva nas eleições de 2002, levou grande parte dos seus integrantes a acreditar em um avanço para o desenvolvimento da reforma agrária no país:

Entramos agora numa outra fase, em que acredito que se abre no país uma perspectiva de alguns tipos de reforma. Não tenho ilusão de que serão grandes, acho que são limitadas objetivamente, até em função dos problemas econômicos e políticos do Brasil, mas se abre a perspectiva de reformas e a reforma agrária entraria como uma das questões fundamentais, com a possibilidade de desenvolver e gerar emprego e resolver minimamente ou dar condições mínimas de solução para o grave problema da miséria no Brasil. (MAURO, 2003, p. 357)

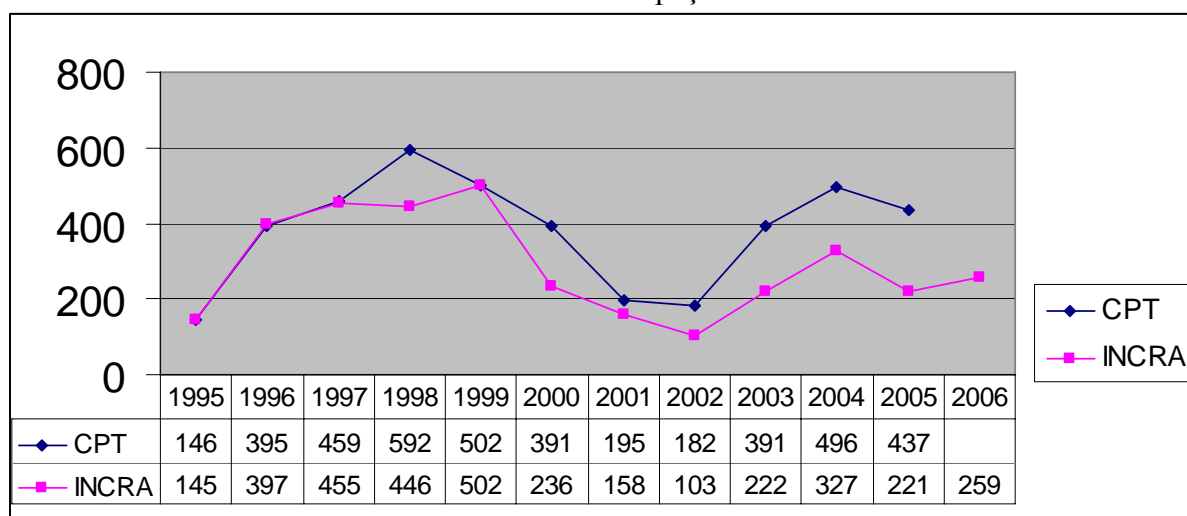
Diante desta perspectiva, entre os desafios da luta política pela reforma agrária, contidos no documento A luta pela Reforma Agrária e as Tarefas do MST, apresentado no XII Encontro Nacional do MST, realizado entre 19 a 24 de janeiro de 2004, em São Miguel do Iguazu-PR estava a seguinte recomendação:

Devemos ter o cuidado de não tratar o governo federal como se fosse inimigo. Nossa avaliação é de que é um governo em disputa, que tem um compromisso histórico com a reforma agrária e por tanto (sic) devemos pressioná-lo para que acelere a reforma agrária. Nisso, o Plano Nacional de Reforma Agrária jogará um papel importante para unificar o governo também. Isso significa que vamos criticá-lo quando erra, mas que vamos apoiar em tudo o que fortalecer avanços para a reforma agrária (Direção Nacional, 2004, p. 25)

O Governo Lula convocou alguns intelectuais reconhecidos pelo movimento, coordenados pelo professor Plínio de Arruda Sampaio, para desenvolver um Plano Nacional de Reforma Agrária. Contudo, após intensos debates a proposta original sofreu diversas modificações que atenuaram seu conteúdo inicial. A partir de então, o movimento passa a considerar que “o PT hoje não é uma aliança estratégica. Se o PT alguma vez quis fazer luta de classe, se teve acabou, ninguém se ilude mais com isso. Agora a relação com do MST com o Estado, independente de quem esteja lá é fundamental, ainda” (Delwek Matheus, dirigente estadual do MST).

Nesse sentido, o MST abandonou a oposição radical, como a que ocorria no Governo FHC, e foi acusado por alguns setores da esquerda de ter sido “cooptado”, de ter se tornado “pelego”, devido à posição adotada em relação ao Governo Lula. Na verdade, durante o primeiro mandato do Governo Lula, dividiu-se as opiniões dentro do Movimento. Contudo, o Jornal Brasil de Fato, no segundo turno da campanha eleitoral para reeleição, lançou uma edição especial de apoio a candidatura do Lula que, em certa medida, apresentava a posição do movimento e de outros setores da esquerda como hegemônica e de apoio irrestrito.

Gráfico I - Brasil – Número de Ocupações de Terras – 1995 – 2006



Fonte: Comissão Pastoral da Terra e Instituto de Colonização e Reforma Agrária

*Para o ano de 2006 ainda não foram divulgados os dados da CPT e consideramos os dados referentes ao Relatório de Ouvidoria Agrária de 2006 que considera as ocupações realizadas até novembro de 2006.

Neste governo observa-se, também, uma maior mobilidade do movimento, embora a maioria de suas ações tenha se tornado menos radical. As ocupações de terras durante o primeiro mandato se concentraram no ano de 2004; de acordo com a CPT, teriam sido 496 ocupações, enquanto os dados do INCRA revelam 327 ocupações, atingindo o maior número de ocupações

desde a Lei Anti-invasão ¹³ de 2001.

Conseqüentemente, a violência também se intensificou contando mais de 60 mortos em áreas de conflito durante o biênio 2003/2004. Dos casos de assassinatos no campo o que teve maior repercussão foi o da irmã Dorothy, da CPT, devido a sua inserção e representatividade nacional e internacional na questão da luta pela terra¹⁴.

Contudo, apesar do aumento significativo de recursos destinados ao INCRA e a meta de assentar 400 mil famílias durante o período de 2003 a 2007, estabelecida pelo Plano Nacional de Reforma Agrária de 2004, não houve avanços significativos em relação às políticas públicas para o campo, principalmente as que se referem ao assentamento das famílias que já se encontravam acampadas.

Segundo os dados disponibilizados pelo INCRA, a meta estabelecida para o ano de 2003 era de 60 mil famílias assentadas, enquanto que para os anos de 2004 e 2005 era de 115 mil famílias assentadas/ano. Contudo, apenas 68,3 mil famílias foram assentadas em 2004, ou seja, 59 % da meta estabelecida. Logo, nos dois primeiros anos do Governo Lula, foram assentadas somente 32 % das famílias previstas na meta inicial. No ano de 2005, o governo apresentou dados que indicavam o cumprimento da meta o que foi amplamente contestado por Oliveira (2006, p.194):

O governo Lula fechou o terceiro ano do mandato, acumulando uma diferença negativa na relação números alcançados e metas estipuladas de 69.491 famílias em 2005, que somadas às outras diferenças negativas dos anos anteriores deu uma cifra de 156.286 famílias pelos indicadores do NERA em 2003 e 2004, e de 171.073 famílias pelos meus cálculos. Isto quer dizer que o MDA/INCRA assentou referente à Meta 1 do II PNRA, apenas e tão somente 89.927 famílias, ou 34% das metas estabelecidas para os três primeiros anos de governo .

Para ele, isto comprovaria a teoria de que apenas um terço das metas se manteve constante, incluindo as do Governo FHC, o que revelaria também a tese da não reforma agrária.

Em paralelo a estes acontecimentos, ocorre também uma tentativa de esvaziamento do conteúdo político associado ao termo Reforma Agrária. A utilização de outros mecanismos de acesso a terra como: o crédito fundiário do II PNRA do governo Lula e os Programas Cédula da Terra e Banco da Terra, desenvolvidos anteriormente pelo Governo de Fernando Henrique Cardoso, deslocam a questão da terra em ser prioritariamente uma luta por justiça e igualdade social para a lógica de mercado, onde impera uma outra concepção sobre o rural.

No dia 02 de maio de 2005 partiram, de Goiás com destino a Brasília, cerca de 12.000 pessoas. A Marcha Nacional pela Reforma Agrária reivindicava a agilização do processo de

¹³ Refere-se à Medida Provisória 2.183/01 que proíbe a vistoria em áreas invadidas por um período de dois anos.

¹⁴ Dados obtidos do anuário elaborado pela CPT em 2003: Conflitos no Campo.

Reforma Agrária e o cumprimento das metas estabelecidas pelo II Plano Nacional de Reforma Agrária. Contudo, a Marcha não alcançou a dimensão esperada pelas lideranças do Movimento que a elaboraram com o principal intuito de sensibilizar a opinião pública para a causa dos sem terra. Por outro lado, mais uma vez ficou evidente a capacidade organizativa do movimento que contou com infra-estrutura gigantesca, levantando verdadeiras cidades durante o percurso.

Para compreender melhor o cenário da questão agrária no país e os atores que a constituem, bem como os debates acerca da Reforma Agrária e seu desenvolvimento, é preciso recuperar alguns elementos que permitiram a constituição do seu maior protagonista, o MST, e as condições históricas que lhe deram origem. Optou-se por enfatizar o período imediatamente anterior ao Golpe Militar, por se considerar as experiências das Ligas Camponesas e outras formas de organização extremamente importantes como elemento embrionário para o desenvolvimento de outras formas de organização dos trabalhadores. Um outro momento salientado são os anos da ditadura militar (1964 a 1984) e a emergência do MST. Por fim, o terceiro momento abordado é o da redemocratização do país até os dias de hoje (1985-2004).

Considera-se que nestes períodos as dinâmicas referentes à Reforma Agrária e a luta pela terra e seus principais atores: governo, sindicatos, federações, confederações, movimentos sociais, Igreja etc., passaram por clivagens diversas, contudo estas divisões foram adotadas meramente como recurso metodológico para uma melhor compreensão das transformações ocorridas nestes anos.

1.1. Um breve despertar antes do sono profundo: a questão da terra antes do golpe militar (1950-1964)

A questão agrária não é um problema recente no Brasil. O processo de colonização portuguesa, com a expulsão dos índios de suas terras, a instituição das capitânicas hereditárias e a Lei de Terras de 1850¹⁵, apenas contribuíram para a concentração fundiária, excluindo amplos segmentos da sociedade do acesso à terra.

A política de terras desde o Brasil colonial priorizou a concentração fundiária primeiramente pela concessão de grandes extensões de terras e depois com o processo de

¹⁵ A Lei de Terras instituiu a posse da terra apenas por meio da compra, excluindo do acesso a terra os escravos libertos, trabalhadores pobres e imigrantes contribuindo para a concentração fundiária e, até mesmo, nos processos de grilagem de terras pelos grandes proprietários que passaram a avançar com suas cercas sobre as terras de colonos e posseiros em diversas regiões do país. Ver mais sobre a Lei de Terras em Viotti da Costa (1977). Sobre grilagem de terras consultar Ianni (1979) e Guimarães (1979)

modernização da política de terras, que previa a venda de terras públicas como uma forma de obter rendimentos para o Estado. De acordo com Viotti da Costa (1977, p. 146) este:

...sistema favorecia a concentração de grandes lotes da melhor terra nas mãos de especuladores. Muitos outros que não tinham capital suficiente para comprar terra ocuparam os terrenos públicos apesar das proibições legais. Muito frequentemente, aqueles que compravam terra não a ocupavam, e aqueles que a ocupavam não tinham condições de comprá-la. As leis de preempção (precedência na compra de terra) tentaram legalizar a situação dos posseiros, dando-lhes permissão para ocupar a terra que ocupavam e exploravam. Muitas doações foram feitas para aqueles que desejavam construir estradas, minerar ou dedicar-se a empreendimentos similares. Mas as melhores terras permaneceram nas mãos dos especuladores.

Deste modo, a concentração da terra, herança do período colonial, se estendeu. Contudo os primeiros debates acerca da Reforma Agrária no Brasil só surgiram na década de 20.

A concentração da terra e do poder levou ao questionamento do “voto de cabresto” e a influência dos coronéis¹⁶. De acordo com esta perspectiva, “a existência do latifúndio estava intimamente relacionada ao controle político dos eleitores e ao coronelismo, sendo a principal razão do que considerava como atraso político do Brasil” (MEDEIROS, 2002, p. 15). Deste modo, a Reforma Agrária era vista como “indispensável e inadiável para a consolidação definitiva das conquistas sociais da revolução de outubro” (SANTA ROSA, 1963, p. 123 apud MEDEIROS, 2002, p. 15).

Entretanto, o tema da Reforma Agrária só entrou na agenda política a partir da Constituição de 1946¹⁷ que incluiu, em seu artigo 147, as desapropriações por utilidade pública segundo a concepção de que o uso da propriedade deve estar vinculado ao bem estar social. A constituição de 1946 também estabeleceu as eleições diretas por meio do sufrágio popular e representação igual para todos os estados no Senado e proporcional na Câmara dos deputados, garantindo o domínio rural sobre o Congresso e uma alta competitividade entre os partidos a nível local. Forman (1979, p. 224) assinala que:

...Neste sistema, foram reavivadas as mesmas técnicas fraudulentas para o registro de eleitores usadas na República Velha, só que agora empregavam-se cabos eleitorais para organizar o maior número possível de eleitores no município. Os analfabetos aprendiam a

¹⁶ O coronel contratava lugares-tenentes que cuidavam em ensinar os eleitores a assinarem o nome e votar, da documentação dos eleitores e se responsabilizavam a transportá-los no dia da eleição às urnas daí a origem do termo “voto de cabresto”. Sobre as relações entre participação política e coronelismo no interior do Brasil consultar o estudo de Leal (1997) e Forman (1979).

¹⁷ Ver mais em Forman (1979), Guilherme Velho (1979), Linhares e Teixeira da Silva (1999).

assinar o nome; os menores de idade recebiam falsas certidões de nascimento; pagavam-se os registros; e os eleitores recebiam “apoio moral” durante suas aparições diante da mesa eleitoral.

Estas mudanças provocaram a substituição das relações patrimonialistas, preconizadas pela dependência dos camponeses e trabalhadores rurais em relação ao coronel, e deram origem às práticas clientelistas de troca de voto por favores e pagamentos em dinheiro, que promoveram o início de um processo de politização entre as massas rurais que passaram a perceber que seu voto tinha um valor, ainda que monetário (FORMAN, 1979).

Durante este período não houve mudanças significativas em relação à questão agrária e a estrutura de poder no campo. Todavia, de acordo com Forman (1979), estes acontecimentos associados à urbanização, industrialização e a comercialização da agricultura, que aumentou a demanda de produção e consumo nas áreas rurais, levaram a ruptura das formas tradicionais de posse e uso da terra e são fundamentais para entender a “participação política das massas no Brasil rural”.

Alia-se a estes fatores a tentativa de aplicar as leis trabalhistas no campo, apesar de não haver uma legislação específica para os trabalhadores rurais. O Estado buscou modernizar as relações de trabalho no campo e foram concedidas, pelo poder judiciário, várias vitórias aos trabalhadores rurais por ocasião de litígios. LINHARES e TEIXEIRA DA SILVA (1999, p. 163) enfatizam que:

As relações de poder, as formas tradicionais de exploração, começam a ser postas em questão e os proprietários entendiam perfeitamente que a CLT era o instrumento de modernização operado pelo Estado. Na verdade, alteravam-se, desta forma, os próprios fundamentos da dominação tradicional no campo, com o esvaziamento dos mecanismos de exploração e também, não devemos esquecer, de proteção que haviam (sic), por tanto tempo, mediado as práticas sociais rurais. O estado agora mais forte e dotado de uma ideologia modernizante, interpunha-se entre proprietário e trabalhador, impondo normas de relacionamento que desconheciam os costumes e a tradição do campo brasileiro.

Acresce-se que neste período houve uma expansão surpreendente da industrialização impulsionada pelo fortalecimento das indústrias de base, substituição da importação de bens de produção e medidas que visavam à atração de investimentos por capital estrangeiro. Dentre as indústrias que se instalaram no país, pode-se enfatizar a vinda de multinacionais da indústria automobilística que dinamizaram a economia nacional (NORDER, 2004).

O processo de industrialização na década de 50 causou grandes impactos na

agricultura como: o aumento da mecanização, dos produtos agrícolas e do valor das terras.

Graziano da Silva aponta que vários diagnósticos desenvolvidos no período acerca do desempenho da agricultura brasileira afirmavam que a estrutura agrária brasileira limitava o processo de industrialização do país, pois a alta concentração de terras representava:

- a) um “estrangulamento” na oferta de alimentos aos setores urbanos, pois a produção reagia menos que proporcionalmente ao crescimento dos preços (em linguagem econômica, a oferta era inelástica). Assim, na medida em que fosse aumentando a proporção da população brasileira nas cidades, tenderia a haver uma pressão dos preços dos alimentos com conseqüente reflexo no crescimento dos salários, tornando inviável o processo de industrialização;
- b) a não ampliação do mercado interno para a indústria nascente. As fazendas eram quase auto-suficientes, baseadas numa economia “natural”: não adquiriam a grande maioria dos produtos de que necessitavam, mas confeccionavam-nos em bases artesanais (Graziano da Silva, 1982, p.46).

Deste modo, propunha-se que apenas com a modificação da estrutura agrária seria possível o pleno desenvolvimento da industrialização do país. As relações de trabalho no campo eram consideradas formas arcaicas e que não eram profícuas ao desenvolvimento, pois os trabalhadores do campo não consistiam um mercado consumidor, visto que este trabalho, na maioria das vezes, era pago por troca de dias e/ou produtos agrícolas não gerando, portanto, a circulação de moeda.

As grandes propriedades passaram a ser vistas por alguns segmentos da sociedade e entre alguns intelectuais, em especial entre alguns membros do PCB e da CEPAL como um entrave ao crescimento e ao desenvolvimento do país:

O diagnóstico da situação pela CEPAL, aceito em amplos círculos (inclusive na Esquerda) era que o processo de substituição de importações havia se completado. Conseqüentemente, qualquer novo crescimento dependeria dum alargamento do mercado consumidor que servira de base para a substituição de importações. Isso só poderia ser realizado através das chamadas “reformas estruturais” incorporando ao mercado as massas “marginalizadas”. No primeiro plano dessas reformas estaria uma reforma agrária “radical” através da qual pela primeira vez haveria uma intervenção deliberada na “estrutura agrária” que havia sido deixada intocada durante todo o processo de industrialização, desde Vargas. A alternativa a isso seria a estagnação econômica crônica (GUILHERME VELHO, 1976, p. 167).

No entanto, para Guilherme Velho (1976), os considerados “resquícios feudais” no campo brasileiro consistiam, na verdade, no processo de acumulação primitiva do capital¹⁸ que se combinava com a acumulação capitalista propriamente dita. Martins (1980) também contesta estas afirmações acentuando que “as contradições, tensões e violências” estão na “alma do capital”

¹⁸ Por acumulação primitiva o autor classifica todas as formas não capitalistas de produção, como a parceria, o arrendamento e meação.

seguindo, portanto, a lógica capitalista.

Prado Jr (1987, p. 167) foi um dos principais intelectuais da época a se opor a esta interpretação. Ao analisar a situação dos trabalhadores rurais do Nordeste, enfatizava que o ponto central das discussões deveria partir da luta pela implantação no campo das normas reguladoras do trabalho e avaliava que:

Apegando-se unicamente a um aspecto dessa reforma que apresenta menores perspectivas de ação prática no momento, os seus defensores vêm contribuindo, embora conscientemente no mais das vezes, para fazer da palavra de ordem da reforma cada vez mais um simples pretexto de agitação política de cúpula, traduzida em “slogans” que não atingem a massa trabalhadora rural (como sejam “reforma agrária radical”, “eliminação do latifúndio”, “terra para quem a trabalha” etc.), e que se oferecem algum rendimento demagógico em restritos setores completamente afastados dos problemas do campo, pouco ou nada têm dado de prático no terreno da luta efetiva pelas reformas.

E acrescentava ser um equívoco interpretar a estrutura agrária brasileira como de natureza arcaica ou feudal:

Segundo estas interpretações, o latifúndio constituiria uma sobrevivência “arcaica” de natureza “feudal ou semifeudal”, hoje inteiramente obsoleta e ultrapassada pelas exigências do desenvolvimento econômico. No entanto, no caso da economia açucareira que constitui, sem dúvida, um dos principais setores da agricultura brasileira, e certamente aquele em que se encontra a maior concentração fundiária, observa-se, sem margem para dúvidas, que essa concentração, nas proporções em que se verifica e continua se ampliando, representa fato recente e da maior atualidade, nada tendo de “arcaico” e “obsoleto”. Bem pelo contrário, ela não somente tem por estímulo fatores de natureza essencialmente capitalista (em que sobrelevam as exigências dessa grande unidade industrial moderna que é a usina de açúcar), mas ainda proporcionou e foi mesmo condição necessária ao aumento de produtividade verificado e do desenvolvimento econômico (p.170-171).

Forman também conclui, ao analisar a constituição do campesinato brasileiro desde o período colonial e os diferentes tipos de relações de trabalho, que as contradições existentes no campo brasileiro não denotam “arcadismo” ou “feudalismo”, todavia surgiram justamente da necessidade de adequação do país ao que ocorria no plano internacional. As relações de trabalho no campo brasileiro se desenvolveram de forma bastante diferenciada dos países europeus. Enquanto nestes países a passagem do feudalismo para o capitalismo foi feita gradativamente, no caso brasileiro a mudança foi extremamente brusca, necessitando de determinados “arranjos” para o seu desenvolvimento e conclui que:

Na minha opinião, seria uma falha interpretação da história brasileira pensar que as origens dos problemas agrários que afligem o país devem ser remontadas à existência de um sistema feudal ou à de uma escravocracia do Novo Mundo. Ao contrário, o que constatamos hoje é uma crescente comercialização da agricultura e os seus efeitos, à medida que ela vai alterando o papel do campesinato – de produtores de pequena escala até

o proletariado rural (FORMAN, 1979, p. 65).

Contudo, as análises da época eram praticamente hegemônicas ao associar o “atraso” econômico do país as relações “arcaicas” existentes no campo. Estas análises ignoravam o fato de que a busca em acelerar a industrialização do país era uma necessidade dos chamados “países desenvolvidos” que já haviam passado pelo processo gradativo de industrialização e precisavam de novos mercados para os seus produtos, em especial, máquinas e equipamentos.

O processo de industrialização modificou as relações entre os proprietários e seus subordinados (moradores, posseiros, arrendatários, meeiros e etc.)¹⁹. Em algumas regiões do país, em especial no Nordeste, ocorreu a quebra da “imobilização” a que os moradores estavam “sujeitos” por meio da migração em busca de trabalho no Sul do país, questionando a situação de exploração no campo. Os conflitos iniciaram a partir do momento em que essas populações passaram a perceber que sua condição era transitória, pois não dispunham de nenhum título que a legitimassem (GARCIA, 1989).

A década de 50 e o início dos anos 60 são marcados pelo acirramento das lutas pela terra por direitos, sendo realizados vários encontros e congressos de trabalhadores rurais, trata-se de um momento de efervescência política e da discussão sobre as reformas de base.

Este período é marcado pela ocorrência de diversas lutas e mobilizações de trabalhadores rurais, com destaque para os conflitos envolvendo posseiros e grileiros em várias partes do país. Azevedo (1982, p. 57) destaca que:

...Desses conflitos, talvez os mais importantes tenham sido a guerrilha de Porecatu (em 1950, entre a divisa dos estados de São Paulo e Paraná), a revolta de Dona Noca (no interior do Maranhão, em 1951) e a implantação do Território Livre de Tromba-Formoso, abrangendo uma área de dez mil quilômetros quadrados ao norte de Goiás, sob o comando de José Porfírio, um camponês da localidade, que estabeleceu um governo paralelo, criou comitês políticos e milícias armadas e promoveu em toda a região ocupada uma reforma agrária. Tanto no episódio da guerrilha de Porecatu, como na instalação do território livre de Tromba-Formoso, o Partido Comunista Brasileiro esteve presente e exerceu uma considerável influência política na condução de tais movimentos rurais...

Neste contexto, em 1953, foi realizada em São Paulo a Primeira Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas e no ano seguinte a Segunda Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, também realizada em São Paulo, na qual foi criada a

¹⁹ Os posseiros e moradores recebiam uma porção de terra para trabalharem com a família e em troca davam parte da colheita ou estabeleciam-se dias da semana nos quais trabalhavam para o dono da terra. O arrendatário, pagava ao proprietário uma renda para ter acesso à posse da terra, e o meeiro, era uma espécie de posseiro que destinava a metade da sua produção ao dono da terra. Sobre as formas de relações sociais no campo consultar Minc (1985, p. 64-82) e Carvalho (1978, p.78-84).

ULTAB (União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil) que possuía como objetivo congregar as organizações existentes e organizar novos sindicatos e associações, organizando os trabalhadores rurais do país.

Posteriormente, deu-se o ressurgimento das Ligas Camponesas²⁰, que questionavam a exploração a que os posseiros estavam submetidos. Os posseiros recebiam pequenos lotes nas propriedades e trabalhavam no sistema de troca de dias, alguns dias trabalhavam para o dono das terras e outros plantavam no lote cedido por este, basicamente agricultura de subsistência, contudo não podiam fazer benfeitorias permanentes no lote.

A fundação da Sociedade Agrícola de Plantadores e Pecuáristas de Pernambuco (SAPPP), em 1955, foi um marco fundamental na história das Ligas. A SAPPP Engenho Galiléia teve como presidente, no primeiro momento, o próprio dono do Engenho. Dentre os principais objetivos da associação constava a “formação de um fundo mútuo para assistência médica e jurídica, a criação de escolas, aquisição de capital constante e a criação de uma caixa funerária”. Entretanto, para Azevedo (1982), esta se constituiu desde o início como uma forma de reestruturação das Ligas Camponesas, promovidos por membros das antigas Ligas fundadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), e o fato do convite ao dono de Engenho para fazer parte desta tratava-se apenas um mecanismo para a efetivação da Liga.

O proprietário do engenho advertido por setores tradicionais e, receoso dos perigos que poderia trazer tal associação, desligou-se da associação e procurou desativá-la. Os trabalhadores resistiram e organizaram uma manifestação em Recife-PE onde se formou um grupo interpartidário de apoio que se institucionalizou sob o nome de conselho Regional das Ligas, sob presidência do advogado e deputado estadual Francisco Julião. A ação das Ligas se expandiu, principalmente no Nordeste, aliando-se a estruturas sindicais e outras entidades que defendiam os interesses dos agricultores e a luta pela terra, buscando arregimentar e criar novas ligas e sindicatos.

Com a desapropriação do Engenho Galiléia encerra-se a primeira fase das Ligas, segundo Azevedo, cujas características principais são as lutas por questões específicas como o fim do cambão e inicia-se a segunda que é marcada pela disseminação de Ligas no país.

A percepção da transitoriedade das condições no campo e da exploração a que

²⁰ As Ligas Camponesas haviam surgido como um apêndice do Partido Comunista e foram interditas em 1947 quando o partido foi considerado ilegal. O Primeiro Congresso Nordestino de Trabalhadores Agrícolas, realizado em Limoeiro-PE, em 1954, possuía como objetivo a legalização das Ligas Camponesas, mas foi encerrado violentamente pela polícia. Para maiores detalhes sobre origem e constituição das Ligas Camponesas buscar informações em Azevedo(1982), Bastos (1984) e Ianni (1984, p. 206-220).

estavam sujeitos teria propiciado o ressurgimento das Ligas Camponesas, no final da década de 1950. Os antigos moradores passaram a se definir como posseiros e como as lutas dos trabalhadores na justiça eram bastante desfavoráveis aos proprietários, ocorreu uma dura repressão pelos senhores de engenho tentando impedir o recurso à justiça e a atividade sindical levando ao assassinato de várias lideranças Garcia (1989).

A intensificação dos conflitos e a atuação das Ligas Camponesas despertaram a atenção do governo que criou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, a SUDENE, em 1959. De acordo com Ianni (1984, p.216):

A irrupção das massas urbanas e rurais no processo político estava ameaçando o equilíbrio e o funcionamento das relações e estruturas de dominação vigentes. Por isso, o governo Juscelino Kubitschek de Oliveira, uma parte dos membros do Congresso Nacional, vários governadores de Estados do Nordeste, economistas, técnicos e boa parcela da opinião pública nacional optaram pela criação de uma estrutura estatal mais global e dinâmica que as organizações burocráticas preexistentes na região. A resistência e as manobras das oligarquias mais empedernidas não impediram que se instalasse e consolidasse o novo órgão de planejamento regional. Conforme se acreditava então, era urgente fazer algo para reduzir o custo social das transformações estruturais inevitáveis e iminentes. Ou faziam-se as reformas necessárias ou haveria rupturas cataclísmicas.

Já na década de 60, surgiu no Rio Grande do Sul, o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER), com cerca de cem mil camponeses, com doze acampamentos de agricultores em busca da Reforma Agrária. Este movimento é marcante para o desenvolvimento do MST no sul do país, que passa a utilizar suas estratégias de luta para atingir seus objetivos, como é o caso dos acampamentos.

Nesse processo de organização dos trabalhadores foi criada também a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), em 1963, mediante uma reunião entre o PCB, membros do clero e do PTB e a ULTAB, que representava o sindicalismo rural brasileiro, como um outro canal de discussão sobre a questão agrária.

Entre 1962 e 1964 se expandiram os conflitos entre a polícia e camponeses pertencentes a ULTAB e as Ligas, o que fez o governo incentivar a criação de sindicatos rurais tentando reduzir a influência das Ligas na interlocução entre o governo e o movimento dos trabalhadores rurais. Forman (1979, p.237) afirma que:

Há quem diga que os sindicatos rurais patrocinados pela Igreja do Brasil se desenvolveram em resposta às Ligas camponesas. É bem possível que o clero tenha feito uma tentativa de contrabalançar a força política secularizada no campo. Ainda assim, é importante ressaltar que até recentemente os sindicatos atuavam quase exclusivamente entre o proletariado rural. Inspirada pela Encíclica Papal “Master et magistra”, a Igreja definiu o seu papel no movimento camponês como essencialmente reformista e conciliador, enfatizando melhorias

na condição de vida do trabalhador assalariado, cooperação com o Governo Federal e a inaplicabilidade do conceito de luta de classe no contexto brasileiro. Sua preocupação principal era com o desenvolvimento da legislação trabalhista para o trabalhador assalariado rural.

A Igreja, representada pela maioria de sua hierarquia e padres expressava opinião contrária a Reforma Agrária e a atuação das Ligas, pregando a humildade e o respeito às condições de trabalho. Logo, as orientações durante a década de 60 giravam em torno da proteção do “rebanho” contra o “perigo” comunista. Contudo, havia um grupo progressista da Igreja, intitulado Ação Popular (AP), que também atuava junto aos trabalhadores rurais e que teriam sido o embrião das CEBs.

Os intelectuais que refletiram sobre o período consideram que a base social das Ligas diferia da base dos sindicatos, já que aquelas organizavam basicamente posseiros, arrendatários, etc. (ou seja, aqueles que já tinham pelo menos a posse da terra), enquanto que estas priorizam a mobilização dos assalariados rurais. Alguns estudiosos, entretanto alegam que a corrida, tanto da Igreja quanto do PCB, em fundar a maior quantidade possível de sindicatos teria enfraquecido as Ligas Camponesas²¹.

De fato, com o afastamento do PCB da organização das Ligas Camponesas, devido a embates políticos e ideológicos²², estas perderam muito de seu poder político, por outro lado, a radicalidade característica que vai se tornar cada vez mais forte após a desapropriação do Engenho Galiléia leva as Ligas ao isolamento político.

A Reforma Agrária passou, então, a ser objeto de dissenso entre as principais organizações que a propunham, cada uma das quais com um projeto distinto: a ULTAB via a Reforma Agrária como uma passagem indispensável e não um fim em si mesma enquanto as lideranças das Ligas consideravam a reforma Agrária como algo a ser alcançado de imediato, como um passo para uma “revolução de conteúdo socializador” (SOUZA, 1998).

A política governamental tratou, por sua vez, de conceder determinados benefícios aos trabalhadores rurais, principalmente relacionadas à legislação trabalhista. Por meio destas estratégias João Goulart pretendia conquistar o apoio popular para o seu governo. Em 1962, foi criada a Superintendência para a Reforma Agrária (SUPRA) e, em 1963, entrou em vigor o Estatuto do Trabalhador Rural²³ que estabeleceu o salário mínimo rural, férias, previdência social etc. Ao

²¹ Sobre sindicalismo rural consultar Colleti (1998)

²² o PCB pregava a conquista de reformas, como a da legislação para o trabalhador rural, e a construção de alianças, em especial com a burguesia industrial, para a vitória da revolução, enquanto que a direção das Ligas por meio do seu maior expoente Francisco Julião era terminantemente contra o estabelecimento de alianças e defendia a reforma agrária radical

²³ Entretanto estes direitos não atingiram a grande maioria dos trabalhadores rurais, excluindo aqueles que

mesmo tempo em que este pretendia corresponder à atuação das diversas organizações existentes as concessões era uma estratégia para manter o controle governamental sobre os movimentos populares (FORMAN, 1979). Para Prado Jr (1979, 144) o Estatuto foi apenas uma transposição das disposições legais as quais já estavam estabelecidas para o trabalhador urbano que não se aplicariam com muita facilidade, pois:

As relações de trabalho e emprego (no campo) assumem muitas vezes grande complexidade, pois a remuneração do trabalhador se faz por diferentes formas, como sejam com uma parte do produto, com o direito de ocupar com atividade próprias certas áreas da propriedade etc. Acresce a isso a diferença das situações respectivas de uma para outra atividade rural, de uma para outra região. E mesmo frequentemente de um para outro momento. As relações de trabalho no campo variam consideravelmente no tempo e no espaço, em contraste com o que se dá na indústria e no comércio.

João Goulart buscando ampliar suas bases políticas tentava apelar a classe proprietária e as classes operárias rurais sem obter sucesso:

Os proprietários se fechavam a cada nova concessão, as massas, ao passo que os camponeses e seus líderes interpretavam a aparente receptividade no palácio presidencial como um sinal verde para fazerem pressão no serviço de reformas mais radicais. Incapaz de fazer o Congresso passar a legislação pendente, inclusive a lei sobre a extensão do direito do voto aos analfabetos, Goulart finalmente usou seus poderes de decreto presidencial, um rumo que todos os Presidentes anteriores haviam hesitado em tomar. Numa grande concentração popular a 13 de março de 1964, ele fez uma ameaça inaceitável a propriedade privada decretando a nacionalização de todas as refinarias particulares de petróleo, e promulgando o nefasto decreto da SUPRA, que estabelecia a expropriação de todas as propriedades subutilizadas que excedessem 485, 64 hectares e que estivessem localizadas a nove quilômetros das principais rodovias, e de terras que excedessem 28.329 hectares situadas a nove quilômetros de represas federais ou de projetos de irrigação ou de drenagem (FORMAN, 1979, p.241-242).

As Reformas de Base, dentre elas a Reforma Agrária, anunciadas no discurso de João Goulart em março de 1964, têm sido apontadas como o principal fato que teria levado os setores conservadores a decretarem o golpe de 1964. Segundo alguns estudiosos o golpe militar teria sido uma reação ao processo de movimentação política que ocorria no país:

O golpe de 1964, articulado pelos militares e pelos grandes empresários, teve, entre outras finalidades, a de impedir o crescimento das lutas sociais no campo e o fortalecimento político dos trabalhadores rurais, que pela primeira vez em sua história ingressavam maciçamente no cenário político. No que diz respeito à questão da terra, o golpe já tinha o precedente da intervenção militar nas lutas rurais (MARTINS, 1984, p. 21)

De acordo com Vinhas, um grande número de latifundiários teria participado tanto da

possuíam contratos temporários, meeiros e parceiros. Por outro lado, aqueles que possuíam contratos foram sendo dispensados devido aos altos encargos sociais.

preparação quanto da execução do movimento de 1º de abril de 1964, visando instituir um regime contrário à Reforma Agrária, criando um ambiente de repressão às organizações rurais:

No início do movimento de primeiro de abril, e posteriormente aos primeiros dias e semanas, foram constatadas ações dos latifundiários e de mandados seus por ataques e destruição de sindicatos, ligas camponesas, assim como de prisões, espancamentos e assassinatos de líderes camponeses e líderes operários do interior brasileiro (VINHAS, 1972, p. 224).

Portanto, a questão agrária teria sido um agravante para as transformações políticas ocorridas em 1964:

É de notar preliminarmente que entre os fatores que estimularam o golpe, e por isso o lembramos, encontram-se precisamente o crescente interesse que então começava a despertar a questão agrária e os primeiros sintomas de séria pressão popular no sentido da efetivação de medidas tendentes à reforma de nossas estruturas agrárias e relações de trabalho rural (PRADO Jr., 1987, p. 07).

Ao fazer um diagnóstico do ocorrido nos anos 60, em especial o fato de a questão agrária se tornar uma reivindicação central, Tapia (1986, p. 438) assinala dois processos principais para a força da emergência desta questão no cenário político nacional:

De um lado pela intensificação dos conflitos de terras em várias regiões do país; de outro, pela ofensiva das forças nacionalistas que tinham como uma das principais bandeiras a ampliação das oportunidades de acesso à propriedade através do estímulo à pequena propriedade.

Estes processos levaram a várias conquistas no período, principalmente referentes a mobilização popular. Contudo, estas foram sufocadas com a prisão de seus principais líderes e com a violência utilizada pelos militares na repressão a toda e qualquer contestação social. Entretanto, a questão agrária continuou a ser discutida amplamente pelos intelectuais nos anos seguintes ao golpe e nem mesmo o governo de Castelo Branco pode desconsiderar a gravidade da questão agrária no país, implementado uma série de medidas, que serão vistas a seguir.

1.2. A questão agrária na ditadura militar: o processo de redemocratização do país e o surgimento do MST (1964-1984)

A política agrária da ditadura militar iniciou-se por um anteprojeto desenvolvido antes do golpe militar pelo grupo do Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (Ipes) e do Instituto Brasileiro de Ação democrática (Ibad), esses grupos tinham como objetivo se contrapor a ação

política do governo Goulart e às mobilizações dos grupos populares. O grupo tinha acesso aos jornais mais importantes do país e se valeu de todos os meios de divulgação disponíveis, entre eles, cursos, seminários, filmes, televisão, teatros, propaganda, rádio, televisão, revistas etc.

A ditadura militar via na questão agrária do Brasil um entrave para o pleno desenvolvimento do país, devido aos “resquícios feudais” presentes nas relações de trabalho no campo. Para Martins (1984, p. 31):

O governo militar separava o problema social e econômico representado pela concentração fundiária, da questão política, das mediações – os sindicatos, as ligas camponesas, os partidos e grupos políticos – que se interpunham entre os trabalhadores do campo, entre as lutas camponesas, nelas se legitimando, e o Estado, cuja composição se chocava com tais pressões. O governo militar entendia, portanto, que as medidas reformistas eram necessárias, mas que os grupos e as mediações políticas para concretizá-las eram desnecessários e nocivos. Ao invés de a reforma ser obtida de baixo para cima, legitimada pela participação popular, seria feita de cima para baixo, conduzida como problema técnico e militar e não como problema político. Tratava-se de conduzir a implantação da reforma sem causar maior lesão ao direito de propriedade, particularmente de modo a evitar que ela instaurasse o confisco do latifúndio.

Por esta razão, o Governo Castelo Branco, incentivado pelo Banco Mundial, estabeleceu as bases legais para a realização da Reforma Agrária, por meio da promulgação do Estatuto da Terra, em 1964, visando o progresso e a modernização do campo.

Nesse documento, a Reforma Agrária foi definida como: “*o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição de terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e o aumento da produtividade*” (ESTATUTO DA TERRA, lei 4554, art 1º, § 1º).

Determinava também, o objetivo principal da Reforma Agrária: “*estabelecer um sistema de relações entre o homem, a justiça social, o progresso e o bem estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do país, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio*” (ESTATUTO DA TERRA, art. 16). Dessa forma, tanto o minifúndio quanto o latifúndio, foram vistos como entraves para o desenvolvimento do campo brasileiro e a Reforma Agrária deveria ter como princípio, além da justiça social, o aumento da produtividade.

A burguesia rural que ainda possuía um forte poder político se opôs a qualquer idéia de Reforma Agrária, mesmo nos moldes pretendidos pelo governo, visto que esta representava um questionamento da propriedade da terra. Destarte, as tentativas de formulação de uma política de Reforma Agrária não se concretizaram e o Estatuto da Terra sofreu diversas alterações que comprometeram sua aplicação. Dentre elas, o parágrafo que definiu que só poderiam ser desapropriadas as terras improdutivas. Como não foram estabelecidas as características do que

seriam terras improdutivas, essa lei deu margem a diversas interpretações e muitas desapropriações não puderam ser efetuadas, pois os proprietários recorreram a esse artigo.

O Estatuto da Terra, apesar de ter sido o primeiro mecanismo criado com a finalidade de executar a Reforma Agrária, não realizou mudanças na estrutura fundiária existente no país, pois as poucas desapropriações realizadas, tinham como objetivo aplacar os conflitos, sendo enfatizados os projetos de colonização²⁴.

Neste período, iniciaram-se também os projetos de colonização na região da Amazônia, pois segundo a ideologia difundida pelos militares ela deveria ser ocupada para preservá-la dos estrangeiros. Os problemas com que se defrontavam os nordestinos devido ao clima adverso, por exemplo, poderiam ser resolvidos na Amazônia, ressaltando-se a abundância de água e as belas paisagens naturais. O governo passou então a oferecer diversos incentivos fiscais para que as empresas se instalassem na região Norte²⁵ e tentou deslocar para a região posseiros, arrendatários, colonos etc., das regiões onde estavam ocorrendo conflitos.

O Estatuto da Terra não visava mudanças radicais como as que eram defendidas pelas reformas de base, ponto central das discussões desenvolvidas entre 1963-1964, mas tratava-se de superar as contradições que a propriedade da terra gerava para o capitalismo. Segundo Graziano da Silva (1985, p.69) o Estatuto:

Tratava-se, na verdade, de uma modernização conversadora do próprio latifúndio, razão pela qual o Estatuto da Terra não é uma lei de reforma agrária, mas de desenvolvimento rural, como deixa claro o item 18 da mensagem 33 'Não se contenta o projeto em ser uma lei de Reforma Agrária. (...) é uma lei de Desenvolvimento Rural'.

Em 24 de janeiro de 1967, ocorreu uma alteração importante nos mecanismos legais referentes às desapropriações, foi promulgada uma nova constituição determinando que as desapropriações passariam a serem pagas previamente em títulos da dívida pública. Posteriormente, foi definido, por meio da emenda constitucional nº. 9, que no caso de desapropriações por interesse social esta cláusula não se aplicava (ANDRADE, 1989).

No ano seguinte ao da nova constituição devido às “dificuldades” de implementação do Banco da Terra foi criado o Grupo Executivo de Reforma Agrária (GERA), que tinha como objetivo principal identificar as razões da não aplicabilidade do Estatuto da Terra e viabilizá-lo. Uma das medidas propostas foi à fusão do IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) e do

²⁴ Para Graziano da Silva (1985, p.74) os projetos de colonização diferem-se dos projetos de reforma agrária por se destinarem a áreas que não tenham sido exploradas anteriormente como terras devolutas (sem dono) do Estado, enquanto que os projetos de reforma agrária são realizados em áreas que possuem dono, transferindo-se as terras para quem não é proprietário.

²⁵ Sobre os projetos de colonização e os projetos da SUDAM consultar Guimarães (1979).

INDA (Instituto de Desenvolvidos Agrário) que originou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 09 de agosto de 1970²⁶ (ANDRADE, 1989; FERNANDES, 1996).

Este período foi caracterizado pela mudança na política fundiária do país: ao invés da ênfase a colonização oficial o governo passou a estimular a colonização feita por empresas particulares, por outro lado, a seca de 70 também teria influenciado as mudanças na política governamental.

A intervenção estatal no campo expressou-se por meio da criação, em 1971, do Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo a Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA²⁷), que constituía conjuntamente com a abertura da Transamazônica, a medula central do Plano de Integração Nacional (PIN), que foi criado em 16/06/1970 e estabeleceu a construção de três eixos viários: a Transamazônica, a Cuiabá - Porto Velho e a Cuiabá-Santarém, implantando projetos de colonização nessas áreas (ANDRADE, 1989; FERNANDES, 1996).

Ainda dentro dessa proposta de modernização, foi criado, em 1974, o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste²⁸), para promover regiões consideradas “chaves” pelos efeitos de demonstração para zonas amplas, e o PROÁLCOOL, em 1975, que financiou o setor canavieiro mediante incentivos para aquisição de novas maquinarias, para a utilização intensiva de fertilizantes e defensivos químicos e para a modernização e ampliação do parque industrial sucro-alcooleiro. Em 1976, surge o Projeto Sertanejo²⁹, para favorecer os setores da região semi-árida que mais sofriam com as secas: como os pequenos produtores, parceiros, arrendatários e trabalhadores sem terras, criando núcleos em várias sub-regiões que orientariam créditos, serviços e distribuição de insumos, com o objetivo de modificar o sistema de

²⁶ Outra forma de intervenção estatal foi à criação, em 1971, do Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo a Agroindústria do Norte e Nordeste, o PROTERRA. Sobre as políticas implementadas para o campo pelo governo militar consultar Graziano da Silva (1985), Martins (1984), Guilherme Velho (1976)

²⁷ O PROTERRA possuía como linhas de atuação: apoio ao pequeno produtor minifundista ou desprovido de terras, através da compra ou desapropriação (indenizadas previamente em dinheiro) e a implantação de programas de modernização agropecuária ou agro-industrial, através de financiamento a longo prazo e a juros baixos. Em 1975, passou a ser orientação explícita do PROTERRA a “criação de uma classe média rural no Nordeste”, não somente pela distribuição de latifúndios, mas pelo “remembramento de minifúndios” (Gazeta Mercantil, 25 de março de 1975, apud SORJ, 1980).

²⁸ Sua função era, mediante a atuação conjunta com diversos órgãos estaduais que atuavam no Nordeste, procurar criar as condições infra-estruturais, creditícias, assistenciais e de pesquisa, com o objetivo de promover a modernização da agropecuária no local. Essa política era voltada para médios e grandes proprietários, que possuíam melhores condições de se beneficiarem dos créditos oferecidos e de utilizarem a infra-estrutura disponível, o que fortaleceu a valorização das terras e a conseqüente concentração de terras, especulação fundiária e a grilagem (SORJ, 1980).

²⁹ Devido uma corrida para compras de terras nas regiões aonde o programa iria se implantar, com o objetivo de criar empresas modernas de produção de algodão, soja e pecuária, através dos créditos do programa, houve a ampliação da clientela do programa (para produtores com até 500 ha) (SORJ, 1980).

produção e fazê-lo mais resistente às secas (SORJ,1980).

Martins (1984, p. 23-24) destaca que:

Este período de redefinição da política fundiária em favor das grandes empresas capitalistas, geralmente empresas industriais, comerciais e bancárias, correspondeu a um grande crescimento da luta dos trabalhadores rurais pela terra. Os conflitos, apesar da repressão e da censura, multiplicaram-se rapidamente em todas as regiões do país, envolvendo não só os trabalhadores rurais, mas também os povos indígenas, cujas terras passaram a ser invadidas, com a conivência oficial, em escala nunca vista. Nesse quadro de crescimento do número de conflitos, a Igreja, e particularmente a Igreja das regiões pioneiras, do Centro-Oeste e da Amazônia, foi profundamente envolvida na defesa dos trabalhadores rurais, submetidos a violências inomináveis que iam e ainda vão desde a escravidão por dívida até o assassinato puro e simples (p.23-24)

O governo militar, por meio de incentivos e créditos, estimulava à modernização no campo por meio da aquisição de novas tecnologias e insumos, que aumentassem a produção e os lucros, o que acarretava a diminuição da mão-de-obra através do processo de mecanização. Os pequenos proprietários não conseguiam tais créditos e não podiam competir com as grandes propriedades acabando por vender suas terras e migrarem para outras regiões em busca de melhores oportunidades, quanto aos trabalhadores rurais que mantinham diversos tipos de contrato como o assalariamento, o arrendamento e a parceria, esses passam a serem expulsos da terra pelos proprietários, buscando então alternativas através da organização para permanecerem na terra. De acordo com Graziano da Silva (1982, p. 30):

Os fertilizantes e defensivos, na medida em que aumentam a produtividade da terra aumentam as exigências de mão-de-obra não qualificada por que atinge (por questões tecnológicas) principalmente outras atividades que não a colheita, acentua a sazonalidade de ocupação dessa mão-e-obra. Desse modo, a modernização aumenta as exigências e diminui o período de ocupação da mão-de-obra não qualificada numa dada propriedade agrícola. A solução mais econômica para o proprietário que moderniza passa a ser a substituição do trabalhador permanente pelo volante, com o conseqüente aumento da sazonalidade do emprego dos trabalhadores rurais.

A proposta de modernização do campo acabou por intensificar a concentração de terras no Brasil, visto que os incentivos e as políticas agrárias eram voltados aos grandes produtores, promovendo a industrialização da agricultura e, concomitantemente, a concentração fundiária:

Em conseqüência da política concentradora na concessão dos incentivos e subsídios praticada pelo Governo Federal, em desrespeito aos dispositivos do Estatuto da Terra, acentuou-se a concentração da propriedade agrária: a área média do estabelecimento

agropecuário cresceu de 60,0 hectares, em 1970, para 64,9 hectares, em 1975 e para 71,1 hectares em 1980, segundo os três respectivos censos. Conseqüentemente, o índice de Gini, calculado para aqueles mesmos anos, evoluiu de 0,844 para 0,855 para 0,859, acusando grave aumento da desigualdade e da concentração da propriedade agrária (IBASE³⁰, 1984, p. 97-98)

A terra como fonte de especulação fundiária se manteve, grandes extensões territoriais passaram ao controle do capital financeiro. Ianni (1984, p. 151) já apontava para esta característica da burguesia agrária no Brasil:

As classes sociais se distinguem em várias regiões e há diferentes conotações. Mas à guisa de síntese, eu diria que a burguesia é nacional e estrangeira. O capital estrangeiro está no campo. Se não está o capital estrangeiro, está o estrangeiro proprietário de terra, que desenvolve atividades agrícolas. Às vezes a burguesia estrangeira está associada à burguesia nacional. Sem esquecer que freqüentemente empresários agrícolas são empresários industriais, comerciais, financeiros e agrícolas. De modo que é complexa a burguesia agrária no Brasil.

Por outro lado, a estratégia utilizada pelo governo não produziu os efeitos previstos, como destaca Guimarães (1979, p. 314):

O lado sombrio da estratégia concentracionista do Governo não tardou a revelar-se. Os êxitos obtidos nas exportações foram sobre passados e quase invalidados pelo crescimento muito maior das importações e da dívida externa, no período considerado. O crédito subsidiado deu às empresas fabricantes de equipamentos agrícolas e tratores, na maioria multinacionais, a oportunidade de superequipar os latifúndios, fazendo crescer exageradamente tanto o seu endividamento quanto a capacidade ociosa do material adquirido.

Apesar do superequipamento dos latifúndios grande parte da tecnologia adquirida manteve-se ociosa. Um dos principais fatores que contribuíram para este fato é que muitas vezes os gastos para manter inúmeros trabalhadores no campo, à custa de baixos salários, era menor do que os gastos com manutenção. Guimarães enfatiza em suas considerações que a estratégia utilizada, a modernização, não atendia as peculiaridades do campo brasileiro que ainda conviviam com formas “feudais” de relações sociais.

A política de modernização levada a cabo pelo regime militar também provocou uma ampla transformação nas relações de trabalho, dos quais Norder (2004, p. 51) destaca os seguintes aspectos:

³⁰ Instituto Brasileiro de Análises Sócio-econômicas

a) Destruição dos vínculos tradicionais de dominação no interior do latifúndio; b) Aprofundamento da separação entre os trabalhadores e a posse ou propriedade de meios de trabalho; c) Destruição das tradicionais formas de reprodução da força de trabalho, com a separação de local de trabalho e local de habitação, e também o condicionamento da obtenção de alimentos às relações mercantis; d) Simplificação e especialização de tarefas no processo de trabalho, destruição do saber camponês.

O que teria aumentado a mercantilização das relações sociais e caracterizado a passagem do “tradicional complexo rural” para o “moderno complexo agroindustrial”. O efeito da política governamental agravou os conflitos que resultaram em marchas, mobilizações e denúncias sobre a exploração no campo. Por outro lado, houve também a transformação nas relações de poder locais, por meio da concentração de poder, federalização das decisões e “militarização da questão agrária” provocando o “esvaziamento político do campo” (MARTINS, 1984).

Em agosto de 1982, foi criado o Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (MEAF). As questões sociais do campo continuaram a ser vistas como um problema de segurança nacional e pretensamente “resolvidas” através dos projetos de colonização, que tinham como objetivo principal, ocupar as fronteiras do país. Ao fazer um balanço sobre o período Martins (1984, p. 15) destaca que:

Simultaneamente, a brutalidade que cerca a efetivação dessa política de desenvolvimento – despejos violentos para abrir espaço às novas empresas, assassinatos de trabalhadores, queimas de casas, destruição de roças – contribuiu poderosamente para disseminar o descontentamento social e desencadear uma nova fase de lutas sociais. Ao mesmo tempo que o desenvolvimento econômico patrocinado pelo regime promove o esvaziamento ou a transformação política do campo, os trabalhadores rurais têm crescido politicamente e em posição de contestação a essa mesma política, sobretudo contestação à política fundiária.

Além do mais, a mudança de postura na Igreja Católica evidenciada na Conferência do Episcopado Latino Americano (CELAM) realizada em 1968, em Medelin, com a chamada “Teologia da Libertação” e a opção pelos pobres e marginalizados³¹, foi um fato marcante para a organização popular. Em 1975, foi criada a Comissão Pastoral da Terra. Dessa forma a Igreja “*cria os canais, as condições, oferece uma base de apoio para que as populações rurais se organizem*” (MARTINS, 1986).

Em 1980, por intermédio da Confederação Nacional dos Bispos Brasileiros, a Igreja Católica aponta três origens principais para os conflitos na terra: os latifúndios, a concentração do capital e as secas no Nordeste. A propriedade da terra foi o tema principal do encontro onde foi estabelecida uma distinção entre terra utilizada com o intuito de obter lucro, contando para isso com

³¹ Esta diretriz foi adotada como procedimento de ação pastoral, aprofundando o trabalho iniciado pelas CEBs em 1960, no Rio Grande do Norte. As CEBs foram um dos primeiros meios de organização dos trabalhadores rurais propiciados pela Igreja Católica.

a exploração das grandes massas de produtores e a terra possuída por quem nela trabalha e destinada à subsistência³². Deste modo, a luta pela terra adquiriu a “benção” da Igreja e certa legitimidade, lutar pela terra apesar de ser contra a lei adquire um novo caráter: de uma luta justa (GRAZIANO DA SILVA, 1985).

A intensificação do processo de modernização provocou a eclosão de novos conflitos, no período de 1973 a 1985, devido aos projetos de colonização, a criação de barragens e o desalojamento dos habitantes das áreas “beneficiadas”, como a construção das barragens de Sobradinho e Itaparica, construídas pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), que se organizaram através da CONTAG e da CPT exigindo terras próximas as margens do lago; os atingidos pelas barragens de Itaipu (1978/1982) e as do Rio Uruguai (1980/1992) pelas Centrais Elétricas do Sul do Brasil (ELETROSUL), o movimento dos atingidos pela barragem de Tucuruí, pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil (ELETRONORTE). Além da constituição do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (MASTRO) (MARTINS, 1984 e GRZYBOWSKI, 1991).

Este processo de exclusão, agravado pelos incentivos e benefícios concedidos pelo governo militar, ampliou a exclusão no campo gerando amplo descontentamento social que se refletiu nesta lutas pontuais que também deram origem ao MST no Rio Grande do Sul³³.

O MST passou a organizar-se no Estado e, contando com o apoio de setores progressistas da Igreja Luterana, da Igreja Católica e dos sindicatos, estabeleceu redes de solidariedade que ultrapassaram as fronteiras do Estado. Em 1980, foram ocupadas a fazenda Burro Branco, no município de Campo Erê e a fazenda Primavera em Andradina, iniciando a expansão do movimento no Sudeste do país.

Contudo, dentre os acontecimentos que visibilizaram a atuação do MST registra-se o acampamento realizado na Encruzilhada Natalino, em 1981, na região de Ronda Alta no sul do país.

A partir destas primeiras iniciativas de mobilização das famílias de sem terra o movimento passou a acumular experiência e a realizar outras atividades como os encontros regionais e estaduais. Em 1984, foi realizado o 1º. Encontro Nacional dos Sem Terra em Cascavel, no Paraná, organizado principalmente pela Igreja Católica e que contou com representantes de 16

³² Martins (1980) distingue a “terra de trabalho”, destinada ao trabalho do agricultor e da sua família de onde provêm os seus ganhos, e a “terra de negócio” utilizada para obter lucro, seja por meio da exploração do trabalho alheio, seja por meio da especulação.

³³ Ainda no período da ditadura 110 famílias ocuparam a fazenda Macali, no município de Ronda Alta, no dia 07 de setembro de 1979. A data da ocupação foi neste dia porque as atenções dos militares estariam voltadas para as festividades de comemoração da Independência. Como a área foi considerada insuficiente para as famílias que participaram da ocupação, foi ocupada posteriormente uma área próxima a fazenda Brilhante. Este é considerado o marco inicial do Movimento.

estados.

Durante este período, apesar de contestar diversos pontos do Estatuto da Terra o Movimento utilizou as prerrogativas legais ali contidas para fazer valer as reivindicações do acesso a terra.

Apesar da emergência de outros movimentos no período poucos conseguiram resistir até a década de 90, entre eles pode-se destacar o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o MST. Entretanto, o de maior destaque tem sido o último.

Uma mudança fundamental ocorreu na postura dos analistas da questão agrária no país. Enquanto na década de 60 acreditava-se que a Reforma Agrária era indispensável para o desenvolvimento capitalista, na década de 70 e 80 o aspecto fundamental ressaltado por diversos pesquisadores é que o conteúdo da Reforma Agrária não seria econômico, mas político ou social. Para Graziano da Silva (1985, p. 101):

a reforma agrária brasileira se justifica nos anos 80 como uma política social, independente dos reflexos produtivos que possa vir a ter. Isso significa que, antes de resolver o problema do feijão e do arroz, precisamos decidir se os milhões de trabalhadores rurais deste país têm direito ou não de ser cidadãos brasileiros.

ABRAMOVAY (1985, p.18) enfatiza que a Reforma Agrária não seria imprescindível para o desenvolvimento capitalista, mas que é fundamental sob o aspecto político por dois pontos principais: é um caminho para abalar o poder da oligarquia rural e para a conquista da cidadania, pois garantiria não apenas “o direito de um voto independente, mas um local de moradia e trabalho independente do patrão, possibilidade de conquista de melhores condições de vida. Em suma, é o que diz a Campanha da Reforma Agrária: Sem Terra, Não Há Democracia”.

Veiga (1994, p. 300), considera que a Reforma Agrária como indispensável devendo inexoravelmente ocorrer em algum momento da história. Portanto a discussão giraria em torno de qual reforma agrária o país irá adotar:

... caso o Brasil não seja assim tão original e tenha que seguir o exemplo dos países que já conseguiram se desenvolver, vai ter de arranjar uma maneira de desafogar os minifundistas, oferecendo-lhes a oportunidade de se tornarem agricultores familiares viáveis; uma maneira de transformar arrendatários em proprietários; uma maneira de oferecer terra aos filhos dos pequenos proprietários; enfim, uma política cuja diretriz central seja o fomento e o apoio a nossa agricultura familiar. Em poucas palavras, vai precisar de reforma agrária.

A reforma agrária seria uma forma de distribuição de renda e poder tornando a sociedade brasileira, diminuindo as desigualdades sociais. Entretanto, para outros estudiosos, a

Reforma Agrária já não seria necessária para o Brasil, visto que o desenvolvimento capitalista teria ocorrido sem a realização da Reforma Agrária devendo-se adotar outras políticas para o combate à pobreza rural:

... os marginalizados que engrossam o Movimento dos Sem Terra, encarnado nos acampamentos e nas invasões de terras, devem ser tratados por ações governamentais de combate ao desemprego e a miséria, pois a cidadania não se obtém, necessariamente, através do recebimento de um pedaço de terra. Essa confusão entre cidadania e propriedade da terra deriva da equivocada compreensão sobre a luta real dos trabalhadores rurais nas regiões de agricultura modernizada (GRAZIANO NETO, 1991, p. 76).

Além do mais, para ele a “luta real” dos sem terra seria em torno de melhores condições de vida e não necessariamente, de possuírem um pedaço de chão. Por outro lado, alguns pesquisadores ainda destacam a redistribuição fundiária como um elemento importante para o desenvolvimento do país, já que:

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil, em seu conjunto, não pode dispensar o setor da pequena agropecuária familiar. Sem ele, os alimentos se tornariam ainda mais caros e a força de trabalho urbana teria de ser paga com salários monetários mais altos, comprometendo a acumulação capitalista industrial. Aliás, a falta de proteção à pequena agropecuária familiar (sic) já chegou a um ponto em que diminuiu, nos últimos anos, a produção *per capita* de alimentos para o mercado interno. O governo brasileiro, assoberbado com os enormes rombos na balança de pagamentos, se tem visto ainda na contingência de gastar centenas de milhões de dólares com a importação de feijão, milho, arroz, leite e carne (GORENDER, 2002, p. 42).

Graziano da Silva (2002) defende que a Reforma Agrária não precisaria ter um caráter essencialmente agrícola, visto que os problemas fundamentais da produção e preços, consideradas por Ignácio Rangel e Caio Prado Jr, seriam satisfeitas pelos complexos agroindustriais. Além do mais considera o modelo de Reforma Agrária adotada no país extremamente onerosa “uma política social compensatória do tipo ‘passe no caixa’” que:

... tem-se mostrado muito cara até mesmo para os países; e a política de inserção em serviços pessoas urbanos requer um “aprendizado” que não está ao alcance da maioria das famílias “sem-terra” e principalmente dos “sem-sem” do nosso país; além, é claro, do custo macroeconômico da urbanização dessas famílias em termos de infra-estrutura de transportes, saneamento básico, habitação, etc. (Graziano da Silva, 2002, p.138).

A Reforma Agrária seria necessária, para ajudar a “equacionar” os problemas

relativos ao “excedente populacional”, devendo permitir a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, o que demandaria menos terra, além de diminuir os custos por família assentada. O “novo rural”, defendido pelo autor, englobaria quatro subconjuntos:

- a. Uma agropecuária moderna, baseada em *commodities* e intimamente ligada às agroindústrias, que vem sendo chamada de o *agribusiness* brasileiro;
- b. Um conjunto de atividades de subsistência que gira em torno da agricultura rudimentar e da criação de pequenos animais, que visa primordialmente manter relativa superpopulação no meio rural e um exército de trabalhadores rurais sem terra, sem emprego fixo, sem qualificação, os ‘sem=sem’ como já os chamamos em outras oportunidades, que foram excluídos pelo mesmo processo de modernização que gerou o nosso *agribusiness*;
- c. Um conjunto de atividades não agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; e
- d. Um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos específicos de mercados (Graziano da Silva, 2002, p.ix).

Em linhas gerais, o agribusiness e as atividades de subsistência, desenvolvidas pelos pequenos proprietários, entre eles os assentados de Reforma Agrária, contribuiriam harmoniosamente para o desenvolvimento do país e para a eliminação da pobreza no campo. Destaca-se nesta proposta o surgimento das “famílias pluriativas”, ou seja, as que combinam atividades agrícolas e não-agrícolas.

Este debate estende-se nos anos seguintes como será visto a seguir, e outros temas entraram em discussão como a segurança alimentar³⁴, desenvolvimento sustentável, os transgênicos etc.

1.3. Dilemas da questão agrária no país: a redemocratização e a consolidação do MST (1985-2004)

No período autoritário, as propostas de modernização do campo acabaram por intensificar a concentração de terras no Brasil, visto que os incentivos e as políticas agrárias, eram voltados aos grandes produtores promovendo, por conseguinte, a industrialização da agricultura. Esses trabalhadores buscaram, através de atores - como o movimento sindical, as ONG’s, o MST etc. - inverter esse processo. Desse modo, com a multiplicação dos conflitos no campo, o MST

³⁴ A segurança alimentar, resumidamente é a garantia do direito a alimentação pelos cidadãos, que deve ser assegurada pelo Estado.

encontrou um espaço propício para se expandir no Brasil.

Durante o período de “redemocratização”, que se iniciou com as campanhas eleitorais para presidente em 1984, Tancredo Neves, então candidato à Presidência da República, assumiu em seus pronunciamentos o compromisso de encaminhar uma política agrária no país. A abertura política deu uma nova diretriz para a questão agrária no país e permitiu que diversos atores sociais entrassem na arena política, para reivindicar seus direitos, inclusive, os camponeses liderados por entidades já tradicionais na luta pela Reforma Agrária.

José Sarney assumiu a presidência, após a morte do presidente eleito Tancredo Neves, e iniciou seu governo incumbindo o INCRA de elaborar uma proposta inicial de Reforma Agrária, fundamentada no Estatuto da Terra, para ser discutida com a sociedade civil. O MEAF foi transformado em Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), em 30 de abril de 1985, tornando-se responsável pela implantação do projeto.

Esse projeto foi alvo de grandes debates políticos, envolvendo o Movimento Sindical Rural (MSR), o MST, a CPT, a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), a Confederação Nacional da Agricultura (CNA), os trabalhadores urbanos, intelectuais progressistas e outros segmentos da burguesia urbana e rural (SOUZA, 1998).

Neste período, o MST adquiriu maior representatividade e se constituiu enquanto uma organização nacional. Em janeiro de 1985, foi realizado o I Congresso Nacional na cidade de Curitiba-PR, que contou com a participação de quase 1500 delegados provenientes de vários estados brasileiros. Nesse congresso foi definida uma nova palavra de ordem “Ocupação é a única solução”, que se tornou referência para seus integrantes nos cinco anos seguintes (MORISSAWA, 2001, FERNANDES, 2000).

A proposta inicial do Plano Nacional de Reforma agrária foi lançada no IV Congresso da CONTAG, realizado entre 25 e 27 de maio de 1985 e dividiu os setores que lutavam pela conquista da terra. O Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais e a CONTAG mostraram-se favoráveis a implementação da proposta, contrapondo-se apenas ao ritmo da implantação e a abrangência desta. Já, o MST considerou as metas insuficientes e propôs a ampliação de várias destas, além disto defendeu quatro pontos para que fosse garantida a implementação da proposta:

1) imediata liberação dos recursos destinados ao assentamento das 100 mil famílias no primeiro ano; 2) começar a desapropriar o mais rápido possível, evitando que os latifundiários possam “rever” suas declarações; 3) o boicote de funcionários corruptos e comprometidos com forças latifundiárias; 4) o calendário eleitoral de 1985-1986, que pode ‘esconder’ a reforma (MARTINS, 1984, p. 19-20).

Além disso, propunha o controle do processo pelos trabalhadores e a desapropriação de todas as áreas acima de 500 hectares, sendo estas improdutivas ou não, distribuição das terras públicas e criação de novas leis com a participação dos trabalhadores e a partir da prática de luta dos mesmos (MARTINS, 1984; COLETTI, 2002).

A proposta foi combatida efusivamente pelos proprietários de terra e passou por doze versões, que acabaram comprometendo a proposta inicial. O grande diferencial do PNRA, e que intensificou o debate das forças contrárias a Reforma Agrária, é a ênfase na desapropriação por interesse social, que dava o direito ao governo de executar a desapropriação quando as terras não estiverem cumprindo o seu papel social e indenizá-las por meio de Títulos da Dívida Agrária, pagando apenas as benfeitorias em dinheiro (GOMES DA SILVA, 1987).

A proposta do PNRA provocou grandes expectativas e pressões de vários setores sociais para o seu cumprimento e causou uma forte reação dos setores patronais. A proposta política do MST e principalmente as ações de ocupação de terras culminaram no surgimento da União Democrática Ruralista (UDR), em junho de 1985, logo após a apresentação do plano³⁵.

Este foi um movimento das forças tradicionais de direita, articulado aos latifundiários, que surgiu durante o período da modernização democrática do país, atuando no processo Constituinte, onde obteve grande desempenho. A UDR utilizava-se tanto dos mecanismos legais, quanto de milícias armadas para a “defesa” da propriedade da terra.

Depois de muitos debates a versão conciliatória do Plano Nacional de Reforma Agrária foi publicada em 10 de outubro de 1985. O principal objetivo da proposta era contribuir para mudar a estrutura fundiária do país, eliminando o minifúndio e o latifúndio, assegurando um regime de posse e uso, visando a obtenção da justiça social e a utilização social da terra. Dentre outras preocupações, visava contribuir para o aumento da oferta de alimentos e matéria-prima para o mercado interno; a criação de novos empregos no setor rural e promover a diminuição do êxodo no campo. A proposta do PNRA previa, para o período de 1985/1989, o assentamento de 1,4 milhões de famílias, em 43 milhões de hectares (SILVA, 1996).

No entanto, se o plano vinha apenas “contribuir” para mudar a estrutura agrária do país quem viria efetivamente fazê-lo? Durante o governo Sarney, foram elaborados diversos projetos alternativos paralelamente ao PNRA, que se deslocavam do principal objetivo deste, que era a realização da Reforma Agrária, segundo Galindo e Lessa (1990 apud SOUZA 1998, p.59):

³⁵ Para compreender melhor o patronato rural e a natureza e significado da UDR ver Bruno (1997)

(...) O mais notável dos casos foi do Conselho de Segurança Nacional (CSN), que durante as discussões da sociedade sobre o Plano elaborou documento referente à mesma questão intitulado Política Nacional de Desenvolvimento Integrado (PONDERI). Como justificativa em arguição sobre o caso pelo Legislativo, o seu Secretário afirmou que tal procedimento ocorreu por solicitação do MIRAD para que o CSN examinasse a proposta do PNRA. Outro caso polêmico foi o da Casa Civil que apresentou o Plano Mestre (PM), em que enfatizava a colonização em detrimento da Reforma Agrária, além de outros.

Apesar de a proposta ser discutida por diversas camadas da sociedade civil e contar com a participação ativa de movimentos sociais e entidades relacionadas com a luta pela terra, os “ruralistas” conseguiram impor diversos recuos na programação inicial do governo. A desapropriação por interesse social deixou de figurar como medida prioritária, privilegiando-se a ocupação de terras públicas e a desapropriação negociada, o que despertou o interesse de muitos proprietários ante a possibilidade de ter suas terras inférteis, indenizadas pelo governo. Além desses entraves, considerou-se que os imóveis com grande incidência de parceiros, meeiros e arrendatários, estariam cumprindo sua função social.

O PNRA estabeleceu oito programas: um básico, o Assentamento de Trabalhadores Rurais, três complementares: Colonização, Regularização Fundiária e Tributação de Terra e quatro de apoio: Estudos e Pesquisas, Desenvolvimento de Recursos Humanos, Cadastro Rural e Apoio Político. Devido a sua amplitude, criou-se a Política Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR), em 08 de outubro de 1985, que recomendava a realização da integração interinstitucional entre os diversos órgãos envolvidos. Para este fim foi implantado, também, a Comissão Institucional de Desenvolvimento Rural (CIDR), encarregada de articular os 15 ministérios envolvidos na execução do Plano. Esta comissão foi dissolvida em 1988, devido a uma série de problemas com os ministérios envolvidos, além da má alocação de recursos orçamentários necessários (SOUZA, 1998).

Às superintendências regionais do INCRA, coube a elaboração dos Planos Regionais de Reforma Agrária, em que eram estabelecidas as metas a serem atingidas, bem como, as áreas previstas para possíveis assentamentos.

Os debates acerca do PNRA fizeram retornar ao cenário político nacional a questão agrária. Segundo Coletti (2002, p. 58), o MST e a UDR teriam contribuído para a politização da questão agrária no Brasil, por duas razões:

1º) as várias instâncias do aparelho de Estado – executivo, legislativo e judiciário – não poderiam mais ignorar a existência de uma questão agrária no Brasil, geradora de conflitos e de violência no campo, não-resolvida até aquele momento; e 2º) os proprietários de terra, de um lado, e os sem-terra, de outro, apresentavam-se na cena política como verdadeiras forças sociais, constituindo-se, os primeiros, como fração autônoma de classe e os

segundos, como classe social distinta, isto à medida que extrapolavam as suas existências econômicas e colocavam-se em confronto nos níveis políticos e ideológico.

A força política da bancada ruralista, ligada aos interesses dos grandes proprietários e da UDR, se fez sentir principalmente na Constituinte. Durante a elaboração da Constituição de 1988, a Reforma Agrária voltou a ser discutida e, segundo Gomes da Silva (1996), avançou na forma e recuou no conteúdo. A evolução se refere à desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária, explicitando a sua função social. E também deu tratamento especial para a Reforma Agrária, criou o instituto de perda sumária para as glebas que cultivassem plantas psicotrópicas, determinou a reavaliação de todos os incentivos fiscais, dispôs sobre a demarcação de terras indígenas e a revisão das concessões de terras públicas com áreas superiores a três mil hectares, realizadas no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1987.

Dentre os recuos, Gomes da Silva (1996) aponta para o fato de que: afrouxou o instituto da desapropriação por interesse social, na abrangência e na exigência do prévio pagamento; não fixou o valor declarado para fins de pagamento do ITR como limite para o valor das indenizações, rebaixou o limite do instituto do usucapião de 100 para 50 ha, manteve praticamente inalterado o limite para a alienação ou concessão de terras públicas, rebaixando o limite de 3000 para 2500 ha.

Já para Graziano Neto (1991, p. 84):

Os desdobramentos políticos posteriores levaram ao desastroso resultado final da Constituinte que, no capítulo da reforma agrária, regrediu a legislação maior à época anterior ao Estatuto da Terra. A polêmica sobre a desapropriação de terras impediu discussão mais abrangente sobre a política fundiária, resultando que a derrota da esquerda agrarista abrisse um vazio que poderia ter sido ocupado por outros mecanismos de política fundiária.

Na década de 80, a legislação referente a Reforma Agrária sofreu uma série de transformações por meio de decretos, portarias e instruções especiais que tornou a legislação agrária uma grande confusão, que passaram a constituir entraves para a sua efetivação.

Esse período de ebulição, provocado pelas relações de forças entre as classes envolvidas, pode ser comprovado pelo fato de que:

No período de 03/1985 a 07/1989 o INCRA foi submetido a 6 (seis) dispositivos legais que alteraram suas estruturas administrativas. Apenas para lembrar: houve a criação do MIRAD (30/04/85), a extinção do INCRA (21/10/87), a criação do INTER (22/10/87), a extinção do MIRAD (20/03/89), o restabelecimento do INCRA (28/06/89), a sua vinculação ao Ministério da Agricultura e ainda o Dec. Nº. 97.978 de 19/07/89, que dispunha que a Autarquia fosse dirigida por um Presidente e seis Diretores, tal qual era antes de 1985, com um período médio de oito meses de funcionamento sem alterações. Já

o MIRAD, no mesmo período, teve cinco documentos legais que o alteraram (AVALIAÇÃO DO PNRA – 1985/1989, 1990:27).

Acrescente-se, que entre efetivos e interinos passaram pelo MIRAD sete ministros e pelo INCRA doze presidentes. Não bastasse a inexperiência e/ou desconhecimento de alguns dirigentes, era nítido o descomprometimento com a reforma agrária. A cada mudança, correspondia alterações nos dispositivos internos e nas prioridades traçadas, reformulações orçamentárias, além de mudanças de cargos e chefias (...) (SOUZA, 1998, pág. 71)

Os governos que se seguiram definiram como prioridade a Reforma do Estado, baseada nas políticas de privatização e de descentralização, do ideário neoliberal. No plano internacional, a intervenção do Banco Mundial dá uma nova face aos programas de combate a pobreza, retomando a retórica da Reforma Agrária e começa a introduzir estímulos a “Reforma Agrária conduzida ou assistida pelo mercado” (MEDEIROS, 2002).

Neste período, os conflitos no campo se intensificaram, reafirmando a bandeira da Reforma Agrária e o MST, cada vez mais articulado, se espalhou pelo país, conseguindo o apoio da sociedade utilizando ações de impacto, como as marchas, as ocupações de prédios públicos e os acampamentos, entre outros, o que condicionou as políticas públicas no governo que se sucedeu.

Durante o governo Collor, devido à repressão às ocupações e a maior violência nos despejos, o movimento diversificou suas estratégias de luta e estabeleceu um novo lema no II Congresso Nacional do MST 1990: “Ocupar, resistir e produzir”. Conforme Fernandes (2001, p. 200), os anos do Governo Collor teriam sido os piores para o Movimento, pois:

Nesse momento, ocorreu uma escalada de repressão contra o Movimento, de modo que, considerando a palavra de ordem *ocupar, resistir, produzir*, o *resistir* foi mais intensificado. As ocupações eram rechaçadas pela polícia, de modo que em 1990 diminuíram significativamente os números de ocupações e de famílias na luta pela terra (grifos do autor).

Devido a forte repressão, o movimento promoveu grandes reestruturações priorizando a organização interna, como o fortalecimento do setor de educação e constituição do Setor Cooperativista dos Assentados, criado para fortalecer a organização da cooperação agrícola nos assentamentos³⁶.

Além da repressão, o Governo estabeleceu uma série de medidas que dificultou a ação do MST, como a restrição das políticas públicas para a agricultura, em especial o crédito e a assistência técnica; decretou a extinção do MIRAD, reduziu as atribuições do INCRA passando-as para o Ministério da Agricultura e repressão policial dos integrantes do Movimento por meio de prisões e instalação de processos judiciais contra as lideranças dos sem terra (COLETTI, 2002).

³⁶ A Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) foi fundada em 1992 e reúne todas as cooperativas acompanhadas pelo movimento no país.

O governo Collor estava voltado para a abertura da economia nacional ao mercado mundial, adequando o país ao processo de globalização, porém, o seu governo foi bastante tumultuado devido às denúncias de corrupção, que culminaram com o impeachment. Assumiu então, o vice-presidente Itamar Franco cujo governo “foi marcado pela indeterminação”, principalmente no Ministério da Agricultura, no qual passaram 11 ministros (GOMES DA SILVA, 1996).

Contudo a conjuntura política indicava alguns avanços a repressão diminuiu e no que se refere à legislação agrária houve a regulamentação as desapropriações por meio da Lei Agrária, Lei 8629, promulgada em 25 de fevereiro de 1993. A implementação desta lei representou um avanço, pois desde a Constituição de 1988 não havia uma legislação específica para as desapropriações.

O MST continuou se expandindo e, em seu III Congresso Nacional, realizado em 1995³⁷, participaram cerca de 5226 delegados de 22 Estados do Brasil, neste congresso foi estabelecido o lema Reforma Agrária: uma luta de todos³⁸. O congresso contou ainda com a participação de representantes de organizações sociais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), o MMTR (Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais), entre outros. Para Coletti (2002, p. 85), a expansão do movimento nas primeiras décadas dos anos 90 pode ser explicada pelo acirramento das contradições sociais que se tornaram mais evidentes com a implantação do projeto neoliberal:

Dessa forma, a luta pela terra a qualquer preço coloca-se para muitos trabalhadores, muitas vezes, como “última alternativa”, como uma espécie de busca de um “porto seguro” em meio à insegurança do desemprego, do subemprego e da marginalização social, em suma, como um *meio*, às vezes, o único capaz de garantir o sustento próprio do trabalhador e o de sua família. À medida que aumentam a marginalização e a exclusão social que atingem, nesses tempos de vigência do neoliberalismo, em cheio as classes subalternas – urbanas e rurais -, aumentam as bases sociais do MST que repõe a essa população marginalizada o sonho do trabalho, da sobrevivência e da reprodução social. Dessa maneira, poderíamos dizer que a força política do MST deriva, em grande parte, do fato de que os efeitos perversos causados pela adoção de políticas neoliberais no Brasil acabam, no final das contas, contribuindo para a própria expansão das bases sociais desse movimento e que esta base não está sujeita aos “constrangimentos econômico” que dificultam a luta dos assalariados.

³⁷ Neste mesmo ano, foi criado o Instituto Técnico de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (ITERRA) em Veranópolis-RS, para atender à necessidade de capacitação técnica de quadros para o gerenciamento das cooperativas (MORISSAWA, 2001).

³⁸ Segundo Molina (1998, p. 41) esse novo lema indicaria um avanço importante na concepção do movimento, ao perceberem que apenas os trabalhadores rurais seriam insuficientes para promover alterações estruturais no conjunto de relações sócio-econômicas da sociedade brasileira, por envolver mecanismos jurídicos, políticos, econômicos e culturais.

De acordo com o autor, a base social do MST é composta basicamente por pessoas que não possuem vínculo empregatício e que sobrevivem sob condições extremas. Este seria um ponto fundamental para o desenvolvimento do Movimento, pois não tendo nenhuma garantia a ser preservada, como o emprego, por exemplo, estes também não enfrentariam constrangimentos como é o caso dos assalariados que formam a base dos sindicatos que estão constantemente ameaçados pela perda do emprego.

No primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, os massacres ocorridos em Corumbiara (1995), em Eldorado dos Carajás (1996), a Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária organizada pelo MST (1997) etc., sensibilizaram a população e geraram o reconhecimento político do movimento e uma certa simpatia internacional como heróis nacionais, o que fez retornar, com grande intensidade no cenário político nacional, o problema da Reforma Agrária. Contribuía para ampliar este apoio, a percepção da deterioração dos grandes centros urbanos, da crescente violência e da precarização das condições de vida.

O MST, devido à grande visibilidade adquirida em anos de organização da luta e resistência de trabalhadores em busca da Reforma Agrária, passou a ser o principal interlocutor do governo, entre as outras entidades relacionadas à luta pela terra e conseguiu que algumas de suas demandas fossem aceitas, como a implantação do Projeto Lumiar, em 1998, criado para prestar assistência técnica aos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária³⁹ (PRONERA), criado no mesmo ano.

A execução desses projetos foi atribuída ao INCRA, entretanto, contou com grande participação dos movimentos sociais rurais e de outros setores da sociedade.

Além desses projetos, ocorreram várias modificações nos mecanismos legais da Reforma Agrária, que contribuíram para o aumento na criação de assentamentos rurais. Entre eles, o rito sumário que reduziu o tempo entre a desapropriação e a emissão de posse, estabelecendo um prazo de 48 horas para o parecer definitivo pelas instituições de justiça, após a solicitação do INCRA, e a medida provisória 1.703-97, que reviu os critérios de avaliação de terras, possibilitando ao Estado pagar o valor de mercado pelas terras desapropriadas, e esclarecendo, também, o critério de terra improdutiva (RUA e ABRAMOVAY, 2000).

Neste período houve um aumento significativo da quantidade de assentamentos:

Na segunda metade dos anos 90, o Estado precisou atuar sobre a questão fundiária de forma

³⁹ Os debates iniciais para a formação do PRONERA, se deram no Encontro Nacional de Educadores na Reforma Agrária (ENERA), realizado em 1997, que contou com a participação da Universidade de Brasília (UnB), do MST, da UNICEF e da UNESCO, onde foi constatada a necessidade de uma educação especial, voltada para a realidade dos assentados.

mais incisiva e abrangente que os governos anteriores, com a desapropriação de áreas improdutivas e a implementação de assentamentos rurais, o que implicava em investimentos governamentais para o pagamento das áreas desapropriadas, criação da infraestrutura social e financiamento da produção agropecuária das famílias assentadas, contrariando assim as diretrizes oficiais e acordos internacionais de contenção do déficit fiscal e de redução da participação direta e indireta do Estado em atividades econômicas e sociais. Junto a isso, ampliaram-se as ações de regularização fundiária de áreas em disputa, acoplando estas medidas, com finalidade publicitária, segundo o MST ao rol de ações de reforma agrária (NORDER, 2004, p.63).

Fernandes (2001) aponta quatro fatores para explicar o expressivo número de assentamentos criados no período⁴⁰: a organização dos sem-terra, a regularização fundiária das terras de posseiros, principalmente na região Norte; o desemprego intensificado pela política neoliberal e a diminuição do preço da terra.

De acordo com Carvalho Filho (2001, p. 213), o governo buscava tornar a opinião pública favorável à sua política de Reforma Agrária e desmoralizar o MST utilizando pelo menos duas linhas de argumentação:

De um lado, com o uso de meias-verdades – como é o caso de anunciar os números de famílias assentadas sem considerar dupla contagem, a destruição do emprego no campo e a timidez desses números frente às demandas sociais – mostrava-se agressivo e eficaz na implementação da reforma agrária anunciando metas nunca dantes alcançadas, alterações legislativas (ITR, Rito Sumário, Novos Critérios de Avaliação, etc.), aumento do volume de crédito para assentados (Procera) e agricultura familiar (Pronaf), redução do conflito agrário e novos programas (Lumiar, casulo, Pronera, Recadastramento Nacional dos Imóveis Rurais, Banco da Terra etc.)...

Por outro lado, a segunda linha de argumentação governamental foi a crítica contínua aos movimentos sociais (principalmente ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST), procurando desqualificá-los, enfraquecê-los e criminalizá-los – prática recorrente em nossa história sempre que a organização popular apresenta fortalecimento e chega a conquistas...

No seu segundo mandato, o Governo FHC, reforçou as diretrizes que já vinham sendo tomadas no final do mandato anterior o que resultou numa mudança nas políticas governamentais.

Surgiu, segundo Norder (2004) e Medeiros (2002), entre os próprios membros do governo, a idéia de que eles estariam a “reboque” dos movimentos sociais, pois o fato de que os assentamentos se fazem sob intensa pressão, estava presente, tanto no movimento, quanto no governo. Além disso, o uso político das denúncias de corrupção de diversas cooperativas, principalmente em assentamentos mediados pelo MST, criou um campo propício para a redefinição das políticas e atraiu diversas manchetes nos jornais, abalando a legitimidade do MST, perante a opinião pública. Este fato provocou rupturas dentro do próprio movimento dando origem a outras

⁴⁰ Segundo Fernandes (2001) cerca de 280 mil famílias foram assentadas ou tiveram suas posses regularizadas no período.

organizações que passaram a disputar a base social do movimento.

As mudanças nas políticas para o campo foram concretizadas num conjunto de medidas que foram implementadas aos poucos, em dois anos de legislações sucessivas. Estas mudanças foram ocorrendo no plano legal, na própria estrutura das instituições, por meio de uma política agressiva de desconcentração e de descentralização da Reforma Agrária, uma série de medidas que, se de um lado, agilizavam as desapropriações, de outro tolhiam a ação dos movimentos sociais. Esta proposta foi duramente criticada pelos movimentos sociais, pois:

A proposta de descentralização formulada pelo governo estaria pretendendo, conforme avaliação dos movimentos sociais, criar um novo personagem político: o sem-terra não-integrante do MST ou de qualquer outra organização popular; um ‘sem-terra’ não integrante do MST ou de qualquer outra organização popular um ‘sem-terra’ vinculado a instituições políticas criadas no plano local, em torno do poder municipal, envolvido em uma operação coletiva de compra e venda mediada por um sistema estatal de financiamento. A avaliação dos movimentos sociais e partidos de oposição era a de que a descentralização, daquela forma específica, naquele momento específico, estaria objetivando uma fragmentação, uma dispersão da luta pela terra. A segunda parte do programa governamental de redefinição do modelo de reforma agrária consistia na integração dos assentados ao ‘sistema de agricultura familiar’. Argumentava-se que o Estado havia concedido aos assentados, ao longo dos anos 90, créditos *‘altamente subsidiados por tempo indefinido... enquanto seus vizinhos, agricultores familiares que tiveram acesso à terra por compra e herança, continuariam contando com subsídios muito menores’*. Mais do que isso, o governo afirmava estar *‘cuidando da vida’*, *‘tutelando’* e mantendo *‘vínculos de dependência’* com a população assentada, algo que poderia ser refutado tanto do ponto de vista ético-político como financeiro-administrativo (NORDER, 2004, p. 70-71, grifos do autor)

Esse conjunto de medidas foi consolidado no plano conhecido como “Novo Mundo Rural”, cuja versão final foi apresentada em maio de 1999, que baseava-se na descentralização da saúde, da educação, entre outros, e na emancipação rápida dos assentamentos, em que o assentado era visto como empreendedor, que precisava que se tornar competitivo no mundo dos negócios como forma de se viabilizar. Ou seja, forçava-os a investir e a atualizar tecnologicamente, para que seus produtos pudessem competir no mercado, além de introduzir mecanismos de mercado no processo agrícola. Segundo Araújo (2000, p.1):

Tudo isso tornou-se necessário, em virtude da verificação de vários fatores atualmente existentes como: agricultura patronal em crise; concentração de riqueza causando exclusão social; assentados também são agricultores familiares, somente a entrada no sistema é diferenciada, etc.

Dessa forma, as mudanças cristalizadas nesse programa possuíam como objetivos:

(...) promover o desenvolvimento sócio-econômico sustentável através da desconcentração da base produtiva, ao mesmo tempo em que a vida econômica, social, política e cultural da população rural possa ser dinamizada, e para isto se faz premente o uso de investimento na expansão e fortalecimento da agricultura familiar por meio de redistribuição dos ativos terra

e educação, e estimulando outras atividades geradoras de renda no campo, mesmo que estas não sejam preponderantemente agrícolas.

Com essas ações estratégicas, romperia-se “a visão tradicional do rural, que isolava o campo da cidade”. O Novo Mundo Rural, conforme Domingos Neto (2004, p. 29), era uma:

Expressão utilizada tanto para designar tanto as transformações em curso na realidade agrária brasileira quanto um paradigma a ser perseguido. As mudanças teriam como fundamento a introdução de tecnologia, a emergência de novas atividades no meio rural e o surgimento de novas configurações sociais. O progresso técnico, acarretando ganhos de produtividade na agricultura, haveria ensejado a formação de um “excedente de trabalho”. Assim, as famílias de produtores estariam empregando o tempo disponível em atividades não-agrícolas com o objetivo de complementar suas rendas.

A utilização de alguns desses mecanismos de mercado no acesso à terra foram incorporados após uma experiência embrionária implementada no Ceará, em 1996, com o auxílio do Banco Mundial: o Projeto São José. Em 1997, surgiu o projeto Cédula da Terra, que estendeu essa experiência para mais quatro estados: Maranhão, Bahia, Pernambuco e norte de Minas e já em 1998, antes de uma avaliação mais detalhada do programa, foi criado o Banco da Terra. Este tinha por princípio formar associações de produtores sem terra em que o Banco definia o perfil que determina quem pode ser beneficiário. A partir de então, os próprios interessados procuravam uma terra e uma vez acertado o preço, o Banco da Terra oferecia o crédito para que as pessoas pudessem comprar o lote desejado. Os pressupostos alegados para a criação do Banco, eram de que: havia ocorrido uma queda dos preços das terras, porque o latifúndio estava quebrado e ele consistia num mecanismo de acesso a terra, que valorizava a negociação e não o confronto (MEDEIROS, 2002).

A criação do Banco da Terra provocou reações por parte dos movimentos sociais, em especial, o MST, a CPT e a CONTAG, que defendiam a desapropriação como instrumento central de Reforma Agrária. Então, de um lado, tinha-se os movimentos defendendo a desapropriação e do outro, o governo afirmando que a desapropriação continuava sendo um instrumento fundamental. Contudo, o governo passou a desqualificar esse processo de aquisição de terras avaliando a desapropriação como cara, morosa, conflituosa, além de dar margem à aquisição de terras pouco produtivas e exigir uma certa centralização de gerenciamento.

Entre as transformações ocorridas, houve a substituição dos projetos PROCERA e Lumiar pelo PRONAF, que é um programa de crédito destinado a todos os trabalhadores rurais que se enquadram na categoria de agricultores familiares. Corroboraram para esta alteração as críticas de alguns economistas da ineficiência na análise e acompanhamento das propostas financiadas pelo PROCERA e do alto índice de inadimplência. Com a extinção do programa, as políticas para desenvolvimentos dos assentamentos praticamente foram desativadas, pois grande parte dos

créditos foi direcionada para agricultores que já estavam inseridos em outros programas de financiamento ou integrados a agroindústria, seguindo o padrão de modernização agrícola dos anos 50 e 60 (NORDER, 2004)

Dessa forma, os assentamentos deixaram de ter um tratamento especial, ao serem inseridos numa categoria mais ampla, sendo desconsideradas as particularidades desses assentamentos, como os que surgiram a partir de conflitos e pela da atuação de movimentos sociais, sindicatos e da CPT, no qual o processo de luta pela terra, proporcionou a construção de uma realidade diferente das quais esses agricultores estavam inseridos anteriormente.

O acesso a terra, por este mecanismo, não seria proporcionado via movimentos e sindicatos, por um processo de luta, mas de forma individualizada e mercantil, por de novos projetos como o Banco da Terra, no qual o próprio interessado procuraria um pedaço de terra que lhe interessasse e recorreria a um empréstimo bancário, para ter acesso a ela ou, ainda, através de um contrato a ser estabelecido diretamente com os agricultores, pelo correio, ignorando-se os mediadores.

Para um maior êxito dessa nova concepção de acesso à terra, foram adotadas penalidades mais rígidas em relação à ocupação de terras, com a exclusão de todos os “invasores” de terras do programa de Reforma Agrária e a terra “invadida” sendo, imediatamente, impossibilitada de desapropriação, durante o período de dois anos. Dessa forma, o próprio estabelecimento de políticas, por meio de um discurso democratizante e tecnologizante, desqualifica os movimentos rurais e as entidades diretamente relacionadas à luta pela terra, tornando a luta ilegítima e ilegal.

De acordo com estudos, realizado por vários pesquisadores e sintetizados por Mendonça e Resende (2004), os programas desenvolvidos pelo governo FHC apresentaram como principais problemas o aumento do valor da terra e pagamento à vista, o que teria inflacionado o mercado de terras, a impossibilidade de pagamento pelas famílias dos empréstimos e conseqüentemente o endividamento dos trabalhadores, a aquisição de terras sem registro e improdutivas, compras de terra feitas por associações sem autonomia na escolha das áreas, condições precárias de sobrevivência e abandono das áreas e denúncias de corrupção envolvendo administrações municipais, políticos e sindicatos.

Em 2000, o MST realizou o seu IV Congresso 2000, em Brasília, e estabeleceu como lema: Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio. Neste congresso, além da participação de mais de mil militantes do MST, de 23 Estados, também participaram simpatizantes estrangeiros de 25 países. O congresso contou também com uma ampla gama de atividades culturais (MORISSAWA, 2001).

Com as eleições presidenciais, o MST moderou as suas ações e empregou seus esforços na campanha eleitoral de 2001.

No primeiro mandato do presidente Lula, em 2002, diversos especialistas foram consultados sobre a questão agrária no Brasil para consolidar sua proposta do governo que foi consolidada no II Plano Nacional de Reforma Agrária. O II Plano Nacional de Reforma Agrária (2004) prevê:

...variados instrumentos que deverão ser utilizados de forma integrada e complementar, de acordo com as características de cada região e dos diversos públicos. São instrumentos de redistribuição de terras, regularização de posses e reordenamento agrário; de fornecimento dos meios indispensáveis à exploração racional da terra aos beneficiários da reforma e aos agricultores familiares; de dinamização da economia e da vida social e cultural dos territórios.

Dentre os principais programas em debate, o de crédito fundiário e o Cadastramento/georreferenciamento do território nacional visando à regularização fundiária têm provocado discussões. Para Mendonça e Rezende (2004), estes programas consistiriam numa continuação dos programas desenvolvidos na gestão anterior estimulando o mercado de terras por meio da valorização de terras que estariam ociosas e pela eliminação das terras comunais, como é o caso dos quilombolas, e contribuindo assim para a aquisição de terra de má qualidade e para a concentração fundiária.

Apesar de serem considerados como meta de vários governos, os projetos de reforma agrária só foram efetivados após intensa reivindicação dos movimentos sociais, dessa forma, as desapropriações e os projetos de assentamentos realizados até então, não foram suficientes para aplacar os conflitos no campo.

Durante duas décadas, o MST se constituiu e se consolidou, bem como suas estratégias e conseguiu formar um quadro de militantes, dirigentes e lideranças, mais ou menos especializados, vinculados a visão social de mundo⁴¹, ou seja, a “*conjuntos estruturados de valores, representações, idéias e orientações cognitivas, que irão formar a consciência política do movimento*” (LOWY, 1995, p. 13). Caldart (2000, p. 65), identifica três “momentos” da história do MST:

o primeiro momento é o da *articulação e organização da luta pela terra* para a construção de um movimento de massas de caráter nacional; o segundo momento é o do processo de *constituição do MST como uma organização social* dentro do movimento de massas; e o

⁴¹ A visão social de mundo, conforme Lowy (1995, p.13-14) se distinguem em visões ideológicas e visões sociais utópicas. As primeiras legitimam a ordem social estabelecida, enquanto as segundas tem uma “função crítica, negativa, subversiva” apontando para uma “realidade ainda não existente”

terceiro momento, o atual, é o da inserção do movimento de massas e da organização social do MST na *luta por um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil* (grifos do autor).

Na atual conjuntura política o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, assim como outros movimentos sociais, em especial, o movimento sindical passa por um período de recrudescimento devido ao avanço das políticas neoliberais no país e ao deslocamento da redistribuição de terras, como elemento primordial para a solução da questão agrária brasileira, para o desenvolvimento da agricultura por meio de novas tecnologias e da modernização do campo pelo agronegócio.

II – QUESTÃO AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO DO MST EM SÃO PAULO

A atividade agropecuária, do Estado de São Paulo, pode ser considerada a mais modernizada do país, representando a maior parcela referente ao PIB agropecuário e agroindustrial e concentra-se em cinco produtos principais: cana, carne bovina, laranja, frango e milho, além da soja e do leite, que representaram juntos no ano de 2004, 75% do valor da produção agropecuária do Estado. Para Muller (2002, p. 235-236) São Paulo se caracterizaria como o núcleo do padrão agrário moderno:

Trata-se, sem dúvida, de uma formidável máquina agrária, que produz muito, de tudo e com elevada produtividade, sendo capaz de produzir muito mais sem incorporar mais gente, seja como mão-de-obra, seja como proprietário. Nesse sentido, não há porque distribuir terra e produzir novos proprietários agrários. O fundamental para elevar, diversificar e qualificar mais o excedente agrário não reside em incorporar mais gente nem mais terra ao processo produtivo, mas sim, em dispor de um padrão financeiro que permita intensificar a exploração do trabalho e da terra e a incorporação de progresso técnico. Distribuir terra e subsidiar produtores abaixo das condições mínimas exigidas pelo padrão agrário moderno é algo tão ultrapassado quanto admitir que as forças de mercado sejam detentoras de forças intrínsecas capazes de superar as injustiças endógenas à máquina existente.

Contudo, segundo JULIO (2006, p. 115) estes dados ocultam dois aspectos importantes da realidade:

Primeiro, a mecanização da produção agropecuária e a incorporação de novas áreas de plantio vêm desempregando massas de trabalhadores rurais e pequenos agricultores. Segundo, que área de latifúndios improdutivos, em regiões adequadas ao processo de mecanização, tendem a se valorizarem especulativamente.

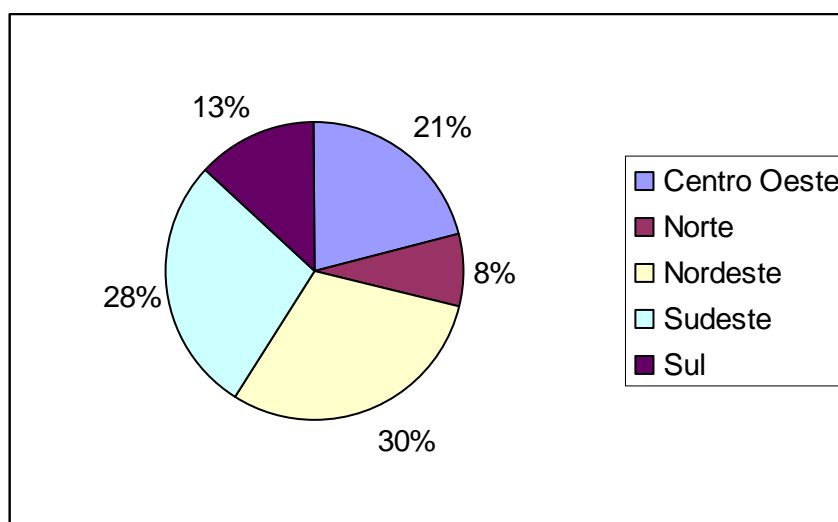
Estes aspectos, aliados à monocultura da cana e à prática da pecuária extensiva, contribuem para tornarem a situação ainda mais crítica, tanto do ponto de vista dos impactos, para a população rural que vem sendo atingida pelo desemprego, quanto em relação à utilização do solo e a questão ambiental.

O Estado de São Paulo apresenta uma série de problemas semelhantes ao de outras regiões do país como: “*latifúndios improdutivos; terras públicas federais e estaduais griladas; posseiros não titulados; pequenos proprietários e trabalhadores expulsos do campo pelo processo de concentração de capital na agricultura*” (INCRA apud JULIO, 2006, p.

113)

Esta realidade tem propiciado inúmeros conflitos, envolvendo diversos atores, que desencadearam a intervenção estatal e originaram diversos assentamentos de Reforma Agrária no Estado. De acordo com os dados do MDA, para o ano de 2005, observamos que no Sudeste o percentual de ocupação atingiu 28%, ou seja, foi a segunda região do país, em relação ao número de ocupações. A primeira foi o Nordeste, com 30 % do total das ocupações realizadas no país, considerando as diferenças, nas dimensões territoriais, entre as duas regiões estes dados tornam-se ainda mais impressionantes (p. 242):

Gráfico II – Distribuição das ocupações de terras por grandes regiões Brasil 2005 (em %)



Fonte: MDA, Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos, 2006

Analisando o número de ocupações e de famílias envolvidas pelas unidades de federação, destacam-se os Estados de Pernambuco e de São Paulo, entretanto a especulação fundiária no estado de São Paulo é muito maior, bem como, se concentram neste Estado os maiores investimentos agropecuários e agroindustriais do país o que requer um maior nível de organização dos demandantes de terra.

Tabela 03 – Número de ocupações em imóveis rurais e número de famílias envolvidas em ocupações – Unidades da Federação 2005 (nº absolutos)

Unidade da Federação	Ocupações	Famílias envolvidas	Unidade da Federação	Ocupações	Famílias envolvidas
Alagoas	9	861	Paraíba	1	40
Bahia	19	3.540	Paraná	15	3.568
Distrito Federal	24	4.360	Pernambuco	37	6.665
Espírito Santo	3	320	Rio de Janeiro	7	655
Goiás	9	2.520	Rio Grande do Sul	10	3.030
Mato Grosso	5	881	Rondônia	4	445
Mato Grosso do Sul	9	4.200	Santa Catarina	4	816
Minas Gerais	15	1.615	São Paulo	36	6.565
Pará	14	1.514	Total	221	41.595

Fonte: MDA, Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos

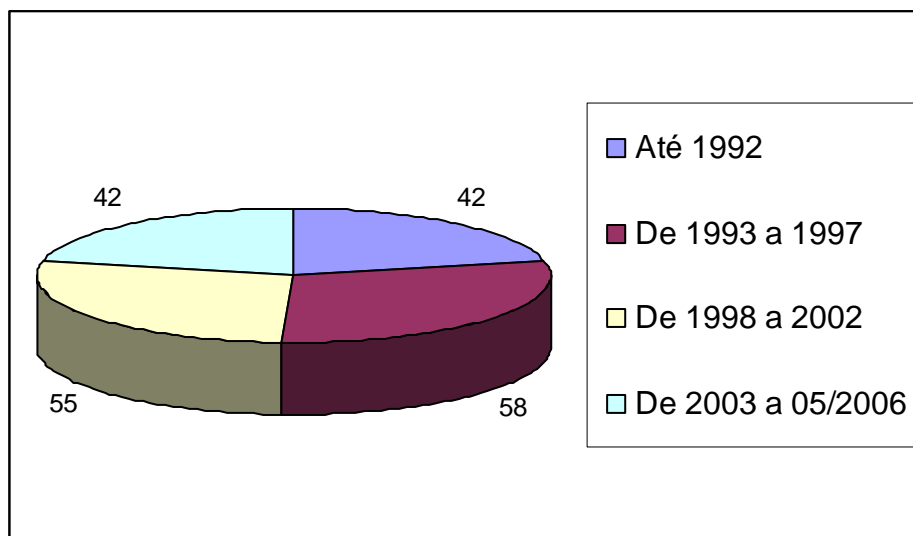
Obs. Exclusive Unidades da Federação que não apresentaram conflitos segundo os dados do Departamento de Ouvidoria Agrária e Mediação de Conflitos, 2006

Segundo dados do Relatório Anual de Atividades da Fundação ITESP, em 2005, o Estado de São Paulo contava com 186 projetos de assentamentos⁴² ocupando uma área de 220.412,82 ha. Dentre estes, um total de 126 em áreas públicas estaduais, em sua maioria originados de conflitos, embora apenas 130 sejam reconhecidos pelo INCRA.

Pelos dados do INCRA (2007), atualmente, existem 79 assentamentos federais no Estado e pelo menos mais 10.266 famílias, possíveis beneficiárias da Reforma Agrária, que se encontram distribuídas em 125 acampamentos, a maioria, 56 acampamentos com 5.497 famílias, na região do Pontal (Ver anexos VI, VII e VIII).

Conforme informações obtidas no Projeto “Biodiesel: O novo combustível do Brasil”, a maioria dos assentamentos do Estado de São Paulo foi criado a partir de 1993:

⁴² Cabe destacar que há diferença entre assentamentos e reassentamentos. Assentamentos são compreendidos como os originários de ações desapropriatórias de propriedades improdutivas, compra de terra e retomada de áreas públicas griladas para fins de Reforma Agrária, enquanto que os reassentamentos consistem no reconhecimento de proprietários ou com direitos adquiridos em decorrência de grandes obras de barragens (OLIVEIRA, 2005).

Gráfico III - Idade dos assentamentos no Estado de São Paulo (até 05/2006)

Fonte: INCRA, 2006

De fato, a partir dos anos 90, aumentaram os números de conflitos por terra no Estado, organizados pelo MST, diferentemente do que ocorreu na década de 80, início da constituição do MST no Estado, em que “*os sem-terra realizavam uma ocupação por vez, embora durante uma luta já trabalhassem a organização de outra*”; com a consolidação do Movimento foram constituídos “*os seus principais setores: frente de massa, educação, formação, produção, etc. Desenvolvia várias lutas, em diversas regiões ao mesmo tempo*” (FERNANDES, 2000, p. 149-150).

Neste capítulo, abordaremos as lutas que deram origem às primeiras ocupações de terras, no Estado, e o surgimento dos assentamentos, atentando para as especificidades dos assentamentos estaduais e para a política estadual de implantação de assentamentos. Além das primeiras articulações para a formação do MST no Estado e o processo de desenvolvimento do mesmo, à partir das ocupações e dos primeiros assentamentos vinculados ao movimento, enfatizando a Região do Pontal do Paranapanema, por sua importância estratégica e por ser a região do Estado que possui o maior número de assentamentos e a Região de Campinas, na qual foi realizado este estudo.

2.1. A luta pela terra no estado de São Paulo e a política estadual de assentamentos e reassentamentos⁴³

Os conflitos, pela posse da terra no Estado, se intensificaram nos anos 60 com a atuação do Partido Comunista, embora remontassem a colonização portuguesa. O Golpe de 1964 freou, em certa medida, a organização dos trabalhadores do campo; contudo, não eliminou, completamente, os conflitos. Segundo Bastos (apud ALENCAR, 2005, p. 87), durante o período de 1964 a 1981, houve cerca de 127 conflitos. Dentre estes, mais da metade abrangia conflitos pela terra. O processo de abertura política e o fim da ditadura militar permitiram o desenvolvimento da organização dos trabalhadores, que antes atuavam por meio da Igreja Católica, e o surgimento de novos atores na luta pela terra como os Sem Terra de Sumaré, os Sem Terra do Pontal, a luta dos posseiros da Fazenda Primavera em Andradina e o Movimento dos Sem Terra do Oeste de São Paulo.

A primeira iniciativa, de intervenção estatal, ocorreu por meio da Lei de nº 5.994 e ficou conhecida como Lei de Revisão Agrária de 30 de dezembro de 1960. Esta lei tinha como principais objetivos: conter os conflitos que se espalhavam pelo Estado e impedir o avanço do comunismo. Neste mesmo mês, o governador Carvalho Pinto criou a assessoria de Revisão Agrária (ARA), vinculada à Secretaria da Agricultura Paulista e que tinha como objetivo: *“conter a intensificação dos conflitos e a ampliação das organizações de trabalhadores rurais, e, por outro, atender as (sic) necessidades do processo intensivo de modernização no campo: prover a subsistência da população urbana e consumir tecnologia industrial”* (MASSELLI, 1998, p. 47).

A proposta contou com o apoio da Igreja Católica, da classe média paulista e da base parlamentar do governo na Assembléia Legislativa, chegou a ser utilizada como base para a redação do Estatuto da Terra, mas foi abandonada no governo subsequente, de Adhemar de Barros. De acordo com Leite (1992, p. 182): *“A concepção básica do projeto previa a consolidação de uma classe média rural, ao mesmo tempo fornecedora de produtos alimentares para o mercado interno e demandadora de bens industrializados voltados ao campo”*. Bergamasco e Norder (2003, p. 80) acrescentam que:

⁴³ Os assentamentos são fruto da ocupação de áreas públicas, enquanto os reassentamentos são originados pelo deslocamento e redirecionamento de famílias por áreas atingidas por barragens, devido a construção de hidrelétricas.

A criação de uma classe média rural configurava-se como uma possibilidade de encaminhamento da questão agrária sem a conotação político-ideológica do socialismo, versão freqüentemente identificada com as correntes de esquerda ligadas ao Partido Comunista. Ainda assim, o projeto sofreu a resistência de setores representativos do empresariado rural

De fato, foram implantados apenas três projetos⁴⁴ por meio deste programa: o núcleo de Capivari, em julho de 1961, localizado entre Campinas e Valinhos, com 72 famílias; o núcleo de Pouso Alegre, na cidade de Jaú, em maio de 1964 com 94 famílias; e o núcleo Santa Helena, município de Marília, em agosto de 1962 com 103 famílias (Leite, 1992).

Entre os anos de 1979 e 1983, foram retomados alguns processos de regularização fundiária como: Pirituba I (ocupada em 1981 e 1982) e Jacilândia. Além do surgimento dos reassentamentos⁴⁵, organizados pela CESP como o de Lagoa São Paulo, Ilha Solteira, Jupia e Rosana.

Em 1982, iniciou-se o governo Franco Montoro, que estabeleceu um aparato jurídico, por meio do Plano de Valorização das Terras Públicas (PVTP), viabilizando o levantamento de terras públicas ociosas e sua arrecadação para a implantação de assentamentos rurais. A regulamentação do Plano estava contida nas seguintes leis:

a) Lei 4.925, de 12 de dezembro de 1985, que tratava da alienação de terras públicas a produtores rurais que as cultivassem, há mais de três anos, e cujo lote não ultrapassasse os três módulos rurais

b) Lei 4.957, de 30 de dezembro de 1985, que em seu artigo 1º. estabelecia a valorização e aproveitamento de seus recursos fundiários, para:

“I – promover a efetiva exploração agropecuária ou florestal de terras, que se encontrem ociosas, subaproveitadas ou aproveitadas inadequadamente; II – criar oportunidades de trabalho e de progresso social e econômico a trabalhadores rurais sem terras ou com terras insuficientes para a garantia de sua subsistência.”

⁴⁴ De acordo com Leite (1992) o Núcleo Pirituba I, apesar de previsto na Revisão Agrária, ocorreu por um processo de regularização fundiária diferenciado, já no Governo Franco Montoro.

⁴⁵ Vale destacar que até a década de 60 a legislação não exigia que as empresas indenizassem ou reassentassem as populações atingidas que não possuem título de propriedade das terras o que, na prática, enquadrava a maioria dos atingidos.

Em 1983, a ARA passou a denominar-se IAF (Instituto de Assuntos Fundiários), órgão encarregado de propor questões de política fundiária e, também, pela implantação de assentamentos. No ano de 1984, foi criada a Comissão de Política Fundiária, que tinha como principal objetivo rever a legislação estadual de terra e planejar sua política. Do PVTP resultaram 24 projetos de assentamentos dos quais:

24% dos núcleos localizam-se nas áreas pertencentes à administração direta do governo, sendo 4 projetos em terras da SAA, 1 projeto nas áreas da SEAF e 1 projeto da Prefeitura Municipal de Capão Bonito. Ainda do total de projetos, aproximadamente 70% deles têm suas terras pertencentes às empresas estatais, distribuídas da seguinte forma: 8 núcleos cuja área é de propriedade das FEPASA; 6 projetos da CESP e 3 assentamentos da CODASP, antiga CAIC. Finalmente, uma das áreas é tida como propriedade particular antes da sua desapropriação pelo governo do Estado, fato excepcional no conjunto da política oficial (LEITE, 1992, p. 193).

Entretanto, a intervenção estadual na questão fundiária foi pontual e não solucionou os graves problemas agrários do estado, pois:

constata-se que a rigor eles não configuram propriamente um programa de reforma agrária pois circunscrevem-se à utilização de terras públicas, na maioria dos casos provocada pela ocupação das mesmas por trabalhadores rurais sem terra. Há também casos de reassentamento de produtores rurais localizados em áreas a serem inundadas por represas de usinas hidroelétricas em construção e casos de implantação de roças familiares e lotes econômicos. São poucos os assentamentos planejados previamente por órgãos públicos (ANDRADE, 1998, p. 31)

Para Graziano Neto (1994), o “descuido governamental” da gestão Montoro seria responsável, também, pela baixa produtividade e as carências encontradas nos assentamentos, aliada à “baixa capacitação” dos sem-terra.

Por ocasião do I PNRA, de 1985, foi elaborado o Plano Regional de Reforma Agrária para o Estado de São Paulo, o que possibilitou detectar os pólos geográficos mais afetados pela especulação fundiária e permitiu a identificação de seis perímetros de ação, distribuídos em duas áreas prioritárias, situadas no Oeste e no Sudeste do Estado para o ano de 1986⁴⁶. Este Plano já identificava a região de Andradina e do Pontal do Paranapanema

⁴⁶ Neste mesmo ano foi criada a Secretaria de Assuntos Fundiários (SEAF) que englobou o IAF, a Companhia Agrícola, Imobiliária e Colonizadora (CAIC) e a Comissão de Assuntos Fundiários. A SEAF, se transformou em 1999, no Instituto de Terras de São Paulo (ITESP)

como subutilizadas e, portanto, propícias para a intervenção estatal.

A abertura democrática permitiu um avanço na implementação de assentamentos, mas o recuo do I PNRA, conforme vimos no capítulo I, resultou num arrefecimento dos debates, em relação à Reforma Agrária, também no Estado de São Paulo. Em dezembro de 1987, o IAF se transformou em Departamento de Assentamentos Fundiários (DAF) que se restringia a prestar assistência para o desenvolvimento dos projetos de assentamentos já existentes.

O governo do Estado estabeleceu duas propostas de assentamentos: os bairros rurais, que consistiam em lotes de residência e moradia, explorados diretamente por cada família, com áreas que variavam de 1 a 2,4 ha e os lotes agrícolas para produção comercial.

Como vimos anteriormente, as políticas fundiárias criadas pelos governos estaduais, entre as décadas de 60 e 80, para solução da questão fundiária no Estado não lograram grandes êxitos, resultando em ações pontuais e políticas desarticuladas. Por outro lado, a implantação dos projetos estaduais resultou na organização de diversos grupos de sem terra. Esses grupos passaram a priorizar a ocupação de terras públicas como garantia de legitimidade da luta, apesar de tudo os projetos criados pelo ITESP possuem algumas limitações, já que a responsabilidade pela realização da Reforma Agrária e da implantação de assentamentos rurais é de competência do INCRA.

2.2. As primeiras ocupações do MST no Estado e o surgimento do MST (década de 60 a 80)

O final da década de 70 foi marcado por conflitos envolvendo posseiros, arrendatários, bóias-frias, desempregados *versus* Estado, proprietários rurais e grileiros. As primeiras ocupações do Estado ocorreram em Sumaré, Andradina, Promissão e Pontal, ainda na década de 80. Estas experiências foram fundamentais para a constituição do MST no Estado de São Paulo.

A ocupação da Fazenda Primavera, em Andradina, no final da década de 70 tem sido apontada como o embrião do surgimento do MST no Estado, apesar de que, na época, a ação dos posseiros era organizada pelo Movimento dos Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo. O conflito envolveu 200 famílias, aproximadamente, e contou com o

apoio da Igreja, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da FETAESP.

No ano de 1981, um grupo de cerca de 47 famílias passou a frequentar reuniões promovidas pelas CEB's. Vasquez (2002) ressalta que, apesar da relevância da participação das CEB's e dos seminaristas, do Seminário São Francisco de Assis, o grupo contava com a participação de outras lideranças que moravam no Jardim do Brás e na Vila Nova Boa Vista e que não estavam organizados em torno de religiosos. Este grupo, que ficou conhecido como os Sem Terra de Sumaré, buscou as experiências da Fazenda Primavera e é por meio dele que surgiram as principais lideranças do Estado e se deu o processo de expansão do Movimento. TARELHO (1988, p. 139) afirma que a visão bíblica da terra como sendo sagrada:

...desempenhou um papel muito importante na medida em que contribuiu para transformar as idéias legalistas dos próprios trabalhadores. Uma das grandes barreiras do movimento, no início, é a noção legalista de propriedade que os trabalhadores possuem. O acesso a terra, fora das vias convencionais da compra, da herança, etc., parece impossível para eles. Afinal, eles assimilaram durante toda a vida as concepções do direito instituído, as únicas a terem livre trânsito na comunicação pública. Portanto, falar da terra como dádiva de Deus concedida a todos os homens, é subverter o direito positivo instituído que está a serviço da concentração e da dominação; é abrir um caminho para se postular o uso social da terra; é oferecer fundamentação para a afirmação de um direito, por assim dizer, natural.

O grande grupo foi então dividido em quatro subgrupos: Sumaré, Limeira, Nova Odessa e Nova Veneza, organicamente ligados através de um conselho central formado pelas lideranças de cada subgrupo.

Formado por cinquenta famílias, que há um ano participavam das discussões, o grupo de Sumaré decidiu pela ocupação da Fazenda Tamoio, em Araraquara/SP, que já se encontrava em processo de desapropriação. Depois de 3 dias de acampamento, sob pressão da polícia e de jagunços, duas famílias desistiram. As remanescentes desocuparam a área e partiram para uma nova ocupação, no Horto Florestal de Araras, propriedade da FEPASA (Ferrovias Paulista S/A).

Em seis dias, a FEPASA conseguiu a reintegração de posse, forçando-os a acampar às margens da Rodovia Anhanguera, na entrada da cidade de Campinas. Depois de meses, o Estado, através do Instituto de Assuntos Fundiários (IAF), viabilizou um assentamento no Horto Florestal da Boa Vista, também sob o controle da FEPASA, no município de Sumaré. No final do processo, que não se confunda com o fim da luta, 26 das 50

famílias do grupo de Sumaré foram assentadas. As outras desistiram ou foram para outras áreas na Escola Agrícola, em Itapetininga, e numa antiga área da CAIC, em Porto Feliz (BERGAMASCO, 1996).

Sob a forma jurídica, de concessão de uso, foi então criado, em 1984, o assentamento Sumaré I, cuja área, destinada a implantação do projeto, era de 237,59 ha. Deste total, cerca de 1 ha era inaproveitável, 18,40 ha foram destinados à infra-estrutura, 31,47 ha mantidos como área de reserva/preservação ambiental. Assim, coube aos assentados: 26 famílias, cerca de 187 ha (BERGAMASCO, 1996).

Neste mesmo período, desenrolava-se o processo de ocupação e conquista do Assentamento Pirituba II. Na década de 80, mais precisamente em maio de 1981, durante o Governo Maluf, um grupo de 40 famílias de arrendatários ocupou, pela primeira vez, parte da área ociosa da fazenda Pirituba II, sendo violentamente despejados em 4 meses. Era o início de uma série de ocupações da Fazenda Pirituba⁴⁷. Em 13 de maio de 1984, ocorreu uma nova ocupação da Fazenda Pirituba, que contou com a participação de 300 famílias de sem terra. Ainda neste ano, o Estado teve a sentença da arrecadação da área deferida a seu favor⁴⁸, o que possibilitou o desenvolvimento do Projeto de assentamento Pirituba II, para diferenciar do loteamento realizado em 1973. Dividiram-se as terras arrecadadas em **área 1** (2511 ha) e **área 2** (1341 ha), onde foram assentadas 180 famílias, dentro dos critérios estabelecidos na assembléia geral dos trabalhadores rurais acampados: ser trabalhador sem terra, preferencialmente casado e não ter outra fonte de renda.

De acordo com Delwek Matheus, estas ocupações foram fruto da organização, principalmente da Igreja Católica, por meio da CPT:

que promoveu, ajudou a promover estas ocupações de terra aqui no Pontal, em Sumaré e lá em Itapeva, 1983 e 84 foram as primeiras ocupações, e na verdade a gente já tinha essa relação CPT: São Paulo; MST: SUL, já havia alguma troca de informação, tal... Então nesse período essas ocupações não tinham ainda, vamos dizer, a organização do MST, mas tinha essa relação via CPT e tinha uma participação muito forte do movimento sindical naquele período, então tinha muito sindicato que era próximo a CPT, era próximo a Igreja, então ajudava a organizar essas ocupações, então foi assim que nasceu essas primeiras ocupações no Estado de São Paulo. Então se a gente for dizer assim, aonde nasceu o MST no Estado de São Paulo? Nasceu em Andradina. Por que? Por que Andradina que foi esse

⁴⁷ A **área 3** surgiu após a ocupação de fevereiro de 1986 e possui 106 famílias assentadas com módulos de 16 há, a **área 4** teve início em com a ocupação de 150 famílias em 1989 e a desapropriação de 200 ha onde se encontram assentadas 48 famílias; a **área 5** foi ocupada em 1992, sendo implantada ainda neste ano um assentamento emergencial e a **área 6** ocupada em 1996 por 150 famílias. Para maiores detalhes consultar FERNANDES (1996) e COSTA (2001)

⁴⁸ O fato de área ter sido destinada anteriormente a um projeto de assentamento, no período da Revisão Agrária, e da implementação do Projeto de Assentamento Pirituba I foram decisivos para o desfecho da sentença.

A primeira articulação estadual dos movimentos que atuavam na luta pela terra ocorreu em 1º de maio de 1983, em Andradina, organizada pela Igreja, contou com a participação: do Movimento dos Sem Terra do Oeste do Estado de São Paulo, dos Sem Terra de Sumaré e dos trabalhadores Sem terra do Pontal do Paranapanema⁴⁹. O Encontro ocorreu no salão paroquial da Igreja Nossa Senhora das Graças⁵⁰ e foi coordenado pela CPT. Alguns dos participantes do Encontro estavam presentes no Encontro Nacional de Cascavel, Paraná, em 1984 que deu origem ao MST. Em maio de 1984, foi realizado o I Encontro Estadual da Luta pela terra e o processo de articulação das lutas que levou a organização do MST em São Paulo (FERNANDES, 1996; SIMONETTI, 1999).

A troca das experiências adquiridas pelas lideranças dos diversos movimentos, que atuavam na luta pela terra e na conquista dos primeiros assentamentos no Estado, incentivaram outros grupos a se organizarem para lutar por um pedaço de terra.

Em 17 de maio de 1985, surgiu o segundo grupo de Sem Terra de Sumaré, já organizado dentro dos princípios do MST, que ocupou uma área de 227 ha de propriedade da Fepasa, situada na divisa de Campinas com Sumaré. Uma das principais características deste grupo é que:

Enquanto o primeiro grupo se formou sem ter uma relação direta com o MST, o segundo já nasceu amparado por ele e por uma identidade pré-lançada pelo primeiro. O primeiro grupo teve que elaborar a sua identidade a partir de uma imagem ainda muito abstrata. Já o segundo, teve à sua disposição uma imagem bem mais concreta e familiar para tomar como modelo: a imagem do sujeito coletivo chamada Sem Terra de Sumaré (TARELHO, 1988, p. 118).

A negociação entre a Fepasa e o governo do estado não foi bem sucedida, pois a Fepasa não queria abrir mão da terra, que estava abandonada há mais de 50 anos. O Assentamento Sumaré I só foi conquistado depois de várias ocupações e muita mobilização. Nos dois anos seguintes, as famílias organizadas no segundo grupo, ficaram assentadas, provisoriamente, no Horto da Boa Vista, em Sumaré. Durante o ano de 1987, as famílias começaram a se transferir para a área atual, ficando com uma área menor do que o módulo estimado para a região. Apenas em 1996, os assentados começaram a utilizar uma nova área

⁴⁹ Devido as peculiaridades da luta pela terra no Pontal, bem como o expressivo número de acampamentos, assentamentos e organizações de luta pela terra na região, optou-se por tratar separadamente do processo de expansão do movimento na região.

⁵⁰ A primeira secretaria do movimento funcionou nesta paróquia e, posteriormente foi transferida para São Paulo

agrícola, totalizando cerca de 7 hectares por família (antes eram apenas 2,2 hectares por família) (BERGAMASCO, 1996).

Em paralelo, surgiu um novo grupo que ocupou, em novembro de 1985, a fazenda experimental do Instituto de Zootecnia, em Nova Odessa. A partir de então, o grupo realizou diversas mobilizações, permanecendo acampados por vários meses no trevo da Bosch, sendo transferidos para Porto Feliz, onde foram assentadas 92 famílias em 1986.

Um grupo de 350 famílias que acompanhavam as reuniões na região de Campinas⁵¹, organizados pelo MST, decidiram se deslocar para um acampamento em frente à Fazenda Reunidas. Este acampamento, iniciado em 1986, já contava com cerca de 70 famílias; das quais apenas 44 decidiram entrar na área da fazenda. Além do grupo dos 44, que ocuparam inicialmente a Fazenda e o Grupo de Campinas, as outras famílias que foram assentadas provinham da arregimentação pelos sindicatos e pelo próprio INCRA (SIMONETTI, 1999).

A história da Fazenda reporta a dois acontecimentos importantes: a expropriação dos pequenos proprietários e a especulação imobiliária intensa, desde o avanço da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em 1905, até a implantação do Pró-Álcool que implicou na instalação de 18 usinas na região. Por outro lado, as transformações econômicas e sociais, levaram a uma reordenação da região, inclusive com a destruição da Vila Dinízia, também apropriada pelo fazendeiro, e que se encontra hoje dentro da área do assentamento.

O grupo de Campinas se diluiu, mas 71 destas famílias insistiram em permanecer agrupadas e atualmente ocupam uma das agrovilas do Assentamento, denominada Agrovila Campinas:

A minha família morava em Monte Mor...perto e em 87 nós tocávamos lavoura de tomate,era arrendatário e tal,tomate,abobrinha e...E morávamos de aluguel e tal na dificuldade e não sei como minha mãe conheceu um pessoal que faziam um trabalho aqui na região pra ir organiza a ocupação...e na época já existia o acampamento aqui de Sumaré,que era acampamento ainda e minha mãe foi porque a situação tava feia e foi. Eu tinha sete anos foi em 87...Nós tava com dificuldade,pagava aluguel...trabalhava na roça,é situação de família grande. Então minha mãe foi em 87 pra ocupação lá em Promissão. Em 87 ficamos acampados num período de quatro anos,né?Acampamento,assentamento,esse foi o período. E fomos assentados lá,sem muito alqueires de terra,sete e meio porque a área onde ia fica o nosso agrovila foi,não dava pra todo mundo,só que ai o grupo queria se mante junto e ai tirou...meio...que era pra sê oito,fico sete e meio,todo mundo pudesse fica,toda as famílias. Lá na região já tinha um acampamento,ai nós chegamos,o acampamento era,a maioria as famílias eram daqui da região e quando saiu o nosso assentamento

⁵¹ O grupo era constituído por habitantes de 10 cidades da região de Campinas: Sumaré, Indaiatuba, Campinas Paulínia, Santa Bárbara D'Óeste, Limeira, Monte Mor, Leme, Rio Claro e Santa Gertrudes

o prefeito lá, pra não te mais ocupações, resolveu então pega a gente das cidades de lá e de outras cidades. Então e aí foi constituído lá, tem seiscentas família assentada.(...) (Claudinha, dirigente estadual, setor de frente de massas)

Este assentamento chegou a ser apresentado como assentamento modelo do MST em vários artigos, da folha e da ABRA, ressaltaram a experiência da organização do assentamento e da produção, posteriormente, devido a conflitos internos, a cooperativa se desintegrou e as famílias atualmente produzem cada qual por si.

A partir de então, o MST expandiu-se para vários municípios do Estado: Andradina, Getulina, Pradópolis, Tremembé, Iperó, Castilho, Iaras, Itapetininga e Porto Feliz. A ocupação da Fazenda Pendengo, em Castilho, realizada em janeiro de 1989 ainda contou com a participação de um grupo vindo de Campinas:

E saímos então no dia 26 de janeiro de 89, nós em torno de 100 família, mais umas 20 família da região, que tinha sido organizada (sic) ali mesmo na região de Andradina e essas 100 famílias que veio de Campinas ocupou, ocupamos a primeira Fazenda, que foi a Fazenda Pendengo. Uma fazenda de 4000 e pouco há, uma fazenda enorme, que tinha decreto desapropriatório, né? E ficamos ali durante 19 dias.(Lourival, direção estadual do movimento).

Este grupo, após o despejo, ocupou a Fazenda Timboré, que foi palco de diversos confrontos entre os sem terra e os pistoleiros contratados pelo latifundiário.

Na realidade, a realização de novas ocupações, em outras regiões do Estado, tratava-se de uma estratégia do movimento:

“...ocupar espaço, organizar novas regionais então foi uma seqüência, depois das quatro primeiras que era Pontal, Itapeva, Sumaré e Iaras depois veio Promissão, foi um processo de 85 86 até os anos 90, ele se consolida no Estado todo a partir dos anos 90, em 91 92 é cria essas condições de ter várias regionais, organiza uma direção estadual, né. Então esse período é o momento de consolidação das regionais” (Delwek Matheus, direção estadual do movimento)

Por meio das ocupações de terra e das redes de relações de apoio, que se estabeleciam a partir dos acampamentos, o movimento ia se expandindo e formando novas regionais, novas secretarias, novos quadros. Esta fase, considerada por FERNANDES (1996) como a de consolidação do movimento, é marcada, também, por um afastamento da Igreja,

como podemos perceber pelo relato de Delwek Matheus⁵² que atuou na Igreja e, em seguida, passou a integrar o MST:

Na verdade assim a Igreja ela trabalha muito os aspectos da necessidade social quer dizer por mais que a Igreja nesse período, podemos dizer que era uma Igreja que tinha mais compromisso de esquerda e tal, exatamente naquele período que tava em discussão a teologia da libertação, mas ela não tinha um projeto de transformação. Engraçado porque nesse período também eu até não comento muito eu até participei de um movimento o MER (movimento de Evangelização Rural), que na verdade é o seguinte como é que surgiu este movimento é que na época da ditadura os sindicatos tavam fechados, o partido comunista tava fechado é o seguinte a militância de esquerda militava dentro da Igreja, e foi criado então essas formas de fazer movimento por dentro da Igreja, que era uma forma de manter a militância de esquerda. Eu militava na Igreja, a gente ta saindo no final da ditadura militar a gente tava fazendo essas discussões mais políticas, eu por exemplo aproximei inclusive do Partido Comunista e esse é que o processo da mudança eu saio duma militância social para uma militância política, e eu me interessei pelo MST porque eu percebo no MST um projeto de transformação, que é exatamente a diferença com a Igreja, por que na Igreja por mais que se discute, mas na prática não tem um projeto de transformação, de luta de classe, tem um projeto assim de conquistas sociais. Então assim nessa aproximação do MER, cheguei a aproximar do Partido Comunista, toda essa discussão da criação do PT. Eu não era militante do PC, mas eu era muito próximo tinha contato com alguns comunistas tal. Então quando participo do MST me chama a atenção essa possibilidade de fazer parte de uma organização que tem um projeto de mudança. Essa é a diferença básica (grifo nosso).

Neste período, o movimento inovou nas formas de mobilização, realizando diversas ações de impacto: como marchas, saques, ocupações de órgãos públicos (ITESP, INCRA, bancos, etc.), bloqueio de rodovias, reocupações (até o interdito proibitório do governo FHC), utilização de maquinários, para tombar terras para plantio, além da formação grandes acampamentos, foram as principais estratégias utilizadas pelo movimento no Estado.

2.3. As ocupações do Pontal do Paranapanema

A região sudoeste do Estado de São Paulo foi uma das últimas a ser povoada, iniciando-se apenas no final do séc. XIX. O processo de decadência das minas, em Minas Gerais, iniciado a partir do séc. XVIII, fez com que muitos mineiros buscassem uma nova atividade econômica no Estado de São Paulo. O povoamento da região só foi completado no início do séc XX com a expansão do café. Este processo ocorreu de forma ilegítima, por meio

⁵² Delwek Matheus iniciou sua militância política no final dos anos 70 e participou em 1984 da ocupação da Fazenda Pirituba

da apropriação de terras públicas por grileiros.

Segundo relatos históricos, localizam-se nesta região dois dos maiores casos de grilagem da história do país: o da Fazenda Pirapó Santo Anastácio e o da Fazenda Boa Esperança do Água Pehy, em 1956⁵³. A Lei de Terras, promulgada em 1850, considerava todas as terras não registradas e legitimadas como devolutas, mas concedeu prazo até 1856 para a legitimação das terras ocupadas antes da promulgação da lei. Antonio José Gouveia e José Teodoro de Souza trataram, então, de providenciar registros que legitimassem, respectivamente, a posse das fazendas, citadas anteriormente. Em 1930, o governo do Estado de São Paulo considerou as Terras da Fazenda Pirapó Santo Anastácio como devolutas, o que não impediu, contudo, que o mesmo negociasse as terras e transferisse cerca de dois terços para a Companhia dos Fazendeiros do Estado de São Paulo, que continuou a utilizá-la como garantia em seus negócios.

Durante as décadas, de 60 e 70 houve muitos conflitos envolvendo posseiros na região, pois, à medida que se dava o povoamento da região, os grileiros passaram a expulsá-los de suas terras. Dentre estes, se destaca o confronto entre parceiros e arrendatários e o latifundiário da Fazenda Rebojo, no município de Estrela do Norte e os conflitos envolvendo posseiros da Reserva Florestal Lagoa São Paulo e a construção da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera, em Presidente Epitácio. Além dos conflitos por terras nas glebas Santa Rita e Ribeirão Bonito entre os arrendatários e os grileiros, pois os grileiros visavam legitimar suas terras por meio do arrendamento.

A construção de barragens de usinas hidrelétricas na região pela CESP também foi um dos fatores de conflitos, envolvendo o descontentamento da população local que era transferida e, com a diminuição das obras, a demissão em massa dos trabalhadores da companhia, já na década de 80. A Gleba XV é fruto da mobilização destes trabalhadores e um dos primeiros reassentamentos do Pontal:

O que aconteceu, o porque desses acampamentos, esse acampamento surgiu porque como eu disse pra você meu pai trabalhava numa barragem, essa barragem, quando você vai construir a barragem então ela vai com, vai com alagamento. Os ribeirins, os cara que mora no sítio ali são deslocado dessa barragem pra outro local. Então eles fizeram o que? Pegaram o pessoal que era ribeirinha e foram dá terra. Influenciado por isso o pessoal começou a também ir pros acampamento então porque o pessoal ficava: “Não! Já que o pessoal tem vamo também.” Então ainda não tinha o Movimento sem Terra. Já tinha a CPT, já tinha alguma, a igreja já tinha uma certa influencia, tinha a CPT sim mas a igreja já tinha uma certa

⁵³ Ver mais em Leite (1998); Almeida (1993)

influencia. Alguns padres né, que já tocavam, falavam nisso (DEMA, militante, setor de produção)

O assentamento Gleba XV surgiu da ocupação, realizada em 15 de novembro de 1983, nas Fazendas Rosanela e Tucano, da qual participaram cerca de 350 famílias, a maioria delas com membros desempregados das Usinas Hidrelétricas, ex bóias-fria da Destilaria de Álcool Alcídia e posseiros ilhéus e ribeirinhos (ANTONIO apud FERNANDES, 1996). Este assentamento é considerado um dos marcos da mobilização dos trabalhadores rurais no Pontal:

(...) O assentamento Quinze de Novembro, ele mudou totalmente a rotina e foi um dos percussores da reforma agrária no Pontal. Porque foi algo diferente, até então não existia, então foi algo diferente no... E a luta do povo, né? Então isso mudou a rotina daquelas pequenas cidades no... Porque o pessoal não tinha visto, né? Nunca tinha visto o povo organizado ali daquele tanto. Se tinha um problema com banco, nós ia ali fechava o banco, então aquilo foi despertando também nas pessoas que tavam ali. É por isso que não é porque meu pai é assentado não. É por isso que eu gosto tanto daquele assentamento, porque isso foi, fez com que as outras pessoas também tivesse coragem também pra luta, né. Então as pessoas falava: "É, mas se o pessoal..." Então quando você falava de assentamento cê falava dando um exemplo concreto. "Aí o pessoal do acampamento! Tá aí ó! Tão produzindo, tão assentado. Então isso dá certo." E aí foi que foi acontecendo e hoje o Pontal é um dos locais que tem mais assentado, né? Do estado, no estado é o que tem mais assentado, beira seis mil assentado, noventa e quatro a noventa e seis assentamento no Pontal. Nem todo organizado pelo MST, uma grande maioria sim, outra não, mas é... é um dos lugares onde tem mais, e ainda tem possibilidade de muito mais assentamento lá. (...)
(Dema, militante, setor de produção)

Contudo, esta ocupação não foi organizada pelo MST. A primeira ocupação organizada pelo MST, no Pontal, ocorreu em 1990, no município de Rosana, quando setecentas famílias ocuparam a Fazenda Nova Pontal:

Agora a primeira vez que eu vi assim, atuação organizada foi na ocupação da fazenda Nova do Pontal, que já foi em 1990 né, de 89 pra 90 quando foi feita a primeira ocupação do Pontal assim, organizada pelo MST, pelo... Então aí sim já tinha o MST. Apesar que nesse tempo já tinha fazendo também a bandeira do MST mas a primeira ocupação organizada que eu me recordo foi essa. Nós começamo a participá a partir de 86. Uma participação bem ... bem assim ... nós não tinha aquela participação ativa como hoje tem os acampado, muita gente teve, tava lá e ficou lá no acampamento. Nós não, nós não conhecia, então ficou meu irmão ficou um pouco acampado e eu fiquei um pouco acampado e vinha pra trabalha, ajuda em casa e assim por diante. Então não tinha, não tinha participação de, a gente sabe que tinha CUT porque a gente via né, a igreja porque a gente via. Alguns políticos locais ajudou, a maioria atrapalhou mas alguns ajudou. A maioria queria atrapalha e alguns sindicatos e depois então que foi chegando o MST mas pegaram as pessoas que ali já estavam, que diz quando o MST veio pra lá as pessoas que já estavam ali que tavam acostumada na luta foi que se ingressou no

MST.E ai que formou o MST no Pontal, isso a partir de 90.(...) (Dema, militante, setor de produção)

As famílias foram despejadas em 21 de julho por “novecentos policiais das polícias militar e civil. A operação contou também com trinta cachorros, cento e cinco cavalos, além da artilharia de elite e da participação de vários jagunços” (FERNANDES, 1996, p. 163).

Algumas famílias decidiram continuar acampadas e se deslocaram para a Rodovia SP-613, de onde foram despejadas por ordem do Departamento de Estradas e Rodagens (DER) e a maioria foi reconduzida a suas cidades de origem, as que resistiram foram acampar as margens da rodovia SP – 613, permanecendo acampadas por oito meses. Durante este período, o acampamento foi renomeado como Novo Pontal e, em seguida, João Batista da Silva. Em fevereiro de 1991, o grupo resolveu ocupar a Fazenda São Bento:

A Fazenda São Bento, ela é do finado Sandoval Neto, que é um grileiro das terra devoluta do Pontal do Paranapanema. É um dos principal grileiro, a família Sandoval Neto (mais ou menos 5400 ha). E quando eu vim para essa ocupação eu não tinha nenhum conhecimento do que era o MST(...) A família Sandoval Neto. Foi prefeito de Presidente Prudente. Colocou até o nome da cidade de Sandovalina, da família dele, Sandoval de Sandoval e lina, de Lina, que era a esposa dele. Ficou Sandovalina. Cidade tem o nome da família de Sandoval (Cledson, coordenação nacional do MST e dirigente estadual, setor de frente de massas)

Esta se tornou a maior ocupação realizada no Pontal, pois aos poucos foram sendo conduzidas mais famílias para a ocupação. Conforme Fernandes (1996, p. 170), isso teria acontecido após a constatação de que:

...1) as ocupações com um pequeno número de famílias não conseguiam mais chamar a atenção da mídia e tampouco do estado. 2) com o aumento do número de famílias na luta pela terra, era necessário criar vários grupos e a sua formação exigia muito tempo e pessoal formado para esse fim, o que era uma grande dificuldade. 3) com a massificação não era mais possível criar o espaço interativo, onde se desenvolvia a discussão para a socialização política do processo de luta. Essa discussão ficara a cargo da Coordenação Regional, composta por trabalhadores assentados e acampados na região do Pontal e em outros estados.

Durante este período, o MST organizou um grupo de 600 famílias que realizou a ocupação da Fazenda Santa Clara, em 01 de setembro de 1991. Após liminar de reintegração

de posse, o acampamento foi deslocado para uma área da estação Noêmia, um ramal desativado da Fepasa, o qual foi batizado de Primeiro de Setembro.

A partir daí, foram organizados outros acampamentos como o Primeiro de Maio que chegou a ocupar três fazendas: a Fazenda São Bento, Flor Roxa e Wahingotn Luís. Por diversos momentos os acampamentos se juntavam para realizarem ocupações conjuntas: “com as ocupações e a mobilização de aproximadamente mil e quinhentas famílias, o MST procurava, por um lado, pressionar o estado a se manifestar a respeito das terras devolutas do 11º. Perímetro” (FERNANDES, 1996, p. 174). O Acampamento União da Vitória, um dos maiores do Estado, foi formado pelas famílias do Acampamento João Batista da Silva, Primeiro de Maio e mais cerca de 600 famílias da região, num total de cerca de 1800 famílias organizadas, entre os dias 27 e 28 de fevereiro de 1993.

Entretanto, as famílias não conseguiam se manter nas áreas. Devido às constantes liminares de reintegração de posse, as lideranças adotaram como estratégia o tombamento e plantio da área, enquanto as famílias permaneciam acampadas próximas à fazenda, sendo que:

...esse plantio mais uma forma de legitimar a ação do Movimento do que uma forma de obtenção de rendimentos econômicos, além de expor para a sociedade a importância do trabalho rural. Deste modo, mesmo que as famílias estivessem acampadas fora da área plantada elas ainda cultivavam a terra (SOUZA, 2006, p.36).

Cledson ao relembrar os acontecimentos que precederam a conquista do Assentamento União da Vitória, na Fazenda São Bento explica esta estratégia:

Aí nos fomos, acampamos, fomos despejados, aí ficamos, fizemos acampamento próximo a linha de trem desativada. E montamos uma tática, uma forma de ocupar a área sem mudar aquele monte de barraco. Então da linha nós só ia o povo. Nós tinha na época mais de 20 trator, que era dos arrendatários que nos acompanhava. E nós então fazia a ocupação, só com o povo e as máquinas e plantava na área. Vinha a reintegração de posse a gente saía, voltava pros nosso barraco na linha da Fepasa, no dia do despejo, passava 72 horas a gente volta e reocupava a fazenda. Então a Fazenda São Bento foi ocupada e despejado nós... teve 23 reintegração de posse.

A fazenda Santa Clara foi a primeira conquista do MST, no Pontal, embora a primeira ocupação tenha sido a da Fazenda São Bento, ressaltando que as famílias dos dois acampamentos realizaram várias atividades conjuntas, ou seja, a conquista da área deveu-se à

mobilização de várias famílias, inclusive de outros acampamentos. O assentamento emergencial, na Fazenda Santa Clara, teve início em janeiro de 1993⁵⁴. Concomitantemente, o MST continuava ocupando a fazenda São Bento, até a implantação do assentamento provisório que ocorreu em julho de 1994, após quatro anos de negociação. De acordo com um dos assentados do Assentamento União da Vitória:

Depois da Fazenda São Bento, então abriu-se as porta pra que mais... hoje nós temos mais 33 fazenda que virou assentamento no município. Porque o mais forte era Sandoval, vencemos Sandoval os outros foram entregando a área pro estado e fomo ocupando, foi virando assentamento (Cledson, coordenação nacional do MST e dirigente estadual, setor de frente de massas).

Contudo, os conflitos por terras no Pontal só se intensificaram desde então. Os latifundiários responderam às ações do Movimento recriando a UDR. Em paralelo, começaram a surgir pequenos movimentos locais independentes, alguns a partir de dissidências com o próprio MST, como é o caso do MAST⁵⁵.

Diversos estudiosos têm apontado a década de 90 como o período de maior espacialização da luta pela terra e de expansão do MST (COLETTI, 2005; NAVARRO, 2002). Alguns chegam a apontar a importância das ações do MST, na região do Pontal, para a “popularização” do movimento:

A “redescoberta” do Pontal do Paranapanema pelo MST e a implementação de assentamentos na região, já na segunda metade dos anos 90, teve uma relevância não apenas local ou regional, mas um significativo alcance político nacional. Neste processo de recuperação de áreas públicas pelo governo do Estado, parte das fazendas em disputa entre grileiros e sem-terra passou a ser destinada aos acampados, após a indenização prévia e em dinheiro pelas benfeitorias realizadas na área. A região do Pontal do Paranapanema, dada sua importância política e abrangência territorial – cerca de um milhão de hectares -, transformou-se em uma das principais frentes de disputas fundiárias no Estado de São Paulo – e aqlcançou repercussão nacional. (BERGAMASCO & NORDER, 2005).

⁵⁴ Nesta área foram assentadas efetivamente 46 famílias.

⁵⁵ O MAST surgiu em 1998 como uma dissidência do MST e contou com a participação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rosana, a Central Social Democrata denominada Social Democracia Sindical (SDS), ligada ao PSDB. As lideranças do MAST defendem a luta pela Reforma Agrária no plano institucional e entendem que: “a ocupação de terras devolutas e/ou improdutivas como um ato de violência e não como uma ação de luta política para a conquista da terra e confronto com o latifúndio”

Por outro lado, nesse período, se acirram os problemas internos no movimento, acarretando uma intervenção da Direção Estadual, como destaca Gilmar Mauro:

Então eu cheguei aqui tinha um pessoal brigando, dois setores que brigavam muito, duas tendências de via interna do MST e uma reivindicava a expulsão da outra. Então a cobrança veio pra cima de mim “O que que você vai fazer?”. Aí eu fiquei seis meses estudando o Estado, conversando com a militância, tive, não dava muita bola pra briga, porque era briga de gente grande, não era, eram dirigentes daqui do Estado reconhecidos, à medida que a gente foi criando uma referência pra militância, alguns chamaram de mole, etc. e tal! Mas fui criando... fazendo reuniões no Estado, criando referência e fazendo com que a própria militância se desse conta dos problemas e ajudasse a decidir, então quando foi meados de 2004 eu lembro que nós fizemos uma reunião da Coordenação Estadual, fruto de um desvio de recursos, que não foi desvio pessoal, mas desvio da finalidade de um projeto de investimento, de uma das partes da contenda. Aí numa militância própria, uma estrutura própria, parte do MST, isso foi levado pra Coordenação e foi um vamos dizer um mote que levou ao afastamento de uma das pessoas do MST, um afastamento que não foi feito pelo Gilmar, foi feito pela Coordenação Estadual e a militância toda (Gilmar Mauro, Coordenação Nacional e Grupo de Estudo Estadual).

A repercussão dos acontecimentos, do Pontal, na mídia propiciou, concomitantemente, a projeção de diversos militantes da região. O mais conhecido deles foi o Zé Rainha, que atualmente se encontra afastado do movimento, mas apesar de não ser reconhecido como membro do MST pela militância, continua organizando pessoas para realizarem ocupações. Nas imagens apresentadas num dos principais noticiários do país, o Jornal Nacional, em fevereiro deste ano, ele aparece ao lado da bandeira do MST e usando um boné como símbolo do Movimento. Embora a militância não reconheça Zé Rainha como membro, muitas famílias acampadas e assentadas, tanto no estado quanto no país, o identificam como uma liderança do Movimento. Além do mais, a imagem dele e do MST se apresentam como associadas, devido às diversas reportagens apresentadas na mídia.

Contudo, as divergências de opinião são cuidadosamente tratadas de modo a não romper com a “unidade” do movimento, considerada uma das suas principais linhas políticas. A unidade do movimento deve ser mantida em detrimento às divergências pessoais e/ou políticas e as condutas dos militantes são observadas pelos demais, existindo até mesmo uma comissão de disciplina, responsável por zelar pelo cumprimento das linhas políticas do movimento. A comissão de disciplina está organizada em nível estadual e nacional e é convocada, extraordinariamente, pelas regionais para avaliar os casos considerados mais graves. Nos acampamentos e assentamentos é difícil observar casos de expulsão de militantes e/ou dirigentes, na maioria das vezes estes são deslocados para outra regional ou lhes são

delegadas tarefas menores, podendo também serem “isolados” não recebendo tarefas para executar e não sendo convidados a participarem das atividades do movimento.

No Pontal do Paranapanema, atualmente, existem diversos movimentos de luta pela terra e pela reforma agrária, sendo que o MST encontra-se presente em 24 dos 31 municípios da região. O segundo movimento mais expressivo do Pontal trata-se do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MAST). Em 2005, havia 16 movimentos de luta pela terra que atuavam na região sendo que apenas cinco destes não estão agregado ao MAST, conforme quadro a seguir:

Quadro 1 – Movimentos que atuam no Pontal - 2005

MOVIMENTOS AGREGADOS AO MAST	MOVIMENTOS INDEPENDENTES
MTP – Movimento Terra e Pão	MTRSTB – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil
TEM – Movimento Terra e Esperança	MTV – Movimento Terra Viva
MUP – Movimento Unidos pela Paz	UNITERRA – União dos Trabalhadores Sem Terra
MTC – Movimento Terra e Cidadania	MNF – Movimento Nova Força
MP – Movimento da Paz	ARST – Associação Renovação Sem Terra
MUST – Movimento Unidos dos Sem Terra	
MPST – Movimento da Paz Sem Terra	
MEV – Movimento Esperança Viva	
MSTP – Movimento Sem Terra do Pontal	
MTB – Movimento Terra Brasil	
MSTR – Movimento Sem Terra de Rosana	

Fonte: Adaptado de LIMA (2006)

A maioria dos conflitos, na região, visa à regularização de áreas devolutas, já que lá se encontra o maior volume de terras devolutas do Estado, cerca de 1 milhão de hectares e é, também, onde está concentrado o maior número de assentamentos do Estado de São Paulo, causando grandes impactos sócio-econômicos. Até o ano de 2005 existiam no Pontal um total de 76 assentamentos, de Reforma Agrária, com cerca de 6.000 famílias assentadas (LIMA, 2006).

2.4. A organização do espaço pelo MST: as regionais

As ocupações de terra e a territorialização do movimento no Estado de São

Paulo levou à formação das regionais. As regionais são áreas de abrangência, definidas pela direção do movimento, para a atuação de um grupo de militantes. Em geral uma regional surge a partir da territorialização do espaço por meio de acampamentos e assentamentos. A partir daí se constituem uma série de relações políticas que tornam necessário o estabelecimento de um local para abrigo dos dirigentes do movimento e de relação com a sociedade e com os aliados.

As primeiras regionais, do Estado de São Paulo, seguem a espacialização do movimento: Grande São Paulo, Pontal do Paranapanema, Andradina, Promissão e Itapeva. Como podemos perceber, nestas regiões ocorreram os primeiros conflitos pela terra no Estado.

Com o crescimento do número de assentamentos, a regional Grande São Paulo foi reduzida e desmembrada, surgindo mais quatro regionais: Sorocaba, Vale do Paraíba, e Iaras. Em 1998, foi criada a regional de Ribeirão Preto e, em 2000, foi criada a regional de Campinas, na qual nos deteremos um pouco mais a seguir.

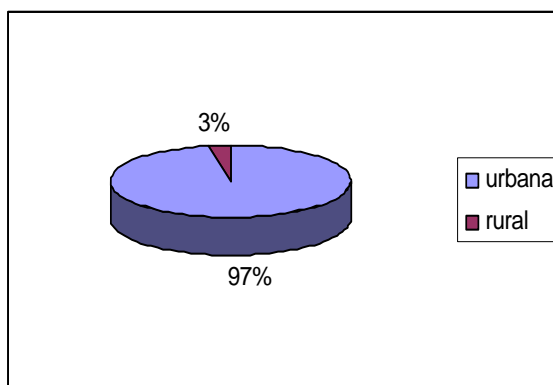
As regionais estão divididas em dois grandes grupos: o chamado eixo do mato e o eixo metropolitano. Fazem parte do eixo metropolitano as regionais: Grande São Paulo, Campinas, Sorocaba, Vale do Paraíba e Ribeirão Preto e do eixo do campo as regionais: Promissão, Itapeva, Pontal do Paranapanema, Andradina e Iaras. As regionais do eixo metropolitano se caracterizam principalmente por ser formados por assentados de origem urbana, com pouco ou nenhum vínculo com a terra. São fruto da estratégia do movimento em “acumular forças” fortalecendo e ampliando as alianças políticas pelo envolvimento em “lutas” de outras categorias de trabalhadores organizados (sindicatos, outros movimentos sociais). A proximidade das cidades facilitaria o escoamento da produção, por meio da venda direta, o desenvolvimento de pequenas agroindústrias e o acesso a políticas públicas básicas como saúde e educação, ampliando a qualidade de vida dos assentados.

No eixo do mato estariam concentrados os assentamentos mais antigos, composto por assentados de origem predominantemente rural, ou seja, que já morava ou trabalhava no campo. Os lotes são maiores e são desenvolvidas culturas que exigem uma maior quantidade de terra como a pecuária. Uma das regionais que se encontra no eixo do mato é a Regional de Itapeva, produtora de grãos como soja, feijão e milho.

2.4.1. A regional de Campinas

O município de Campinas tem 796,4 km² e uma população de mais de 1 milhão de habitantes, constitui a principal cidade da Região Metropolitana de Campinas (RMC), integrando 19 cidades. Está localizado na parte leste do Estado de São Paulo e fica a 100 km da capital. A quase totalidade da população vive na zona urbana, 97 %, embora possua 64% de área rural:

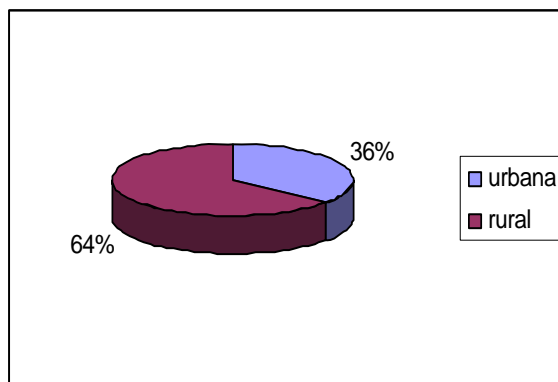
Gráfico IV: Percentual da População da RMC



Fonte: Prefeitura Municipal de Campinas, 2004

Nas áreas rurais da região vivem apenas 68.430 habitantes, somando aproximadamente um total de 2.338.148 habitantes na região. Contudo, a área rural em hectares é maior que a área urbana:

Gráfico V: Área em hectares na RMC



Fonte: Prefeitura Municipal de Campinas, 2004

Na década de 70, devido ao processo de interiorização da indústria, a região de Campinas atraiu vários migrantes de outros estados, desencadeando um acelerado processo de crescimento urbano. A RMC concentra indústrias de base tecnológica e variados centros de ensino e pesquisa, caracterizando-se como um grande centro científico e tecnológico, com um forte desenvolvimento econômico. Porém, em paralelo ao desenvolvimento econômico persistem grandes desigualdades sociais.

Esta realidade levou à formação dos Sem Terra de Sumaré, conforme vimos anteriormente. No entanto, durante anos, a atuação do MST na cidade de Campinas concentrou-se na realização de trabalho de base, para ocupações em outras regiões e na luta urbana, por meio de ocupações de sem-teto como as que originaram o Parque Oziel, Eldorado dos Carajás, etc.; que culminaram no surgimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, em 1996⁵⁶. O MTST contava também com a participação da Central de Movimentos Populares (CMP) de São Paulo e tinha como objetivo, segundo IHA (1995): transferir as reivindicações do movimento rural para o movimento urbano (envolvendo a luta por terra, trabalho e moradia), buscando identificar áreas ociosas próximas aos grandes centros urbanos⁵⁷.

Somente em 2000, iniciou-se o processo de constituição de uma Secretaria Regional do MST em Campinas, que tinha como principal propósito, fazer a articulação com os aliados e de debater a Reforma Agrária com a sociedade de modo mais geral. Contudo, os militantes que a integravam continuaram realizando trabalho de base para levar as famílias para ocupações em outras regionais, como relata Claudinha, dirigente regional e estadual do movimento: “porque aqui... Campinas sempre foi uma cidade que passou muito militante fazendo trabalho de base, levava gente e nunca se fixava só em Campinas então tinha essa relação com apoio, ah, precisava quando era pra fazer o trabalho, ia embora e não voltava né?”. Em 2001, começaram as reuniões do trabalho de base para a formação de um acampamento na região:

Aí a gente começou a fazer o cadastro do governo federal, só que com uma

⁵⁶ Informações obtidas por meio de fundadores do MTST em São Paulo

⁵⁷ A influência do MST foi marcante na constituição deste movimento. No encontro do MTST, realizado entre os dias 3 e 5 de março de 2006, na cidade de Jandira, foram produzidos diversos textos pelos setores de: comunicação, formação, jurídico. Além de um Projeto de Trabalho Comunitário e uma Política de Segurança. A forma de organização do MTST em setores, a realização de trabalho de base e a constituição de núcleos de famílias é bastante semelhante a do MST.

diferença, m a gente fazia e fazia as reuniões e dizia que o cadastro podia não sair terra, que era negócio do governo federal, e aí a gente começou o trabalho de base aqui e combinamo a Terra Sem Males, que facilitou né, veio né, que aqui não tinha e tal, mas eu acho que a maior dificuldade é nesse momento, quer dizer, de você conseguir gente, conseguir pessoas, aí foi também o período que a gente ficou lá em Matão, fez trabalho de base lá em Matão pra, organizamo um acampamento lá

No dia 13 de abril de 2002, 193 famílias organizadas pela regional do MST em Campinas, ocuparam a Fazenda Capuava, no município de Bragança Paulista. A escolha da data se deu devido à Jornada de Lutas do MST, em lembrança do massacre ocorrido em Eldorado dos Carajás. O acampamento recebeu o nome de Terra Sem Males, inspirado na Campanha da Fraternidade:

Um dos motivos é o de lembrar a Campanha da Fraternidade feita esse ano pela CNBB, que procura resgatar a dignidade e o direito das nações indígenas, massacradas pelo conquistador europeu nestes 500 anos do Brasil. O outro é o de mostrar o que o MST quer para o Brasil um país onde o povo tenha terra, trabalho, moradia, comida, justiça e igualdade. Um país sem males e com mulheres e homens felizes (BOLETIM INFORMATIVO DO MST CAMPINAS, abril de 2002).

Em julho de 2002, as famílias foram deslocadas para a cidade de Polvilho onde ocuparam a Fazenda Ithave, pertencente a SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo). Nesta área, se juntaram a outro acampamento o Irmã Alberta, somando mais de 700 famílias, entre elas cerca de 180 crianças.

O Acampamento Terra Sem Males, então com cerca de 170 famílias, permaneceu seis meses na região, junto do acampamento Irmão Alberta e, em setembro de 2003, as famílias tiveram que sair da terra ocupada, se mudando para as terras do assentamento de Sumaré II.

Após um ano e meio de despejos, lutas e mudanças o acampamento se instalou no município de Sumaré, no Assentamento Sumaré II, solicitando o assentamento das famílias na Região Metropolitana de Campinas.

No dia 19 de fevereiro de 2004, cerca de 150 famílias saíram de um espaço cedido no Assentamento Sumaré II e ocuparam a fazenda Salto Grande em Americana, que pertencia à família Abdalla e possuía uma dívida com o INSS. A área era explorada pela Usina Éster, por meio de um contrato de arrendamento. No mesmo dia da ocupação, foi expedida a reintegração de posse, o juiz concedeu 48h e, verbalmente, uma semana para as famílias deixarem o local. Enquanto isso, o acampamento foi cercado pela polícia, auxiliados pela segurança da Usina, violando-se o direito de ir e vir. Esta ocupação é lembrada pelos

acampados como o momento de maior conflito durante o período de acampamento:

A polícia veio e o usineiro se armou lá com os jagunços, fechou as estradas. A gente ficou lá em Americana não deixava entrar nem água, nem alimentação, roupa, os pertences das famílias que foi brechado na estrada, fizeram os caminhão voltar pra trás. Teve companheiro que ficou perdido na cana. Foi um período muito turbulento (Zé Francisco acampado no Acampamento Terra Sem Males, assentado no Sepé Tiaraju em Ribeirão Preto).

A polícia ficava, não deixava muito a gente dormir de noite ficava gritando. Os pernilongo, é até engraçado sabe, tinha uns pernilongo que ia de noite lá, que lá tinha muito pernilongo em Americana, aí eles começava a gritar assim:

- Xô pernilongo, xô.. Vai lá pros sem-terra- e não sei o que. E começava a imitar cachorro, começava a vender pamonha lá no meio lá

- Pamonha, pamonha de Piracicaba! (Alexandre, acampado do Terra Sem Males, atualmente assentado no Assentamento Sepé Tiaraju, Ribeirão Preto).

A partir de então, o INCRA negociou uma área provisória para o acampamento numa área da FEPASA, na rodovia do Açúcar. As famílias permaneceram por mais de um ano nesta área e muitas acabaram desistindo devido às péssimas condições de vida: falta d'água, conflito com o Secretário de Educação, que se recusava a enviar transporte escolar para as crianças do acampamento, etc. Além disso, o acampamento localizava-se próximo a um pesqueiro cujo dono utilizou diversas estratégias para “desmobilizar” os acampados, dentre elas, a contaminação de uma mina d'água utilizada pelos acampados.

Durante este período, os militantes da regional passaram a desenvolver um novo trabalho de base com o objetivo de fortalecer a luta das famílias do acampamento Terra Sem Males, optou-se então em levar as famílias para formar um novo acampamento ao lado do que já existia, ao qual foi dado o nome de Padre Jansen⁵⁸.

No mês de outubro de 2005, após uma conversa entre os dirigentes da regional de Campinas e de Ribeirão Preto, foi apresentada em assembléia a proposta de que as famílias do Acampamento Terra Sem Males se juntassem a um outro acampamento em Ribeirão Preto, o Mário Lago, cujo processo de desapropriação já havia sido iniciado. Durante a apresentação da proposta, surgiram muitas dúvidas e muitas famílias se mostraram receosas de se afastarem dos seus locais de origem, entretanto, diante da possibilidade de serem assentadas mais rapidamente e de poderem iniciar a produção de fato, o acampamento foi deslocado.

Em Ribeirão Preto, um grupo de famílias constituiu um núcleo e as outras foram inseridas nos grupos que já existiam. O deslocamento do acampamento trouxe

⁵⁸ O nome Padre Jansen foi escolhido em homenagem a um padre da região de Campinas, que há muitos anos acompanha a luta pela terra no Estado.

inúmeras conseqüências: a) uma certa estranheza entre o “método” aplicado pelos militantes de Campinas e os de Ribeirão, causando alguns conflitos; b) desmobilização do grupo de apoio e aliados que atuavam junto ao acampamento; c) desfalque nos quadros de militantes da regional, pois a maioria destes foi transferida junto com o acampamento, entre outras.

As famílias que se encontravam acampadas mostraram-se receosas com a repercussão da vinda do novo grupo e ao modo com que estas foram “inseridas” nos núcleos. Inicialmente, as famílias do Terra Sem Males e do Padre Jansen foram levadas para o Centro de Formação Helder Câmara, em seguida foram distribuídas nos núcleos, a maioria em lotes de famílias que haviam sido “afastadas” ou desistido dos lotes, gerando dissenso entre as famílias que haviam realizado a ocupação e já estavam acampadas na Fazenda da Barra:

A diferença foi aqui, quando nós chegou aqui a turma de Ribeirão disse que eles ocuparam a fazenda, enfrentaram a polícia e os trator pra derrubar barraco, trator pra arrebentar a porteira, aí nós chegou pra atrapalhar eles. Que nós veio tomar a vaga deles aí, que eles lutou, fez a ocupação e nós veio pra atrapalhar (Lira, acampado do Terra Sem Males e no Mario Lago)

A chegada das novas famílias provocou profundas mudanças na forma de organização do acampamento, como conta D. Sara:

Sabe porque eu gostei quando o pessoal de Campinas chegou? Por que a conjuntura aqui, o militante dizia o seguinte: - Não pode ter televisão, não pode ter porco, não pode ter cachorro, não pode ter galinha, não pode andar com roupa curta, não pode ir no barraco do companheiro. Isso aí é que eles falava pra nós quando nós entramos aqui. Só que quando o povo de Campinas chegou, não queria fogão a gás nos barracos, nem lampião, nem nada. Quando o povo de Campinas chegou com fogão a gás, lampião, porco, cachorro foi despejando aí. To pros militantes. Gostei de ver o povo de Campinas porque até então era proibido ter tudo... (D. Sara, acampada no Mario Lago)

Muitos acampados provenientes da Regional de Campinas não se adaptaram ao novo acampamento e o grupo acabou se dispersando. Durante cerca de um ano foram realizados os preparativos para uma nova ocupação, o que foi um trabalho árduo, tanto pela falta de militantes para o trabalho de base, que tiveram de ser deslocados de outras regionais; bem como pela desmobilização da rede de apoio e aliados que contribuía com o acampamento Terra Sem Males.

No dia 12 de Novembro de 2005, a regional de Campinas realizou uma nova ocupação na Fazenda Granjeira Malavazi, em Limeira. A ocupação contou com cerca de 50

peças e em duas semanas já havia mais de 300 famílias acampadas. A escolha da região de Limeira se deu, em certa medida, devido ao Movimento de Sem Casa⁵⁹ que já existia na região, do qual fazem parte alguns membros do Sindicato dos Metalúrgicos de Limeira e também pela maior disponibilidade de área. Além do mais, previa-se que pela proximidade da cidade seria possível “massificar” a ocupação.

Contudo, não foi possível manter a ocupação na região de Limeira. Após receber a reintegração de posse, que estipulava que as famílias deveriam desocupar a área até o dia 09 de dezembro de 2005, sem esperar o término do prazo. No dia 08 de dezembro ocuparam a Usina São Gerônimo, na Fazenda Santa Júlia, localizada na saída da Rodovia Anhanguera que liga Limeira a Mogi Mirim.

Após liminar de reintegração de posse, o grupo foi deslocado em 23 de dezembro para uma área definitiva, nas cidades de Americana e Cosmópolis, pertencente ao INSS e que já havia sido alvo de denúncias com o Acampamento Terra Sem Males, por estar sendo utilizada indevidamente pela Usina Ester. No entanto, a área foi considerada muito pequena para a quantidade de famílias no acampamento, dos 103 ha apenas 70 ha poderiam ser utilizados, descontando a Área De Preservação Permanente e de Reserva Permanente. Após diversas negociações o INCRA aceitou homologar as 97 famílias num Pré-Assentamento no qual as famílias se encontram esperando por mais terra para implantação do assentamento definitivo.

Em agosto de 2006, os dirigentes e militantes da regional, juntamente com as famílias do Pré-assentamento⁶⁰ Comuna da Terra Milton Santos, resolveram ocupar uma área do Estado, nas proximidades do assentamento, com o objetivo de conquistar mais terra para as famílias assentadas. Esta área também estava sendo utilizada para o plantio de cana pela Usina Ester. A reação da usina e da polícia foi imediata. A usina enviou tratores e caminhões para o despejo das famílias. As famílias chegaram na área por volta das 06:00 h da manhã e começaram a construir um barracão coletivo, mas não conseguiram terminá-lo, pois a polícia da cidade de Cosmópolis chegou quase que imediatamente ao local, impedindo as famílias de continuarem a construir os barracos.

⁵⁹ O Movimento dos Sem Casa atua na região de Limeira desde 1989 e é independente do MTST. Por meio dele foram conquistados vários bairros como o Oscar Romeiro, Nova Conquista e Ernesto Küll.

⁶⁰ O pré-assentamento é considerado pelo INCRA como um assentamento em fase de implementação, ou seja, trata-se de uma etapa intermediária entre o acampamento e o assentamento.

Figura 1 – Ocupação da área do Estado em Americana, 2006



Foto: João Zinclair

De acordo com o tenente, responsável pelo despejo, não era possível que as famílias continuassem ali, já que o fato de as moradias ainda não estarem construídas descaracterizava a ocupação. As famílias desocuparam a área e imediatamente realizaram mais duas ocupações no local, apesar do pequeno número de famílias (pois algumas tiveram que permanecer no acampamento) dezenas de barracos de lona preta surgiram rapidamente nas duas áreas.

Nesta ocasião, chegaram algumas viaturas da cidade de Americana e iniciou-se o processo de negociação, para a retirada das famílias. O fato de a ocupação ter sido realizada no período da campanha eleitoral, fez com que a mesma tivesse um bom respaldo político, diversos candidatos e políticos da região apareceram para dar apoio à luta dos sem terra. A polícia empregou a estratégia, que já havia sido utilizada com as famílias do acampamento Terra Sem Males, de proibir a entrada e saída de pessoas no local, alegando que ali havia sido cometido um crime e que os que ali estavam tinham sido pegos em flagrante delito.

A maioria das famílias continuou, serenamente, a construir barracos, enquanto

um grupo preparava o almoço na cozinha coletiva e um outro se encarregava de cuidar das crianças. O tenente Takiuchi de Americana estipulou o primeiro prazo para a desocupação da área as 11:00 h. Por volta das 16:00 h, os policiais ameaçaram derrubar os barracos, as crianças foram rapidamente organizadas e dispuseram bandeiras e brinquedos aos pés dos policiais.

No entanto, as famílias permaneceram na área até as 18:00 hs, devido às autoridades presentes e a estratégia do Movimento de, a cada hora, realizar uma assembléia e informar que o ITESP estava chegando para negociar com as famílias. O ITESP chegou por volta das 16:00 h e foi agendada uma reunião para que a situação da área fosse discutida. Apesar de ter recebido uma liminar na qual o Estado solicitava a área, a Usina pode recorrer, tornando o processo moroso.

Até o momento, as famílias assentadas no Pré-assentamento Comuna da Terra Milton Santos esperam uma saída para a sua situação, enquanto isso, ampliaram a área que ocupavam, parte das famílias ocupam uma área legal, ou seja, dentro do perímetro do assentamento e outra parte uma área ilegal, ou seja um acampamento vizinho à área do assentamento. É importante destacar este fato, pois há limitações para a atuação do INCRA e o desenvolvimento de políticas públicas, já que esta área não pode receber investimentos públicos.

III – O MST E SUAS ESTRATÉGIAS DE ORGANIZAÇÃO

Partindo da necessidade
De ter um pedaço de chão
Pra dar o sustento aos filhos
Aos filhos de nossa nação
Cansado de pôr a enxada
Nas terras apenas do patrão
E ver chegar o fim do ano
Tantos desenganos sem nenhum tostão.

Sem terra estão se organizando
de norte a sul deste país
pra derrubar o latifúndio
que deixa o povo sem raiz.
Cansado de tantas promessas
e ver tanta enganação
jogada dos politiqueiros
que o tempo inteiro roubam a nação⁶¹.

O MST, conforme apresentado nos versos acima, surgiu da necessidade de sobrevivência de diversas famílias sem terra, que passaram a reivindicar seu direito à permanência ou à posse de um pedaço de chão. Esta reivindicação, em sua maioria, só foi atendida após conflitos, que muitas vezes acabaram em confronto direto entre estas famílias e o poder público ou o poder dos proprietários de terra. Ribeiro (1987, p.32) afirma que:

Em realidade, o conflito agrário brasileiro é a expressão teratológica da questão fundiária. Seu traço específico mais forte é, justamente, o de ser um conflito onde as partes que se envolvem assim o fazem por motivos diferentes, posto que suas escalas de valores não são coincidentes. O latifúndio luta por poder e vê na propriedade um instituto sagrado e absoluto. O princípio tomista de que os bens inferiores existem para atender aos bens superiores – inferiora propter superiora sunt -, não tem nenhum significado na estrutura de relações patrimoniais que ele almeja dominar; o trabalhador rural, por sua vez, empreende seu esforço para defender sua sobrevivência. A propriedade não é para ele um valor absoluto. Ela não vale por valer, não é um ter por ter. O valor conferido à propriedade é um ter para ser. É, pois, um valor decorrente, relativo. Existe, assim, uma incompatibilidade axiológica entre as partes, que confere ao conflito agrário a dimensão de um conflito-limite.

A propriedade da terra tem sido no Brasil sinônimo de poder político e

⁶¹ Trecho da música de Zé Pinto, Causa Nobre, contida no CD Arte em Movimento, primeiro CD do MST, traz 20 músicas de artistas do movimento.

econômico, contudo embora a terra seja um meio de produção e uma mercadoria possui uma característica que a distingue dos demais: não pode ser reproduzida. Eis uma das principais razões dos conflitos agrários, já que esta não pode ser reproduzida, muitas vezes para expandir a área de cultivo ou pastagem é necessário a expropriação dos pequenos agricultores. Para estes a terra não se trata apenas de um meio de produção, mas de reprodução que reflete também um modo de vida. Isto confere uma outra forma de consciência ao homem do campo, que tem se manifestado sob formas diversas ao longo da história⁶².

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é “herdeiro” de outros movimentos de luta pela terra e desenvolveu suas estratégias e forma de organização a partir de outros personagens importantes da história, dentre eles, o MASTER e as Ligas Camponesas. Concomitantemente, durante sua trajetória trouxe inovações para a cultura política:

Tomando o cenário político-nacional e suas correlações de forças, o MST constitui-se num “sujeito coletivo” que impulsiona a inserção de novos elementos na configuração da cultura política (organização dos trabalhadores, formação política, negociações políticas, estratégias massivas de atuação, suscitando questionamentos sobre as injustiças sociais na sociedade civil...) (SOUZA, 1999, p. 52-53).

A partir destas características, consideramos o MST como um movimento social, tal como descrito por Gohn (2002, p. 251-252):

Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações (sic) se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média ou longa duração histórica, nos quais se observam os ciclos de protestos delineados. Os movimentos

⁶² Martins (1980) diferencia os fundamentos da conduta e da consciência entre o lavrador do campo e o operário realçando as especificidades das relações de trabalho no campesinato.

participam portanto da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sóciopolíticas a que estão articulados, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem com suas ações. Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam.

O MST teve, durante as duas últimas décadas, um importante papel na redefinição de políticas públicas, relacionadas à agropecuária e à agricultura, se constituindo numa das maiores forças políticas do país. Além do mais, o grande número de áreas conquistadas ampliou consideravelmente a base social sob a sua influência e permitiu, conseqüentemente, o aumento de seus quadros de dirigentes e militantes, fornecendo-lhes formação política e possibilitando-lhes a integração e articulação com outros setores da sociedade. Portanto, podemos considerá-lo também como um movimento socioterritorial, pois o espaço social é essencial para o MST, realçando que:

Os espaços produzidos pelos movimentos socioterritoriais são diversos e são constituídos de acordo com as suas ações. Esses movimentos fazem-se nos espaços de socialização política e espaços de socialização propositiva, onde geram as práticas políticas de seu desenvolvimento. A construção de espaços políticos, sociais, culturais e outros acontecem em diferentes lugares e territórios. A construção desses espaços e seus dimensionamentos são essenciais para as ações dos sujeitos que procuram transformar a realidade. Não existe transformação da realidade sem a criação de espaços (FERNANDES, 2006, p.8).

Além disso, a formação de uma burocracia paralela, concentrada nos centros de formação e nas secretarias, operacionaliza a interligação entre os diversos espaços geográficos onde está inserido, permitindo considerar que se trata de um movimento que atingiu a consolidação e/ou institucionalização.

De acordo com Gohn, um movimento social passaria pelas seguintes fases:

1. Situação de carência ou idéias e conjunto de metas e valores a se atingir.
2. Formulação das demandas por um pequeno número de pessoas (lideranças e assessorias).
3. Aglutinação de pessoas (futuras bases do movimento) em torno das demandas.
4. Transformação das demandas em reivindicações.
5. Organização elementar do movimento.
6. Formulação de estratégias.

7. Práticas coletivas de assembléias, reuniões, atos públicos etc.
8. Encaminhamento das reivindicações.
9. Práticas de difusão (jornais, conferências, representações teatrais etc.) e/ou execução de certos projetos (estabelecimento de uma comunidade religiosa, por exemplo).
10. Negociações com os opositores ou intermediários por meio dos interlocutores.
11. Consolidação e/ou institucionalização do movimento (2002, p. 266).

Segundo Spehr (2004, p. 172-174) os movimentos sociais “son una forma de lo político que se constituyen por una exigência central” que “se situa siempre em contradicción com las reglas básicas de la sociedad dominante”. Essa exigência o obriga a desenvolver uma consciência política visto que “su exigência fundamental está em contradicción com las estructuras de la sociedade existente, es decir, sus prácticas, discursos, intereses, relaciones de poder, es preciso fundamentar, anclar, demostrar dentro del movimiento y através de este em la sociedad em la que la lucha que es realmente posible llevar la exigência a la práctica”. Contudo, “no posee una teoría política unificada: sus formas de interpretación del mundo son plurales. Sin embargo, de forma conjunta elabora una espécie de substrato ideológico básico, precisamente esta concienciación, que actúa de intermediário entre la exigência y el mundo”.

Ademais, requer uma organização, o que não o descaracteriza enquanto movimento social, pois “o movimento de massa para se organizar necessita de uma estrutura orgânica com: direção, coordenação, comissões, departamentos, núcleos” (Cartilha Como organizar a massa. Série cadernos Vermelhos. São Paulo, set. de 1991 p. 15). Conforme Spehr, a organização é fundamental para que o movimento não se desintegre:

No será capaz de aprender ni alcanzar una continuidad si no existen organizaciones em el seno Del movimiento que recojan experiencias, las transmitans y divulguen de forma sistemática. Este aspecto es necesario porque a lo largo de la extensa duración de su lucha se alternan fases de actividades intensas com fases de actividades más reducidas, importantes reveses o aislamiento social. A través de sus núcleos organizativos, sin embargo, el movimiento puede perdurar, apropiarse de su historia y continuarla. Para tener capacidad de actuación es decisivo que um movimiento social logre establecer una estructura organizativa central a través de la cual coordina sus acciones y conserva sus experiencias...

Podemos concluir, a partir das considerações de Spehr, que o MST, ao longo de sua trajetória, desenvolveu não apenas um conjunto de práticas associadas a uma estrutura orgânica e organizativa, mas uma consciência política que lhe é própria. Esta consciência política é transmitida em todas as atividades desenvolvidas: como a forma de organização em

núcleos, a formação de coordenações, a mística, etc.; presentes desde a organização do acampamento, em menor medida, até os cursos de formação política, visando à manutenção da “unidade” e o desenvolvimento do sentimento de “pertença” entre os participantes.

As suas ações e sua forma de organização têm servido, inclusive, de modelo para outros movimentos e organizações (como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, o Movimento dos Trabalhadores Desempregados, Movimento das Mulheres Camponesas, etc.). O MST se declara um movimento social, de massas, autônomo cujos principais objetivos são:

1. Construir uma sociedade sem exploradores e explorados, onde o trabalho tenha supremacia sobre o capital;
2. Garantir que a terra, um bem de todos, esteja a serviço de toda a sociedade;
3. Garantir trabalho a todos, com justa distribuição da terra da renda e das riquezas;
4. Buscar permanentemente a justiça social e a igualdade de direitos econômicos, políticos, sociais e culturais;
5. Difundir os valores humanistas e socialistas nas relações sociais e pessoais.
6. Combater todas as formas de discriminação social e buscar a participação igualitária da mulher, homem, jovem, idoso e crianças.
7. Buscar a articulação com as lutas internacionais contra o capital e pelo socialismo⁶³.

Observamos pelos objetivos expostos anteriormente, que apesar de ter surgido em torno da crítica à concentração fundiária e da luta pela terra o Movimento vêm ampliando seus objetivos, tomando para si a tarefa não apenas de articular e organizar os trabalhadores para conquistar a Reforma Agrária, mas também para a construção de um projeto popular para

⁶³ Normas Gerais do MST, aprovadas no 10º Encontro Nacional, realizado entre os dias 14 e 18 de janeiro de 2002, em Belo Horizonte.

o Brasil⁶⁴.

As Normas Gerais do MST consideram como beneficiários diretos da Reforma Agrária todos os trabalhadores sem-terra, ou seja, “os parceiros, arrendatários, meeiros, assalariados rurais, posseiros e pequenos proprietários – (até 5 hectares de terra), os pequenos agricultores e os desempregados do campo e da cidade” e como beneficiários indiretos todos os trabalhadores do Brasil.

Neste capítulo, serão abordados: a origem dos princípios organizativos do MST, seu método organizativo, de eleição dos dirigentes e os requisitos utilizados para escolha de novos militantes, na formação de quadros, além de um esforço interpretativo de algumas de suas matrizes discursivas.

3.1. Origem dos princípios organizativos do MST

O conflito na Encruzilhada do Natalino foi o marco da formação da base do movimento que contou com a articulação de diversas entidades, e é também a partir daí que se pôde observar, pela primeira vez, o nível de organização e resistência dos camponeses, além da preocupação em estudarem mecanismos legais, como o Estatuto da Terra, utilizando-os para melhor se articularem e defenderem seus interesses perante o governo (FERNANDES, 2000).

Apesar de, inicialmente, ser apenas um aglomerado de algumas dezenas de famílias o acampamento chegou a mais de 600 famílias. O acampamento foi organizado por meio de comissões para resolver os principais problemas que surgissem, sendo a comissão central composta por oito membros, que se reuniam todas as noites para organizarem informações que seriam utilizadas nas pressões junto ao INCRA. A comissão de doativos organizava as doações que iam chegando, dividindo-as entre os acampados, enquanto a comissão de saneamento cuidava da coleta da água, do lixo e dos esgotos. O acampamento era dividido, também, em grupos de reflexão e todos os acontecimentos eram registrados num

⁶⁴ Dentro desta busca já há algum tempo um grupo do movimento busca discutir os meios necessários para a construção do Poder Popular, ou seja, a articulação entre as diversas organizações e movimentos que busquem a construção de um “Projeto Popular para o Brasil”, que organizaria a população conforme o exemplo da cidade de Fortaleza, por meio da criação de comitês populares nos bairros.

diário (MARCON, 2002).

Dessa forma, foi construído um espaço social para o exercício da luta e da militância em torno da sigla MST. Essa construção se efetua através de uma resignificação de modelos já circulantes na sociedade, como a imagem do revolucionário de esquerda do modelo marxista, assim como o pensamento cristão de assumir o “sacrifício” de construir uma sociedade mais justa. A necessidade da luta e da resistência, presentes no discurso do MST, é legitimada pela ineficiência do Estado, com o Estatuto da Terra, de realizar a Reforma Agrária no país⁶⁵.

Esse acampamento contou com o apoio de diversas instituições como a CPT/RS, o Movimento de Justiça e Direitos Humanos, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Cáritas, que além da orientação política e jurídica contribuíram com a aquisição de agasalhos, gêneros alimentícios, instalação de postos médicos no local e etc. Contudo, Graziano da Silva (1985) já assinalava uma das suas características fundamentais:

Paralelamente ao movimento sindical de trabalhadores rurais, organiza-se, a partir do apoio de organizações progressistas da Igreja, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Mesmo sem querer ser “paralelo” e apesar das inúmeras tentativas de “entrar” nos sindicatos rurais (particularmente nos estados do Sul) o Movimento dos Sem Terra, por dispor de uma organização própria, acabou travando uma luta quase independente do sindicalismo rural. Sua forma principal de ação constitui-se na ocupação de terras ociosas, atitude considerada muito radical para um sindicalismo que ensaiava os primeiros passos no sentido de questionar o seu atrelamento ao Estado. Em resumo, O Movimento dos Sem Terra muitas vezes somou forças à luta dos sindicatos de trabalhadores rurais; em outras, porém, dividiu.

Apesar de contar com a solidariedade dos setores progressistas da Igreja Católica, da Igreja Luterana e de diversos sindicatos, o Movimento manteve-se autônomo e estabeleceu uma forma de organização singular, que apesar de basear-se em experiências anteriores buscou adaptar-se à realidade. As bases nas quais foi organizado este primeiro acampamento certamente foram essenciais para o desfecho positivo que se deu depois de uma longa negociação com o governo, após mais de três anos de espera.

O I Congresso Nacional dos Sem Terra, realizado em 1985, se tornaria a instância máxima de deliberações do MST, nacionalmente, seguida pelos Encontros

⁶⁵ Ver mais em GAIÃO, 2001.

Nacionais e Estaduais, a distribuição por regionais e os grupos de famílias. Nestes encontros são estabelecidas diretrizes a serem seguidas nos próximos cinco anos e geralmente refletem a conjuntura política do momento.

Os princípios organizativos do MST são reafirmados em toda a estrutura organizativa desde os acampamentos e assentamentos até as atividades de formação e encontros regionais, estaduais e nacionais. Eles consistem, basicamente, em sete princípios: direção coletiva, divisão de tarefas, disciplina (ou seja, respeito às decisões coletivas), planejamento das atividades, distribuição das responsabilidades e funções, crítica e auto-crítica (avaliações periódicas nas quais “cada membro tenha a humildade de realizar sua autocrítica e ao mesmo tempo criticar os erros individuais e coletivos dos demais”), estudo e a vinculação permanente com as massas (por meio do envolvimento, conhecimento e participação em todos os momentos)⁶⁶.

A distribuição dos seus membros em determinadas funções e níveis permite, por sua vez, o controle e a disciplina, que se torna uma das características do movimento. Outras características a serem ressaltadas são: a criatividade em suas ações - que incluem além das ocupações, marchas⁶⁷ e manifestações populares – a preocupação constante com a formação política visando à construção de uma consciência e de uma identidade coletiva fundada nos ideais ideológicos e políticos do movimento.

Durante os mais de 20 anos de atuação, o MST foi acumulando experiência na arregimentação e organização dos marginalizados e excluídos do campo e da cidade, superou diversos desafios como o de se manter coeso nacionalmente, de garantir acesso a educação para os seus integrantes, inclusive em nível superior, acesso a programas especiais de crédito, entre outros. Nesse ínterim, a formação se tornou um dos pilares do movimento que constatou a necessidade de dar formação diferenciada, principalmente política, para seus integrantes, contudo:

... a exigência da “profissionalização” de seus quadros gera novas relações de poder entre seus membros; a complexidade da organização requer redes seguras e

⁶⁶ Estes princípios foram retirados da cartilha “O MST: a luta pela reforma agrária e por mudanças sociais no Brasil” editada em maio de 2005 pelo MST.

⁶⁷ A Marcha Nacional dos Sem Terra, realizada em 1997, contou com a participação de 100 mil pessoas segundo seus organizadores e ganhou extrema notoriedade na imprensa nacional e internacional sendo considerada a maior manifestação popular após o impeachment do ex-presidente Fernando Collor. Uma análise da marcha pode ser encontrada em CHAVES (2000).

confiáveis entre os militantes, de modo que são criados nixos dentro da estrutura organizacional; a detenção de informações por parte das lideranças distancia o conjunto de atores que participa do movimento. Assim, o grande deságio de um movimento social, que, a princípio, é composto por pessoas voluntárias, é conviver com todas essas contradições, mantendo-se eficientes na sua forma de luta, sem cair no faccionalismo. No enfrentamento das dificuldades que se apresentam, consideramos que o MST vem pautando seu crescimento em constantes reformulações, buscando manter-se consolidado. Os desafios são, contudo, muito grandes” (ANDRADE, 1998, 242).

Por outro lado, a capacidade do movimento em enfrentar as dificuldades que se apresentam tem sido impressionantes, isto se deve em grande parte ao fato de que à medida que tem crescido o Movimento tenha feito reformulações, buscando manter-se unificado, como é o caso da forma de organização dos acampamentos e assentamentos.

3.2. A organização do MST

A estrutura organizativa do MST é bastante complexa compreendendo, segundo Fernandes (2007, p. 10-12), as instâncias de representação, os setores de atividade e as organizações vinculadas. As instâncias de representação são compostas pelos congressos, encontros e coordenações que constituem os espaços das deliberações e de decisões, do estabelecimento das linhas políticas. Os setores de atividades e as secretarias são responsáveis pela implementação de projetos de desenvolvimento dos assentamentos e acampamentos e as organizações vinculadas tratam da política de desenvolvimento do MST. Neste trabalho nos concentraremos nas instâncias de representação.

O movimento encontra-se organizado em dois níveis, nacional e estadual. A instância máxima é o Congresso Nacional, que se reúne a cada cinco anos, é constituído por delegados dos setores de todos os Estados e municípios do país, e é o responsável pela definição de ações a serem realizadas nos estados e nacionalmente.

A instância seguinte, hierarquicamente subordinada a aquela, é o Encontro Nacional, realizado de dois em dois anos, com a participação de representantes estaduais, sua função é fazer o planejamento e a avaliação das decisões tomadas pelo Congresso Nacional.

A terceira instância a Coordenação Nacional - composta por dois representantes de cada Estado e um representante dos setores nacionais, além de um representante das centrais de cooperativas e da Direção Nacional – deve se reunir duas vezes ao ano e encaminhar suas decisões para o Encontro Nacional. As funções da Coordenação Nacional são:

1. Encaminhar todas as resoluções aprovadas pelo Encontro Nacional e pelo Congresso Nacional.
2. Zelar pela aplicação dos princípios do Movimento.
3. Tomar todas as decisões políticas de caráter nacional que afetam o Movimento.
4. Ser responsável pela implementação das questões orgânicas nos estados e regionais.
5. Assumir publicamente a representatividade do Movimento.
6. Estimular e acompanhar a articulação do Movimento em novos estados.

A quarta instância nacional é a Direção Nacional composta por representantes dos Estados e dos setores nacionais, a serem escolhidos durante a realização do Encontro Nacional, que se reuniria a cada quarenta e cinco dias e cuja tarefa seria o encaminhamento das decisões à Coordenação Nacional. Segundo as Normas gerais do MST, aprovadas no 10º Encontro Nacional de 2002, em Minas Gerais, são funções da Direção Nacional:

1. Pensar, discutir e propor as linhas políticas para o Movimento
2. Garantir a linha política do Movimento e das definições políticas tiradas nos Congressos e Encontros Nacionais.
3. Garantir a unidade política do Movimento.
4. Planejar as táticas e estratégias do Movimento e propô-las à Coordenação Nacional.
5. Desenvolver estudos e soluções às necessidades políticas e práticas do Movimento
6. Garantir a atuação dos setores e coletivos nacionais.
7. Elaborar métodos de trabalho, organização e lutas e promover constantemente a formação Política.

Submetidos à Coordenação Nacional encontram-se os setores e os Estados. Nos estados a estrutura é semelhante ao da nacional, podendo ser mais flexíveis para atender as características de cada estado. Além da Coordenação Nacional, os Estados estão agrupados em cinco regionais: a) Regional Amazônia, constituída pelos Estados do Pará, Maranhão e Tocantins; b) Regional Centro-Oeste, formada pelos estados de Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal; c) Regional Sudeste, composta pelos Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo; d) Regional Nordeste, que integra os Estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí e e) Regional Sul, que engloba os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. As regionais se reúnem pelo menos duas vezes ao ano, em data estabelecida pela Direção Nacional.

No caso do Estado de São Paulo, a instância máxima é o Encontro Estadual (ver anexo XX), realizado anualmente. A cada dois anos, é realizado um encontro eletivo no qual são apresentados e referendados os dirigentes estaduais. O último ocorreu em janeiro de 2006, no Centro de Formação Dom Hélder Câmara, em Ribeirão Preto.

A Direção Estadual se reúne periodicamente para planejar as estratégias e ações estaduais, bem como para trocar informações sobre o que tem sido realizado em cada regional, e também, para avaliar as atividades realizadas. Em paralelo à Direção Estadual, existe o Grupo de Estudos Estadual, responsável por subsidiar o debate político e organizativo das reuniões da direção.

Em geral, a direção regional indica os representantes para compor a direção que, apesar de eleita para dois anos, comumente, acumula vários mandatos. O método de indicação empregado para a escolha dos dirigentes, tanto regionais quanto estaduais, nem sempre é transparente, mas apesar dos questionamentos, geralmente são aceitos e reconhecidos pelos demais militantes e assentados/acampados. O método adotado, na maioria das instâncias do Movimento, remete aos critérios utilizados pelo Partido social democrata alemão (Lênin, 1978, p. 107):

...E como a arena política é visível a todos, como o palco de um teatro para os espectadores, todos sabem pelos jornais e assembléias públicas se essa ou aquela pessoa reconhece ou não esses princípios, apóia o partido ou a ele se opõe. Sabe-se que tal militante político teve esse ou aquele início, teve essa ou aquela evolução, que em um determinado momento difícil de sua vida comportou-se de uma determinada maneira, que se distingue por essas ou aquelas qualidades; além disso, todos os membros do partido podem, com conhecimento de causa, eleger ou não esse militante para um determinado posto do partido.

Os setores estaduais também possuem representantes na Direção Estadual e são compostos por membros das direções regionais. Estes setores, por sua vez, escolhem representantes para participar das discussões nacionais do setor.

O movimento possui diversos setores, embora nem todos sejam encontrados a nível estadual ou regional. Os mais comuns são:

- setor de frente de massa: consiste em reunir e convidar as famílias preparando-as para a ocupação.

- setor de formação: tem a incumbência de preparar politicamente os militantes desde o trabalho de base, nos acampamentos e nos assentamentos.
- setor de comunicação: organiza as informações a serem transmitidas interna e externamente ao movimento.
- setor de educação: tem como objetivo educar a criança a partir de uma prática pedagógica que, valorize os ideais do movimento e o amor e respeito aos seus símbolos.
- setor de saúde: cuida do tratamento e prevenção de doenças, além dos cuidados com a higiene das famílias e das crianças.

Durante um período, estes setores atuaram de forma completamente independente, estabelecendo estratégias e ações específicas. Contudo, após uma avaliação da importância da integração entre os diversos setores que fazem parte do Movimento, foi criado o Intersetorial em que se encontram representantes de todos os setores.

O Encontro da Militância (Coordenação Estadual) é realizado duas vezes por ano e participam dele todos os militantes envolvidos “organicamente”, ou seja, todos os que de algum modo estão vinculados à organização do Movimento. Em 2006, os encontros ocorreram em janeiro e dezembro.

Além do Encontro da Militância, são realizados Encontros Massivos. O último foi realizado em abril de 2006, na cidade de Osasco, que reúne a militância e a base do movimento. Nos encontros da militância e encontros massivos, a distância entre dirigentes e militantes e entre alguns militantes e os assentados/acampados se torna mais visível, pois apesar dos espaços de recreação e das noites culturais, acessíveis a todos os participantes, são criados outros espaços, cuja participação é restrita para alguns militantes e dirigentes.

Estes encontros mesclam análise de conjuntura, balanço do que foi realizado e estratégias para o futuro, além de momentos de estudo. É comum a divisão em grupos, chamados de NB, ou seja, núcleos de base, nos quais os textos são lidos e discutidos, um dos participantes coordena e o outro prepara um relato a ser lido na plenária, que consiste em transpor a discussão feita pelo grupo aos demais participantes do evento.

Depois da Direção Estadual, seguem-se as Instâncias Regionais: Encontro

Regional, Direção Regional, setores regionais, etc. Entretanto, nem todas as regionais possuem uma divisão clara das responsabilidades de seus integrantes e tampouco possuem a mesma forma organizativa. Em linhas gerais, observa-se um colegiado que se reúne periodicamente para atender as demandas dos acampamentos e assentamentos e pensar estratégias para a expansão e desenvolvimento do Movimento na região.

Na direção regional são escolhidos dois ou três representantes para integrar a direção estadual, como colocamos anteriormente, aqueles acompanham as reuniões da direção estadual e repassam as informações, garantindo assim a unidade dos princípios e linhas políticas, o estabelecimento de estratégias conjuntas, como a ocupação sincronizada do INCRA e do ITESP, realizada em dezembro de 2006.

Além destes espaços, o MST se organiza espacialmente nos assentamentos por meio de associações e cooperativas, além do Sistema Agrícola dos Assentados (SCA), a ANCA (Associação Nacional de Cooperação Agrícola) e a AESCA (Associação Estadual de Cooperação Agrícola). Estas entidades apesar de não representarem oficialmente o MST, se constituem no aparato legal utilizado pelo MST, para a viabilização de alguns projetos.

Todos estes níveis de organização estão hierarquicamente distribuídos, estando presentes, inclusive, dispositivos que funcionam como elementos disciplinadores e normalizadores, contando com um sistema de promoções e penalidades⁶⁸: "Devemos garantir sempre a disciplina (como o respeito às decisões coletivas) em todas as instâncias e entre os militantes. E criar sistemas de penalidades para os descumprimentos". Esses dispositivos estão presentes em seus diversos setores, como o setor de frente de massa, o setor de formação, o setor de comunicação, setor de educação e o setor de saúde.

As experiências e práticas desenvolvidas nas primeiras manifestações, acampamentos e assentamentos, resultaram na formulação das cartilhas de formação, nas quais se encontram desde as formas de realizar o trabalho de base, organizar os acampamentos, formar as lideranças e "quadros de direção" até os cuidados com a saúde, a educação das crianças e dos jovens entre outros. Nas cartilhas, que colocam como tema central à questão da organização, não se observa uma diferença muito acentuada durante os diferentes anos de publicação. Em geral, trazem como eixo as formas de planejamento, de organização de cursos e de reuniões (passando por recomendações sobre a expressão oral e as

⁶⁸ *Documento Básico do MST*. Piracicaba, fev. 1991.

formas de abertura e encerramento), a divisão e delegação de tarefas e os vícios a serem evitados pelos militantes, dirigentes e “massa”.

Nessas cartilhas ganham ênfase especial a questão da consciência política através do processo de formação e as místicas. Destaca-se, ainda, a vinculação das idéias contidas nas cartilhas com o leninismo: pelos próprios termos utilizados: acúmulo de forças, palavras de ordem, quadros⁶⁹, etc. Em algumas delas, há inclusive referência a outros movimentos revolucionários da América Latina, como é o caso da cartilha “Sobre o Método Revolucionário de Direção” (1987, p. 25), que faz menção ao sandinismo: “Sandino ontem, Sandino hoje, Sandino sempre. Pátria livre ou morrer”. Apesar de que apenas as cartilhas não são suficientes para uma apreensão da forma de organização política do movimento e do processo de seleção/indicação de militantes, para integrar os quadros de direção do movimento, elas nos fornecem elementos importantes para a verificação empírica destes processos.

Dentre as linhas políticas que se referem à organização é interessante observar os métodos de organização a serem desenvolvidos como: disciplina, divisão do trabalho, profissionalismo, responsabilidade e estudo, planejamento, etc. Além da criação de uma “mística” da luta do MST e a importância da utilização de sua simbologia além da vinculação com a “massa” (Documento Básico do MST, pág. 25).

A preocupação com a elaboração de práticas e de símbolos, que mantenham a unidade do grupo em torno de seus objetivos, e o sentimento de pertencimento é constante. Está presente na formação de seus militantes, no trabalho de base, nos acampamentos, nos assentamentos, e em todas as suas ações: marchas e ocupações de prédios públicos, encontros, congressos e, principalmente, nas cartilhas: “*Os símbolos são as representações materiais das utopias. Eles passam a ser o meio de comunicação mais eficiente entre as pessoas que fazem parte de uma organização e garantem a unidade política entre elas*”.⁷⁰

Dentre os principais símbolos do MST, destaca-se a bandeira, criada em 1987, durante a realização do IV Encontro Nacional e que passou a estar presente, desde então, nos acampamentos e assentamentos do movimento e em todos os momentos de luta,

⁶⁹ Ver mais em LÊNIN, V.I. Que fazer? São Paulo: Hucitec, 1978; LÊNIN, V.I. A propósito das palavras de ordem. IN: V.I. LENINE: Obras escolhidas. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1980, v. 2, p.131-136.

⁷⁰ Bogo, Ademar. *A vez dos valores*. São Paulo, jan. de 1998, pág. 13.

comemoração ou estudo.

Além da bandeira, outros símbolos foram criados pelo movimento: o Hino e o timbre para correspondência, o boné vermelho com a insígnia do movimento que caracteriza os que dele fazem parte. Esses símbolos são “sacralizados” pelo movimento estando presentes nas suas ações buscando reunir seus militantes em torno dos ideais do movimento e cercando-os em todos os momentos. Um símbolo também bastante utilizado é a figura de Che Guevara, como um exemplo a ser seguido, devido ao seu caráter revolucionário de luta. Outros personagens históricos são comumente lembrados e referenciados nas místicas, na denominação de Núcleos de Famílias e nos nomes dos Acampamentos como: Olga Benário, Milton Santos, Paulo Freire, Florestan Fernandes⁷¹, Margarida Alves, Caio Prado Jr., etc.

Figura 2– Plenária do IV Congresso Nacional do MST, 2000



Foto: João Zinclair

⁷¹ Nome escolhido para a Escola Nacional em Guararema. Geralmente, para são escolhidos nomes de personalidades que já faleceram. Na verdade, trata-se de um cuidado em relação a trajetória de vida, pois assim não há o risco de escolher alguém que possa “pelegar” no futuro.

A unidade do grupo é mantida, também, através de “místicas” (cânticos, teatralizações, etc.) que tratam de temas diversos, como momentos do cotidiano das famílias e do processo de luta pela terra, que relembram e/ou transmitem os ideais do movimento. A mística atua como uma forma de resgatar a memória coletiva, tratando de fatos importantes pelos quais o movimento atravessou, assim como resgatando a história de pessoas consideradas ícones para o movimento, celebrar vitórias e etc. A mística (que pode ser utilizada através de pequenas encenações, músicas, rituais) visa à construção de um sentimento de reconhecimento e de pertencimento ao grupo, cultivando ao mesmo tempo a exaltação de ser sem terra, apelando basicamente para a emoção dos que a ela presenciam. Para Castells (2002, 264) a mística:

... enquanto configuração estética de caráter interativo, é um evento performático, criado e recriado em cada encontro de que o MST participa. Segundo os dirigentes, nunca pode ser deixado ao “espontaneísmo”. Os responsáveis pela celebração interagem junto à cenografia montada, convocando a participação do público através de discursos alusivos ao tema, músicas e gestos conhecidos pelos presentes. Tudo evoca a repetição de um ritual muito conhecido e familiarizado – na conjunção de seus sucessivos passos, consegue-se o sentido pleno da “mística” anunciada pelos organizadores.

As místicas são bastante comuns nos momentos de reunião dos Sem Terra, seja nos momentos de estudos, nas reuniões ou nas festividades. É comum também entoar o Hino do MST e a Hino da Internacional, além de palavras de ordem que, geralmente, afirmam objetivos a serem alcançados e contribuem para reforçar esta identidade. Dentre eles podemos destacar: “Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio”, “Criar, criar! Poder popular!”, “Reforma Agrária quando? Já! Quando? Já!, Quando? Já!” “Pátria livre! Venceremos!”. Algumas refletem também a identidade de um grupo que pode ser um acampamento, um assentamento, ou ainda, uma regional: “Mulheres em defesa da vida, contra o agronegócio”.

No Documento Básico do MST podemos perceber uma série de estratégias a serem traçadas, além de “orientações”, acerca de “linhas políticas”. Essas linhas políticas e suas correspondentes orientações são estabelecidas em torno de determinados objetivos específicos, considerados importantes para a expansão do movimento e a conquista da Reforma Agrária, entre eles: a frente de massa, a política de alianças, a organização, as

finanças, as comunicações, a formação, a educação e a produção nos assentamentos.

O MST divide sua política de alianças em: alianças táticas e alianças estratégicas. As alianças táticas são estabelecidas com alguns partidos, Igrejas, sindicatos e movimentos que de algum modo possam “contribuir” com o movimento, seja por meio de doações, seja no apoio aos momentos de conflito e confronto (como os despejos e mobilizações), ou ainda, quando aqueles são capazes de desenvolver atividades nos acampamentos/assentamento e outros espaços organizativos (centros de formação, escolas, etc). Para Delwek Matheus é importante destacar a diferença entre aliados táticos e aliados estratégicos:

Eu acho que o seguinte, eu parto do princípio que o MST tem que ter alianças estratégicas e alianças táticas... O MST tem que saber definir politicamente quais são suas alianças estratégicas, que é exatamente uma aliança de classe, por exemplo a Via Campesina é uma aliança estratégica, uma aliança de classe com os outros trabalhadores do campo, da mesma forma com os trabalhadores da cidade. A gente tem que identificar, setores, grupos, organização que identifiquem conosco a partir desse compromisso de projeto político de luta de classe isso pra mim são as alianças estratégicas.

Por esta razão, o MST participa de diversas iniciativas que buscam a articulação de organizações com caráter bastante diversificado. Delwek acrescenta que:

a CMS é uma aliança tática como o movimento sindical pode ser uma aliança tática, relação com alguns setores da Igreja pode ser uma aliança tática, a relação com alguns movimentos sociais também pode ser uma aliança tática. Nós podemos ter alianças táticas até com alguns setores de partidos de esquerda PT, PC do B... Nós temos claro isso: são alianças táticas, temporárias, localizadas e a gente ter essa capacidade de diferenciar.

A CMS, criada em abril de 2003, tinha uma proposta abrangente “ser um espaço de convergência para os mais diferentes movimentos⁷² e formas organizativas de nosso povo”, por meio deste espaço seriam elaboradas mobilizações conjuntas, em especial, para pressionar o governo a “fazer as mudanças necessárias para o Brasil” (Balanço político:

⁷² Fizeram parte da iniciativa de construção da CMS a Marcha Mundial das Mulheres (MMM), o MST, a Central única dos Trabalhadores (CUT), a Central de Movimentos Populares (CMP), a União Nacional dos Estudantes (UNE), a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM), movimentos de moradia, de desempregados, pastorais e vários sindicatos.

avaliação sobre nosso posicionamento na sociedade e as perspectivas para o próximo período, XXII Encontro Estadual do MST/SP MST, dez. 2006).

A busca em estabelecer alianças está relacionada ao objetivo principal do MST, qual seja a transformação da sociedade, para tanto é preciso uma aliança entre o campo e a cidade, entre os trabalhadores urbanos e os trabalhadores rurais, envolvendo o maior número possível de organizações que os representem com o objetivo de discutir e planejar estratégias conjuntas. Nesse sentido o MST participa de iniciativas como a Consulta Popular, o Grito dos Excluídos⁷³, a Assembléia Popular-Mutirão por um novo Brasil⁷⁴, a Central dos Movimentos Sociais, entre outras, com o intuito de ampliar a articulação com outros setores da sociedade na busca da construção de “alianças de classe”. Também tem encabeçado campanhas nacionais como a Campanha contra a ALCA e a Campanha pela Anulação do Leilão da companhia Vale do Rio Doce. Dentre as alianças consideradas estratégicas destacam-se: A articulação Internacional dos Camponeses, por meio da Via Campesina e da Consulta Popular.

A Via Campesina é um movimento internacional, com articulação em países da Ásia, África, América e Europa, responsável pela coordenação de organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres rurais e comunidades indígenas. Foi criada em 1992, em Manágua, na Nicarágua, durante o Congresso da União Nacional de Agricultores e Pecuáristas (Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos – UNAG). O seu principal objetivo é

...desenvolver a solidariedade e a unidade na diversidade entre as organizações do campo, para promover relações econômicas de igualdade e justiça social, a defesa da terra, a soberania alimentar, uma produção agrícola sustentável e quitativa, baseada nos pequenos e médios produtores. (Estatuto da Via Campesina, mimeo, s/d)

A influência da estrutura organizativa do MST está presente na Via Campesina, ela está organizada nacionalmente, articulada por meio de regiões. A conferência é a instância

⁷³ Trata-se de uma manifestação popular, organizada pela Igreja Católica, realizada em paralelo as comemorações oficiais do 7 de setembro, visa denunciar todas as formas de exclusão. O MST faz parte da Coordenação Nacional do Grito dos Excluídos.

⁷⁴ Nasceu a partir da 4ª Semana Social Brasileira, ligada a Igreja Católica, busca se constituir como um método de organização popular.

máxima de decisão e, por meio dela, são eleitos os membros da Comissão Coordenadora Internacional, que possuem entre outras atribuições a avaliação das solicitações de adesão que deverão ser ratificadas durante as Conferências, realizadas a cada três anos.

A Consulta Popular tratou-se de “uma iniciativa que o próprio MST construiu na perspectiva que a Consulta fosse um instrumento político que desse sustentação (sic) para essa aliança de classe” (Delwek Matheus). A sua criação se deu a partir da Conferência de Itaici, logo após a marcha de 1997, considerada por alguns militantes como o auge do movimento. Neste momento, o MST despontaria como uma alternativa à esquerda, principalmente, para alguns militantes descontentes com os rumos do Partido dos Trabalhadores. Estes militantes, impulsionados, principalmente, pelo MST, haviam se organizado em torno da Consulta Popular com o objetivo de:

...sistematizar idéias e propostas surgidas durante as marchas no sentido de questionar o rumo de uma esquerda institucional e propor o resgate dos valores e práticas militantes rumo à revolução brasileira, bem como constituir as bases teóricas para um Projeto Popular para o Brasil. (Balanço político: avaliação sobre nosso posicionamento na sociedade e as perspectivas para o próximo período, XXII Encontro Estadual do MST/SP MST, dez. 2006)

A Consulta Popular contribuiu na criação diversos cursos de Realidade Brasileira para o estudo dos “pensadores da esquerda brasileira”, além da criação do Jornal Brasil de Fato e da Editora Expressão Popular. Os cursos de realidade brasileira são organizados em conformidade com a dinâmica estabelecida nos cursos de formação do MST e deles participam militantes de diversas organizações. As atividades são organizadas por meio de brigadas, grupos organizados para discutir e encaminhar propostas e executar tarefas, tanto pedagógicas quanto organizativas. A coordenação pedagógica do curso é composta por dois coordenadores de cada brigada, que devem se reunir periodicamente, dentre as suas atribuições estão o contato com os “assessores”, garantia da infra-estrutura necessária para as aulas, desde a limpeza e organização da sala até a alimentação, entre outros (ver mais sobre a organização dos Cursos de Realidade Brasileira no anexo II).

Em paralelo, o MST tem articulado diversos setores urbanos para “motivar o avanço dos trabalhadores na periferia, visando a construção de alternativas mais autônomas e de resistência popular”, na busca de construir uma unidade entre os diferentes setores

envolvidos – movimento sindicalista “combativo”, movimentos de moradia, movimento de trabalhadores desempregados, movimento estudantil, movimento hip hop, entre outros – para além dos calendários de luta, que propiciem o intercâmbio de experiências entre movimentos, a formação política com as várias categorias e o estabelecimento de uma relação mais orgânica e comprometida entre movimento sindical e movimento popular (Balanço político: avaliação sobre nosso posicionamento na sociedade e as perspectivas para o próximo período, XXII Encontro Estadual do MST/SP MST, dez. 2006).

A preocupação com as relações com os demais setores da sociedade se expressa, também, por meio da organização de grandes eventos: como a Festa dos 20 anos, realizada em Itaberá e a Inauguração da Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema. Nestas festas são mobilizados diversos militantes, para a organização do evento, e dezenas de acampados/assentados, para levantar as infra-estruturas necessárias. É importante destacar, que embora estes eventos contem com a participação dos integrantes do MST, eles são primordialmente voltados para a imagem que a Organização deseja transmitir. Podemos perceber que há uma diferença entre os eventos organizados pelo Movimento, alguns são realizados para os próprios acampados/assentados, enquanto outros são realizados para aliados e personalidades que simpatizam com o movimento. Destacamos também que, nestes primeiros, há uma menor participação das principais lideranças do movimento.

Recentemente, as críticas ao Movimento têm se tornado mais incisivas. Martins (2000, p.13) critica tanto a representatividade do movimento, quanto as suas ações consideradas por ele como um empecilho para a resolução da questão agrária no país, pois:

A questão agrária só se resolverá na mesa das boas intenções e do amor à pátria e ao povo, da renúncia aos particularismos, conveniências e imediatismo de instituições, partidos, grupos e pessoas. A pátria está de novo em perigo porque a questão agrária nos divide como povo, nos separa e nos confronta no terreno da intolerância, ou no terreno da indiferença, ou no terreno dos oportunismos e instrumentalizações extemporâneos e descabidos. Ela nos afasta de nossa identidade nacional...

Para o autor, a questão agrária tem sido monopolizada politicamente por grupos sociais que ignoram os interesses dos “pobres da terra”, transformando-os em “vítimas inocentes”. As ações promovidas por estes grupos, em especial o MST, são comparadas ao

*luddismo*⁷⁵ e consideradas “uma antiproposta que se esgota em si mesma”.

Martins menospreza a importância e a eficácia organizativa do Movimento, manifestada em suas ações, que pode ser comprovada pela sua inserção no cenário político, pela sua capacidade de mobilizar grandes contingentes de indivíduos e pelo número de assentamentos espalhados pelo país. Ao afirmar que a questão agrária se resolverá na “mesa das boas intenções” ele desconsidera que a questão agrária é um problema estrutural da sociedade brasileira, principalmente por refletir interesses de classes sociais antagônicas: latifundiários e sem terras. Outra crítica do autor é que o movimento:

...exarceba desproporcionalmente a importância da mediação ideológica em detrimento da própria utopia camponesa, de fundo conservador e radical, de que resulta a mística potencialmente renovadora e transformadora da luta pela terra. Um hibridismo que gera a incapacidade de dirigir e de optar. Mas, que gera, sobretudo, a incapacidade de compreender para mudar (MARTINS, 2000, p. 19-20)

Ou seja, os grupos responsáveis pela mediação da luta pela reforma agrária, predominantemente de classe média, teriam transferido para o movimento sistemas de pressão e de reivindicação que não superariam as contradições sociais e que impossibilitariam a transformação social.

Outros fatores são citados por Navarro como problemáticos: o controle social dos assentados por meio da mediação dos fundos públicos destinados aos assentamentos, que permite o controle sobre estes; a prática ortodoxa leninista da direção principal que não submete nenhum de seus dirigentes a qualquer responsabilização; a homogeneização política “em termos de idade, gênero, formas de inserção produtiva, histórias regionais de agricultura, tipos de organização e representação previamente existentes” e as estratégias do movimento que ignora o momento histórico de desenvolvimento rural como demanda crescente das populações rurais. Deste modo, apesar de o MST ter demonstrado uma significativa capacidade de mobilização esta teria sido incapaz de “produzir sujeitos sociais com real autonomia organizativa, comandantes de seus próprios destinos, assim impossibilitados de inscrever a emancipação social e política entre seus objetivos de vida” (Navarro, 2002, p. 228).

⁷⁵ Movimento de quebra de máquinas promovido por operários ingleses, entre 1811 e 1813, em resposta a revolução industrial.

Todavia, para outros estudiosos, as contradições apontadas por Martins e Navarro fazem parte do próprio processo de emancipação social e são realizadas devido a incapacidade destes de compreenderem a dinâmica interna do movimento como: “a ação de massa, a forma de luta ação direta expressa na ocupação de terras, os valores, a mística, a direção coletiva, a formação dos militantes, a autonomia do próprio movimento e a sua capacidade de, involuntariamente, constituir-se como um tipo de sociedade em rede com identidade social de projeto” (CARVALHO, 2002, p.244).

Ao se ater a generalizações sobre o MST, Martins e Navarro ignoram as contradições internas inerentes ao processo de luta e de constituição dos acampamentos/assentamentos, superestimando o controle dos militantes/dirigentes do movimento sobre os assentados e subestimando a capacidade de organização e de conscientização política dos acampados/assentados adquirida durante o processo de luta.

3.3. Escolha dos dirigentes e formação de quadros

A formação dos membros é bastante destacada pelo movimento e fundamental na sua organização, recebendo, inclusive, um capítulo no Documento Básico do MST o que revela a constante preocupação com a formação de quadros⁷⁶, desde o que denominam de frente de massa, ou seja, os que vão participar das ações ofensivas até os organizadores especializados em ação de “massa” e os dirigentes, que são escolhidos a partir do destaque no desempenho das atividades de grupo no movimento e segundo alguns critérios pré-determinados. Entretanto, apesar de não se encontrar de forma explícita nos cadernos de formação, a atuação política é extremamente importante no recrutamento de novos membros, incluindo a formação partidária, a atuação em CEBs ou em outros grupos criados pela Igreja, em sindicatos, etc.

Algumas das linhas políticas referentes à formação destacam os cursos de

⁷⁶ No Caderno de Cooperação Agrícola nº 07 (1998, p. 08-09) o “quadro” é definido como “um conceito político, que quer significar uma pessoa que adquiriu elevado nível de desenvolvimento político que consegue orientar-se por conta própria na aplicação das linhas políticas de sua organização e transmiti-las para as massas, fazendo de forma consciente e disciplinada todas as tarefas, se empenhando na aplicação de todos os princípios revolucionários e que está disposto a colocar sua própria vida em perigo pela causa da transformação”

formação que devem “garantir o domínio de conhecimentos científicos, resultar em firmeza ideológica e dar embasamento metodológico para que os militantes tenham capacidade de reproduzir os conhecimentos e contribuir para a organicidade do MST”, devendo incluir a construção “de uma ética revolucionária, baseada em valores como: o amor à causa do povo, o companheirismo, a disciplina, a honestidade...” e ressaltam que “os quadros e militantes devem ser moldados à imagem e semelhança da organização”, já que são “exemplos para suas bases”. Destaca-se, ainda, a necessidade de “buscar a qualificação de militantes nas diversas áreas de conhecimento que a necessidade do MST exigir, de acordo com as habilitações e qualidades pessoais”. (Documento básico do MST, págs. 44 a 46)

O Caderno de Cooperação Agrícola nº 07, cujo título é “Enfrentar os desafios da organização nos assentamentos” (1998, p.07-08) salienta a necessidade de formação de quadros, enfatizando que o militante ou quadro não se estabelece apenas a partir da atividade que desenvolve, mas pela razão política e pelo seguimento das linhas políticas, conscientemente assimiladas:

Faltam **organizadores nos assentamentos**, que possam orientar os assentados nas mínimas coisas, em seus núcleos de família. Faltam também **administradores nas cooperativas**, que tenham a capacidade de dirigir coletivamente, manter os livros e a contabilidade em dia, façam as atas e saibam coordenar as assembléias com animação. **Faltam professores capacitados** que saibam ensinar as crianças e os adultos a partir do ponto de vista dos trabalhadores. **Faltam formadores** que tenham a humildade de estar presentes na lavoura e nos núcleos fazendo a formação política, a partir do espaço em que as pessoas vivem, mesmo tendo que pegar também no trabalho pesado e produtivo. **Faltam organizadores de massa** que tenham habilidade de mobilizar e organizar a massa para as ocupações e que dêem respostas para o problema da alimentação, da discussão sobre cooperação, organizem a educação nos acampamentos e busquem desenvolver atividades produtivas que rendam finanças para garantir as despesas dos acampados. Faltam **elaboradores de métodos que contribuam para a aplicação das linhas políticas**. Faltam **formuladores de táticas e estratégias** que levem em consideração os diferentes aspectos da realidade política. Faltam **elaboradores de materiais** que estejam vinculados às necessidades imediatas e que saibam colocá-los em prática. **Faltam pichadores e pintores** que consigam massificar as palavras de ordem nas cidades e divulgar através de pinturas em muros ou em outros locais as políticas que são definidas pela organização. **Faltam bons comunicadores** para atuar nas emissoras de rádio. Faltam bons comunicadores para estreitar o relacionamento entre o MST e a sociedade organizada. **Faltam técnicos para as áreas de economia, medicina, pedagogia, direito e administração** que se vinculem diretamente à base do MST e passem a conviver com esta dura realidade. **Faltam pesquisadores sérios** que não queiram transformar teses universitárias em pesquisas, mas que pesquisem a partir de sua vinculação prática e ajudem a implementar as saídas apontadas. Faltam militantes que se empenhem em desenvolver valores e ajudem a embelezar os assentamentos. Faltam militantes que

tenham capacidade de discutir um novo projeto para o Brasil com a sociedade e a partir disso estabelecer formas orgânicas para o projeto, que não se reduza em discussões teóricas. Faltam projetistas que saibam sair da mendicância e que descubram fontes viáveis de finanças em todos os níveis. **Faltam técnicos e dirigentes que possuem uma visão correta da agricultura** e aproveitem os recursos para elevar o nível de renda familiar e não apenas engrandecer a infraestrutura de produção. **Faltam militantes com jeito e gosto pela divulgação das publicações como jornal e revista.** Faltam militantes artistas que conscientizem através da música, teatro e outros meios, dentro da linha da valorização humana. Faltam agentes de saúde que saibam organizar e desenvolver uma política de prevenção às doenças e que conscientizem os assentados para a preservação da natureza, das águas e dos alimentos. **Faltam militantes que cuidem da segurança, identifiquem os infiltrados e orientem como se comportar.** Por fim, faltam dirigentes para compor as instâncias com capacidade de fazer sacrifícios, que saibam usar os instrumentos, como avião, carro, celular, etc para beneficiar a organização e não como privilégio e vícios que os tornam administradores burocratas (grifo nosso).

Pelo trecho anterior, podemos ter uma idéia da complexidade da organização do MST. Em certa medida, ele se constitui como um organismo autônomo com caráter de Estado (ou a um partido, no sentido leninista): possuindo os que se dedicarão à segurança tanto da integridade dos seus integrantes quanto da organização, administradores que atuem em suas diversas instâncias (região, estado e Brasil) e, também, aqueles que se encarregarão das linhas políticas do movimento e sua divulgação. Esta preocupação com a formação de quadros é uma herança do ideário leninista, que destaca a necessidade de uma “organização estável de dirigentes” para o avanço do movimento revolucionário:

Ora, eu afirmo: 1º) que não seria possível haver movimento revolucionário sólido sem uma organização estável de dirigentes, que assegure a continuidade do trabalho; 2º) que quanto maior a massa espontaneamente integrada à luta, formando a base do movimento e dele participando, mais imperiosa é a necessidade de se ter tal organização, e mais sólida deve ser essa organização (senão será mais fácil para os demagogos arrastar as camadas incultas da massa); 3º) que tal organização deve ser composta principalmente de homens tendo por profissão a atividade revolucionária; 4º) Que, em um país autocrático, quanto mais *restringirmos* o contingente dessa organização, ao ponto de aí não serem aceitos senão os revolucionários de profissão que fizeram o aprendizado na arte de enfrentar a polícia política, mais difícil será “capturar” tal organização e 5º) mais numerosos serão os operários e os elementos das outras classes sociais, que poderão participar do movimento e nele militar de forma ativa (LÊNIN, 1978, 96, grifo nosso)

Essa “organização estável de dirigentes”, por sua vez, requer que seja composta por militantes que se dediquem apenas à atividade revolucionária. No caso do MST este processo ocorre de forma semelhante, apesar dos representantes das instâncias serem

eleitos, há a permanência e continuidade de alguns membros, responsáveis pela direção política do movimento, que garantam a “estabilidade” e perpetuação da organização. Por outro lado, a “profissionalização” e a especialização dos dirigentes aprofundam as diferenças com a os acampados/assentados. Segundo Michels (1982, p.66) esta separação pode levar ao isolamento: “...a formar uma espécie de *cartell*, a rodear-se de um muro que só pode ser transposto por aqueles que os agradam”.

As linhas políticas relacionadas à escolha de quadros, por sua vez, são ambíguas, pois embora estejam explícitas a busca permanente em aumentar e estimular os conhecimentos teóricos e técnicos, que são necessários para um melhor desempenho dos quadros, existe a preocupação com uma “firmeza ideológica”, ou seja, que também são responsabilidade dos dirigentes, embora não unicamente deles já que todos os integrantes do movimento devem ser um reflexo dele.

Entre as preocupações para a formação dos quadros do movimento está o desenvolvimento de uma filosofia educacional, de uma educação que deve ser diferenciada e que também possua linhas políticas a serem desenvolvidas como o estímulo ao “trabalho e a organização coletiva como valores fundamentais”, a “integração da escola na organização do assentamento”, “a prática da democracia”, cuja metodologia deve ser “baseada na concepção dialética do conhecimento”, produzindo “coletivamente a base de conhecimentos científicos mínimos necessários para o avanço da produção e da organização nos assentamentos”, além de que “o professor deve ser sujeito integrado na organização e interesses do assentamento” (Documento Básico do MST, págs. 50 e 51).

Os dirigentes são escolhidos baseados em qualidades pessoais, que são observadas a partir da sua atuação no movimento, cujos critérios estão contidos no caderno de formação intitulado “Sobre o método revolucionário de direção” entre eles estão: a responsabilidade, a iniciativa, o espírito de cooperação através da participação na resolução de problemas pessoais e coletivos, a compreensão através da análise dos problemas buscando sempre suas origens, o sentido do trabalho coletivo através da compreensão da necessidade de trabalhar organizadamente, o sentido da discricção sendo reservado no que se refere ao trabalho a ser realizado, deve manter relações fraternas com seus companheiros, mostrando ser dedicado e interessado ao estudo dos materiais, ou seja, dos cadernos de formação.

Além dessas qualidades pessoais, que são consideradas na escolha de um “dirigente revolucionário”, outras devem ser desenvolvidas entre elas a paciência, a serenidade, ou seja, não perder a cabeça em situações limites, a insistência buscando fazer sempre o melhor, ser forte para enfrentar os momentos difíceis, não ser presunçoso entusiasmando-se demasiadamente com as vitórias e ser fiel a seus princípios.

O militante e o dirigente perdem a sua individualidade. Passam a ser a personificação da organização. Por isso, precisamos orientá-los para que seu comportamento pessoal seja adequado aos interesses da organização e às necessidades da classe trabalhadora” (Documento Básico do MST, p. 37)

Esta personificação do MST pelos seus membros também foi apontada numa das entrevistas realizadas:

(...) Porque o...quando o militante, ele vai falar em nome da organização ele tem que tê isso em mente, né? Ele tem que entendê e conhecê pelo menos a organização pra podê falar, né? Porque se não você vai falar coisas que não, não é aquilo que o MST tá defendendo, não é aquilo que a organização tá..., não é aquilo pro momento. Então pra ele, ele...quando um militante fala ele tem que se preocupar em não falar besteira, principalmente porque vai tê mais gente escutando e se pegando o que ele tá falando como exemplo, então ele se torna liderança, né? Se um militante, ele fala alguma besteira aqui é...vai refletir essa besteira dele, né? Então, porque alguém vai se identificar com aquilo que ele tá falando, que vai, como eu poderia explicar...Um militante, mesmo que ele não faz parte de nenhuma instância, é...Mas se ele vai pra uma reunião ele fala alguma coisa com certeza as pessoas vão muito se espelhar no que ele diz. Então ele é liderança, então se ele fala bem, se ele fala alguma coisa, e ele sabê conduzi a reunião boa vai tê uma boa reunião, se não, ele também pode estragar. Então ele tanto pode ajudar a organização como atrapalhar na organização. Então é por isso que todo militante pra mim é uma liderança. Agora, eu tinha muito, fazia militância mas não era aquele compromisso. Cê entendeu? Igual eu tô agora por exemplo. Agora se você perguntasse: “Do que que ce trabalha?” “Eu trabalho como militante do Movimento Sem Terra.” “É esse meu trabalho, eu tenho isso como trabalho. Eu levanto de manhã:” “Sou militante do Movimento Sem Terra, e tô a disposição da organização pro que for.” (...) (DEMA, militante, setor de produção).

Neste relato é importante ressaltar, ainda, o fato de este entrevistado se colocar em tempo integral à disposição do MST e a relação que este estabelece à militância como um trabalho, que já havíamos destacado anteriormente. A partir da consolidação do Movimento, foi se tornando comum a capacitação de seus integrantes e a profissionalização de alguns setores, em especial, daqueles que demandam conhecimentos técnicos específicos, como as

secretarias e centros de formação, assim como na coordenação e prestação de contas de projetos financiados, em sua maioria, por organizações internacionais. Isto se deu devido a própria complexidade da organização e às exigências dos órgãos financiadores. Todavia, a prestação de contas ainda é um problema do movimento, pois diversas atividades desenvolvidas por este não podem ser contabilizadas como o transporte para ocupações, encontros, marchas, entre outros.

São atribuições dos dirigentes do movimento a seleção dos quadros, a determinação de responsabilidades, ou atribuições de tarefas, o controle do cumprimento das decisões tomadas, a avaliação constante dos indivíduos, tarefas e organismos. Eles são responsáveis pela racionalização das estratégias a serem adotadas e pela formação dos quadros, observando sempre se estes “estão bem inteirados das linhas traçadas e metas intercorrentes”, designando as funções dos quadros e descobrindo suas fragilidades e buscando fortalecê-los, mas inclui-se em suas atribuições “protegê-los e ensiná-los a se proteger dos inimigos, exigir-lhes os maiores sacrifícios, sem contudo deixar de cuidá-los” e “contribuir para que desenvolvam o espírito crítico e criador em sua respectiva organização” a ponto de serem capazes de contribuir para o “desenvolvimento político, ideológico e organizativo”.

Podemos perceber nos documentos que o movimento classifica seus integrantes em três partes: os dirigentes responsáveis pela organização, definição de objetivos e das estratégias; os militantes, aqueles que passam pelos cursos de formação e atuam na mobilização e na coordenação das atividades proposta pelos dirigentes e, por último, a “massa” ou a “base” que são mobilizadas para a realização de atos públicos como as marchas, as ocupações, etc:

A idéia central é que a massa esteja constantemente envolvida no processo, pois é o elemento central para a continuidade do Movimento; que as lutas sejam massivas e tragam impacto na sociedade, ou seja, é uma forma de pressão organizar grandes passeatas, caminhadas, greves de fome, entre outros. A disciplina é um princípio fundamental para o MST, a começar pelos horários de reuniões, respeito às decisões coletivas e controle dos “vícios”, principalmente nas áreas de acampamentos. A formação de quadros é a garantia da reprodução dos ideais e ideologia do Movimento, entre a base. A questão da mística, que se destaca como um momento de reflexões com símbolos – palavras, bandeiras, idéias – tidos como essenciais para a luta do Movimento, é um dos mecanismos de disseminar entre a base, as palavras de ordem, a motivação para a construção de uma nova sociedade, enfim, a

construção de laços de solidariedade que dêem sustentação à luta. Portanto, é um dos instrumentos da expressão individual e coletiva, mas também, de reprodução da ideologia do MST (SOUZA, 1999, p. 50-51).

Contudo, nos principais documentos do MST a “massa” é descrita como algo abstrato, uma força social que pode ser utilizada, mas que não tem consciência política e cuja participação, por esta razão, se torna limitada. Devem-se utilizar mecanismos para mantê-la reunida (o cultivo da mística é um dos elementos centrais, já que a “massa” só se mantém unida através das “festas” e das “dificuldades”), pois ela é “imediatista” e está continuamente propensa a se desmobilizar. Por este motivo, existem tarefas que não podem ser realizadas por ela: como o estabelecimento de objetivos e o planejamento das ações, cabendo-lhe apenas o papel de executora. Um dos entrevistados ao ser indagado sobre o papel da militância, relembra o que lhe foi dito em um dos Cursos de Formação do Movimento:

Então o militante tem o principal papel de olhá...Uma coisa que me falaram uma vez num curso e eu fiquei gravado até hoje,o povo sim, pode agir com a emoção porque ta ali na hora,o militante tem que agir com a razão,né? Por que se não a gente finda fazendo coisa que não é aquilo,porque são pai de família,são mulheres,são crianças das muita das vezes que tão ali na frente. Cê ta responsável por aquele tanto de gente,né?Não pode ir pela emoção.”É, vamo mesmo e vamo quebra tudo e vamo bate tudo!”Ai só tem a perder.(...)

Portanto, cabe aos militantes a supervisão da execução das tarefas. Esta tarefa deve estar submetida a um plano geral de atividades e deve ser passível de avaliação. Os militantes estariam num nível intermediário, entre os dirigentes e a “base” (acampados/assentados), já que iniciaram o processo de formação política, mas devem manter o estudo contínuo. A escolha dos dirigentes é feita após uma cuidadosa observação na qual se verifica se o escolhido preenche alguns requisitos básicos. Para Souza (1999, p.51) o Movimento:

... é formado por *dirigentes* defensores de idéias socialistas; no âmbito intermediário é formado por *lideranças*, com destaque para os quadros jovens que recebem formação para ampliar/reproduzir tais ideais socialistas e, por último, destaca-se a *base*, como composição essencial para o caráter massivo do Movimento, mas que possui um conjunto de conhecimentos e de práticas que não condizem com o ideário revolucionário devendo, portanto, na ótica do MST, ser submetida a um conjunto de cursos, experiências, seminários e núcleos de discussão, com o objetivo de ser “conscientizada”, da situação em que vive e do caminho a ser adotado para a transformação sócio-política e econômica do país (SOUZA, 1999, p. 51, grifo nosso).

De acordo com a autora, a distinção entre dirigentes, lideranças e base ocorre devido ao conjunto de idéias que os faz se reconhecerem enquanto categoria distinta das demais. Contudo, durante a realização da pesquisa de campo, não foi possível distinguir, claramente, quais as diferenças entre militantes e dirigentes entre “base”, para os acampados/assentados militantes são aqueles que fazem parte do MST. Podemos acrescentar, também, que nem todos os dirigentes/militantes se transformam em lideranças, do mesmo modo que não basta fazer parte da Coordenação do Acampamento, para tornar-se uma liderança da comunidade. As lideranças são constituídas, em sua maioria, por suas características pessoais e pelo seu reconhecimento pelos demais membros do grupo; seja na direção regional, estadual ou nacional, seja num acampamento ou assentamento.

Acrescente-se que, de fato, seus militantes e dirigentes constituem uma comunidade à parte, que possuem especificidades sobre o modo de se relacionar, o modo de ser, os gostos; que podem ser percebidos na escolha do que beber, do que comer, do que ler, dos filmes e das músicas que preferem, etc. Geralmente, estas relações se dão num núcleo restrito, no qual todos se conhecem e se observam, visando a garantia dos padrões de comportamento aceitáveis (o espírito de sacrifício em prol da coletividade, o “desapego” aos bens materiais, o controle sobre os instintos e desejos particulares, etc.) remontando a forma organizativa do Partido social-democrata alemão:

O controle geral (no sentido restrito da palavra) de cada passo dado por um membro do partido em sua carreira política cria um mecanismo que funciona automaticamente, e que assegura o que em Biologia se denomina a “sobrevivência do mais apto”. Graças a essa “seleção natural”, resultado de uma publicidade completa, da elegibilidade e do controle geral, cada militante encontra-se afinal “classificado em seu lugar”, assume a tarefa mais apropriada a suas forças e capacidades, arca ele próprio com todas as conseqüências de suas faltas, e demonstra diante de todos sua capacidade de tomar consciência de suas faltas e evitá-las”. (Lênin, 1978, p. 107)

Observa-se, também, os reflexos do surgimento do Movimento, o contexto da ditadura militar, na seleção de quadros e principalmente de dirigentes. Estes últimos são escolhidos dentro de uma “comunidade” em que todos se conhecem o que garante o estabelecimento de relações de confiança entre seus membros, fundamentais para um

Movimento que mescla ações legais com ações clandestinas.

A maioria dos acampados/assentados se identificam enquanto sem terra, mas não se identificam como sendo parte do Movimento. Enquanto que para os militantes, os que se consideram “orgânicos” do MST, ou seja, aqueles que desempenham “tarefas” ou participam diretamente de alguma instância - como os setores, direção regional e estadual, etc -; ou seja, todos os que fazem parte do acampamento e assentamento são militantes. De fato, estes podem ser considerados militantes em potencial, pois ao participarem de atividades do movimento e, aos poucos, irem assumindo “tarefas”, e também ao serem indicados para os cursos de formação política acabariam por tornar-se “orgânicos” do MST. Vários relatos indicam ser este um dos principais meios de seleção de quadros:

E a primeira tarefa nossa foi o grupo de jovem. Então o pessoal da coordenação falou: ‘Ó! É importante tê um grupo de jovem aqui.’ Então eu e o Silvio e mais a Simone começamos a andar dentro do acampamento e convidar a molecada pra fazê a reunião dos jovens do acampamento. E aí organizamos o grupo de jovem e aí começamos a participar de algumas atividades na região, da própria Igreja Católica de jovem e nós achamos que sê só um grupo de jovens para questões religiosas era insuficiente, aí a gente começou a..., e tinha na época, o movimento sem terra tava com uma lógica de criar os núcleos, núcleos de base, né? Núcleo para estudar os materiais do movimento pra fazer as reformas políticas, aí nos acabamos se transformando no núcleo de discussão das questões, do estudo do MST. E aí logo, mais ou menos um ano de acampamento o pessoal já tava assim assumindo as tarefas de coordenação interna do acampamento, Já tava às vezes sendo indicado para negociações, pra equipe de negociação, pra participar de alguns processos. E aos poucos então eu fui, fui entrando e aí a gente foi assumindo tarefa, foi assumindo responsabilidade no acampamento, depois a nível de região e depois nós acabamos com a tarefa estadual de tudo isso (Lourival, dirigente estadual Andradina).

Nesse relato a identificação com a organização é evidente, apesar de ter sido questionado sobre a sua participação, em especial, o entrevistado recorre sempre a expressões como “nossa” ou “nós”. Neste caso, a participação na organização interna do acampamento foi o ponto de partida para o início da militância, por outro lado a participação nas negociações é fundamental na projeção de alguns dirigentes.

Já na entrevista seguinte o processo de inserção na militância do MST foi diferente, pois o entrevistado “ia ajudando no que podia”. Contudo, um aspecto fundamental para mesmo de “fora” ser aceito como militante foi o fato de ser irmão de outros integrantes

do Movimento⁷⁷:

E ai em 97 ajudei também... nós fomos na ocupação já em, na fazenda São Domingo, né? Essa foi a primeira das ocupações assim em que eu participei, que foi muito...truculenta porque nesse dia da ocupação teve sete companheiros nossos baleados...Entramos na fazenda São Domingo e o jagunço tava lá escondido e atirou nas pessoas lá e foi a vez que foi ferida a Miriam, que até hoje tem problema de saúde por causa desse tiro. E em 98 também nós fizemos uma ocupação numa fazenda chamada Santa Rita do Pontal. 97,98, né? E que nessa, nesse ano eu fui convidado pra mim ser coordenador do acampamento. Eu não pude ficar na coordenação interna ajudei na coordenação externa do acampamento (...) justamente porque eu era assentado e só era, na casa só era eu, minha sogra, minha esposa. Meu sogro tinha falecido, faleceu em 95 e aí os afazeres da casa era por minha conta e tudo, e eu não pude ajudar. Mas eu fiquei ajudando na coordenação externa, (...) Teve vez que a nossa liderança, a maioria deles não podia aparecer ali porque se aparecesse corria o risco de se preso, então não poderia aparecer. E aí foi feito esse convite justamente por isso, primeiro porque durante esse tempo, né, que eu já tinha dois irmãos meus que tava no Movimento Sem Terra, eu já tinha, eu tinha uma proximidade muito grande com o Movimento Sem Terra, eles conheciam, me conheciam de já de, tinha participado já de várias lutas e poderia muito bem tocar ali, aí expliquei da minha situação, né? Tinha que tá em casa todos os dias porque eu tirava leite e não tinha condição de pagar pra outra pessoa tirar leite e aí não ia, não ia conseguir desenvolver bem a tarefa e eles entenderam e falaram: "Já que é assim você pode ficar ajudando externamente no que é possível e se precisar vim aqui ajudava nos núcleos." E assim foi que eu fui ajudando (DEMA, militante, setor de produção)

Embora as relações de gênero⁷⁸ não sejam o foco deste estudo é interessante observar as tarefas e atividades que são destinadas às mulheres:

É...que lá tem os grupos né, e tinha os coordenadores. Quem era o coordenador era o meu companheiro, e...ele tinha ido fazer uma tarefa num assentamento...e como num tem coordenador, tem que ter dois coordenadores. E aí o pessoal chamou, convidou eu não sabia de nada, eu nem sabia nem como era, o que que era coordenação. Mas, assim, eles me vieram como uma mãe de família que tava ali, que tava fazendo as tarefas e que eu não podia ficar daquele jeito. E quem me convidou pra ser coordenadora foi o...Mineirinho, um senhor de setenta e dois anos, ele falou: "Não tem que ser a mulher dele, porque a companheira tá aqui com a gente." E...e eu aceitei, né? Só pra substituir e depois de alguns dias, fiquei ajudei, fiz achando também que tá...Mas foi muito, foi uma experiência, primeira das experiências que eu nunca vou esquecer porque foi muito boa, não por eu saber fazer, mas pela forma que o grupo determinou. Não tem que ser o marido e a mulher, então eles pregou aquilo que o movimento né, prega, né? E depois no dia seguinte vieram me chamar pra contribuir na Ciranda. Eu não sabia nem o que era Ciranda. Que eu fui pro acampamento, eu não tinha nenhuma, nenhuma, nenhuma assim linha. Nem sabia o que que era Ciranda. Eu não sabia. Sabia que tinha, mas não sabia o que que

⁷⁷ Existem alguns casos que vários membros de uma mesma família participam da organização, como é o caso da família A, que conta com 5 membros atuando ativamente no Movimento. As relações de parentesco são muito valorizadas e é comum que tanto o homem, quanto a mulher participem.

⁷⁸ Sobre relações de gênero no MST consultar GAIÃO (2001), BERETA DA SILVA (2004) e GONÇALVES (2006)

era. E aí comecei a fazer parte do setor de educação. E aí depois do setor de educação é que... começaram a organizar a Ciranda (Neide, coordenadora do Acampamento Terra Sem Males, acampada no Mario Lago, em Ribeirão Preto e atualmente assentada na Comuna da Terra Milton Santos, Americana).

Atualmente, as mulheres militantes do MST, do Estado de São Paulo, realizaram um encontro, o primeiro que contou apenas com mulheres, para discutir formas de ampliar sua participação. A questão da participação da mulher tem estado presente em vários momentos da história do Movimento desde a sua origem. Contudo, apesar de algumas iniciativas, como a formação do Coletivo de Gênero e a determinação que em cada instância seja garantida a presença igualitária de homens e mulheres, e de alguns avanços mais concretos, como o título conjunto da terra e da criação de uma linha de crédito específico para a mulher no PRONAF, esta participação ainda é menos visível do que a dos homens.

As mulheres apesar de presentes nas instâncias e compõem um número significativo nas direções regional e estadual, geralmente atuam de forma silenciosa, dificilmente se expõem publicamente nas reuniões e assembleias e quase nunca entram em debates, que de ordinário contam com protagonistas do sexo masculino. Observa-se que pelo menos no que se refere a atribuição de tarefas, em regra, obedecem aos estereótipos presentes na sociedade:

(...) atuar mesmo eu comecei eu tinha 17 anos né ,mas eu já...quando saiu o assentamento a gente organizou a Cooperativa, aí na Cooperativa eu trabalhava porque pra cê te um idéia se tinha muito debate né, da participação das mulheres, né? Imagina naquela época, era muito difícil era um negócio... (...)
(...) mas lá tinha muitas mulheres que participava né, mas mesmo assim era muito, meu pai ele não gostava que minha mãe ficasse participando, né? Ai, mas minha mãe sempre participou né, não ligava muito. Mas aí quando, porque pras mulheres trabalharem e tal suas criança precisava fica num espaço, né? Ai organizou lá uma ciranda que era onde as mães iam pra trabalhar e as criança ficar, né? Não fica solta no mundo. Ai eu comecei a ficar assim como militante, se envolve em setores e tudo foi a partir dos 17 anos. (...) (Claudinha, dirigente estadual, setor de frente de massas).

Nos dois últimos relatos, observamos uma semelhança a forma de atuação, iniciou-se na Ciranda Infantil e, em ambos, havia uma relação anterior da família com o Movimento (no caso do marido da Neide e da mãe da Claudinha). Aos jovens, igualmente, são destinadas tarefas de “menor importância política”, como a participação no Setor de Cultura e Esporte, na preparação das místicas e no cuidado com as crianças. Esta questão, também, já foi abordada pelos jovens no Encontro Estadual realizado em 2005, na cidade de

Batatais, em que reivindicaram a participação nas discussões políticas e nos processos decisórios.

Estes aspectos já foram questionados por outros pesquisadores. Gohn (2000, pág.125), por exemplo, elenca duas dificuldades básicas no processo de formação política do MST que podem se reverter numa dificuldade de organização do movimento: i) “os conflitos entre culturas societárias - baseadas nas vivências e experiências anteriores; ii) e outra relativa aos conflitos de ordem cultural-identitário (gênero, sexo, idades, etc), na qual se observam dificuldades para o exercício do discurso igualitário do movimento, enquanto ideal maior, e a vivência efetiva do dia-a-dia”.

Pode-se observar, por exemplo, que quem já participou de alguma forma organizativa (igreja, sindicatos, outros movimentos populares) se interessa mais em participar das coordenações dos acampamentos/assentamentos. Contudo, em alguns casos estas vivências não permitem o surgimento da “identidade” de sem terra como a adoção de símbolos e da mística. Percebemos também que aqueles que já trabalharam na roça conseguem planejar melhor o plantio e obtêm melhores resultados na colheita. O que se torna um desafio para os assentamentos mais próximos das cidades na medida em que maior número de acampados são de origem urbana e que ao serem assentados e possuírem outras profissões como pedreiro, pintor, marceneiro, electricista, etc buscam conciliar estas atividades com a de agricultor.

Os debates sobre gênero e juventude ainda são pontuais privilegiando questões mais gerais da luta em detrimento de temas como sexualidade, aborto, drogas, gravidez na adolescência, etc.

Para Chaves (2000, p. 8) outros elementos podem ser ressaltados na organização dos sem terra:

Em seu modelo de organização, o MST alia uma concepção determinista da relação entre o processo produtivo e valores sociais – típica do marxismo vulgar –, ao mesmo tempo em que adota um modelo supostamente empresarial em sua forma de estruturação interna. Ao adotar uma visão estereotipada do “campesinato”, largamente difundida a partir de uma equação mecanicista entre processo produtivo e comportamento social, estabelece um abismo entre a Organização e sua base, entre militantes e sem-terra. A partir da adoção de uma estrutura rigidamente hierárquica, coerente com a representação da Organização como empresa, esse abismo passa a traduzir toda e qualquer diferença em termos de vícios a serem corrigidos. Participação torna-se sinônimo de conformidade às decisões preestabelecidas. Diferentes concepções a respeito da terra e da luta, por exemplo, passam a ser

tratadas como erros e desvios, sinais de ignorância a serem superados pela formação e pelo controle. Nesses termos, posições divergentes são imediatamente catalogadas como indisciplina, ameaça à organização.

Através da análise dos documentos e da pesquisa de campo, pudemos verificar que, de modo geral, as divergências não são encaradas como uma forma democrática de decisão e, por outro lado, o caráter cada vez mais burocratizado e hierarquizado do Movimento, acrescido da separação entre as instâncias deliberativas e os acampados/assentados restringem a participação destas últimas. Entretanto, não podemos considerar a estrutura organizacional do MST como uma empresa, pois embora a hierarquia seja estabelecida por meio das instâncias deliberativas não se encerra nestas. A estrutura organizacional do movimento é complexa e multidimensional - envolve secretarias, escolas e centros de formação, cooperativas, associações, etc -, composta por diversos coletivos com relativa autonomia o que justifica a busca pela profissionalização de seus quadros políticos devido a tamanha especialização necessária a manutenção desta estrutura.

Um dos aspectos problemáticos na organização do movimento é que ao tratar a massa, os possíveis demandantes de terra, como um bloco homogêneo, o MST ignora as diferenças entre os camponeses e aqueles oriundos das camadas urbanas, que engrossam as fileiras do movimento.

Apesar do distanciamento entre as visões de mundo dos dirigentes/lideranças e base, acampados e/ou assentados ao irem recebendo tarefas e ao serem reconhecidos e valorizados nos espaços em que atuam, acabam por se sentirem responsáveis pelo processo de condução, do acampamento/assentamento e mesmo do MST:

A preocupação é maior, não só como coordenador interno, mas externo também, a responsabilidade com as escolas né, com o acampamento no todo, né? Não é aquele negócio de ser...de ter só o acampamento, mas nossa também. Então, assim, a responsabilidade e a confiança do qual todo, assim todo o acampamento colocou na gente, a gente se sentiu com a tarefa, responsável mesmo. Então é.. .todo momento que a gente ia fazer alguma coisa, a gente falava, a gente não ta fazendo por ...pelo nosso nome da regional de Campinas. E eu levo isso com muita responsabilidade e seriedade. Eu acho que é...que o militante que tem uma regional pra levar nas costas junto com os companheiros, tem que ter essa responsabilidade (Neide, coordenadora do Acampamento Terra Sem Males, acampada no Mario Lago, em Ribeirão Preto e atualmente assentada na Comuna da Terra Milton Santos, Americana).

A realização de tarefas e a participação nas atividades, cursos e instâncias organizativas do Movimento também contribuem para o que é denominado de “pertença”, vejamos o relato de Neide:

“E quando eu saí do curso mesmo, eu acho que eu peguei isso pra mim. A pertença do MST. (...) Eu me divirto muito, eu brinco muito, mas o nome da organização, eu respeito...”. O sentimento de pertença faz com que o militante se sinta além de uma parte constitutiva da Organização, mas como parte constituinte: “Porque militância é você não, você tem, você tem que sentir dentro de você. Você ser militante não é você querê ser e já sê militante. Não é só o querê você tem que tê essa pertença dentro de você.(...)”

As divisões de tarefas vão sendo realizadas conforme as demandas e necessidades dos acampamentos, dos assentamentos e do Movimento e são atribuídas durante as reuniões. Um dos militantes da regional confessou-me, certa vez, que não participaria das reuniões estaduais para não assumir “tarefas”. Na medida em que as tarefas são desempenhadas de forma satisfatória seus executores são indicados para os Cursos de Formação⁷⁹, que possuem como principal objetivo promover a “elevação do nível de consciência”:

Eu participei da vida no acampamento primeiro como família, uma pessoa que queria um pedaço de terra e segundo como coordenador de grupo de família, e o assentamento saiu em 86 e aí eu passei a morar no assentamento, trabalhar no assentamento e a ajudar internamente no assentamento. Em 87 eu fui fazer um dos primeiros Cursos de Formação pelo MST. A informação me chegou de que era um curso sobre cooperação agrícola, quando eu cheguei ao curso não tinha nada a vê com a cooperação agrícola, era “Como funcionava a sociedade”. Então aí tivemos iniciação de aulas sobre economia política, sindicalismo, metodologia. O tema “Como funciona a sociedade” especificamente, foram 4, 5 etapas, me lembro a época, eu sempre fui muito tímido assim, no meio do público, né? Que era muito difícil, né? Porque era muita gente inclusive aqui de São Paulo, pois eu conheci muitas pessoas que fizeram o curso comigo que já tinham muito maior conhecimento, então eu era um dos quietinhos lá do fundo. Mas eu pegava os livros que a gente estudava lá, levava pra casa, lia um monte... (Gilmar, grupo de estudos estadual e nacional).

Dentre os entrevistados, creio que este relato, em especial, demonstra como o processo de luta pode contribuir para a transformação de seus participantes, pois:

⁷⁹ O processo de formação política dentro do MST não é concebido como encerrado num curso de formação ou num determinado momento e espaço geográfico. Conforme texto elaborado pelo Coletivo Estadual de Formação, apresentado e debatido no XXII Encontro Estadual do MST/SP, trata-se de “um instrumento capaz de criar ou provocar as condições necessárias para o processo de consciência, qualificar nosso método e nossas práticas” que deve ser estimulado por meios das ações e atividades desenvolvidas pelo movimento.

A participação dos indivíduos no processo de luta política e nos espaços comunicativos do MST, propicia o aprendizado prático de como conquistar seus objetivos; a consciência de que participar em grupos, movimentos, etc. propicia o acesso a conhecimentos fundamentais para a (re)elaboração de práticas cotidianas, bem como para o redimensionamento dos costumes e das relações familiares. Ou seja, a condição de participante de um movimento pode contribuir para a construção de uma nova cultura política, a partir do momento em que cada sujeito repensa sua prática e exercita o questionamento constante das decisões políticas, em âmbito nacional. Podemos inferir que o MST contribui para a construção dessa nova cultura política (SOUZA, 1999, p. 33).

O processo de “recrutamento”, de novos quadros, não é homogêneo. No caso do Estado de São Paulo, em especial, alguns vieram da atuação em espaços da Igreja, de partidos políticos, de movimentos estudantis, da universidade, etc. Geralmente, a aproximação ocorre dentro do espaço do acampamento. Para alguns membros do MST o acampamento pode ser considerado um ponto de convergência e de encontro. Alguns professores universitários costumam organizar visitas a estes espaços, o Acampamento Terra Sem Males, recebeu um grupo de estudantes da Unicamp, para a realização de um estágio vivência, estes estudantes foram adotados por famílias e ficaram cerca de uma semana morando no acampamento. Alguns deles, depois desta experiência, desenvolveram projetos de pesquisa para atuação dentro do acampamento e, dentre estes, outros chegaram mesmo a se integrar ao Movimento e a abandonar a carreira universitária⁸⁰.

Embora a preocupação com a formação de novos quadros e o envolvimento de simpatizantes seja premente, o acesso a alguns espaços, principalmente, os relativos à discussão das táticas e estratégias são preservados. Bem como o acesso dos acampados/assentados também é restrito aos núcleos de base. A forma de inibir o acesso a esses espaços ocorre de modo muito sutil, geralmente, omitindo-se algumas informações ou repassando as decisões apenas como informes. Para poder entender melhor a dinâmica do Movimento, passaremos a analisar os espaços onde seus militantes e dirigentes se relacionam com a “base”, o acampamento e assentamento.

⁸⁰ Durante a pesquisa tive contato com pelo menos três militantes cujo contato com o Movimento se deu por meio da Universidade e que atuam apenas na organização política do MST.

IV - DO TRABALHO DE BASE A CONQUISTA DA TERRA

Plantemos a roça.
Lavremos a gleba.
Cuidemos do ninho,
do gado e da tulha.
Fartura teremos
e donos de sítio
felizes seremos⁸¹.

4.1. A preparação para a ocupação: o trabalho de base

Um dos primeiros passos para a realização de uma ocupação é convidar e em certa medida, “convencer⁸²” as pessoas a participarem. Este trabalho, chamado de trabalho de base, é realizado pelo Setor de Frente de Massas:

O processo é aquele que eu te falei a gente começa com o trabalho de base. A gente forma novas famílias através de reuniões na cidade. Convida aquelas pessoas que estão desempregados, aquelas que... Pessoas que tem até emprego, tem casa, mas não tem alimentação, aquelas pessoas que tão endividada e até aquelas pessoas que tão sem casa na cidade, né? Pra uma nova ocupação... (Cícero militante por ocasião da pesquisa, atualmente foi afastado do Movimento pela direção regional de Campinas⁸³).

Geralmente, o primeiro contato se dá por meio de reuniões coordenadas, por pelo menos dois militantes, cujos temas centrais: são a luta pela terra e a formação do MST, o método de organização (divisão por setores, assembléias, núcleos de famílias, etc.) e a apresentação dos símbolos do movimento, em especial, a bandeira.

Um acampamento origina-se, na maioria das vezes, por meio da denúncia de uma área que esteja sendo utilizada irregularmente por meio de uma ocupação. Uma ocupação

⁸¹ Trecho da poesia o Cântico da Terra de Cora Coralina.

⁸² No Encontro estadual realizado em Itapeva, o Setor de Frente de Massas apresentou um texto para debate que avaliava a forma de fazer o trabalho de base e questionava se “convencer é o mesmo que conscientizar”

⁸³ Este foi um dos raros casos em que um militante foi expulso do acampamento. O Cícero atuou na regional do Vale do Paraíba, vindo para a região de Campinas para auxiliar no trabalho de base do Acampamento Terra Sem Males, acompanhou a ida do acampamento para Ribeirão Preto e voltou para a regional por ocasião da ocupação da Granja Malavazzi, tendo permanecido no Acampamento Milton Santos até a sua expulsão. Relata-se que o motivo da expulsão foi o fato de ter tentado “agarrar a força” uma das acampadas, contudo afirmou-se de que este não era o único motivo que ele já havia apresentado “problemas” em outros acampamentos pelo qual havia passado.

demanda um grande planejamento desde o trabalho de base, reuniões realizadas com grupos de famílias nas periferias das cidades, até o levantamento de áreas passíveis de desapropriação e o levantamento de recursos para transporte das famílias e seus pertences⁸⁴. Normalmente, o trabalho de base é feito após uma divulgação, por meio da abordagem corpo a corpo e entrega de panfletos e/ou por carros de som (em sua maioria, cedidos por entidades que apóiam a Reforma Agrária) convidando para a reunião.

O convite para as reuniões pode ser realizado por meio de panfletagem, carro de som ou por lideranças comunitárias dos bairros periféricos conhecidas pelos militantes. A utilização de redes de relações (de amizade, parentesco, etc.) tem sido o principal mecanismo de convocações para as reuniões, principalmente, pelo fato de se tratar de uma “conspiração” para uma ação que é prevista no código penal. Isto fica claro nos relatos abaixo:

E foi então numa reunião que tava marcada e que esse Santilho havia convidado. Aí nesta reunião meu pai voltou empolgado, dizendo que agora ele ia conseguir um pedaço de terra pra ele é... Que ia acontecer a Reforma Agrária, que ia um grupo de gente, mais de cem família que já ia e ele iria. Daí ele começou conversar com nós, não é? Sobre essa, essa intenção dele. (Lourival, Dirigente Estadual do Movimento).

O primeiro contato que tive com o MST foi mais ou menos em julho de 92. Foi quando eu trabalhava ali na barragem aqui na CESP de escriturário e eu fui, com um colega meu me chamou pra, pra visitá um acampamento, que era o segundo acampamento da região, o primeiro foi em 90 14, 15 de junho de 90 foi do Pontal. Em 91 foi outro acampamento, foi o, foi no Santa Clara que hoje é assentamento e eu vim na terceira ocupação no Pontal que foi esse acampamento (Cledson, Dirigente Estadual e membro da Coordenação Nacional do Movimento).

A rede de relações estabelecida por estas lideranças e a credibilidade destas, perante os moradores dos bairros, facilita a inserção e reconhecimento dos militantes. Por outro lado, há uma tendência de que se constituam grupos de afinidade, por ocasião do acampamento, que continuem tendo como referência estas lideranças, como é o caso de D. Madalena que fez parte da Coordenação do Acampamento Terra Sem Males:

(...) Eles marcavam as reuniões e eu fazia, eu convidava a turma da minha vila,

⁸⁴ Em alguns casos, pede-se que as famílias se organizem para a ocupação e arranjem o transporte.

praticamente eu já entrei fazendo trabalho de base. Ai leva mo, inclusive junto comigo veio duas família que eu sabe, incentivei, levava, arrastava pra reunião, não queria: “Ah! Isso não vai dar certo.” Eu falei: “Mas se deu pra muitos que a gente viu por ai porque que pra gente não.” E tão lá. Que é a D. Justina e o Sr. José. (...) (D. Madalena, acampada do Terra Sem Males, atualmente assentada no Assentamento Sepé Tiaraju, Ribeirão Preto).

Contudo, ao entrevistar alguns militantes que participaram de ocupações na década de 80, no Estado, percebemos que, atualmente, o intervalo entre a realização de reuniões para organizar as famílias para as ocupações e a realização da ocupação têm sido muito curto, o que tem dificultado a formação de vínculos e de uma organização das famílias antes da ocupação:

E o acampamento nosso demoro, nós demoramos um ano, o grupo que dirigiu o processo que foi organizando essas famílias, demorou um ano organizando, discutindo. Então o grupo veio preparado já, bem preparado do ponto de vista de entende muitas contradições da sociedade, uma politização bastante maior que hoje, hoje é mais rápido assim, já se organiza um grupo de sem terra, né? E já ocupa e naquele tempo não. [...] Dois meses no máximo as pessoas já tão indo acampá, até mesmo porque na época fazer uma ocupação era uma coisa, era uma coisa extraordinária, era uma... era um risco, era um negócio que você podia encara um jagunço, poderia tê uma repressão violenta, né? Então tinha que ser um preparo psicológico muito forte, né? Hoje em dia com todo o processo de ocupação, tudo isso que o movimento faz, quebrou isso, então virou uma coisa comum hoje. Ocupar terá virou coisa comum (Lourival, dirigente estadual do Movimento).

Este fato, associado à preocupação em massificar as ocupações, tem levado muitas pessoas a participarem da ocupação sem entender as propostas do Movimento e sua forma de organização, motivadas apenas pela conquista de um pedaço de terra:

(...) E... Foi num acampamento que a gente teve essa tarefa de... Curso Prolongado... E lá que eu fui saber que quê era trabalho de base, que quê era o MST, como era a organização, como se começava um acampamento, como era feito os trabalhos. E... Foi muito difícil, por que... Com duas crianças... (Neide, militante do MST coordenadora do Acampamento Terra Sem Males, atualmente assentada no Assentamento Milton Santos em Americana).

Figura 3 – Acampamento Terra Sem Males, em Bragança Paulista, 2002.



Foto: João Zinclair.

Nestes casos, estas informações só são repassadas depois de formado o acampamento. Por este motivo, as cartilhas do movimento enfatizam a necessidade da continuidade do trabalho de base nos acampamentos e assentamentos:

Devemos nos dedicar permanentemente ao trabalho de conscientização, de esclarecimento, de debate com as bases. É esse trabalho de conscientização e de organização do povo, nas bases, em grupos de famílias, núcleos de militantes que gera a força organizada, em torno de um mesmo objetivo (MST, 2005).

Fernandes (1996) já apontava para estas mudanças, intensificadas, principalmente, na década de 90, que resultaram numa ruptura com a forma de organização, iniciada a partir da experiência das reuniões de base e da organização das famílias dos sem terra de Sumaré, qual seja a construção de um espaço comunicativo e interativo de produção de conhecimento, idéias, possibilidades e alternativas que culminava com a qualificação de

sujeitos emergentes. Segundo o autor, o espaço interativo pode vir a constituir-se num espaço de luta e resistência, que pode realizar-se depois da ocupação de terras. A adoção desta nova estratégia, a massificação, tornou a organização dos acampamentos mais frágil, pois o sentido da interação “nas trocas de experiências, no conhecimento das trajetórias de vida, na conscientização da condição de expropriados e explorados, na construção da identidade sem-terra” não necessariamente ocorre no acampamento, já que neste momento são formados grupos menores para discussão dos problemas emergentes (FERNANDES, 2003). De acordo com Costa, este processo acaba impactando na organização das famílias, depois de assentadas:

O processo que antecede a constituição do assentamento é um termômetro para o que acontecerá num momento posterior. No processo de ocupação ocorre todo um exacerbar dos aspectos solidários em questões organizativas como a constituição de hortas comunitárias, divisão de tarefas, etc. Entretanto, não necessariamente, na constituição do assentamento esses aspectos serão mantidos, existindo aí um tipo de vácuo entre o aprendizado político oriundo da luta pela terra e a continuidade no processo de formação quando da conquista da terra, sendo que este vácuo será tanto maior quanto menor for o tempo experimentado de acampamento (2001, p.21).

Na maioria das vezes, o processo de massificação ocorre com o acampamento, já constituído, os militantes continuam realizando trabalho de base com o objetivo de levar mais famílias para o acampamento. Foi o que ocorreu por ocasião do acampamento Milton Santos. As reuniões de trabalho de base foram feitas nos bairros próximos, como o Ernesto Kohl, até um mês após a ocupação. Em alguns casos, são aproveitados contatos de outras reuniões de trabalho de base, para iniciar o processo de organização de famílias para uma nova ocupação:

A gente foi com um ônibus de Limeira pra visita e aquele que gostava o sindicato levava a mudança. Mas eu não quis por causa da distancia da cidade. Ai como passou uns dois anos, ai eu tentei liga no sindicato pra sabe e o gordo tava lá no sindicato, ai eu conversei com ele e tudo que eu ia, a gente tava fazendo um, alugamo um carro pra ir em Iaras de novo ver como é que tava a situação. Ai disse pra mim que não, que lá tava tudo do mesmo jeito, e ele ia liga pra Claudinha seis hora da tarde ele me retornava. Ai eu fiquei esperando ele ligou lá pra Claudinha falou que não, lá não tava, que o comentário, não sei se ce sabe assim, quando tem bastante comentário, cada um fala de um jeito as coisa. “Ah! Cês vão pra Iaras porque agora lá ta podendo entra. Não precisa assim, você chega já conversa com o líder lá e já faz o barraco.” Ai eu queria sabe certinho se era isso mesmo. Ai depois ele pegou meu telefone e tudo, meu nome e ele desapareceu de Limeira, voltou pra Campinas. Ai levou acho que mais de um mês, ai um dia de manhã assim, era umas sete horas o telefone toca, era o Marquinhos, ele tava em Limeira, ele e o Zé Antônio

que o Zé Antônio já é de lá, mas tava no acampamento. Ai ligo ainda eu fiquei assim, meia eu falei: “Mas da onde esse rapaz tirou esse telefone, não é meu?!” Ele disse: “Ah! É que tava aqui olhando a lista aqui, a gente viu esse número aqui então eu tentei liga na casa da senhora. A senhora pode vir aqui no sindicato até as oito e meia?” Eu falei: “Posso!” Ai eu fui ao sindicato ai a gente converso, marcamos reuniões e ai ele foi fazer. Eu frequentei umas quatro, cinco reuniões lá no sindicato com eles. Ai eles foram fazer lá na rua da minha casa, e já marquei o dia de, de ir pra Cajamar. De Limeira fui pra Cajamar. Ah! Pra mim sabe foi assim, a saída minha pra vim pro acampamento foi uma decisão assim, muito rápida. Eu deixei um trabalho, que eu ganhava na faixa de quatro salário mínimo, deixei pra pode encara a realidade... E chegando lá eu, até que eu gostei, pra mim não foi problema, eu cheguei foi tão divertido busca madeira, fazer barraco (risos). E fazia os deveres da casa, buscava água, lenha, cuidava da Ciranda, de segunda a sexta-feira eu cozinhava na Ciranda pras criança. De terça e quinta a gente tinha reunião da coordenação. Foi tudo muito bom! (...) (D. Madalena, acampada do Terra Sem Males, atualmente assentada no Assentamento Sepé Tiaraju, Ribeirão Preto).

É importante ressaltar, que é comum o fato de famílias que estavam se preparando para uma ocupação e que não conseguiram ir ou foram deixadas pra trás (pode ocorrer de o caminhão não chegar até algumas pessoas) continuarem a procurar as secretarias do Movimento para saber notícias e participar de uma nova ocupação. Ou ainda, as famílias que não conseguiram permanecer acampadas, por questões de ordem pessoal ou por terem sido “expulsas” em assembléias, por não respeitarem as “normas internas”, procurarem outras ocupações. Neste último caso, procuram acampar em regiões em que não são conhecidos para evitar constrangimentos. No acampamento Milton Santos tem pelo menos quatro famílias que foram acampadas na regional de Iaras e três que voltaram da regional de Ribeirão Preto.

Na cidade de Campinas, o trabalho de base concentra-se nos bairros Parque Oziel, Monte Cristo, Campo Belo, DIC's onde se concentram a população mais pobre e desassistida e nos quais a intervenção do poder público é limitada/insuficiente. Nesses bairros, o MST já é bastante conhecido, bem como seus principais dirigentes na região, pois algumas pessoas já passaram por acampamentos do MST. Isto facilita a abordagem e aproximação de pessoas que estão se interessando, pela primeira vez, por lotes de Reforma Agrária, mas também pode significar problemas, pois estes podem ressaltar as dificuldades e contradições internas das ocupações. Isto ocorreu em uma reunião de trabalho de base realizada no bairro Campo Belo, onde três participantes já haviam sido acampados na regional de Iaras. Convém lembrar, que o trabalho de base realizado na região de Campinas, até meados de 2000, tinha o objetivo de organizar famílias para levar para outras regiões do Estado. Este trabalho constituía em fazer as reuniões de base e acompanhar as famílias até a ocupação e formação

do acampamento. Depois disso, as famílias passavam a integrar outra regional e serem “acompanhadas” por outros militantes. Um dos participantes da reunião desabafou: “Vocês nos abandonaram”, “Nunca mais voltaram lá”; além disso, destacaram os problemas do acampamento e os conflitos internos. Contudo, os três mostravam-se dispostos a participar de uma nova ocupação, desta vez, mais próxima à cidade de Campinas, onde os familiares residem.

O processo de organização das famílias costuma abranger diversos municípios, no trabalho de base, que deu origem ao Acampamento Milton Santos, envolveram-se as cidades de Limeira, Campinas, Hortolândia, Americana e Sumaré. O trabalho de base, para a constituição do Acampamento Terra Sem Males, também abrangeu diversas regiões:

Conheci o movimento foi com as meninas que tava fazendo o trabalho de base lá em Iperó, Jorge Oetere, aí elas passaram lá na minha chácara, aí falo:
- ô seu Nelson, o senhor quer ir? O senhor tem o jeitão pra ir com nós lá. Vamos lá.
- Eu vou, né, ver se eu pego mais terra.
Mostrou o trabalho deles que elas tinha dos assentamento lá de Sarapuí.
Mostrou lá as coisas que ele tava plantando, as estufas, tudo.
- Dá pro senhor trabalhar.
Elas viu lá minha rocinha tudo plantado né.
-Dá pro senhor conhecer os sem terra, ficar com nós...
E através disso eu prometi que ia, através disso marcou a data que a gente vinha pra ocupação (Nelson, acampado no Acampamento Terra Sem Males e Mario Lago).

Este acampamento contou também com a participação de militantes de outras regionais, principalmente, pelo fato de não haver um número de militantes suficiente para a demanda da regional. Como vimos anteriormente, a composição de novos quadros ocorre a partir dos acampamentos e, pelo fato de a regional ser nova e priorizar o trabalho de base para outras regiões, ainda não havia nenhum acampamento constituído:

Aí o que aconteceu: eu fui chamado, eu e outros companheiros, pra vir pra Campinas pra formar um novo acampamento que foi esse aqui o Terra Sem Males, foi aí que eu conheci Campinas eu e outros companheiros [...] Não foi só de Jacareí, veio gente de Andradina, de Itapeva daqui de Sorocaba e da Grande São Paulo se juntou com a gente pra que a gente pudesse fazer essa ocupação que ocorreu entre os dias 13 e 14 de abril de 2002, em Bragança Paulista (Cícero, militante da regional do Vale do Paraíba e, posteriormente, da regional de Campinas).

Concomitantemente ao processo de organização e preparação das famílias para

a ocupação, é necessário realizar o levantamento das áreas propícias, para a realização da ocupação e o preparo logístico desta, além do contato com aliados alertando-os para a “atividade”.

A localização da área a ser ocupada é cuidadosamente preservada, com o intuito de evitar vazamentos para a imprensa e a polícia. Mesmo as famílias que irão participar da ocupação desconhecem o destino e são informadas somente no último momento sobre a data, os horários e o local de concentração:

A gente saiu de São Paulo. Daí a gente numa noite no mês de abril nos fomos para Jacaré num ônibus pra fazer a ocupação. Só que como a gente, isso faz parte da metodologia do movimento a gente não sabia onde é que a gente ia ocupar. E essa ocupação aconteceu em Jacaré no Vale do Paraíba. Nós ocupamos uma fazenda que era uma propriedade era não ainda é da Folha de São Paulo, que arrendou essa terra pro pessoal que trabalha com areia, tirasse areia pra vender. Ali conheceu um pouco da questão do meio ambiente e também houve uma reintegração de posse, houve um despeço, nós ocupamos em abril e no cinco de maio fomos despejado.

Por meio das redes de apoio, o Movimento consegue ônibus, para o transporte das pessoas, e caminhões para os utensílios, ferramentas e gêneros de primeira necessidade. Ao contrário do que ocorria nas primeiras ocupações do movimento a recomendação é de que as famílias levem apenas o indispensável, que não peçam demissão do serviço (para aqueles que estão empregados) e não retirem as crianças da escola. Isso se deve em grande medida, aos riscos de despejos, aos quais estão submetidos todos os participantes, embora faça parte da estratégia o levantamento de mais de uma área para a ocupação possibilitando possíveis recuos.

Os ônibus partem de locais distintos para não levantarem suspeitas, e se encontram em uma área próxima a que será ocupada, onde formam um comboio até a área. O clima é tenso, mesmo entre os militantes e dirigentes mais experientes, até a chegada ao local. A tensão só é minimizada, a partir do momento em que o território vai se tornando “conhecido” e o dia vai clareando.

Com a realização da ocupação surge então um novo acampamento e um fato político que abre possíveis canais de negociação com o INCRA, prefeituras, proprietários e demais partes interessadas na resolução do conflito. Durante esta pesquisa, foi possível verificar *in locu* três ocupações: uma delas na fazenda Santa Rita, região do Pontal do

Paranapanema, fruto de uma mobilização estadual, realizada anualmente e denominada de Encontro do Acampados; a segunda na Granja Malavazzi, na cidade de Limeira, que originou o Acampamento Milton Santos e, por último, uma ocupação realizada pelas famílias do Milton Santos, já então assentadas, numa área vizinha a do assentamento, em Americana, com o objetivo de ampliar a área para implantar definitivamente o assentamento.

Essas ocupações tiveram um caráter bastante diferenciado: a primeira delas contou com uma organização estadual e com a participação de todas as regionais do Estado. A organização era surpreendente, chegamos ao local por volta das seis horas da manhã e já pelo meio dia os barracões, organizados por regionais, estavam erguidos formando uma verdadeira cidade de lona preta. A área onde foi realizada a ocupação, já tinha sido ocupada outras vezes e sido palco de diversos conflitos, por essa razão, foi montado todo um esquema de segurança para as famílias e militantes acampados. Assim, quando chegaram a área, já havia um grupo esperando as famílias que orientou o local para a construção dos barracões. Os acampados foram orientados a correr para a mata em caso de confronto e a deixarem pra trás os seus pertences.

O local escolhido era de difícil acesso, para quem vinha de fora, pois ao lado se encontrava um rio, ao fundo uma mata, que também dava acesso ao rio, permitindo o controle da área pelos acampados. A segurança se dividia em duas: uma segurança de massa e uma segurança de grupo. A primeira era ostensiva e contava com um grande número de pessoas, se reunia junto a uma grande fogueira, sendo visível para os demais acampados e para os “visitantes”; enquanto a segunda era constituída por um grupo bem menor e que já tinha experiência com situações de confronto, ficava escondida, entre a vegetação e dava proteção para os demais. Na primeira noite do acampamento, os jagunços da fazenda, localizados numa guarita próxima, aterrorizaram os acampados lançando bombas. Observou-se, entretanto, que a ocupação permaneceu tranqüila, durante os primeiros dias, o proprietário optou por buscar seus “direitos” na justiça, ao invés de um enfrentamento direto.

O encontro dos acampados vem sendo realizado há três anos e possui como principais objetivos:

...formar consciência política a partir da relação entre ação reivindicatória e estudo sistematizado; animar a base e a militância; debater a reforma agrária na região e avançar na arrecadação de terras; construir e fortalecer alianças e estimular o trabalho de base e a massificação (Texto para debate Desafios da massificação para

o conjunto do MST, XXII Encontro Estadual do MST/SP, dez. 2006, p. 4).

O Encontro dos Acampados tem sido, ainda, um canal para pressionar e negociar, problemas comuns aos acampamentos/assentamento, junto aos órgãos estaduais e federais, em especial, INCRA e ITESP. O primeiro deles na região de Iaras, o segundo na região do Pontal e o terceiro em Getulina, região de Promissão.

4.2. O acampamento: o laboratório da construção de um “novo homem” e uma “nova mulher”?

A ocupação tem sido um dos principais instrumentos de pressão, utilizados pelo movimento, tanto a ocupação de terras quanto a ocupação de órgãos públicos, pode ter um caráter de denúncia ou de reivindicação e podem também se constituir num espaço de resistência.

Figura 4 – Ocupação que deu origem ao Acampamento Terra Sem Males, em Bragança Paulista, 2002.



Foto: João Zinclair.

O MST diferencia o termo invasão de ocupação. De acordo com a primeira

Cartilha de Direitos Humanos, editada pelo movimento, intitulada “A Ocupação, a Lei e a Justiça”, esta distinção é clara: “Ocupação é uma manifestação política dos trabalhadores que se concretiza na entrada, em um imóvel rural, para pressionar o governo a desapropriar a área e assentar famílias sem terras, sendo o proprietário indenizado”, enquanto que a “invasão é uma ação desenvolvida por alguém para tomar para si PELA FORÇA, parte ou totalidade de uma área que não lhe pertence” (CEPATEC/INCRA, 2006). Para Görden e Stédile (1991, p. 47):

... As ocupações devem servir para corrigir a injustiça presente e para mudança da legislação. Ocupar é um direito de legítima defesa de quem já foi ultrajado e expropriado de seus direitos fundamentais. Pois a terra e os bens da terra se destinam a todos os homens, e não apenas a alguns privilegiados.

Deste modo, as ocupações podem ser consideradas como um direito de manifestação dos seus ocupantes, não devendo ser caracterizadas como “esbulho possessório”, como as determinam alguns juízes.

Uma ocupação de terra, geralmente, resulta num acampamento, cuja principal característica é a transitoriedade, trata-se de:

... um espaço de transição, um lugar de passagem, mas um local onde as práticas sociais criam o domínio dos movimentos sociais, inserido no território da propriedade fundiária absoluta. Nessas circunstâncias e dada a demora para a formação dos assentamentos, a população acampada apresenta grande mobilidade, ora migrando para as cidades, ora mudando-se para outros acampamentos, ou ainda, tornando-se militante do MST em outras cidades (IHA, 2005, p.23).

As motivações para a participação nas ocupações são as mais diversas, mas a grande maioria vê na ocupação de terra uma alternativa à situação de exploração ou um meio para a melhoria da qualidade de vida. Durante os relatos de alguns participantes, em reuniões de trabalhos de base, foi comum ouvir que a motivação era o desemprego e a falta de expectativas, ou ainda, o fato de terem algum conhecido ou parente que já havia acampado ou estava assentado. Isto apareceu, também, durante as entrevistas realizadas:

o que fez eu decidi foi à falta de emprego na cidade. Porque eu... Foi o que eu falei pra você, eu fazia eu desdobrava meus horário pra mantê a casa porque o

Alexandre, o Adilson tudo desempregado, meu marido trabalhava assim de segurança a noite, mas também não era aquele trabalho... um trabalho fixo. Aí vai indo, vai indo sê cansa né. Aí eu trabalhei uns três meses, guardei um dinheiro, fui no mercado e comprei 5 cesta básica e aí fomo meu irmão foi de carro levando os alimento pra lá (D. Madalena, acampada do Terra Sem Males, atualmente assentada no Assentamento Sepé Tiaraju, Ribeirão Preto).

Eu morava em Penapólis e trabalhava na Usina lá de cana em 1988, eu já conhecia o movimento assim porque houve uma ocupação de terra lá na cidade de Promissão que a fazenda hoje Reunidas, né? Naquela época lá eu só não fui porque falava que realmente o movimento era isso, era aquilo um bando de baderneiros então eu sentia muito medo de realmente participar daquela ocupação. Aí aconteceu essa ocupação lá, aí muitos colegas, parentes, conhecidos foram e conquistaram a fazenda lá. E hoje lá é um grande acampamento que é 650 famílias assentadas lá Naquela época se eu tivesse acreditado eu era uma pessoa assentada lá. Aí de Penapólis eu... a dificuldade era tão grande falta de serviço, emprego, né? E eu fui pra São Paulo [...] fui fazendo aqueles bicos com meu irmão pra me manter porque eu pagava aluguel, luz, água e a situação se tornou difícil lá dentro de São Paulo. Lá quando você procurava um emprego por lá dava um valor, vamos supor que você trabalhava por 10,00 reais o dia, outro companheiro que tava mais desesperado ia por 5. Então era uma disputa muito grande na questão de emprego lá em São Paulo. Então saí dessa casa que eu pagava aluguel, pagava 200 reais de aluguel, já tava atrasado um mês, aí pra não ficar devendo mais eu desocupeei essa casa e fui pra outra casa que o aluguel custava 100 reais. Aí durante esse tempo aí a dificuldade foi crescendo, eu não arrumava emprego, aí tinha que pagar o aluguel, tinha que se alimentar né? Aí o desespero foi todos os dias foi aumentado, que fazer? A família lá com o menino. Aí tinha um dia lá que eu não tinha café não tinha nada e o moleque levantou de manhã pedindo, perguntando se não tinha pão, aí foi subindo aquele desespero, um desespero grande dentro de mim, o menino pedindo as coisas e não tinha né. Aí no fundo do barraco tinha dois cachos de bananas, que não tava nem maduro ainda, tirei ele pus nas costas e fui tentar vender pra ver se eu comprava as coisas, aí naquele dia lá consegui até vender o cacho de banana, aí eu trouxe o alimento o pão que ele tava pedindo e dei, mas eu pensei e amanhã o que eu vou fazer? Aí eu fui em Santo Amaro e lá tinha uma praça que sempre vai gato a procura de pessoas pra poder levar trabalhar, aí eu tava assim sentando esperando pra ver se eu aparecia alguma pessoa, aí eu vi duas pessoas na praça, em volta bastante gente, fazendo lá uma conversa, aí eu cheguei próximo ali aí tava ali uma mulher e um rapaz que hoje ele não tá aqui, falando d o MST e de uma ocupação, que o MST esta aglutinando pessoas pra fazer uma ocupação de terras, foi falando que aquele povo, que além da gente fazer a ocupação de terra que a gente tem o direito dela e tava na mão do latifúndio que a gente precisava que aglutinar as pessoas que tava desempregada pra poder ir pra lá pra poder o movimento tentar conquistar essa terra aí, que a terra não pertencia aos fazendeiros, pertencia a União e eu ela deu todas as garantias que a gente não ia passar fome, não ia passar necessidade no acampamento, já tinha um acampamento formado, que era uma área ganha, que era o Dom Tomaz Balduino e aí eu fiquei ali escutando aquilo ali aí veio na minha cabeça aquela data de 87 que eu tive a possibilidade de participar e não fui. Então por questão desse desespero grande meu dentro da Grande São Paulo e da falta da oportunidade lá, foi a única solução que eu encontrei pra tentar sair daquele sufoco (Zé Francisco acampado no Acampamento Terra Sem Males, assentado no Sepé Tiaraju em Ribeirão Preto).

É importante destacar que alguns se encontravam desempregados e excluídos

de quaisquer direitos, como relata o Zé Francisco, para os quais integrar uma ocupação significa, também, a inserção em uma comunidade. De acordo com Santos, a cidadania no Brasil é regulada, pelo acesso ao emprego, logo:

...são cidadãos todas aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. A extensão da cidadania se faz, pois, via regulamentação de novas profissões e/ou acusações, em primeiro lugar, e mediante ampliação do escopo dos direitos associados a estas profissões, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade. A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei. (Santos, 1979, p. 75)

Ou seja, aqueles que não encontram uma ocupação poderiam ser considerados como subcidadãos, na concepção de Souza (2000), representando uma nova roupagem para a exclusão social da sociedade escravocrata do século anterior. O acampamento se constitui num espaço no qual há uma valorização da condição humana e das potencialidades dos indivíduos, sendo um espaço privilegiado para o desenvolvimento de novas práticas e de novas sociabilidades, como afirma Gilmar Mauro:

E a medida em que a gente faz uma ocupação e leva as pessoas pra essa ocupação e distribui tarefas lá dentro da ocupação, no grupo, e essas pessoas assumem no grupo tarefas simples como responsável pela higiene, responsável da saúde, da segurança, responsável por fazer esse barraco, vocês não tem idéia do que isso significa pras pessoas, brilha o olho. Sabe por quê? Por que ele se sente útil, afinal de conta ele tem utilidade. E quando a gente começa a resgatar isso nas pessoas a gente começa a resgatar sua auto-estima e quando resgata sua auto-estima a gente começa a resgatar a dignidade humana. E quando se resgata a dignidade de um povo resgata-se esse povo para que seja sujeito da sua própria história (Membro do Grupo de Estudos Estadual e da Coordenação Nacional do MST).

O primeiro passo, após a ocupação, é a construção dos barracos. Os barracos, geralmente, são construídos com lona preta e madeira, num segundo momento, devido a permanência prolongada, os acampados vão substituindo, aos poucos, por outros materiais “mais duráveis” como lona de caminhão, madeirite, etc.

Figura 5 – Acampamento Terra Sem Males, em Bragança Paulista, 2002.



Foto: João Zinclair.

Em alguns casos, no interior do Nordeste, por exemplo, pode-se encontrar barracos cobertos por sapê, material abundante na região. O barraco é o local da individualidade, da privacidade, segundo Turatti:

Os barracos são a unidades de habitação familiar no acampamento, espaço privado por excelência, neles os acampados guardam os seus pertences, realizam a higiene pessoal e repousam durante a noite. Sem qualquer luxo no chão de terra, os acampados zelam por seu barraco sem, no entanto nomeá-los como casa. (apud IHA, 2005, p. 168):

Na primeira assembléia, alguns princípios da organização do MST são apresentados e defendidos, como a necessidade do estabelecimento das normas internas e a forma de organização das famílias em núcleos:

Então olha, companheiros e companheiras, essa semana é uma semana da gente ajeita os barraco, ajeita, se organiza em grupo. Amanhã, essa semana a gente sabe

o que que vai dar e já no final de semana onde vem todo mundo pra cá e vai ter uma assembleia com todo mundo e já vamo começa a plantar, sabe por que é importante a gente plantar? Pra gente mostra pra sociedade que nós viemo aqui pra trabalhar, que a gente veio aqui pra produzir e produzir significa plantar a terra (Assembléia Acampamento Milton Santos na Granja Malavazzi).

Não é que a gente quer proibir, agora ninguém pode beber nunca nada, claro que tem gente que ta acostumado a tomar um golinho. O que a gente ta querendo dizer é pra não beber o juízo, pra não criar confusão, porque se criar confusão, né. Uma vez a gente pode prorear, discutir e tal, a segunda vez troca idéia, mas a terceira vez não tem jeito. E sabe quem vai expulsar alguém aqui? Se tiver problema? É vocês mesmo. É vocês que vão decidir porque se o cara fez um erro pra comunidade e nós trazemo aqui pro cara se explicar e a explicação dele não convenceu e a turma: "- Não você ta atrapalhando a comunidade" O cara vai sair. E vai sair, vai sair... (Assembléia Acampamento Milton Santos na Granja Malavazzi).

Podemos observar que há uma condução das decisões, pois apesar de ter sido colocado que quem expulsa é a comunidade, a regra foi proposta por um militante, além do mais, está claro quem encaminha as pessoas que causam confusão para a assembléia: “nós”, ou seja, a militância. A cartilha “Vamos organizar a base do MST” traz algumas orientações sobre a realização das assembléias:

- Devemos estimular sempre a realização de assembléias gerais, que reúnam toda a base de um acampamento ou assentamento.
- Mas devemos ter muito cuidado. As assembléias devem ser momentos de confraternização. Devem ser bem preparadas. E mesmo as votações são mais simbólicas do que reais. As decisões mais importantes devem ser debatidas antes, nos grupo de famílias amadurecidas.
- As assembléias devem ter horário fixo. Não serem aborrecidas. serem alegres, e que dê gosto as pessoas participarem. Por isso precisa se preparada antes (sic), pela direção, com muito cuidado, para não virar bagunça. A base deve gostar de participar de uma assembléia (1995, p.14, grifo nosso).

O nome do acampamento, Milton Santos, também foi “decidido” em assembléia. Os responsáveis pela ocupação, alguns militantes e aliados reuniram-se e informaram à necessidade de “batizar” o acampamento, a seguir foi aberto um tempo para que se apresentassem sugestões, foram apresentadas três propostas e após a defesa de cada uma delas concordou-se em levar o nome de Milton Santos para a assembléia. Na assembléia o propositor do nome fez a “defesa” deste, destacando a sua importância e suas contribuições para a “luta dos trabalhadores”, além do fato de ser negro e a ocupação ter sido realizada no mês da consciência negra como justificativas para a escolha do nome. As famílias foram

consultadas e após decisão, “consensual”, o nome Milton Santos foi adotado.

Processo semelhante foi constatado na Fazenda da Barra, onde várias famílias acampadas no Acampamento Mario Lago, desconheciam a origem do nome do acampamento e dos núcleos onde moravam, por isso foi iniciado um processo de formação para “*Informar as pessoas desses nomes do núcleo né? Tem o Che Guevara, Margarida Alves, e passando pra essas pessoas o que esses caras fizeram*”, conforme relato de Seu Nelson (acampado no Terra Sem Males e, posteriormente no Mario Lago), que ao ser indagado sobre como se deu as escolhas dos nomes respondeu:

Deve ser a direção né, a direção né colocou o nome do acampamento. Então a gente ta passando pra eles, o Patativa do Assaré. As pessoas mora no núcleo e ninguém sabe por que ta aquele nome ali, quem foi então eles tão passando pras pessoas sabê quem que é, o Patativa do Assaré, o Che Guevara, o Mario Lago (Nelson acampado no Terra Sem Males e, posteriormente, no Mario Lago)

As normas internas, apesar de definidas em assembléia, muitas vezes são apenas “apresentadas” pela militância e as famílias apenas as ratificam. Por outro lado, esta forma de elaboração das regras internas, leva para que muitas dessas normas permaneçam apenas no papel. Os acampados, depois de assentados, expressam a resistência a essa forma de organização de diversas formas⁸⁵.

Todavia, as normas internas contam com a convivência das famílias e são indispensáveis para a convivência nos primeiros meses de acampamento, são importantes, também, para a identificação com a “comunidade”, por determinarem os comportamentos aceitos e não aceitos. Um dos entrevistados, ao ser indagado sobre as normas internas, afirmou que:

(...) é como uma família, né? A família por exemplo vê tudo que deve e que não deve né, faz. São as regras internas, não adianta a gente lê também. Não é porque vai pro acampamento, que estamos ali, vivendo ali uma vida, como se diz, procurando vive em união ali assim que vai te aquela libertinagem. A liberdade é uma coisa, libertinagem é outra, né? Então a gente tem a liberdade, mas até certo

⁸⁵ Os nomes dados inicialmente aos núcleos do Assentamento Milton Santos foram: Roseli Nunes, Eldorado dos Carajás, Patativa do Assaré, Dorcelina Folador, Che Guevara e Olga Benário. Entretanto, aos poucos foram ocorrendo modificações, no momento o assentamento são constituídos por sete núcleos de famílias, dentre eles, apenas três núcleos mantiveram os mesmo nomes: Che Guevara, Olga Benário e Eldorado dos Carajás, sendo que este último ganhou um apelido inusitado pelo qual é mais conhecido: “Cú do Saci”. Os demais são Margarida Alves, Solo Sagrado, Recanto Feliz e Terra Prometida.

ponto, porque tudo tem um limite. Então tem que sempre tá cumprindo regra. Cada um tem sua função ali dentro, tem que te os setores, cada um trabalha nos seus setores e aquele que dá uma exageradinha a gente conversa tudo, né? Mas dando chance, né? Porque as pessoas, a gente na verdade a gente não quer chega assim a expulsa as pessoas, na verdade a gente quer acolhe as pessoas, né?(...) (Alexandre, assentado no Assentamento Sepé Tiaraju, em Ribeirão Preto).

A organização, dos acampamentos e assentamentos, segue o mesmo princípio norteador, em todo o país: a formação de núcleos de famílias ou núcleos de base. As famílias são divididas em núcleos, compostos por cerca de 20 famílias. Os militantes, que ajudaram no planejamento da ocupação, passam a participar das atividades desenvolvidas e ajudam a implementar os núcleos de famílias.

Os núcleos são estabelecidos por meio de afinidade, ou seja, constituídos a partir das relações pré-estabelecidas, nas comunidades de origem. Destes núcleos são retiradas pessoas para constituírem os setores como o de **setor infra-estrutura**, responsável pela construção das estruturas coletivas, como secretaria (para recepcionar os visitantes e a realização dos cadastros), a farmácia coletiva, o almoxarifado (para guardar as doações), etc.; **setor de saúde**; **setor de educação** e etc. O funcionamento dos setores vai ocorrendo na medida em que as necessidades vão surgindo e, durante o desenvolvimento das negociações, vão surgindo outros setores, como o **setor de comunicação**, responsável por passar as informações do acampamento para a imprensa. Este setor é composto, num primeiro momento, por militantes que já passaram por outras ocupações e são escolhidos dentre os demais, por serem os "mais experientes" ou "mais preparados".

A partir dos núcleos de famílias, são escolhidos um coordenador e uma coordenadora que passam a integrar a Coordenação do Acampamento, juntamente com os demais militantes e dirigentes da regional. Estes últimos auxiliam na preparação das pautas e no encaminhamento de propostas e decisões coletivas. A cartilha "Vamos organizar a base do MST" traz algumas recomendações, para a escolha dos coordenadores, que formarão a Direção ou Coordenação do Acampamento e/ou Assentamento:

Devemos casar democracia (para que realmente sejam escolhidos pela base) com capacidade. Ou seja, não cair no democratismo de entrar quem quiser. E também evitar os oportunistas, que querem entrar nas direções apenas para tirar proveito pessoal, etc.

Todas as direções devem ser exercidas de forma coletiva, ou seja, em colegiado. Se são oito ou dez os membros da direção, cada membro tem o mesmo poder que os demais. E todas as decisões devem ser tomadas em reuniões do

coletivo, e pela maioria (Vamos organizar a base do MST, 1995, p. 13).

Em muitos casos, os coordenadores são definidos pelas referências anteriores estabelecidas com as famílias ou, em outros, pelo desempenho durante o trabalho de base e na ocupação que acabam por destacá-los dos demais. Uma militante resume a forma de organização do acampamento:

Então, dentro do acampamento tem a coordenação, né? Então, é organizado por grupo. Então, até os dois anos que a gente tava na coordenação, era de um a doze. Nós chegamos a ter 15 grupos. De cada... cada grupo é tirado de todos os setores. Então, educação, saúde, higiene, estrutura, alimentação, é... educação, é... são nove, né? Saúde, então de cada tiraram uma pessoa, de cada setor. Esses coletivo, senta pra... pra estudar, né? Junto com a coordenação. Dentro da coordenação, tanto regional, quanto do acampamento. Tanto interno, como externo (Neide, militante do MST coordenadora do Acampamento Terra Sem Males, atualmente assentada no Assentamento Milton Santos em Americana).

Esta forma de organização é tão eficiente, quanto maiores os conflitos serão maiores as necessidades de organização, em torno de direitos básicos, como a escola para as crianças:

foi tirado umas pessoas pra ir na Prefeitura de Itu e me tiraram e aí eu estive conversando com a Maria do Carmo que é a tal candidata a prefeita (referências as eleições de 2004) que é mulher do ex-prefeito e ainda tava falando pra ela sobre a escola e pelo jeito que ela conversou com a gente fez acha que a gente tava lá de entulho, de estorvo, lá, né? E aí eu disse pra ela, eu falei que nós tava atrás de um direito que era da constituinte, educação (D. Madalena, acampada do Terra Sem Males, atualmente assentada no Assentamento Sepé Tiaraju, Ribeirão Preto).

É por meio, da luta pela terra e das mobilizações na busca de direitos, como a escola, que as famílias vão desenvolvendo a percepção acerca das contradições existentes e desenvolvendo a capacidade de articulação e de negociação junto às autoridades da cidade; promovendo mudanças no modo de vida e na consciência dos que dela participam, representando um passo fundamental, para o surgimento de novas lideranças regionais:

As primeiras negociações foi negociação com o prefeito municipal, né? Que nós íamos cobra umas questão assim, de água, condição de saúde, essas coisas e em seguida começamos a participá também de algumas negociações como INCRA, né? E já em 93 por aí eu já tava muitas vezes necogiar com, em algumas audiência mais ampla de movimento estadual com o Secretário do Estado... (Lourival, dirigente estadual do MST).

Os acampamentos e ocupações de terra envolvem muitas famílias, mas pouco mais da metade são assentadas. Isto se deve ao demorado processo de resolução dos conflitos, pelas dificuldades enfrentadas nos acampamentos, por problemas de adaptação a organização e as regras do acampamento. Contudo, é comum que algumas famílias passem por diversos acampamentos até conseguir serem assentadas. O seu Nelson, que foi acampado no Terra Sem Males e por ocasião da cessão da entrevista encontrava-se no acampamento Mario Lago, após 13 mudanças, colocava que:

Eu tenho vontade mesmo é de ir pra minha casa, entendeu? Voltar, parar e aí só quando eu aposentar pegar um dinheiro aí. Eu vou pra minha região onde eu nasci e compro um pedaço de terra pra mim lá... (Nelson, acampado no Terra Sem Males, e depois, no Mario Lago em Ribeirão Preto).

O longo período de espera leva muitos acampados a desanimarem em continuar lutando pela terra, soma-se a isso as péssimas condições dos acampamentos, contudo vários ressaltam o gosto pelo campo e o fato de estarem “acostumados” a viver no acampamento:

Eu gosto do movimento sem terra, que eu moro mais no movimento do que na minha casa, quer dizer que eu chego lá fico três, quatro dias lá, já to de volta. Não fico mais do que isso, aí eu já acostumei aqui. Eu não sinto legal ta em casa mais, já faz quatro anos, aí já desacostumei. Vai ser difícil acostumar de novo. Eu chego lá me dá aquela ansiedade (Nelson, acampado no Terra Sem Males, e depois, no Mario Lago em Ribeirão Preto).

Para o movimento, todas as atividades de luta desenvolvidas, como as marchas e as ocupações, possuem um caráter educativo e formativo. É comum ouvir que o “povo se forma em movimento”. Contudo, o setor de formação e educação tem buscado ir além deste conhecimento, empírico e sensível, investindo em alguns cursos de formação de base (que geralmente envolvem temas do tipo “como funciona a sociedade”, “História da luta pela terra”, “história do Brasil”, entre outros) e na alfabetização de adultos, por meio dos cursos dos EJAS (Educação de Jovens e Adultos) e da instalação de pontos do “Sim, eu posso”, um sistema de alfabetização cubano montado a partir de capítulos de novela, no qual os participantes são alfabetizados em 40 dias.

4.3. Assentamentos rurais: atores e mediadores

Os assentamentos surgiram como objetos de estudos, principalmente, a partir dos anos 80 e hoje existe uma grande diversidade de estudos que buscam apreender os diversos aspectos desta realidade social. Entre os principais estudiosos que se dedicam ao estudo dos assentamentos destacamos Medeiros e Leite (1994, 1999), Medeiros (1995, 2002), Palmeira (ano), Leite (1992) Bergamasco e Norder (1996), Ferrante (ano), Neves (ano), Martins (2003), etc.⁸⁶.

Estes estudos apontam para algumas das suas principais características, bem como de seus impactos nas transformações das relações econômicas, sociais, ambientais e políticas e suas implicações na localidade, seja o poder local, seja na organização social e política, alterações demográficas e etc.; semelhantes em relação aos impactos internos e externos da constituição de assentamentos rurais.

Pode-se afirmar que os assentamentos consistem em “acomodar” certo número de famílias, escolhidas sob determinados critérios ou envolvidas em uma situação de conflito, numa determinada área desapropriada ou negociada pelo governo. Segundo Bergamasco e Norder (1996, p. 7-8):

De uma forma genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária.

A intervenção do Estado, na maioria dos casos, se dá no sentido de aplacar os conflitos sociais evitando que estes possam vir a gerar problemas políticos e ideológicos, para o governo, e acaba por reordenar as relações no plano local, ou seja: “*assentar significa*

⁸⁶ Outros pesquisadores se ocuparam de questões mais específicas como a questão da educação (Vendramini (1997) Caldart (2000)), cooperativismo e produção (Souza, 1999); conflitos e territorialização dos assentamentos (Fernandes, 1996; 2000 e 2002; Alencar, 2005; Lima, 2006); consciência política (Andrade, 1998); relações de gênero (Gaião, 2001; Rua e Abramovay, 2000); políticas públicas (Santos e Costa, 1998; Scherer-Warren, 1998; Ferreira, Silveira e Garcia, 2001; Guanzirolli e Gardin, 2000; Medeiros, 2002; Martins, 2004), assentamentos e poder local (Norder, 2004); qualidade de vida em assentamentos rurais (SPAROVEK, 2003; Romeiro, 1996).

reconhecer uma situação de conflito, determinados agentes sociais, demandas, muitas das quais até então ignoradas, e, possivelmente, permite sua transformação em direitos reconhecidos, o que implica introduzir uma mediação legal na disputa” (MEDEIROS E LEITE, 2004, p. 22).

Os assentamentos rurais são descritos ainda, por Ferrante (2000) como “projetos públicos”, “ações aparentemente não-políticas”, efetuadas pelo Estado, responsável pela alocação das populações e pelo “traçado das rígidas regras de vocação agrícola e de produtividade”, mas que representam interesses e relações de poder das classes envolvidas.

Esses assentamentos, no caso brasileiro, possuem origens diversas e estão diretamente relacionados à luta pela terra. Os conflitos no campo apresentam uma grande diversidade de parceiros e atores, envolvidos em uma grande quantidade de conflitos, que deram origem a diferentes tipos de assentamentos.

Segundo Bergamasco e Norder, eles podem ser agrupados em cinco modalidades principais: *projetos de colonização*, formulados durante o regime militar, visando à ocupação de áreas devolutas e a expansão da fronteira agrícola; *reassentamento de populações atingidas por barragens de usinas hidrelétricas*; *planos estaduais de valorização de terras públicas e de regularização possessória*; *programas de reforma agrária*, através da desapropriação por interesse social e a *criação de reservas extrativistas*, para seringueiros da região amazônica e outras atividades, voltadas ao aproveitamento de recursos naturais renováveis.

Leite et alli (2004, p. 29) em pesquisa recente analisou o impacto dos assentamentos, em seis regiões do país, denominadas de manchas pelos pesquisadores: sudeste do Pará (região de Conceição do Araguaia); entorno do Distrito Federal (abrangendo o Noroeste de Minas Gerais e o Norte de Goiás); Sertão do Ceará, Zona Canavieira do Nordeste (envolvendo a zona da mata de Pernambuco, Paraíba e Alagoas); Sul da Bahia (região cacauzeira) e o Oeste do estado de Santa Catarina. Esta pesquisa concluiu que:

A existência dos assentamentos como unidades territoriais e administrativas, que são referência para políticas públicas, resulta numa ampliação das demandas de infraestrutura e em pressão sobre os poderes políticos locais, estaduais e federal. Desse modo, ao mesmo tempo em que podem ser vistos como “ponto de chegada” de um processo de luta pela terra os assentamentos tornam-se “ponto de partida” para uma nova condição de vida, onde muitas vezes tudo está por fazer, desde a organização do lote e construção do local de moradia até toda a infra-estrutura coletiva e de

serviços necessária à viabilização econômica e social das novas unidades de produção familiar criadas (LEITE et. Alli., 2004, 260)

Apesar de nos últimos anos terem sido formados um grande número de unidades produtivas, por meio da criação de projetos de assentamentos, a pesquisa constatou que não houve uma alteração radical na concentração fundiária no nível estadual, dos estados analisados, ou mesmo, no nível das manchas. Portanto, os autores afirmam que não é possível considerar que houve um “profundo processo de reforma agrária no país”, coincidindo assim com as constatações de Neves (1997) de que a Reforma Agrária no Brasil não tem sido implementada de fato, constituindo-se uma série de “assentamentos dispersos”, realizados com o intuito de aplacar conflitos sociais, ou seja, uma “reforma agrária em migalhas”, que não rompe com a estrutura fundiária do país.

Ao se referir aos impactos dos assentamentos, diversos estudos (LEITE et. Alli., 2004, MEDEIROS e LEITE, 2004) têm ressaltado os aspectos positivos da implementação de assentamentos, entre eles: a melhoria na qualidade de vida das famílias após o assentamento, permitindo a inserção destas em um sistema produtivo, resolvendo os problemas de moradia e possibilitando o acesso a bens duráveis como televisores e geladeiras; à participação dos assentamentos, na economia local, que ajudam a dinamizá-la, a diversificação da pauta da Reforma Agrária, o aparecimento de novas identidades e atores no campo político, a diversificação na produção e no padrão de distribuição da população provoca modificações na paisagem.

Dentre os aspectos negativos, ressaltam-se: as condições precárias de instalação, principalmente relativa ao acesso à água potável (o abastecimento ocorre na maioria dos casos por meio de poços artesianos) e as condições de saneamento, predominando o uso de fossas (sépticas e negras). Um dado importante, são os impactos relativos ao meio ambiente, em geral:

... as dificuldades para se procurar saídas alternativas de acordo com o ecossistema local e a total desconsideração com a sustentabilidade ambiental por parte dos responsáveis pelo desenvolvimento, colocam ao assentado somente o estoque de técnicas disponibilizado pela revolução verde (CARMO, 2003, p. 308).

Isto tem provocado diversos impactos ambientais negativos, embora se tenha observado que em regiões onde predominam a monocultura, a instalação de assentamentos

rurais provocou o redirecionamento da produção e a diversificação de culturas que promoveu, pelo menos parcialmente, a recuperação de algumas áreas. Segundo MEDEIROS e LEITE (2004, p. 34-35) é necessário:

Discutir os critérios de seleção de áreas a serem desapropriadas, a forma como elas foram divididas entre os assentados, a natureza da assistência técnica recebida pelo assentamento, como condição para não transformar os dados ambientais em naturais, fixos e externos à dinâmica social e política dos assentamentos

Sparovek (2003) em pesquisa realizada nos assentamentos de Reforma Agrária, implantados até o ano de 2001, ressalta os impactos econômicos, sociais e políticos dos assentamentos. Entre os impactos econômicos destacam-se a criação direta e indireta de empregos a baixo custo, aumento da oferta de alimentos e matérias-primas para o mercado interno, obtenção de divisas, e o aumento da arrecadação tributária (citando o caso da fazenda, Reunidas em Promissão). Dentre os impactos sociais, foram constatados a melhoria da qualidade de vida (moradia, educação, saúde, mortalidade infantil entre outros); aumento da renda monetária; redução da imigração rural-urbana; redução dos problemas urbanos (desemprego e segurança) e, também, redução da mão-de-obra de reserva nas cidades em que os assentamentos foram implantados; estabilidade familiar e aumento das manifestações culturais. Além do mais,

A tomada de consciência de sua cidadania, de seus direitos e deveres, torna os trabalhadores participantes ativos dos processos sociais, organizando-se na defesa de seus interesses. Essas transformações são evidentes nos assentados e quase sempre já se desencadeiam na própria luta pela conquista da terra. Em consequência, passam a interagir e pressionar as autoridades para que suas reivindicações sejam atendidas, tornando-se agentes políticos significativos em suas comunidades. Frequentemente, como consequência dessa transformação, são encorajados a se apresentar como candidatos a cargos eletivos, e não tem sido raros os casos de sucesso em eleições. A consequência maior é o surgimento de novos atores no cenário político que, via de regra, determinam uma nova agenda de discussões em que temas ligados ao bem-estar social e cidadania ganham destaque.

Não obstante, o superdimensionamento, dado por Sparovek, para a participação dos assentados na esfera política local, não podemos deixar de concordar que, de fato, a criação dos assentamentos tem levado a rearranjos nas forças políticas locais. Durante as eleições de 2006, foi comum ver os assentados da Comuna da Terra Milton Santos, bem como

militantes e dirigentes regionais, serem abordados por diversos candidatos, interessados não apenas nos votos, mas nas redes de relações daqueles em suas localidades e, também na práxis adquirida por eles.

A disseminação de assentamentos, principalmente, na segunda metade da década de 90, levou a uma maior discussão sobre os seus impactos, no entorno e sobre as relações estabelecidas dentro do assentamento, desde a forma de produção e comercialização até as novas formas de sociabilidade. Bergamasco e Norder (2005, p. 210) apontam para três características fundamentais na implantação de assentamentos, até o final da década de 90:

a) a instabilidade e descontinuidade nas políticas fundiárias governamentais; b) a presença de conflitos sociais, mobilizações, criação de acampamentos, manifestações, ocupações de áreas em disputa, etc. precedendo a implementação dos assentamentos, c) o atendimento de apenas uma reduzida parcela dos trabalhadores, ou seja, com pouca modificação na constituição do mercado de trabalho, com exceção, relativamente, de algumas regiões ou localidades específicas.

Por outro lado, os assentamentos são, também, locais de disputas de poder, envolvendo diversos agentes: organizações (como partidos políticos, igrejas, etc.), lideranças internas e externas, entre outros. Somam-se a estas relações as diferentes concepções de assentamento: as dos assentados, a do Estado e a do MST. Neste espaço de possibilidades, o MST busca que:

Todos os encaminhamentos e sugestões de organização de um assentamento são dados no sentido de construir o ambiente idealizado em suas publicações, um lugar harmônico, coletivo, bonito, de novos sujeitos, relações, com as famílias cooperando entre si, unidas na construção de uma nova sociedade. Contudo, a formação de um assentamento apesar de todos os critérios listados e repetidos, muitas vezes não ocorre deste modo. Mesmo que muitos persigam a organicidade e os critérios propostos, são caminhos que se fazem por si mesmos e que pressupõem trocas, disputas, hierarquias em seus avanços e recuos cotidiano (SILVA, 2004).

O MST possui uma forma de organização do acampamento e, posteriormente, do assentamento que é difundida desde o trabalho de base e durante todo o período que as famílias estão acampadas. Essa forma de organização está resumida no Caderno de Cooperação agrícola nº. 10, intitulado “O que levar em conta para a organização do assentamento” e possui como objetivo principal a construção de uma “consciência social

como produto do convívio e da participação social”, portanto “se esta estrutura social criada (acampamento) de fato funcionar, teremos um ‘laboratório de formar consciências sociais’”. (CONCRAB/MST, 2001, p. 9)

Para atingir o objetivo proposto acima, sete fatores deverão ser considerados. O primeiro deles é a manutenção do controle político sobre o projeto de assentamento e o corte da área, a divisão em lotes individuais ou coletivos, pois: “ele será o motor das discussões internas no acampamento e a ferramenta para garantir o que foi discutido e aprovado na base”. Outra questão que deve ser considerada é de que a escolha das famílias, a serem assentadas, deve se dar por grupos de famílias, considerando as afinidades adquiridas durante o processo de ocupação, como vimos anteriormente, o que evitaria a dispersão de famílias amigas. (CONCRAB/MST, 2001, p. 9)

O terceiro ponto é sobre o processo de titulação da terra que segundo orientações do movimento deve ser adiado ao máximo. Segundo o documento, quando os assentados obtêm o título da terra também são emancipados e consideram que o mais importante é ter a posse da terra para produzir, porque “na realidade só conseguiremos produzir se estivermos em cima da terra e, portanto, garantindo a posse dela. O título não interfere na vontade e na necessidade de produzir”. O documento sugere à necessidade de estabelecer-se um processo de titulação através do INCRA que resulte no Título de Concessão Real de Uso da Terra, permitindo seu uso durante 30 anos e sendo automaticamente renovado por mais 30 anos, salvo protesto de alguma das partes. Um detalhe interessante é a proposta de que sejam cadastrados homem e mulher no caso de casal o que garantiria “as mulheres um mínimo de dignidade e controle sobre o seu futuro e de sua família, ajudando a romper o típico machismo existente nos agricultores” (CONCRAB/MST, 2001, p. 10). No caso do Estado de São Paulo, a proposta da Comuna da Terra, que abordaremos mais detalhadamente adiante, é que os títulos da terra não sejam concedidos individualmente, devendo estes ser passados para todos os assentados, o que seria uma forma de evitar a evasão dos assentados e irregularidades no acesso a terra como a compra/venda de lotes.

O quarto refere-se à formação de núcleos de moradia ou núcleos habitacionais como alternativas à formação de agrovilas, orientadas pelo INCRA. Nos núcleos de moradia, “as casas permanecem em cima do lote, de forma que o parcelamento do assentamento permita uma aproximação das casas”. Já nos núcleos habitacionais, apesar das “casas estarem

agrupadas, em determinado local”, não estariam, necessariamente, nos respectivos lotes das famílias. Segundo o documento essa forma de organização permitiria sanar dois problemas presentes nas agrovilas: a distância entre a agrovila e o lote a ser trabalhado e as criações de animais pelos vizinhos que são apresentados pelos assentados como motivos de divergências. (CONCRAB/MST, 2001, p. 12)

O estabelecimento de núcleos de base como espaço onde deverão ser discutidos os problemas da comunidade assentada é ressaltado como forma de evitar o “assembleísmo” e possibilitar uma participação mais efetiva dos assentados nas discussões e decisões coletivas, sendo assim “a assembléia deverá ser apenas um local para o referendo das propostas”. Nesses núcleos de base, a participação das mulheres na coordenação é estimulada “buscando qualificar estas coordenações em vistas de apreendermos a realidade do assentamento como um todo” (CONCRAB/MST, 2001, p. 14).

Por último, vêm as orientações acerca da organização da produção e da cooperação agrícola. Deve ser realizado um Plano de Produção a ser discutido com as famílias, em conjunto com tudo que já foi enumerado anteriormente no qual se deve “aproveitar estas circunstâncias e propor formas de cooperação que ajudem as famílias a viabilizar a subsistência e a produção para o mercado”. Nesse plano estão também as orientações sobre assistência técnica que deverão, além de solucionar os impasses relativos a tecnologia e a produção, realizar o trabalho de organizador da comunidade e formador.

Outro ponto, destacado na cartilha “O que levar em conta para a organização do assentamento”, se refere ao controle do crédito: “(...) Não podemos abrir mão do controle político do crédito, pois ele é o alicerce que dará sustentação a este plano” e “deverá fortalecer a estratégia econômica, previamente estabelecida, no plano de produção e reforçar as formas de cooperação adotadas” (CONCRAB/MST, 2001, p. 15 a 17). O MST tem enfrentado inúmeras críticas a esse respeito. No ano de 2000, foram levadas à mídia inúmeras denúncias de corrupção que justificaram reorientações nas políticas governamentais para os assentamentos rurais e a extinção de várias cooperativas técnicas do movimento. Durante a pesquisa, acompanhamos as discussões acerca da implementação do fomento⁸⁷ no Pré

⁸⁷ Os principais créditos destinados aos assentados para a produção são: o fomento, destinado à compra de ferramentas e implementos necessários ao início da produção e a compra de suprimentos alimentícios, são divididos em duas parcelas; o custeio se destinado à produção de alimentos básicos, desde que “economicamente viáveis” e a aquisição de insumos agropecuários pelas cooperativas; os créditos destinados a investimentos, destinado à fundação e manutenção de culturas permanentes, a proteção e recuperação do solo, construção e

assentamento Milton Santos, nas quais foram estimuladas a aplicação em projetos coletivos e a destinação de uma contribuição simbólica para o movimento, entretanto apenas um pequeno grupo realizou a contribuição.

Todos esses itens devem ser discutidos desde o acampamento e intensificados no assentamento. Uma das recomendações é a paciência para atingir os objetivos das propostas, garantindo o processo de voluntariedade. Entretanto, durante o processo, poderá haver discordâncias em relação às propostas que são previstas no documento assim como a maneira que as lideranças deverão proceder:

Evidentemente que mesmo com todo esse processo participativo e com todas estas cautelas metodológicas, haverá famílias que discordarão da proposta. Estas famílias se apegarão em detalhes da proposta para desqualificá-la. No fundo, elas discordam dos princípios que norteiam o conteúdo político da nova forma de organização do assentamento. Nestes casos não haverá outro remédio. Teremos que tomar internamente a decisão de transferi-las para outro local, seja outro acampamento ou outro assentamento. (CONCRAB/MST, 2001, p. 25-26)

Dentre as propostas do MST que encontram maior resistência, está o modelo cooperativista em seus assentamentos. O Sistema de Cooperativas Agropecuárias do movimento se propõe a desenvolver a cooperação agrícola, ou seja, “um processo produtivo socialmente dividido”. A cooperação é vista como:

(...) uma ferramenta de luta, na medida em que ela contribui com: a organização dos assentados em núcleos de base, a liberação de militantes, a liberação de pessoas para a luta econômica e, principalmente, para a luta política (Caderno de Cooperação Agrícola Nº. 5, p. 21)

Os objetivos do SCA são bastante amplos e se estendem desde à organização da produção e inserção de produtos dos assentados no mercado, quanto a formação de complexos agroindustriais, maximizando o lucro, como sua função abrange também a formação política dos seus membros e manter a organicidade do grupo.

Em geral, a cooperação tem sido considerada um mecanismo eficaz para a viabilização econômica dos assentados:

ampliação de cercas e galpões, aquisição de animais de serviço, aquisição e instalação de máquinas além de recuperação de áreas degradadas e manejo sustentado de recursos naturais, entre outros.

A organização dos produtores assentados para comercializar coletivamente a produção permite melhorar as condições de negociação com outros agentes, na medida em que aumenta o volume de produto ofertado. Além disso, pode reduzir os custos de transporte ou viabilizar a entrega do produto em centros mais distantes. Essas iniciativas, embora presentes em vários assentamentos, envolvem menos de 15% do total de produtores. A participação das cooperativas na comercialização somente é significativa entre os assentados da região Sul do país, mas como a maioria destas cooperativas é de grande porte, acabam adotando um comportamento empresarial semelhante às agroindústrias e aos atacadistas (SANT'ANA et al., 2003, p. 247).

No entanto, parece haver um distanciamento entre as propostas políticas do movimento e o objetivo das famílias que consiste primordialmente: na conquista de um pedaço de terra. Poker (1999), em sua pesquisa sobre formas de cooperação em assentamentos de Reforma Agrária, organizados pelo MST conclui que:

Verifica-se com clareza uma dissonância gradativa entre o discurso da direção e dos militantes, e a fala da base e da massa nos assentamentos e acampamentos. Muito provavelmente, talvez seja essa a principal causa das mudanças de rumo do Movimento, servindo também para explicar a preocupação, sempre presente, de aperfeiçoar as metodologias de ação, tanto no processo de luta pela terra, nos acampamentos, quanto na implantação de práticas de cooperação nos assentamentos.

Durante o processo de acampamento/assentamento, o MST procura desenvolver atividades de formação com o intuito de ampliar a compreensão dos acampados/assentados para o processo de luta pela terra, enfatizando que a luta é mais ampla e não se encerra na conquista do assentamento. Muitos acampados acabam se identificando com o “projeto político”, do movimento, e acabam se transformando em novos militantes e em novas lideranças, contudo, esse processo de “conscientização” não atinge todos os acampados⁸⁸.

Para ABRAMOVAY (1994) o choque entre as concepções de vida almejadas na época do acampamento e as limitações objetivas apresentadas depois de assentados levaria a um “*desencantamento do mundo*”:

⁸⁸ O setor de formação estadual vem discutindo muito acerca da consciência, em alguns documentos do movimento parece que a consciência vai sendo adquirida aos poucos e de modo gradual, ou seja, passaria-se da consciência individual, para a consciência social e, em seguida para a consciência política. Contudo, a partir das contribuições dos estudos de Mauro Iasi, membro do Grupo 13 de maio e um dos colaboradores ou intelectuais “adotados” pelo movimento, a luta pode ser um instrumento de transformação da consciência, mas se não há uma transformação das relações sociais e de produção, há uma tendência a um retrocesso do processo de tomada de consciência.

E o que nós estamos vivendo e o que se vive na realidade dos assentamentos se implanta, estabelece-se o *desencantamento do mundo*, a realidade da sociedade capitalista, onde você tem mercado, dinheiro, desigualdade, despersonalização das relações econômicas e assim por diante. E sobretudo, trata-se de um mundo que tende a reduzir o peso da esfera comunitária local. (p. 316)

Nesse sentido, os sonhos e desejos da construção de um espaço social diferenciado local privilegiado de relações mais fraternas exaltadas no período do acampamento, são substituídas pelas exigências em relação ao desenvolvimento de assentados integrados ao mercado, de modo a garantir a viabilidade econômica dos assentados.

4.3.1. A Comuna da Terra: uma nova proposta de assentamento

No Estado de São Paulo vem sendo implementada uma nova concepção de Reforma Agrária: a Comuna da Terra e a Comuna Urbana. A premissa da proposta parte do princípio de que a Reforma Agrária poderia cumprir a função de uma Reforma Urbana: por meio do ‘remanejamento de parte da população’ e sua ‘redistribuição geográfica’.

A Comuna da Terra visa à construção de assentamentos próximos à cidade como uma estratégia para a massificação do MST, integrando o campo à cidade, e na perspectiva de uma autonomia política-organizativa. Para Delwek:

A Comuna da Terra não é um modelo de assentamento, é uma concepção de RA. Então é passar de uma concepção pra outra. É justamente a idéia de superar o assentamento feito pelo Estado. A CT trabalha muito mais com a lógica de uma autonomia da comunidade, autonomia economia e política, numa perspectiva de avanço. Ela é uma concepção que tem muito que ser construído por que a gente sabe que hoje não é importante a quantidade de terra. Isso é uma concepção minha, muito polêmica inclusive, não é muito importante quantidade de terra, mas qualidade de gente organizada. Quer dizer quanto mais gente a gente organizar é que é o importante, não a quantidade de terra que a gente vai conquistar. Até porque a gente não vai conquistar muitas mesmo, se o estado não vai fazer reforma agrária então se a gente tiver muita terra a gente vai ter muito problema. Então como é que de fato a gente busque uma experiência que a gente aumente a quantidade de gente participando? Dentro do assentamentos e fora do assentamentos, né. Criando essa relação campo-cidade por que a gente sabe que a maioria da população, dos trabalhadores estão na cidade (Delwek Matheus, direção estadual do Movimento)

Por meio da Comuna da Terra seria possível, também, iniciar um processo de “recampesinação” da população. Por esta razão, a Comuna da Terra possuiria alguns

elementos diferenciais em relação aos assentamentos antigos, nos quais a valorização da “comunidade” é enfatizada, buscando a construção de um espaço social e político comum:

Tem alguns elementos fundamentais o primeiro deles é a forma de propriedade da terra, posse da terra nós trabalhamos com a idéia da posse da terra socializada, a posse da terra não continua sendo posse do Estado, porque é um risco no estado também não dá pra confiar mas a gente precisa achar um meio termo para que a posse da terra seja coletiva ela pode ser em grupos em núcleos, comunidades, mas assim quer dizer a posse da terra tem que ser comunitária. A segunda questão é essa lógica da comunidade quer dizer você aproximar as pessoas em espaço social e político, porque o isolamento do camponês é que é um limite muito grande então assim quer dizer se a gente quer desenvolver as pessoas do ponto de vista social e político, precisa aproximar as pessoas, por que aí dá condições de organizar, então essa é a idéia da comunidade, aproximando as pessoas, para que a gente possa ter esse processo organizativo a partir desse convívio social e político. A questão então da produção, do modelo adotado de produção que na verdade os assentamentos antigos são muito dependentes do Estado, mas não somente do Estado, ele é dependente do modelo de produção convencional então a gente precisa mudar isso também e precisamos também trabalhar nessa lógica de buscar a independência e atuar nessa idéia de buscar uma forma de beneficiamento, de industrialização da produção e buscar um mercado direto, futuramente quem sabe um mercado de massa são coisa fundamental para diferenciar do modelo anterior cidade (Delwek Matheus, direção estadual do Movimento)

A proposta da Comuna envolve, ainda, a produção agroecológica, com o objetivo de tornar os assentados menos dependentes de insumos e fertilizantes agrícolas. Deste modo, se optaria pela adubação verde e por medidas de controle de pragas, por meio de elementos abundantes na localidade, como a cinza, urina de vaca, entre outros, que combinados em uma determinada proporção, servem como adubo e previnem o ataque de pequenos insetos. Além de garantirem a auto-sustentação em mudas e sementes, incluindo a geração de fontes de energia próprias.

Na foto seguinte, vemos Liormando José dos Santos e família preparando os produtos a serem comercializados na cidade. A produção não contou com incentivos governamentais e foi realizada sem insumos químicos:

Figura 6 – Colheita no Pré-assentamento Comuna da Terra Milton Santos, 2007



Foto: João Francisco Carlota

O Estado continua com um papel central no desenvolvimento das Comunas, pois para isso:

Deve-se ter os serviços de assistência técnica e de extensão rural do Estado que estarão voltadas para as prioridades da Reforma Agrária e para a implantação desse novo modelo tecnológico. Implementar pesquisas e técnicas agropecuárias que levem a um novo modelo adequando a realidade nacional e de desenvolvimento auto-sustentado, envolvendo universidades e a pesquisa participativa (MATHEUS, 2003, p. 46)

Esta é uma questão controversa na proposta, pois apesar de enfatizar a autonomia política e organizativa do MST, as Comunas da Terra ainda prevêm uma grande intervenção do Estado. Isto pode se tornar, inclusive, um limite para a atuação do MST, na medida em que sua relação com o Estado priorize a luta reivindicatória e a negociação, ao invés do caráter combativo das ações de contestação a ação estatal.

Nem todos os militantes conhecem/concordam com todos os elementos da proposta. Na opinião dos dirigentes da regional de Campinas, por exemplo, a quantidade de terra e o tamanho do lote continuam a ser fundamentais, pois é o que garantiria a sustentabilidade das famílias. Há uma preocupação de que estas famílias passem a trabalhar na cidade por não conseguirem se desenvolver e utilizem o assentamento apenas para moradia, o que seria um retrocesso à busca de emancipação destas do sistema capitalista e da construção de novas relações sociais, políticas e econômicas.

Ao mesmo tempo, os assentados demonstram uma grande preocupação em não conseguirem ter as condições materiais de manter a família no lote. O sonho de muitos assentados é trazer os filhos e os netos para morar no lote. É dar condições de vida e de trabalho para seus descendentes. Por esta razão, a pequena quantidade de terra pode ser um empecilho, pois, com o tempo, esta seria insuficiente para a manutenção de todos os membros da família, o que levaria à busca de alternativas de sobrevivência como o trabalho assalariado na cidade.

Esta proposta coaduna-se com os Projetos de Desenvolvimento Sustentável defendidos pelo INCRA. Os PDS foram criados pela Portaria Inteministerial nº. 01, do Ministério de Desenvolvimento Agrário e o Ministério do Meio Ambiente, de 24 de janeiro de 1999, e consiste na produção de alimentos mesclada com a produção florestal, por meio da implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF's) além do manejo destas áreas para a extração de essências, óleos, madeiras, palmito, etc. (JULIO, 2006).

Os SAF's vem sendo implementados, pioneiramente, nos assentamentos: Nova Esperança, em Euclides da Cunha; Mesquita em Pereira Barreto; Sepé Tiaraju, em Ribeirão Preto; Timboré, em Castilho/Andradina e na região do Pontal do Paranapanema, nos se buscasca-se a implantação de sistemas Silvo Pastoris.

4.4. Acampados/assentados versus militantes/dirigentes

A partir do exposto anteriormente, pôde-se concluir que o próprio movimento já possui uma proposta de organização da produção, durante a sua existência já acumulou uma série de experiências. Por outro lado, as políticas públicas elaboradas pelo INCRA,

impõem uma série de “determinações” a serem cumpridas, que também deverão ser consideradas, como a opção pela construção de agrovilas, facilitando o acesso à infraestrutura (água encanada, energia elétrica, estradas), à formação de uma instituição representativa, entre outros⁸⁹.

Em muitos casos, essas idealizações encontram como barreiras os próprios sujeitos da luta: os assentados. São várias as razões que levam as famílias a participarem de uma ocupação de terra, mas a principal delas é a de poderem concretizar seus sonhos com autonomia. D’INCAO e ROY (1992) apontam para algumas questões sobre o que leva as pessoas a lançarem-se na aventura da conquista de um pedaço de chão, através da Reforma Agrária e destacam o desejo de liberdade, ou melhor, o desejo de se libertarem das relações de dominação que mantinham com seus antigos patrões como um elemento decisivo.

Assim, do mesmo modo que as lideranças do MST e os técnicos estatais projetam suas expectativas nos projetos de assentamento, os assentados idealizam a construção deste espaço. Dona Madalena, ainda no período do acampamento, fala do seu sonho:

Eu sempre comento com o meu marido, ta chegando a terra, é um sonho, eu acho assim fazer uma coisinha simples, mas bem assim aconchegante, de madeira. (...) Meu sonho era fazê assim uma casinha simples, de madeira, um pomarzinho né, que eu sonho assim com um pomar, um belo jardimzinho que eu gosto muito de flores e depois plantá, bastante coisa pras visita que não acreditava né, que a gente ia conseguir... Tê bastante coisa pra ele levarem (D. Madalena, acampada do Terra Sem Males, atualmente assentada no Assentamento Sepé Tiaraju, Ribeirão Preto)

Ademais, alguns acampados oferecem resistências à organização do MST, principalmente em relação ao trabalho voluntário e o desenvolvimento de tarefas: “*A mesma coisa, é obrigado, cê tem que ir lá pro Pau D’alho fica lá duas semana, 15 dias*”. *É uma coisa que não ta falando se você pode ir, ta falando que tem, é obrigado a ir. Certo? Então é a mesma coisa de um animal arado*”(Garrado, acampado no Acampamento Terra Sem Males, por ocasião da sua desistência do Acampamento Mario Lago, em Ribeirão Preto). E continua:
. E continua:

⁸⁹ O cadastramento, por exemplo, é feito segundo certas normas técnicas que não contemplam as especificidades das famílias acampadas encontram-se entre os critérios de exclusão: o limite de idade, o fato de ser aposentado ou servidor público, apenas um dos conjugues pode ser cadastrado como titular em sua maioria o chefe da família, entre outros.

Se você falta uma vez na portaria, se não for na portaria duas vezes, três vezes, se você vai lá pra baixo é colocado no 'paredão' ⁹⁰ tem que ir embora. Então os cara, ninguém gosta disso. Eu acho que ninguém é obrigado a fazer o que não pode. Então, e outra eu nunca fui mas, fazê rapadura lá, diz que a gente é obrigado a ir lá, cada núcleo é obrigado a ir duas vezes por semana fazer rapadura, depois que termina de pagar a maquinagem que eles compraram tem direito de 7 rapaduras, essas rapadura não podia trazê pra casa, tinha que ficar lá na loja, deixar, quando vendesse pegar o dinheiro disso. Sete rapadura a R\$ 2,00 reais vai dá 14 conto. Demora 10 meses, um ano lá pro ce poder vender pra pega 14 conto. É desaforo, não é não? Se você vai lá, se ta trabalhando mesmo, tomou um copo de garapa lá, os cara te xinga. Então é por isso que os pessoal ta desanimado, né? Desanimaro e vão embora.

Os acampados reclamavam, principalmente, do fato de ter que se “sujeitar” ao que fora determinado pela militância. Num outro momento, durante a realização de uma reunião, para discussão da criação de uma Associação no Pré-assentamento Milton Santos, um dos assentados perguntou: “mas depois que formar a associação, a gente vai ter que consultar os líderes aqui do assentamento pra decidir alguma coisa?”. Esta indagação explicita o desejo das famílias de tomarem suas próprias decisões. O processo de discussão sobre a destinação dos recursos do fomento, contou com a mediação dos militantes e dirigentes regionais, houve momentos de tensão quando da sugestão da compra de um trator que poderia vir a ser utilizado nas mobilizações do movimento. A maioria dos assentados discordava. Nesta ocasião, ficou nítido o distanciamento entre a finalidade do uso do trator para o militante e para os demais assentados.

Às resistências das famílias, em aderir às propostas do Movimento, principalmente, em relação ao trabalho coletivo e cooperado, são explicadas pela maioria dos militantes do movimento como relacionadas à cultura e a ideologia dominante, ou ainda, ao nível de consciência:

Nós temos, é claro, muita dificuldade porque tudo o conjunto da sociedade capitalista que nós vivemos, ela funciona numa outra perspectiva de leva as pessoas a acreditá só no indivíduo, né? Pra não gosta de tal união, da organização, da coordenação, do conjunto pra dirigir as coisas. Então toda a estrutura, né? Os meio de comunicação, o próprio funcionamento do processo da educação escolar, o processo de como a sociedade se organiza e incentiva o processo de vida das pessoas é contraditório com aquilo que o MST prega (Lourival, dirigente estadual do MST)

⁹⁰ Referência as assembleias convocadas para avaliar a conduta de acampados e seu possível afastamento

Uma das dificuldades que nós enfrentamos, pra ser mais específico, é que a gente tem trabalhado com um público que sempre foi discriminado, que sempre foi jogado lá no canto, que nunca foi prioridade, um público bastante sofrido, um público que foi sempre educado, principalmente na questão do individualismo. Esse é um dos grandes problemas que nós temos: o ser humano ser muito individual. Foi educado desde cedo pra ser individual (Cledson, Dirigente Estadual e membro da Coordenação Nacional do Movimento).

O Caderno de Cooperação Agrícola nº. 07 que trazia justamente como título “Como enfrentar os desafios da organização nos assentamentos” apresenta os principais desafios relacionados à organização dos assentamentos, subdivididos em quatro tipos: desafios relacionados a aspectos ideológicos, desafios políticos e desafios econômicos. Entre os desafios considerados ideológicos foram ressaltados: “o nível de consciência social de nossa base” e os “desafios relacionados com aspectos organizativos” que envolviam “o desconhecimento, falta de debate e estudo sobre as linhas políticas do MST, sobre as linhas do SCA entre as lideranças e dirigentes dos assentamentos. Falta de método de trabalho, para organizar a base, para articular os assentamentos no município e na região” (1998, p.27-28).

Dentre os desafios apresentados, destacam-se os relacionados à concepção e prática dos militantes, considerados como desafios de ordem política, como: a necessidade de entender os assentamentos, como um núcleo social de convivência entre as pessoas; a prática de relações clientelistas; incapacidade de estimular e organizar estruturas sociais de base, falta de envolvimento dos assentamentos e de suas “lideranças” com a sociedade local; limitações de relacionamento com o mercado (que deveriam ensejar novas relações com a sociedade civil) e a falta de desenvolvimento de atividades de modo a dinamizar a vida cultural dos assentamentos (1998, p. 27).

Em geral a falta de participação dos assentados é considerada como uma falha do processo de formação política destes, ainda na época do acampamento. Acrescentando-se a falta de inserção de lideranças do movimento no assentamento e o fato dos assentados “individuais⁹¹” não se sentirem membros do MST, o que seria resolvido através de uma mística mais adequada à realidade social desses assentados, envolvendo a religiosidade e aspectos culturais que viriam a desenvolver o sentimento de pertença à organização do MST e a exaltação de valores como a solidariedade, companheirismo, boas relações pessoais e afetividade.

⁹¹ Os assentados individuais seriam aqueles que não constituiriam a “base” do MST, ou seja, aqueles que não se identificariam com as propostas políticas do movimento e que não se consideram parte deste.

A questão da organicidade tem sido um tema recorrente no MST, uma das grandes preocupações é o que fazer para manter os assentados organizados. Durante o período do acampamento as famílias costumam manter-se organizadas, embora haja diversos momentos de conflito, o MST é considerado como um “meio” para se alcançar a terra, além do que no acampamento é mais fácil para os militantes manterem o controle do território, visto que as famílias, na maioria dos casos, encontram-se longe das suas cidades de origem. Acresce-se a isto, que há uma situação de grande instabilidade, na qual as famílias temem serem excluídas do acampamento. Com a implantação do assentamento e a homologação pelo INCRA, ou seja, o reconhecimento destas como beneficiárias de um Projeto de Reforma Agrária, as famílias passam a considerar sua situação como irreversível e tendem a se tornar mais “críticas” em relação aos militantes. Para Souza (1999, p. 52):

O momento da conquista da terra revela a retomada de valores relacionados a liberdade, autonomia, não-submissão. Assim, os sem-terra/assentados constroem uma análise diferenciada da realidade, questionando as atitudes de lideranças do MST, as propostas e experiência de coletivização, bem como o papel dos técnicos e agrônomos, dos agentes intermediários na comercialização dos produtos agrícolas.

A forma de organização do assentamento, bem como de transmissão e circulação de informações consistem num mecanismo que acaba por isolar/segregar/estratificar os assentados em grupos. Embora se enfatize que todos possuem as mesmas oportunidades, de fato, apenas alguns são convidados a participar de algumas atividades e os procedimentos para o convite, a indicação, tornam esta escolha pouco transparente. O principal critério observado tem sido a disponibilidade em “contribuir” com o Movimento, visto que é preciso se ausentar do acampamento por dias ou meses.

Os espaços de tomada de decisões no acampamento consistem na: Assembléia Geral (que já explicamos anteriormente), Coordenação do Acampamento e Reuniões de Núcleos. A Assembléia Geral conta com a participação de todos os assentados e costuma ser convocada, extraordinariamente, para repassar informações gerais ou para decidir/ratificar alguma decisão importante. A Coordenação do Acampamento e os Núcleos se reúnem semanalmente. Na Coordenação do Acampamento, geralmente, são discutidos os problemas do dia-a-dia do Assentamento, dos mais diversos níveis, desde problemas de relacionamento entre marido e mulher e entre vizinhos, até questões como a falta de suprimento de água, a

destinação do lixo, destinação de doações, organização de grupos para reivindicações junto ao INCRA, as prefeituras, etc. Algumas questões são levadas para serem discutidas nos núcleos, enquanto outras são resolvidas na própria coordenação.

Os núcleos de famílias servem, basicamente, como o canal de diálogo entre os militantes e a base assentada. As informações gerais são repassadas pelos dirigentes estaduais e militantes para os coordenadores do acampamento que as repassam para os demais assentados, como vimos anteriormente. Esta forma de estruturação, vertical e hierarquizada, serve como filtro para o tipo de informação que deve ser transmitida/discutida com os assentados.

Observa-se também que, quando se refere aos problemas internos, como “desvios de conduta” estes são cuidadosamente tratados na coordenação e não são levados para a assembléia (a menos que seja necessária uma ratificação pelos assentados) ou para as reuniões do Núcleo. Acresce-se a isto, o fato que há um grande número de decisões, principalmente as consideradas de ordem política, que não passam por estas instâncias. Como ressalta Michels à medida que uma organização tende a se tornar cada vez mais complexa se torna cada vez mais difícil consultar a base sobre cada questão, além de que: “...seria uma grande perda de tempo querer consultá-la sobre cada questão, chamá-la a emitir uma opinião que, devido às circunstâncias, não passaria de sumária e incerta” (1982, p. 27). Sendo assim é comum ver/ouvir nos noticiários representantes do MST, como João Pedro Stédile, se posicionarem a respeito dos mais variados temas de interesse da organização.

Ressalta-se ainda, a atuação dos militantes/dirigentes, maioria destes está em constante movimento, seja em reuniões com aliados, com políticos da região, ou com os demais militantes; seja em reuniões ou cursos de formação estaduais. Este fato também encerra uma grande diferenciação entre acampados/assentados e militantes/dirigentes. A liberdade de locomoção destes últimos, em contraposição com a imobilidade dos primeiros, associados aos diversos espaços em que transitam colaboram para uma diversidade de acúmulo de conhecimentos e experiências que os destacam em relação à base.

Além de que pressupõe outras formas de sociabilidade e de um outro modo de vida, que está parcialmente desconectada das formas de reprodução da base, como a luta diária pela sobrevivência. A reprodução e a facilidade de locomoção são garantidas pelo movimento, não se constituindo numa preocupação individual, mas coletiva. A participação

em eventos nacionais e internacionais é avaliada de acordo com os objetivos da organização e garantida por esta.

Contudo, gostaríamos de salientar, que a participação em uma organização como o MST leva a uma modificação em relação à forma como os indivíduos se vêem e se relacionam com o mundo, gerando uma série de aprendizados. Um exemplo disso foi à organização de um grupo, dentro do Acampamento Mario Lago. Inicialmente, o Grupo de Campinas, como é mais conhecido, e mais uns acampados, resolveram realizar um protesto no acampamento e se declararam como um acampamento independente. Ergueram uma bandeira branca e passaram uma faixa delimitando a área ocupada por eles com uma portaria, o grupo era liderado por um ex-acampado, do Acampamento Terra Sem Males. O acontecimento surpreendeu os dirigentes regionais, que temiam as repercussões do caso na imprensa ou a ida destes acampados para o outro lado, onde havia um acampamento do MLST.

Após uma reunião envolvendo militantes de Campinas e de Ribeirão Preto, foi acordado que se abriria um canal de diálogo nos núcleos e que, a partir dali, haveria algumas mudanças. Os acampados solicitavam, dentre outras coisas, a liberação para que caminhões entrassem no acampamento para que os acampados pudessem negociar seus produtos com os atravessadores e questionavam os “abusos” cometidos por alguns militantes dentro do acampamento, solicitando uma avaliação destes. Depois de mais de seis meses, o grupo voltou a se dissociar do acampamento e constitui, no momento, um acampamento a parte com cerca de 20 famílias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao traçarmos um breve histórico sobre a questão agrária no país e em São Paulo, acreditamos que esta é uma questão ainda a ser debatida, embora vários estudiosos tenham considerado como uma questão encerrada. Ademais, os acampamentos, que se multiplicam, e os diversos assentamentos rurais criados nos últimos anos, têm-se constituído em experiências singulares que merecem um maior aprofundamento, bem como os atores que emergem nestes espaços. Elencamos como ator principal, nessa tese o MST, englobando seus quadros de direção e sua base social: os acampados e assentados, pela relevância política de sua atuação nas duas últimas décadas e, também, pela riqueza de experiências e práticas desenvolvidas.

O MST, ao longo de sua trajetória política, desenvolveu uma estrutura organizativa, extremamente eficaz, e uma série de práticas e estratégias balizadas por uma visão social de mundo que constituíram uma cultura política, que lhe é própria, embora preserve elementos e influências tanto do movimento socialista, quanto da Igreja Católica. Observa-se uma tendência à incorporação de novas práticas, que aos poucos vão substituindo as anteriores, na medida em que há certa renovação de quadros, o que não ocorre sem conflitos.

Contudo, de modo geral é marcante a constituição de quadros políticos, cada vez mais profissionalizados, nas direções e secretarias do movimento, gerando uma espécie de especialização da atividade de militância política. Na medida em que há uma maior especialização/profissionalização dos militantes ocorre um maior afastamento da base acampada e assentada.

A maioria dos quadros atua no movimento há vários anos, sendo realocado de uma tarefa/cargo a outra (o), dedicando-se integralmente às atividades do movimento, que são custeadas pela própria organização por meio de convênios, projetos e parcerias, com entidades governamentais e não governamentais, nacionais e internacionais.

Pudemos observar que, em certa medida, a sua longevidade no plano político se deve a esta estrutura organizativa e a “profissionalização” dos seus quadros de direção, que lhe garantem a autoridade política, personificada em suas principais lideranças. Acresce-se a

isto, o fato de que o movimento encontra-se articulado nacional e internacionalmente por redes que lhes dão apoio e sustentação política e, por vezes, econômica.

Os militantes/dirigentes estão submetidos a uma série de princípios e linhas políticas que garantem a unidade do movimento, que estão contidas nas cartilhas de formação do movimento e são transmitidas nos cursos de formação. Por meio destes mecanismos são estipulados também os critérios de delegação e avaliação das tarefas e, também, as principais qualidades de um “bom” militante em oposição aos “vícios” que devem ser combatidos. A conduta do militante é observada pelos demais membros e é um fator indispensável para sua “indicação” em tarefas de maior nível de complexidade e responsabilidade, subtende-se que sejam tarefas/cargos de maior status dentro da organização. Geralmente, estas tarefas permitem o deslocamento do acampamento/assentamento e a circulação em outros espaços do movimento e fora.

A estrutura organizativa do movimento, embora fundamentada no “centralismo democrático”, estabelece diferenças entre os militantes e os dirigentes, por meio dos espaços de decisão, que estão distribuídos hierarquicamente nas instâncias e, por meio do qual, se mantém o controle das informações, que são transmitidas de uma instância a outra. Essa forma de distanciamento e de controle das informações e das decisões, também são reproduzidas nos acampamentos e assentamentos, o que não ocorre de modo passivo. Em diversos momentos foi possível perceber resistências às idéias e propostas de militantes/dirigentes.

Observamos que os acampados se mantêm mobilizados em torno das atividades do movimento, pois acreditam ser um meio para conquistar a terra, já que é por meio do movimento que estão no acampamento e que são os militantes/dirigentes que detêm, na maioria das vezes, o domínio do território e das formas e estratégias de organização. O acampamento é um terreno riquíssimo para o desenvolvimento de novas sociabilidades e, por meio das lutas por direitos, as famílias, que na maioria dos casos se encontravam marginalizadas, acabam percebendo a importância da organização e das mobilizações para conquistar direitos fundamentais, desde a água até a luta por educação e por saúde. Dos acampamentos surgem novos personagens políticos que freqüentemente passam a ser atuantes na região no qual se encontram e, alguns, passam a “militar” no movimento.

No assentamento, há uma menor participação política. É comum os assentados se restringirem aos cuidados com a família e o lote e não participarem, ativamente, das atividades do movimento. Entretanto, como no assentamento também há reivindicações a serem atendidas pelo Estado, como as relacionadas ao acesso a créditos e ao refinanciamento de dívidas, é comum ocorrer mobilizações específicas em torno destas pautas. As famílias se mostram mais resistentes às intervenções da militância, preferindo constituir grupos de afinidade para resolverem alguns problemas da comunidade. A militância, por sua vez, acaba permanecendo menos tempo nos assentamentos, envolvendo-se em novas ocupações e atividades, que geram novas demandas, sempre difíceis de atender graças ao número, embora grande, limitado de militantes.

Acreditamos que a formação política buscando a “elevação do nível de consciência” como idealizada pelo movimento, seja não apenas difícil de ser mensurada, quanto mais limitada pelas condições objetivas a que as famílias estão submetidas. A maioria delas precisa se ater a formas de garantir a sua sobrevivência e sua reprodução, que é mediatizada, mesmo no assentamento, pelas relações sociais de produção capitalista, cuja lógica é completamente diversa, da que se almeja nas cartilhas de cooperação agrícola da CONCRAB/MST.

Por outro lado, estas relações sociais não podem ser entendidas como estanques e distanciadas da própria dinâmica social, que acabam por produzir arranjos e rearranjos nas estruturas organizativas, novas invenções nas formas de organização e novos sujeitos. Às relações estabelecidas, emergem novas relações ainda marginais ou submersas que permitem aludir para novas experiências de transformação social.

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. O mundo desencantado dos assentamentos. IN: MEDEIROS, Leonilde et al. **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1994, p. 313-320.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Reforma agrária, desenvolvimento capitalista e democracia**. IN: LEAL, Laurindo. **Reforma Agrária da Nova Republica: contradições e alternativas**. São Paulo: Cortez: EDUC, 1985.

ALENCAR, Raildo Silva de. **Assentamento rural: conflitos internos e a territorialização do MST – um estudo de caso**. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo. São Paulo.

ANDRADE, Manuel Correia de Andrade. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. São Paulo: Atlas, 1986.

ANDRADE, Manuel Correia. **Nordeste: A Reforma Agrária ainda é necessária?** Recife: Guararapes, 1981.

ANDRADE, Márcia Regina de Oliveira. **A formação da consciência política dos jovens no contexto dos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra**. Campinas-SP: [s.n.], 1998.

ARAÚJO, Márcio José da S. **O Novo Mundo Rural: desenvolvimento rural com base na expansão da agricultura familiar**. Jun. 2000 (mimeo).

AZEVEDO, Fernando A. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BASTOS, Elide Rugai. **As Ligas Camponesas**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1984.

BERGAMASCO, Sonia. Assentamentos rurais: reorganização do espaço produtivo e processos de socialização mundo desencantado dos assentamentos. IN: MEDEIROS, Leonilde et al. **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 1994

BERGAMASCO, Sonia M.; NORDER, Luís A. Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luiz Antonio Cabello. **A alternativa dos assentamentos rurais: organização social, trabalho e política**. São Paulo: Terceira Margem, 2003.

BERGAMASCO, Sonia Maria P.P; NORDER, Luis Antonio Cabello. Assentamentos e assentados no Estado de São Paulo: dos primeiros debates as atuais reflexões. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, São Paulo; v. 33, n. 2, p. 203-225,

ago./dez.2005.

BERGAMASCO, Sonia Maria P. P.; NORDER, Luiz Antonio Cabello. Assentamentos e assentados no Estado de São Paulo: dos primeiros debates as atuais reflexões. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, ano 2, v. 33, ago.-dez.2006, p. 203-226.

BRANFORD, Sue; ROCHA, Jan. **Rompendo a cerca: a história do MST**. São Paulo: Casa Amarela, 2004.

BRUNO, Regina. **Senhores da terra, senhores da guerra**. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1997.

CALDART, Roseli S. **Pedagogia do movimento sem terra: escola é mais do que escola**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CARMO, Maristela Simões do. Assentamentos rurais em São Paulo e a agricultura sustentável em um enfoque de redirecionamento de perspectivas. In: BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira, AUBRÉE, Marion e FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta (Orgs.). **Dinâmica familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas, SP: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara: UNIARA; São Paulo, SP: INCRA, 2003.

CARVALHO FILHO, José Juliano de. Política Agrária do governo FHC: desenvolvimento rural e a Nova Reforma Agrária. IN: LEITE, Sérgio (Org.). **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2001, p. 193-223.

CARVALHO, Horácio Martins. A emancipação do movimento no movimento de emancipação social continuada (resposta a Zander Navaro). IN: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 233-259.

CASTELLS, Alicia Norma González de. A ritualização dos valores do MST. IN: Educação em Movimento na luta pela terra. Florianópolis: NUP/CED, 2002, p 249-268.

MARCON, Telmo. Influência Político-pedagógica do acampamento Natalino no MST. IN: Educação em Movimento na luta pela terra. Florianópolis: NUP/CED, 2002, p. 41-67.

CENSO DA REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL, I . **Relatório Final**. Brasília, DF: Unb/Dataunb, 1997.

CHAVES, Christine de Alencar. **A marcha nacional dos sem-terra: um estudo sobre a fabricação do social**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, Núcleo de Antropologia da Política, 2000.

COLETTI, Claudinei. **A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto**. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

COLETTI, Claudinei. Ascensão e refluxo do MST e da luta pela terra na década neoliberal.

Ano 9. v.1 . **Idéias: Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas**, UNICAMP. Campinas, 2002, p 49-104.

COLETTI, Claudinei. A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciência Política. Universidade Estadual de Campinas. 299 p.

COMPARATO, Bruno Konder. **A ação política do MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

COSTA, Cyra Malta Olegário da. **Processo organizativo em assentamentos rurais**: um olhar sobre a fazenda Pirituba. 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola), Faculdade de Engenharia Agrícola Universidade Estadual de Campinas. 143 p.

VIOTTI DA COSTA, Emília. Política de terras no Brasil e nos Estados Unidos. IN: **Da monarquia à república**: momentos decisivos. São Paulo: Editorial Grijalbo, 1977.

D'INCAO, Maria da Conceição; ROY, Gerard. **Nós, cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1995

DE CARLI, Gileno. **História da Reforma Agrária**. Brasília: Gráfica Brasileira, 1985.

DOMINGOS NETO, Manuel. O Novo Mundo Rural. In: MARTINS, Mônica Dias (org). **O Banco Mundial e a terra**: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004, p.27-39.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo, 2007, mimeo.

FERNANDES, Bernardo Mançano .**Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. São Paulo, 2006, mimeo.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST**: formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, Bernardo Mançano et all. Inserção sociopolítica e criminalização da luta pela terra: ocupações de terra e assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema – SP. In: BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira, AUBRÉE, Marion e FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta (Orgs.). **Dinâmica familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas, SP: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara: UNIARA; São Paulo, SP: INCRA, 2003.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Reforma Agrária e movimentos sociais no campo. IN: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2003.

FERREIRA, Brancolina, SILVEIRA, Fernando G.; GARCIA, Ronaldo C. A agricultura Familiar e o PRONAF: contextos e perspectivas. IN: **Políticas Públicas e Agricultura Familiar**. São Paulo: IPEA, 2001.

FORMAN, Shepard. Camponeses: sua participação no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GAIÃO, Wilmar Roberto. **Negócio de acampar prá pegar terra é prá cabra macho – Construção social do lugar de militância política no MST: uma discussão de gênero**. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande.

GARCIA, Afrânio. **O Sul: Caminho do roçado. Estratégias de reconversão camponesa e transformação social**. São Paulo Marco Zero; Brasília, DF: Editora da UnB: MCT-CNPQ, 1989

GERMER, Claus. A irrelevância prática da agricultura “familiar” para o emprego agrícola. IN: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 31, nº. 1, jan.-abr.2002, p. 47-62.

GOHN, Maria da Glória. **Mídia, terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOMES DA SILVA, José. **A Reforma Agrária na virada do milênio**. Campinas-SP: Edição ABRA, 1996.

GOMES DA SILVA, José. **Buraco Negro: A Reforma Agrária na Constituinte**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. **A questão Agrária Hoje**. 3 ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p.15-44.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. Coleção Pesquisas 1. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Para entender o PNRA**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GRAZIANO NETO, Francisco. **A tragédia da Terra**: o fracasso da Reforma Agrária no Brasil. São Paulo: Iglu/FUNEP/UNESP, 1991.

GRZYBOWSKI, Cândido. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; CARDIN, Sílvia Z. **Novo retrato da agricultura familiar**: o Brasil redescoberto. Brasília, DF: INCRA/FAO, fev. 2000.

GUILHERME VELHO, Otávio. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. Rio de Janeiro: Difel, 1976.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IANNI, Octávio, **A luta pela terra**: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1979.

IBASE. **Os donos da terra e a luta pela Reforma Agrária**. Rio de Janeiro: Editora Codecri, 1984.

INCRA. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**: paz, produção e qualidade de vida no meio rural. Brasília, DF, 2004.

INCRA. **Manual Operacional do PRONAF**. Brasília, DF, 1999.

INCRA. **PROCERA/LUMIAR Normas de Administração, Gerais e Operacionais**. Brasília, DF, 1998.

INCRA. **Biodiesel**: o novo combustível do Brasil. São Paulo, SP, 2006.

ITESP. **Construindo o futuro: política de investimentos em assentamentos rurais, seus custos e resultados. Cadernos do ITESP**, v. 10. São Paulo: ITESP: Páginas & Letras, Editora Gráfica, 2000.

JULIO, Jorge Eduardo. **Dinâmicas regionais e questão agrária no estado de São Paulo**. São Paulo: INCRA, 2006.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LEITE, José Ferrari. **A ocupação do Pontal do Paranapanema**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

LEITE, Sérgio Pereira. **A face econômica da Reforma Agrária**: estado e assentamentos rurais em São Paulo na década de 80. Itaguaí-RJ: 1992. Dissertação (Mestrado em

Desenvolvimento Agrícola). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

LEITE, Sérgio Pereira; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde; PALMEIRA, Moacir; CINTRÃO, Rosângela (coords.). **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Ed. UNESP (Co-editora e distribuidora), 2004.

LEITE, Sérgio. Reforma Agrária no Brasil: ontem e hoje. **Revista Universidade e Sociedade**, ano v, n. 9, p. 17-19, out. 1995.

LENIN, V.I.. Que fazer?. São Paulo: Hucitec, 1978.

LENZ, Matias M. (coord). **A Igreja e a propriedade da terra no Brasil**. São Paulo: Edições Loyola, 1980.

LIMA, Edvaldo Carlos de. **Os movimento sociais de luta pela terra e pela reforma agrária no Pontal do Paranapanema (SP)**: dissidências e dinâmica territorial. 2006. Presidente Prudente-SP: 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita. Presidente Prudente-SP.

LINHARES, Maria Yeda; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. **Terra prometida**: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LOERA, Nashieli Rangel. **A espiral das ocupações de terra**. São Paulo: Polis; Campinas, SP: CERES – Centro de Estudos Rurais do IFCH – UNICAMP, 2006.

LOWY, Michael. Ideologias e ciência social: elementos para uma análise marxista. 10 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MARQUES, Maria Inez Medeiros. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade. IN: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção da justiça social. São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2003.

MARTINS, José de Souza (coord.). **Travessias**: a vivência da Reforma Agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MARTINS, José de Souza. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petropólis: Vozes, 1984.

MARTINS, José de Souza. **A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”**. São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, José de Souza. **Caminhada no chão da noite**: emancipação política e libertação dos movimentos sociais do campo. São Paulo: Hucitec, 1989.

MARTINS, José de Souza. **Reforma Agrária**: o impossível diálogo. São Paulo: Edusp, 2000.

MARTINS, Mônica Dias. **Aprendendo a participar**. In: O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004, 61-74.

MARX, Karl. El campesinato como classe. IN: SHANIN, Teodor. **Campesinos y sociedades campesinas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979, p. 207-213.

MASSELLI, Maria Cecília. **Extensão Rural entre os Sem-terra**. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1998.

MAURO, Gilmar. O significado da Reforma Agrária para os movimentos sociais. IN: OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Paz e Terra/Casa Amarela, 2003.

MATHEUS, Delwek. Uma outra concepção de assentamento de Reforma Agrária: a Comuna da Terra. Universidade de Juiz de Fora, Trabalho de Conclusão do Curso de Realidade Brasileira, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Servolo e LEITE, Sérgio (Org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: Processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. **Movimentos sociais, disputas políticas e Reforma Agrária de mercado no Brasil**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRJ e UNRISD, 2002.

MEDEIROS, Leonilde Servolo. Reforma agrária nos anos 90. **Universidade e Sociedade**, ano v, n. 9, p. 24-17 out. 1995.

MEDEIROS, Leonilde; BRUNO, Regina. **Percentuais e causas de evasão nos assentamentos rurais**. Brasília, DF: INCRA/FAO, n.º 9, 2001.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Coleção Pensamento Político. Brasília: Editora da UnB, 1982.

MINC, Carlos. **A reconquista da terra: estatuto da terra, lutas no campo e Reforma Agrária**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

MOLINA, Mônica Castagna. **A Reforma Agrária e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: a reinvenção do futuro**. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Campinas.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MULLER, Geraldo. São Paulo: o núcleo do padrão agrário moderno. IN: STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária hoje**. 3ª. Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

NAVARRO, Zander. O MST e a canonização da ação coletiva (resposta a Horácio Martins Carvalho). IN: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 261-281.

NAVARRO, Zander, MORAES, Maria Stela, MENEZES, Raul. Pequena história dos assentamentos rurais no rio Grande do Sul: formação e desenvolvimento. IN MEDEIROS, Leonilde e LEITE, Sérgio (orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre-RS: Editora da Universidade/UFRGS/CPDA, 1999, pág. 19-68.

NAVARRO, Zander. Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem terra no Brasil. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 189-232.

NAVARRO, Zander. Sete teses equivocadas sobre as lutas sociais no campo, o MST e a reforma agrária. In: João Pedro STÉDILE (org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 120-121.

NEVES, Delma Pessanha. **Assentamento rural: reforma agrária em migalhas: estudo do processo de mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis**. Niterói: EDUFF, 1997.

NORDER, Luiz Antonio Cabello. **Políticas de assentamento e localidade: os desafios da reconstituição do trabalho rural no Brasil**. 2004. Tese (doutorado em Ciências Sociais) Universidade de Wageningen.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A “Não Reforma Agrária” do MDA/INCRA no governo Lula. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, ano 2, v. 33, ago.-dez.2006, p. 165-202.

ORTIZ, Sutti. Reflexiones sobre el concepto de la “cultura campesina” y los “sistemas cognoscitivos campesinos”. IN: SHANIN, Teodor. **Campesinos e sociedades campesinas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979, pág 298.

POKER, José Geraldo A. B. **Reinventando a vida: uma análise da metodologia empregada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) para implantar formas de cooperação em assentamentos de Reforma Agrária**. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo. São Paulo.

PRADO Jr., Caio. **A Questão Agrária**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RESENDE, Marcelo; MENDONÇA, Maria Luisa. A contra-reforma agrária no Brasil. In: MARTINS, Mônica Dias (org). **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004, p.75-82

RIBEIRO, Nelson de F. **Caminhada e esperança da Reforma Agrária: a questão da terra na Constituinte**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

- ROMEIRO, A et al. **Reforma Agrária – Produção, emprego e renda**: o Relatório da FAO em debate. Rio de Janeiro: Vozes, 1996
- RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de luta ou “coordenadoras de painelas”?**: As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília, DF: UNESCO, 2000.
- SANT’ANA, Antonio Lázaro; SIMÕES, Ana Cláudia; TARSITANO, Maria Aparecida Anselmo & COSTA, Silvia Maria Almeida Lima. Estratégias de comercialização e geração de renda em dois assentamentos da Região de Andradina (SP). In: BERGAMASCO, Sônia Maria Pessoa Pereira, AUBRÉE, Marion e FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta (Orgs.). **Dinâmica familiar, produtiva e cultural nos assentamentos rurais de São Paulo**. Campinas, SP: FEAGRI/UNICAMP; Araraquara: UNIARA; São Paulo, SP: INCRA, 2003.
- SANTOS, Raimundo; CARVALHO, Luis Flávio; SILVA, Francisco Carlos T. da (Org.). **Mundo Rural e Política**: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998.
- SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flávio C. (Org.). **Política e Reforma Agrária**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e Justiça**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.
- SAUER, Sérgio. **A terra por uma cédula**: estudo sobre a Reforma Agrária de mercado. In: MARTINS, Mônica Dias (org). O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004, 40-60.
- SCHERER-WARREN, Ilze et al. **Política e Reforma Agrária**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.
- SHANIN, Teodor. El campesinado como factor político. IN: SHANIN, Teodor. **Campesinos y sociedades campesinas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979, p.214-236.
- SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. A longa caminhada: a (re)construção do território camponês em Promissão. 1999. Tese (Pós-Graduação em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1986.
- SOUZA, Maria Antonia de. A formação da identidade coletiva: um estudo das lideranças de assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema. 1994. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP.
- SOUZA, Francisco de Assis Varela. **Reforma Agrária: da questão histórica nacional à implementação dos assentamentos rurais na Paraíba**. 1998. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

SOUZA, Maria Antônia. **As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST**. Campinas-SP: [s.n.], 1999.

SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000.

SPEHR, Christoph. Movimientos, corrientes, partidos políticos: las formas de lo político: conclusiones para las perspectivas de la izquierda hoy. **Reforma ou revolução? Para além do capitalismo neoliberal: concepções, atores e estratégias**. Fundação Rosa Luxemburg e Laboratório de Políticas Públicas da UERJ. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

STÉDILE, João Pedro. **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

TAPIA, Jorge Rubem Biton. **Capitalismo e questão agrária: um estudo sobre as alternativas para a Reforma Agrária no Brasil 1946-1964**. 1986. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas. Campinas.

TARELHO, Luiz Carlos. Da consciência dos direitos a identidade: os sem terra de Sumaré. 1988. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica. São Paulo.

VASQUEZ, Alberto Paulo. **Agricultores, companheiros, irmãos: estudo sobre cultura política e religião entre os assentados de Sumaré I**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo. São Paulo. 2002.

VINHAS, Moisés. **A terra, o homem, as reformas**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

WOLF, Eric R. Las rebeliones campesinas. IN: SHANIN, Teodor. **Campesinos y sociedades campesinas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979, p. 237-246.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

VEIGA, José Eli da. Reforma Agrária Hoje. IN: **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade.UFRGS, 1994.

ANEXOS

ANEXO I - Relação das principais Atividades do MST, das quais o pesquisador participou:

1. **Reunião do Trabalho de Base** (04 de abril de 2004). Foi lido um trecho da bíblia e iniciou-se um debate sobre a ocupação como uma forma legítima, pois a terra seria uma dádiva de Deus. Responsável.
2. **Manifestação em frente ao ITESP** (28 de abril de 2004). Manifestação contra a política do governo estadual
3. **Reunião do Trabalho de Base** (30 de maio de 2004). Foram destacadas pelos participantes as experiências no contato com a terra e a situação precária em que muitos se encontravam (falta de dinheiro de passagem para participar das reuniões, desemprego). Os militantes falaram sobre a questão agrária, mas o foco foi sobre o processo de acampamento e a organização do movimento.
4. **Primeira participação no Curso Realidade Brasileira** (15-16 de maio de 2004). Ver ANEXO II.
5. **Festa dos 20 anos do MST em Itapeva-SP (20 de junho de 2004)** Um mega evento realizado pelo MST, alto grau de organização, contou com a presença de apoios nacionais e internacionais, políticos, intelectuais e principais lideranças do movimento no país.
6. **Curso Realidade Brasileira (05 e 06 de junho de 2004)** - Participação na reunião da coordenação de brigada e na coordenação pedagógica. Discussão sobre os Clássicos da Revolução Brasileira: Caio Prado Jr. E Florestan Fernandes. Análise de conjuntura com Aleida Guevara.

7. **Assembléia de base** (26 de junho de 2004) Reunião com as famílias acampadas no Terra Sem Males para análise de conjuntura do Estado e das estratégias do movimento.
8. **Debate na Comuna da Terra Dom Tomás Balduino** (27 de junho de 2004), que faz parte da regional Grande São Paulo. Debate entre Gilmar Mauro e Curitiba (Representante do ITESP), participação de convidados da cidade.
9. **Discussão no acampamento Terra Sem Males sobre a ALCA** (03 de julho de 2004). Realizado no Acampamento Terra sem Males
10. **Curso Realidade Brasileira** (10 e 11 de julho de 2004) – Discussão sobre o livro Dialética da Dependência de Rui Mauro Marini. Não participei da análise de conjuntura.
11. **Curso de militantes de base** (31 de agosto a 01 de setembro de 2004). Realizado no Acampamento Terra sem Males. Foram discutidos temas como a sociedade brasileira e História do Brasil. Participação como assessora.
12. **Avaliação política da Região Metropolitana de Campinas** (01 de novembro de 2004). Avaliação realizada no Acampamento Terra Sem Males sobre as atividades do movimento no ano, principais dificuldades e estratégias para superá-las
13. **Curso Realidade Brasileira** (13 a 14 de novembro de 2004) – O tema foram as idéias socialistas no Brasil.
14. **Curso Realidade Brasileira** (11 a 12 de dezembro de 2004). Apresentação dos trabalhos de conclusão de curso. A maioria dos trabalhos não dispunha de uma grande reflexão teórica, mas denotavam a vivência destes autores no processo de luta havendo uma grande riqueza na troca de experiências.

15. **Inauguração da Escola Nacional Florestan Fernandes** (23 de janeiro de 2005). Este evento contou com a participação de políticos, representantes de entidades internacionais, membros de outros movimentos sociais, intelectuais ligados a questão agrária, entre outros. Houve uma ampla discussão posterior entre Heloísa Fernandes e José de Souza Martins sobre a Escola Nacional e o nome atribuído a ela
16. **Curso Realidade Brasileira** (09 a 10 de abril de 2005). Discussão sobre Movimentos Sociais. Levantamento dos temas para o trabalho de conclusão do Curso e atribuição de orientação. Foi enviado convite aos antigos assessores do curso para que estes auxiliassem no trabalho de Conclusão de Curso. Contudo, dos convidados só compareceram quatro pessoas, dentre elas, eu que aceitei orientar quatro trabalhos.
17. **Semana da Reforma Agrária** (18 a 22 de abril de 2005). Visitas a escolas e faculdades da cidade de Campinas, para discussão sobre questão agrária, Reforma Agrária e MST.
18. **Reunião na Secretaria do Regional do MST** (28 de maio de 2005). Discussão das atividades a serem realizadas: retomada das atividades da Semana de Reforma Agrária, retomada do trabalho de base para a constituição de um novo acampamento na regional e o Encontro dos Acampados a ser realizado em julho no Pontal do Paranapanema. Participaram da atividades membros do DCE de Letras da UNICAMP e do grupo Carlos Marighela, além de um vereador da cidade de Sumaré e militantes de outras regionais que estão atualmente dando apoio a secretaria, pois grande parte de seus militantes estão em Ribeirão Preto.
19. **XX Encontro Estadual do MST/SP** (14 a 17 de janeiro de 2005). Realizado no Acampamento Salete Strozake na cidade de Batais-SP. Ver Anexo III.
20. **Assessoria no Curso de Sociologia Rural sobre a teoria weberiana** (28 a 30 de

julho de 2005)

21. **II Encontro dos Acampados (julho de 2005)** Fazenda Santa Rita na cidade de Teodoro Sampaio. Região do Pontal do Paranapanema.
22. **III Encontro Nacional de Violeiros** (15 e 16 de outubro de 2005) – Ribeirão Preto
23. **Ocupação da Fazenda Malavazzi em Limeira** (12 de novembro de 2005) – Origem do Acampamento Milton Santos. Participei da constituição do acampamento entre os dias 12 e 15 de novembro.
24. **Assessoria no Curso de Sociologia Rural sobre Marxismo e Questão Agrária** (06 a 09 de fevereiro de 2006)
25. **Encontro Estadual da Militância** (17 a 20 de janeiro de 2006) no Centro de Formação Sócio-cultural e Agrícola Dom Hélder Câmara em Ribeirão Preto
26. **XXI Encontro Estadual do MST/SP** (17 a 20 de abril de 2006) Osasco
27. **Seminário de Formação Estadual** (23 a 24 de setembro de 2006) no Centro de Formação Sócio-cultural e Agrícola Dom Hélder Câmara em Ribeirão Preto. Esta atividade dividiu-se em duas etapas: a primeira delas contou com a participação de sindicalistas, estudantes e funcionários do INCRA onde se discutiu temas como a atualidade do capitalismo, que contou com o Prof. Marildo Menegatti da UFRJ, e a construção do Poder Popular com Gilmar Mauro, membro do Grupo de Estudos Estadual e Nacional e da Direção Estadual e Nacional do MST.
28. **Reunião MTST/SP** na cidade de Taboão da Serra
29. **Encontro Anual da Regional de Campinas** realizado nos dias 08 e 09 de dezembro na cidade de Campinas, onde foi realizada uma análise de conjuntura e um balanço da atividades da regional e do Pré-Assentamento Comuna da Terra Milton Santos e iniciou-se a discussão para a formação da Coordenação Regional e ampliação da

Direção Regional.

30. **Participação na Coordenação Pedagógica da Etapa Preparatória de Geografia Rural**, realizado na Escola Nacional entre os dias 23 de novembro e 09 de dezembro de 2006. A minha participação na Coordenação Pedagógica consistiu em contatar os assessores para as aulas preparatórias para o vestibular realizado pela Vunesp no dia 10 de dezembro e numa assessoria para a orientação e correção de algumas redações elaboradas pelos candidatos.
31. **XXII Encontro Estadual do MST/SP** (14 a 17 de dezembro de 2006) na Escola Estadual de Agroecologia Laudenor de Souza em Itaberá-SP, na Agrovila V do Assentamento Pirituba.
32. **Curso de Geografia Rural** (convênio INCRA/UNESP) monitoria e participação na Coordenação Pedagógica do Curso entre os dias 04 e 16 de fevereiro de 2007)

ANEXO II - Diário de Campo – Primeira participação do Curso Realidade Brasileira (15-16/05/2004)

O curso Realidade Brasileira é realizado na USP e conta com a participação de professores da própria faculdade.

As atividades deram início com uma mística: uma música ao fundo e todos os integrantes de mãos dadas. Um dos integrantes se posiciona ao centro e lê um poema. Após a leitura do poema os grupos se dispersam ordenadamente para suas salas.

O curso conta com duas turmas: a turma “Florestan Fernandes” e a “Caio Prado Jr”. A primeira em sua fase final e a segunda com cerca de 1/3 do curso já concluído. O objetivo do curso é formar quadros e conta com a participação de vários movimentos sociais como o MIRI, o MTST e outros. A formação se dá a partir da discussão sobre grandes personagens do cenário intelectual (daí o nome das turmas). Estes personagens são considerados “patrimônios” por suas contribuições teóricas e práticas acerca da realidade brasileira, mas principalmente pela postura política que adotaram.

O início das atividades da turma Caio Prado Jr se inicia com a apresentação da “educadora” que conduzirá as reflexões do livro com a turma. Ela conta com a participação de dois integrantes do curso para auxiliá-la com os equipamentos, coordenarem o tempo das atividades e passarem os informes da coordenação pedagógica.

A coordenação pedagógica faz o acompanhamento e a avaliação das atividades que são implementadas no curso e se reúne semanalmente com os coordenadores de brigada.

A turma Caio Prado Jr possui oito brigadas. As brigadas são grupos organizados com a finalidade de discutir e encaminhar propostas e executar tarefas tanto pedagógicas quanto organizativas. Cada brigada possui dois coordenadores que deverão se reunir semanalmente

com a coordenação pedagógica. Além desta função a finalidade da coordenação de brigada se constitui na organização das tarefas propostas pelo educador e pela coordenação pedagógicas, orientando as discussões, cronometrando atividades, etc.

Os encontros são realizados no segundo final de semana de cada mês, exceto as situações excepcionais como dia das mães, páscoa, etc.

No primeiro dia as atividades foram realizadas da seguinte forma: aula expositiva e apresentação de vídeos pela manhã e designação de atividades por brigada no período da tarde.

No período da manhã foi apresentada parte de um vídeo contendo a última entrevista concedida por Milton Santos, cuja obra “Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal” seria discutida.

Após o vídeo um breve intervalo, para o café, momento de integração entre as turmas, grupos conversando animadamente... Entretanto, apesar do clima de descontração após o tempo estipulado os grupos retornam ao auditório.

Assim que chegamos do intervalo a integrante do movimento, que havia negociado junto a coordenação pedagógica a minha participação no curso, pediu que eu não comentasse com os demais colegas que era uma pesquisadora, caso perguntassem deveria me identificar como membro da Direção Regional de Campinas. Esta solicitação é pertinente levando em consideração que o curso iniciara há alguns meses e que a participação é restrita a integrantes de movimentos sociais. Além de tudo, as turmas já foram importunadas diversas vezes por desconhecidos e pela imprensa, que questionou o fato da USP ter cedido espaço físico para as atividades do movimento.

A educadora começa uma exposição das principais idéias dos capítulos que se

estende até o horário do almoço as 13:00 hs após quatro horas de atividades.

O almoço é servido por uma das brigadas que estava responsável pela alimentação. Não é cobrada nenhuma quantia em específico, mas passa-se uma sacola com o intuito que cada um contribua com a quantia que desejar.

Depois do almoço as turmas retornam as salas e a educadora propõe uma atividade para as brigadas que deverão se reunir em uma sala predeterminada. Nos dirigimos para lá e a coordenadora de brigada expõe as decisões pendentes que devem ser decididas coletivamente: a escolha de um novo coordenador de brigada, visto que a anterior não poderia mais assumir suas atividades e a escolha de uma “palavra de ordem”. A palavra de ordem é um grito que integra os componentes da brigada, fazendo-os reconhecerem-se como membros de um grupo. Além disso, contém mensagens para os componentes das outras brigadas, na medida em que ressaltam fatos históricos para as lutas sociais e seus personagens. As “palavras de ordem” geralmente são utilizadas no início ou final de cada atividade.

Durante a escolha do novo coordenador há um impasse: quem terá disponibilidade de acompanhar as atividades. Apesar, de me questionar a respeito de me candidatar ou não coloquei a disponibilidade, pois assim teria acesso a um outro espaço: as reuniões da Coordenação Pedagógica. Em seguida, foi escolhida a palavra de ordem: “Margarida Alves, assumir sua luta e seu sonho”.

Discutimos o ponto que a educadora nos propôs refletindo sobre as questões propostas. O resultado da discussão do grupo deveria ser repassado em plenária para a turma através de um relator. Provavelmente devido as minhas intervenções durante à discussão fui escolhida como relatora. Os grupos foram voltando ao auditório e cada relator fez uma breve exposição sobre o que o grupo pensava em relação à questão proposta. Posteriormente a

educadora fez uma intervenção final reunindo as informações dos grupos e respondendo questões.

ANEXO III - Diário de Campo: XX Encontro Estadual do MST/SP (14 a 17 de janeiro de 2005)

O Encontro foi realizado no Acampamento Salete Strozake no município de Batatais-SP. A área que deu origem ao assentamento pertencia anteriormente a FEBEM e possuía além de uns 7 barracões, um ginásio de esportes e um prédio em que ficavam alguns guardas da polícia militar.

Partimos na tarde do dia 13 de janeiro da cidade de Campinas, juntamente com os integrantes desta regional, em direção à cidade de Batatais onde seria realizado o encontro. O roteiro de viagem incluía uma passagem por assentamentos da Regional de Sorocaba para buscar assentados que também participariam do encontro. Ao chegar numa estrada de terra que dava acesso a um dos assentamentos o motorista recusou-se a prosseguir viagem, o impasse durou mais de uma hora até que um dos integrantes do ônibus sugeriu que este ligasse para o dono da empresa para solucionar o conflito. Após o consentimento do dono da empresa o ônibus seguiu viagem até o próximo assentamento onde novamente o motorista recusou-se a seguir com o ônibus, uma demorada negociação se seguiu para que finalmente a viagem pudesse prosseguir.

Chegamos ao local da realização do encontro após uma longa viagem e fomos recebidos por uma pessoa encarregada de fazer a recepção dos participantes que chegavam. Fomos encaminhados a um barracão onde dividiríamos o espaço com integrantes de outras regionais: Sorocaba e Vale do Paraíba.

As atividades tiveram início com uma mística que relembrou as conquistas e lutas do ano de 2004. Em seguida, nos dirigimos a plenária onde se deu a abertura do evento. Havia um espaço reservado para um grupo de jovens que com instrumentos musicais faziam a

“animação” do evento. Portanto, as atividades tiveram início ao som do violão e algumas músicas do CD Arte em movimento.

A primeira atividade foi à realização de uma análise de conjuntura, realizada por Delwek Matheus e João Paulo, em que foram destacadas as prioridades políticas do MST:

1 – Para ter força na mesa de negociações era necessário massificar, ou seja, capacidade de levar novas pessoas para as lutas e ampliar a base social do movimento nos assentamentos. Atualmente, são 130 mil famílias acampadas.

2 – Acumular forças para a formação de militantes e formar quadros com ênfase em quatro frentes: base organizada, escolarização, formação de cursos e centros de formação.

3 – Procurar fornecer viabilidade econômica para a base acampada e assentada.

A pauta encaminhada ao governo Lula enfatizou a viabilidade econômica dos assentamentos por meio de assistência técnica e a exigência de uma Reforma Agrária de qualidade. Contudo, na avaliação realizada houve empecilhos para que as metas estabelecidas pelo governo, especialmente por meio do II Plano Nacional de Reforma Agrária: a política econômica, a continuidade de pagamento de juros, o agronegócio, a violência no campo, a ineficiência da máquina estatal e o poder judiciário.

Entretanto, de acordo com a avaliação realizada, muitos pontos avançaram: não houve perseguições ao movimento, aumentaram as verbas para educação no campo, o tratamento ao assentado mudou, este deixou de ser considerado como um pequeno empresário, a eletrificação a custo zero e o estabelecimento de um crédito especial para a Reforma Agrária.

Segundo o expositor o MST tem que avançar em três pontos: melhorar a estratégia com o Estado e o agronegócio, qualificando as críticas, atualizar a pauta de reivindicações para que haja garantia de avanço econômico e ampliar o diálogo com a sociedade por meio de

grandes mobilizações (destaque para a Marcha Nacional e o V Congresso Nacional a ser realizado este ano)

À tarde foi realizado um balanço da conjuntura política por Marcelo Goulart que enfatizou pontos já discutidos pela manhã como o problema do judiciário, que estariam travando o processo de desapropriação, o agronegócio e ressaltou os “limites” a ação governamental: o governo não possui base popular, como o presidente da Venezuela o Chavez, por este motivo é preciso construir uma nova hegemonia, novas bases culturais. Também é necessário saber utilizar-se dos mecanismos que o Ministério Público dispõe.

Após o intervalo a filósofa Roberta Lobo retomou a teoria marxista para explicar as contradições e a crise do capital, diferenciando o trabalho como produção da vida, daquele que é realizado como meio de reprodução do capital. Terminou a exposição colocando a necessidade de uma nova forma de viver e de produzir que garanta o desenvolvimento de todas as capacidades humanas.

Após o encerramento das atividades e a reunião das brigadas de alimentação, mística (regional de Campinas) e outras específicas houve um horário destinado a prática de esportes e banho, antes da noite cultural. A noite cultural contou com a presença de um rabequeiro “contador de casos” e terminou dentro do horário de silêncio estipulado para as 23:00hs. Alguns jovens extrapolaram o horário de silêncio e se reuniram em pequenos grupos para conversar e tocar violão.

Na manhã do dia seguinte o grupo responsável pela mística foi a Regional de Campinas, Sorocaba e Vale do Paraíba. Os grupos se reuniram para pensar e planejar a mística optou-se por desenhar o mapa do estado de São Paulo no chão, destacar as regionais e as principais lutas do período. Foram convidados dois representantes do movimento que entravam com uma bandeira e a fincavam numa área previamente determinada. Cada

representante ressaltava então os principais fatos ocorridos no ano em cada regional. Foram destacadas ainda as principais atividades de cada setor do Estado como os cursos que estavam sendo realizados.

Durante a manhã foi realizada uma análise de conjuntura política por Wanderley Caixe, que baseou sua exposição em três pontos fundamentais: primeiro que é preciso entender quais as forças políticas que sustentam o governo Lula, segundo: para se governar é preciso o aparelho de Estado (este aparelho é neoliberal), terceiro: como se posicionar a respeito do governo Lula (a ênfase deve ser dada em fazer lutas pontuais). Durante o debate que se seguiu foi possível perceber uma confiança, tanto da base quanto dos militantes e dirigentes em relação ao governo. Um dos aspectos bem ressaltado foi a diferença entre o Lula líder do governo Lula.

À tarde Gilmar Mauro abordou a conjuntura política do MST no Estado de São Paulo e levantou as principais estratégias a serem adotadas pelo movimento, levantando também as principais dificuldades encontradas pelo movimento no período. Foram destacados seis pontos chaves para a massificação e ampliação do diálogo do movimento com a sociedade: 1) comunicação (por meio de rádios, jornais e revistas, filmes e teatro); 2) formação da militância e dos quadros (oferecer alfabetização a base, escolarização para a militância, incentivo para cursar a faculdade; enfatizar a formação política e ideológica e o próprio espaço do acampamento como escola de formação); 3) estudo da realidade (entender a nova base do capitalismo); 4) a construção de alianças (a exemplo da Via Campesina, Farc, MPA, MAB, movimento indígena, CONTAG e etc.); 5) Relações públicas e políticas e 6) trabalhar a organicidade no movimento (aproximar a base do projeto político do movimento).

Foram ressaltados como aspectos negativos a falta de troca de experiências, o fato de muitos quadros se desligarem da base, a falta de discussão sobre o modelo de assentamento

que está sendo construído, o fato de que sendo a terra uma propriedade privada, muitas vezes dificulta a organização, pois o modelo é capitalista e não estimula a consciência política, conscientização da base na compreensão do movimento enquanto organizador e mobilizador, entre outros.

Em seguida foi falado a respeito da Marcha pela Reforma Agrária e as regionais se reuniram para traçar estratégias para a participação na marcha. Foi estabelecido como meta que fosse levantada infra-estrutura para garantir a participação de 800 pessoas do Estado de São Paulo. A recomendação é que fosse priorizada a participação de jovens (pelo menos 400) e de mulheres (devendo ser preferencialmente 400 homens e 400 mulheres). Cada regional ficou encarregada de garantir a participação de seus militantes por meio de apoios e prefeituras das cidades.

Em seguida as regionais voltaram à plenária e expuseram o que foi discutido entre os seus integrantes. Foi interessante observar que neste momento cada uma delas assumiu um compromisso perante os demais, por exemplo, a regional de Campinas se comprometeu em participar da marcha com um ônibus.

Posteriormente alguns grupos foram praticar esportes, destaque para o vôlei e o futebol, enquanto outros grupos foram para o banho e se preparar para a apresentação teatral do Grupo Filhos da Mãe... Terra, que estava na programação da Noite Cultural.

A noite cultural foi bastante animada e a apresentação do grupo foi impressionante, tanto pelo figurino, quanto à criatividade em que abordavam temas polêmicos como o agronegócio e os transgênicos. O texto era bastante elaborado e foi escrito a partir de notícias de jornal. Novamente após a noite cultural se formaram grupos de jovens para conversar. Pude observar que os militantes e lideranças se recolhiam logo após a apresentação cultural, soube posteriormente que alguns foram à cidade de Batatais.

A maioria das lideranças mantém um certo afastamento em relação à base. Eles geralmente se alojaram em barracas de camping, um pouco afastadas dos barracões, a maioria não era vista nas filas de almoço e quando as encontrávamos estavam sempre conversando entre si.

Na manhã do dia seguinte, após o café da manhã houve uma outra mística. Desta vez foram lembrados o massacre de Eldorado dos Carajás e a marcha de 1997, fazendo um paralelo com a marcha que seria realizada em abril. Caminhamos cerca de uns 200 metros até onde seria realizada a plenária, no Ginásio de Esportes.

Neste dia, 16 de janeiro, o assunto abordado foi a organicidade do MST, segundo Abelar Pizetta, a organicidade é um processo em construção devido às mudanças na sociedade. Foram colocadas as dificuldades enfrentadas pelo movimento entre as décadas de 80 a 90. Neste contexto foi salientado que o movimento precisaria dar um “salto de qualidade”, que consistiria no processo de reestruturação interna e organização do movimento. Foram ressaltados como pontos fortes do movimento: a elaboração do método, a representatividade e o MST enquanto um ‘instrumento político’.

Contudo, para Pizetta, apesar de ter se construído um método que funcionou este têm encontrado limites, que devem ser superados. A seguir ele desenvolve uma proposta de organização para o movimento que deveria contemplar seis pontos principais: 1) construir brigadas de 50 famílias (organizadas por núcleos); 2) preparar o sistema de comunicação; 3) construir “lutas” que envolvam muitas pessoas e outros setores da sociedade; 4) buscar a auto-sustentação; 5) criar a mística em torno da organicidade (onde ninguém queira ficar de fora); 6) aprimorar o método (considerar as diversas realidades e adaptar o método a elas).

Posteriormente, os integrantes da plenária foram divididos em grupos e discutiram a proposta de organicidade apresentada, houve muitas críticas em especial de alguns acampados

em relação aos chamados código 2 ou andorinhas, que seriam os acampados que possuem um barraco no acampamento, mas passam a maior parte do tempo na cidade. Outro ponto assinalado foi o excesso de atribuições dadas aos militantes que fazem com que estes se distanciem da base. Foi colocado que a organicidade de fato não existe na base. Alguns criticaram o modelo proposto e sugeriram que os núcleos de famílias fossem reorganizados de acordo com os grupos já existentes, além da preocupação em como abri espaço para outros militantes. Muitos colocaram que sequer sabiam da existência do curso de Medicina em Cuba e não sabem como ter acesso a ele. Após as discussões em brigadas estas foram expostas em plenária para os outros grupos

Encerrado tema que tratou da organicidade, pelo menos no Encontro Estadual deste ano, foi aberto um espaço para discussão sobre Cultura e Juventude do MST. Alguns jovens do movimento se reuniram entre os dias 11 e 12 de janeiro para discutir o papel da juventude no MST e passou a questionar a forma de participação destes nas atividades do movimento. Foi constatado que geralmente são dadas, a eles e as mulheres, tarefas secundárias (mística, ciranda e organização dos acampamentos), não há espaço efetivo para a participação orgânica da juventude, entre outros. Também foi destacada a necessidade de ampliar a participação dos jovens, de organizar novas linguagens (teatro, música, pintura, etc.), foi colocado que até então não havia uma preocupação com os jovens dos acampamentos e que estes eram alvos preferenciais das campanhas publicitárias e da violência.

Após a finalização da exposição e do debate que se seguiu foi destinado um tempo para a prática de esportes e banho e para o jantar. A noite cultural contou com a participação de um violeiro e um grupo local, que tocou praticamente forró. A noite cultural se estendeu até as 24:00 hs.

Durante toda a realização do evento ocorreram diversas reuniões nos intervalos entre

o almoço e o jantar como, por exemplo: reuniões da frente de massa, do setor de formação, de educação, de gênero. Várias pessoas participavam destas reuniões, contudo estas não eram abertas.

No dia seguinte foram realizados apenas encaminhamentos gerais no período da manhã como a designação de uma pessoa para fazer o Curso de Medicina em Cuba e a saída de uma dirigente estadual do Setor de Educação e a sua substituição pela irmã. Uma das dirigentes da regional de Campinas, responsável pela elaboração de projetos da secretaria, foi transferida para o Setor de Projetos da Secretaria Nacional do MST em São Paulo. Não ficou claro como foi realizada a indicação destas pessoas, mas o fato é que este apenas foi referendado em Plenária.

ANEXO IV - Roteiros de Entrevistas

Roteiro de Entrevista para acampados:

1-Vida e trajetória (onde nasceu, morava antes do acampamento, em que trabalhava)

2-Aproximação do movimento (como conheceu, quando começou a participar das reuniões, por que passou a integrá-lo)

3-Histórico do acampamento (quando decidiu acampar, quais foram as primeiras recomendações do movimento, como foi a primeira experiência, quais as regras que foram estabelecidas para o acampamento, como foram decididas e o que pensa delas, quais as dificuldades encontradas, como as superou, principais fatos ocorridos - o acampamento Terra Sem Males conta com duas mortes: um assassinato e um afogamento, além deste quais os outros principais fatos ocorridos, despejos, enfrentamento com a polícia, etc.)

4-Avaliação das estratégias do movimento e de suas lideranças (como avalia as ações que o movimento repassa para eles, como repercute o despontamento de algumas lideranças e o seu afastamento do acampamento, como avalia o seu papel e a sua contribuição dentro do movimento)

5-Perspectivas para o futuro (em relação a participação do movimento, em relação ao acampamento, em relação a conquista do lote)

Roteiro de Entrevista para as Lideranças

1-Vida e trajetória (onde nasceu, onde morava antes do acampamento, em que trabalhava).

2-Aproximação do movimento (como conheceu, quando começou a participar das reuniões, por que passou a integrá-lo).

3-Participação nas atividades do movimento (como começou a participar das atividades, qual as principais atividades que participou, qual o desfecho da atividade, como avaliam a participação e a contribuição nas atividades)

4-Integração aos quadros do movimento (quando começou a receber “tarefas”, quais as primeiras tarefas recebidas, como se saiu, por que acha que foi escolhido para a realização daquela tarefa)

5-Participação em cursos (quem elabora/planeja os cursos, qual a estrutura destes cursos, quais os cursos que participou, qual o conteúdo dos cursos, o que aprendeu nos cursos, como utilizou o que aprendeu na execução de outras tarefas, como avalia os cursos dos quais participou)

6-Participação em negociações (quais as negociações das participou, como foram feitas as negociações, quais as estratégias que são necessárias numa negociação, como negociar com a polícia, com os órgãos governamentais, como avalia a forma de negociação do movimento, em que medida ela é eficaz em que medida ela é falha)

7-Avaliação dos princípios e linhas políticas do movimento (como se dá a implementação dos princípios, quais os mais difíceis de serem implantados e por que, como lutar contra os "vícios culturais" que a base e os militantes trazem dentro de si, como superar os desvios)

8-Avaliação da organização política do movimento e da formação (Quais os principais problemas enfrentados, como superá-los)

9-Perspectivas para o futuro (em relação à conjuntura política e agrária, em relação ao movimento e seus desafios, em relação a seus planos pessoais)

Roteiro de Entrevista para Militantes

1-Vida e trajetória (onde nasceu, onde morava, em que trabalhava)

- 2-Aproximação do movimento (como conheceu, quando começou a participar das reuniões, por que passou a integrá-lo)
- 3-Participação nas atividades do movimento (como começou a participar das atividades, quais as principais atividades que participou, qual o desfecho da atividade, como avalia a participação e a contribuição nas atividades)
- 4-Integração aos quadros do movimento (quando começou a receber "tarefas", quais as primeiras tarefas recebidas, como se saiu, por que acha que foi escolhido para a realização daquela tarefa)
- 5-Participação em cursos (quais os cursos que participou, qual o conteúdo dos cursos, o que aprendeu nos cursos, como utilizou o que aprendeu na execução de outras tarefas, como avalia os cursos dos quais participou)
- 6-Avaliação dos princípios e linhas políticas do movimento (como se dá a implementação dos princípios, quais os mais difíceis de serem implantados e por que, como lutar contra os "vícios culturais" que a base traz dentro de si, como superar os desvios)
- 7-Avaliação da organização política do movimento e da formação (Quais os principais problemas enfrentados, como superá-los)
- 8-Perspectivas para o futuro (em relação ao movimento e seus desafios, em relação a seus planos pessoais)

ANEXO V - Relação dos documentos analisados

- MST. **As Intâncias Nacionais e Estaduais**, novembro, 1993.
- _____. **Desafios Atuais do MST: Ocupar Novos Espaços na Sociedade**, Bahia, março, 1998.
- _____. **Como Implementar na Prática os Valores do MST** – Sugestões recolhidas no 9. Encontro Nacional do MST, São Paulo, março, 1998.
- _____. **A Força que Anima os Militantes**. São Paulo, novembro, 1994.
- _____. **Plano Nacional do MST: 1989 a 1993**, Caderno de Formação N. 17, São Paulo, junho, 1989.
- _____. **A Emancipação dos Assentamentos**, Caderno de Cooperação Agrícola N. 06, São Paulo, março, 1998
- _____. **Método de Trabalho Popular**, Caderno de Formação N. 24, São Paulo, junho, 1997.
- _____. **Como organizar os Assentamentos Individuais**, São Paulo, julho, 1994.
- _____. **Cooperativas de Produção: Questões Práticas**, caderno de Formação N. 21, 3. Ed., São Paulo, junho, 1997.
- _____. **Enfrentar os Desafios da Organização nos Assentamentos**, Caderno de Cooperação Agrícola N. 07, São Paulo, novembro, 1998.
- _____. **A vez dos Valores**, Caderno de Formação N. 26, São Paulo, janeiro, 1998.
- _____. **MST: Rumo ao 3 Congresso**, São Paulo, fevereiro, 1995.
- _____. **Planejamento no Trabalho de Massas**, São Paulo, julho, 1985.
- _____. **Calendário Histórico dos Trabalhadores**, 3 ed., São Paulo, janeiro, 1999.
- _____. **Campanha de Construção da Escola Nacional do MST**, Caderno de Formação N. 29, São Paulo, maio, 1998.
- _____. **Questão Agrária no Brasil**, São Paulo, Atual, 1997.
- _____. **Políticas de Finanças**, 1994.
- _____. **Alianças**. Brasília, janeiro de 1993.
- _____. **O MST e a Cultura**. Caderno de Formação N. 34, São Paulo, outubro de 2000.
- _____. **Gênese e Desenvolvimento do MST**. Caderno de Formação N. 30, São Paulo, setembro, 1998.
- _____. **3º. Encontro Nacional**. Nossas Prioridades: Organização de Base, Formação dos Companheiros, Articulação com a Cidade, Organização dos Assentados. Caderno de Formação N. 12, São Paulo, janeiro de 1987.
- _____. **Desafios da formação**. Setor de Formação do MST. São Paulo: junho, 2003
- _____. **Documento Básico do MST: Documento para debate e revisão durante 1994/95**. São Paulo, 1994.
- MST/CONCRAB. **Sistema Cooperativista dos Assentados**. Caderno de Produção Agrícola. São Paulo, n. 5, jun. 1998.
- _____. **O que levar em conta para a organização do assentamento**. Caderno de Cooperação Agrícola. São Paulo, n. 10, maio, 2002.
- _____. **O MST: a luta pela Reforma Agrária e por mudanças sociais no Brasil**. São Paulo, mai. 2005.

Acampamentos do Estado de SP (març/2007)		
Município	Acampamento	Famílias
Araçatuba		
	Josué de Castro	50
	União da Vitória	57
Andradina	Macaé	68
	Floresta	34
Araçatuba	Floresta II	19
Auriflama	Paulo Freire	50
Birigüi	Chico Mendes	160
	São Bento	18
	Grupo da Paz	12
	Brejo Alegre	20
Brejo Alegre	Grupo da Reserva	6
	Nossa Senhora Aparecida	32
	Margarida alves	38
	Terra Livre II	118
	Pendengo	73
	Nova Canaã I	52
	Fenix	53
	Anhumas	31
	Santa Izabel	45
	Nova Canaã II	41
	Fazenda Ipê I	35
	Ernesto Che Guevara	130
	Sepé Tiaruju	26
Castilho	Nova Esperança	25
	José Hamilton	95
	Moinho	20
Guaraçai	Luis Moraes	50
	Riacho Doce	52
Itapura	Madre Cristina	112
Lavínia	Santana do Bacuri	23
	Recanto Alegre	65
	Terra é Vida	29
	Nova Esperança	95
	Florestan Fernandes	75
Mirandópolis	Sonho Meu	38
	Terra Prometida I	36
	Terra Prometida II	76
Murutinga do Sul	Unidos pela Terra	38
Nova Independência	Pérola Negra	35
Pereira Barreto	Olga Benário	210
Sud Mennucci	Irmã Dorothy	172
Suzanápolis	União da Vitória	30
Subtotal	42 acampamentos	2444
Barretos		
	Água Fria	39
Colômbia	Luis Gustavo	52
Subtotal	02 acampamentos	91
Bauru		
Getulina (Macuco)	Simon Bolivar II	67
Guaíçara	Simon Bolivar I	130
Pederneiras	Terra Nossa I	200

Pirajui	Vitória	10
Piratininga	Terra Nossa II	40
Subtotal	05 acampamentos	447
Campinas		
Rio Claro	Magmel	19
Subtotal	01 acampamento	19
Central		
Araraquara	Bela Vista	31
Boa Esperança do Sul	Fazenda Cachoeirinha	27
Descalvado	Aurora	125
São Carlos	Vitória	38
Subtotal	04 acampamentos	221
Franca		
Batatais	Iraci Salete Strozake	84
Cristais Paulista	Mário Alves	203
Subtotal	02 acampamentos	287
Marília		
Gália	Margarida Alves	22
Quatá	Vitória I	50
Subtotal	02 acampamentos	72
Presidente Prudente		
	Madre Cristina	70
	Figueira I	237
Caiuá	Figueira II	400
Cuiabá Paulista	Nova Geração	14
Dracena	Vida Nova	15
Emilianópolis	Boa Vista	100
	Olga Benário	85
Euclides da Cunha	Euclides	182
	Fazenda Nazaré	152
Marabá Paulista	Dorcelina Folador	58
	Patativa do Assaré	70
	Vera Lúcia	80
	Fazenda Pellegreini	44
	Asa Branca	56
Mirante do Paranapanema	Evandro Lins Silva	190
Ouro Verde	Nova Esperança	228
	Bom Retiro	50
	Vista Alegre	40
Panorama	Nossa Senhora Aparecida	14
Paulicéia	Sete de Outubro	22
Piquerobi	Piquerobi	53
Pirapozinho	Zé Maria	60
Presidente Alves	Margarida Alves	8
	Santa Flora	207
	Guarani	26
	São Luiz	80
Presidente Bernardes	17 de Abril	75
	Meire Orlandine I	38
	Meire Orlandine II	32
	Jair Ribeiro	140
	Novo Mundo Rural I	66
	Novo Mundo Rural II	250
	Uniterra	500
	Terra Prometida	12
	Sul Mineira	36

	Ponte Funda	73
	Zumbi dos Palmares	100
Presidente Epitácio	Primeiro de Maio	54
Presidente Venceslau	Nova Força	72
	Boa Esperança	53
	Bom Jesus	77
Rancharia	Fazenda Aprumado	45
Regente Feijó	Santa Madalena	100
	Porto Maria	52
	Chico Mendes	67
Rosana	Gleba XV de Novembro	50
	Antonio Carlos Santos	209
Sandovalina	Margarida Alves	170
	Tiradentes	22
Santo Anastácio	Dona Carmem	180
	Herbert de Souza	123
	Vitória	44
	Dorothy	140
	Mário Covas	40
Teodoro Sampaio	Dona Zefa	125
Tupi Paulista	Guaraciaba	11
Subtotal	56 acampamentos	5497
Ribeirão Preto		
Pradópolis	Horto Guarani	45
São Simão	Fazenda Santa Maria	164
	Terra Sem Males	109
	Mário Lago	298
	Santo Dias	150
Ribeirão Preto	Índio Galdino	42
Subtotal	06 acampamentos	808
Sorocaba		
Campininha Monte Alegre	Unidos do Che	88
Iaras	Pátria Livre	120
	Adalberto Santos	50
Itapetininga	Terra e Paz	104
Sorocaba	Filhos da Terra	18
Subtotal	05 acampamentos	380
Total Geral	125 acampamentos	10.266

Fonte: Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, em 12/03/07

Assentamentos Estaduais administrados pelo ITESP				
Município	Assentamento	Data Criação	Area (hectares)	Famílias
Barretos				
Bebedouro	PE Reage Brasil	27/12/2000	1.296,30	83
Subtotal	01 assentamento		1.296,30	83
Bauru				
Promissão	PE Promissãozinha	17/12/1999	132,43	8
Subtotal	01 assentamento		132,43	8
Campinas				
Araras	PE Araras I	17/12/1999	82,00	6
	PE Araras II	17/12/1999	208,99	14
	PE Araras III	17/12/1999	367,87	45
	PE Araras IV	15/3/2006	40,17	29
Casa Branca	PE Casa Branca	17/12/1999	583	24
Cordeirópolis	PE Cordeirópolis	10/12/1999	261,76	21
Ipeúna	PE Camaqua	27/12/2000	1.372,41	43
Mogi-Mirim	PE Vergel	10/12/1999	1.217,81	88
Sumaré	PE Sumaré I	17/12/1999	237	26
	PE Sumaré II	17/12/1999	327,84	39
Subtotal	10 assentamentos		4.698,85	335
Central				
Araraquara	PE Monte Alegre III	14/12/1999	1.099,56	77
	PE Monte Alegre VI	14/12/1999	1.253,94	94
	PE Bueno de Andrada	14/12/1999	472,41	31
Matão	PE Horto Silvéria	3/3/2000	405,4	19
Motuca	PE Monte Alegre I	14/12/1999	726	48
	PE Monte Alegre II	14/12/1999	857,7	62
	PE Monte Alegre IV	14/12/1999	679,35	48
	PE Monte Alegre V	14/12/1999	483,76	34
Subtotal	08 assentamentos		5.978,12	413
Franca				
Restinga	PE Boa Sorte	10/12/1999	2.979,07	155
Subtotal	01 assentamento		2.979,07	155
Grande São Paulo				
Franco da Rocha	PE São Roque	6/8/2004	619,19	63
Subtotal	01 assentamento		619,19	63
Presidente Prudente				
Caiuá	PE Maturi	8/4/1998	4.519,35	171
	PE Santa Rita	8/4/1998	523,54	21
	PE Fazenda Santo Antonio	4/12/2001	1.945,85	49
	PE Vista Alegre	20/5/2003	532,8	22
	PE Santa Angelina	20/5/2003	535,81	23
	PE Malú	23/12/2003	477,11	24
Euclides da Cunha Paulista	PE Porto Letícia	8/4/1998	707	35
	PE Rancho Alto	4/10/1999	1.292,24	50
	PE Rancho Grande	4/10/1999	2.447,09	100
	PE Santa Rosa	10/12/1999	865,67	62
	PE Santa Rita do Pontal	17/12/1999	800	46
	PE Tucano	17/12/1999	664	33
	PE Guana Mirim	20/5/2003	812,13	34
	PE Santo Antonio	10/12/1999	1.822,47	73
	PE Nossa Senhora Aparecida	15/3/2004	616,1	17
	PE Santo Antonio da Prata	25/11/2004	817,65	27

	PE Santa Maria	25/11/2004	1.091,60	40
Marabá Paulista	PE São Pedro	1/11/2005	254,1	7
	PE Flor Roxa	4/12/1997	953,67	39
	PE Haroldina	6/11/1997	1.964,89	69
	PE Santa Carmem	6/11/1997	1.043,01	37
	PE Arco-Iris	6/11/1997	2.609,79	102
	PE Santa Cruz	17/12/1999	408	17
	PE Canaã	6/11/1997	1.223,74	55
	PE King Meat	6/11/1997	1.134,50	45
	PE Santana	17/12/1999	212	28
	PE Santa Apolonia	6/11/1997	2.657,74	104
	PE Santa Rosa I	6/11/1997	692	23
	PE Washington Luis	6/11/1997	343,24	16
	PE Novo Horizonte	6/11/1997	1.540,59	58
	PE Santa Izabel	17/12/1999	492	53
	PE Santa Cristina	6/11/1997	837,9	35
	PE Vale dos Sonhos	6/11/1997	617,94	22
	PE Santa Lúcia	22/12/1997	597,27	23
	PE Alvorada	22/12/1997	565,43	21
	PE Marco II	22/12/1997	242,96	8
	PE Santo Antonio I	22/12/1997	515,05	17
	PE Nossa Senhora Aparecida	22/12/1997	175,03	9
	PE Lua Nova	22/12/1997	375	17
	PE Che Guevara	8/4/1998	976,45	46
	PE São Bento	8/4/1998	5.190,50	181
	PE Estrela Dalva	8/4/1998	784,4	31
	PE Santa Rosa II	17/12/1999	766	13
	PE Santo Antonio	19/10/2005	517,99	16
	PE Repouso	20/5/2003	515,05	21
	PE Roseli Nunes	11/3/2004	2.082,75	55
Mirante do Paranapanema	PE Santo Antonio I	15/3/2006	399,28	0
	PE Santo Antonio II	15/3/2006	118,7	0
Paulicéia	PE Fazenda Buritis	4/12/2001	2.209,50	54
	PE Santo Antonio da Lagoa	22/12/1997	968,03	29
Piquerobi	PE São José da Lagoa	10/9/1998	1.026,37	29
	PE Santa Rita	10/9/1998	600,96	26
	PE Água Limpa I	22/12/1997	956	31
	PE Estância Palu	6/11/1997	1.243,85	44
	PE Rodeio	6/11/1997	1.861,39	64
	PE Santa Eudóxia	22/12/1997	167	6
	PE Água Limpa II	22/12/1997	789	24
	PE Florestan Fernandes	10/9/1998	1.116,61	55
Presidente Bernardes	PE Santo Antonio II	10/9/1998	672,85	24
	PE Quatro Irmãos	4/10/1999	385,98	15
Presidente Epitácio	PE Fazenda Lagoinha	15/4/2002	634,15	26
	PE São Paulo	25/11/2004	1.855,28	74
	PE Santa Maria	17/12/1999	551	16
	PE Primavera I	17/12/1999	2.179,00	82
	PE Tupaciretã	12/11/1997	2.861,62	76
	PE Radar	6/11/1997	548,24	29
Presidente Venceslau	PE Primavera II	17/12/1999	895	43
	PE Yapinary	22/12/1997	852,52	39
	PE Nova Pontal	10/12/1999	2.786,90	121
	PE Bonanza	4/10/1999	1.144,00	30
Rosana	PE Gleba XV	14/12/1999	13.310,76	569
	PE Bom Pastor	22/12/1997	2.682,39	127

Sandovalina	PE Guarany	4/12/2001	1.334,28	68
	PE Córrego Azul	8/4/1998	226,71	9
	PE Santo Antonio dos Coqueiros	8/4/1998	485,29	23
	PE Santa Vitória	8/4/1998	515,51	27
	PE Haidéia	8/4/1998	868,26	24
	PE Vale Verde	8/4/1998	1.010,75	50
	PE Santa Rita da Serra	8/4/1998	837,43	40
	PE Cachoeiro do Estreito	10/9/1998	490,47	29
	PE Laudenor de Souza	10/9/1998	1.545,20	60
	PE Água Branca I	4/10/1999	630	29
	PE Vô Tônico	4/10/1999	550,77	19
	PE Alcídia da Gata	4/10/1999	462,03	18
	PE Santa Zélia	10/12/1999	2.730,35	103
	PE Santa Terezinha da Alcídia	10/12/1999	1.345,83	26
	PE Santa Terezinha da Água Sumida	5/11/2001	1.345,82	47
	PE Santa Cruz da Alcídia	5/11/2001	712,57	26
	PE Fusquinha	12/12/2003	1.081,76	42
	PE Padre Josimo	23/12/2003	2.290,19	96
Teodoro Sampaio	PE Santa Edwirges	23/12/2003	684,92	25
	PE Santo Expedito	15/3/2006	662,85	0
Tupi Paulista	PE Santa Rita	8/4/1998	749,56	31
Subtotal	93 assentamentos		114.136,33	4420
Ribeirão Preto				
Jaboticabal	PE Córrego Rico	4/10/2001	468	47
Pitangueiras	PE Ibitiúva	27/12/2000	725,01	39
Pradópolis	PE Guarany	27/12/2000	4.190,22	273
Subtotal	03 assentamentos		5.383,23	359
Sorocaba				
Iaras	PE Nova Vida	17/5/2005	299,98	19
Iperó	PE Bela Vista	10/12/1999	1.034,96	30
	PE Pirituba II Área 3	16/12/1999	2.142,33	72
	PE Pirituba II Área 5	16/12/1999	807,71	39
	PE Pirituba II Área 6	16/12/1999	126,13	38
	PE Pirituba Área VII	5/9/2005	42,52	8
Itaberá	PE Pirituba II João Moreira de Macedo	6/4/2006	96,4	46
Itapetininga	PE Capão Alto	17/12/1999	485	18
	PE Pirituba II Área 1	16/12/1999	2.511,00	106
	PE Pirituba II Área 2	17/12/1999	1.341,20	56
Itapeva	PE Pirituba II Área 4	16/12/1999	1.096,83	50
Porto Feliz	PE Porto Feliz	17/12/1999	1.092,66	82
Subtotal	12 assentamentos		11.076,72	564
Total Geral	130 assentamentos		146.300,24	6400

Fonte: Divisão de Desenvolvimento de Projetos - 09 de março de 2007
Apenas os assentamentos do Itesp reconhecidos pelo Incra

Assentamentos Federais administrados pelo INCRA				
Município	Assentamento	Data Criação	Área (hectares)	Famílias
Araçatuba				
	PA Fazenda Primavera	22/6/1981	9.595,10	283
	PA Timboré	23/6/1995	3.393,48	173
	PA Fazenda São Sebastião	22/4/2002	1.588,31	74
Andradina	PA Arizona	28/6/2006	635,04	23
Araçatuba	PA Floresta	11/7/2006	963,41	24
Birigüi	PA São José I	9/2/1988	1.182,48	48
Brejo Alegre	PA Salvador	26/7/1999	477,24	20
	PA Rio Paraná	3/9/1991	2.208,68	92
	PA Anhumas	12/12/2001	1.348,59	63
	PA Terra Livre	30/6/2003	628,32	41
	PA São Joaquim	30/6/2003	606	41
	PA Nossa Senhora Aparecida II	10/12/2004	976,45	59
Castilho	PA Celso Furtado	9/12/2005	2.427,76	175
	PA Aroeira	17/9/1987	873,38	40
	PA São José II	9/2/1988	877,6	39
Guaraçai	PA Nova Vila	13/1/2005	866,77	57
	PA Estrela da Ilha	25/2/2005	2.855,88	199
Ilha Solteira	PA Santa Maria da Lagoa	25/2/2005	1.210,63	75
Itapura	PA Rosely Nunes	25/2/2005	1.172,66	76
Mirandópolis	PA Primavera	27/7/2006	1.866,58	84
	PA Orlando Molina	10/11/1998	1.511,90	77
	PA Dois Irmãos	19/12/2005	1.867,36	124
Murutinga do Sul	PA Santa Cristina	17/4/2006	986,34	18
Nova Independência	PA Pousada Alegre	2/8/2005	929,72	60
	PA Esmeralda	3/12/1987	2.104,10	83
Pereira Barreto	PA Terra é Vida	7/1/2004	543,45	39
Suzanápolis	PA União da Vitória	15/8/2005	2.906,31	144
Subtotal	27 assentamentos		46.603,54	2231
Barretos				
	PA Perdizes	10/11/1998	1.506,17	36
Colombia	PA Formiga	10/11/1998	1.063,39	58
Subtotal	02 assentamentos		2.569,56	94
Bauru				
Bocaina	PA Fortaleza	13/3/2006	268,54	29
Cafelândia	PA Cafezópolis	23/6/2004	21,15	3
	PA Antonio Conselheiro	6/10/1998	2.905,55	151
Guarantã	PA Pasto do Planalto	19/12/2001	678,51	27
Pirajui	PA Pirajui	5/11/2001	166,92	6
Piratinga	PA Santo Antonio	19/12/2001	883,71	26
	PA Palmares	26/7/1999	846,4	27
Presidente Alves	PA São Francisco II	5/11/2001	805,23	28
	PA Fazenda Reunidas	9/2/1988	17.138,26	620
Promissão	PA Dandara	8/11/2004	2.882,13	199
Subtotal	10 assentamentos		26.596,40	1116
Campinas				
Americana	PDS Comuna da Terra Milton Santos	11/7/2006	103,45	94
Subtotal	01 assentamento		103,45	94

Central				
Araraquara	PA Bela Vista do Chibarro	24/7/1990	3.427,45	162
Descalvado	PDS Comunidade Agrária 21 de Dezembro	16/10/2006	256,39	31
São Carlos	PDS Santa Helena	27/12/2005	98.830,00	19
Subtotal	03 assentamentos		102.513,84	212
Grande São Paulo				
Biritiba-Mirim	PA Sítio Casa Grande	15/12/2006	359,84	- *
Cajamar	PDS São Luiz	27/7/2006	123,06	33
Mogi das Cruzes	PA Itapeti	10/4/1986	86,2	15
Subtotal	03 assentamentos		569,10	48
Marília				
Gália	PA Antonio Lafaiete de Oliveira	21/12/2004	345,33	16
João Ramalho	PA São Matheus	15/12/2006	54,69	- *
Subtotal	02 assentamentos		400,02	16
Presidente Prudente				
Caiuá	PA Engenho	10/11/1998	480,1	28
	PA Luis Moraes Neto	11/9/2002	1.721,37	104
Euclides da Cunha Paulista	PA Nova Esperança	26/7/1999	2.028,78	97
Iepê	PA São Marcos	15/12/2006	68,36	- *
Marabá Paulista	PA Areia Branca	9/2/1988	1.879,44	87
Martinópolis	PA Chico Castro Alves	24/4/1995	1.783,05	87
	PA Nova Vida	10/7/1998	961,62	37
Mirante do Paranapanema	PA Paulo Freire	24/11/1998	1.295,21	57
	PA Antonio Conselheiro II	26/7/1999	1.078,66	59
	PA Margarida Alves	21/3/2006	1.257,58	89
Paulicéia	PA Fazenda Santo Antonio	3/5/2002	332,35	30
	PA Fazenda Regência	3/5/2002	709,06	33
Presidente Epitácio	PA Lagoinha	6/4/1998	2.105,52	153
	PA Porto Velho	10/11/1998	1.492,88	84
Rancharia	PA Nova Conquista	21/1/1997	2.501,66	104
	PA São Pedro	26/10/1999	1.763,53	74
Teodoro Sampaio	PA Água Sumida	10/5/1988	4.214,60	118
Subtotal	17 assentamentos		25.673,77	1241
Ribeirão Preto				
Serrana	PDS Sepé Tiarajú	20/9/2004	797,75	80
Subtotal	01 assentamento		797,75	80
São José do Rio Preto				
Turmalina	PA Santa Rita	3/12/1987	1.074,22	36
Subtotal	01 assentamento		1.074,22	36
São José dos Campos				
São José dos Campos	PA Nova Esperança I	5/11/2001	446,7	62
Taubaté	PDS Manoel Neto	29/11/2005	378,9	34
Tremembé	PA Tremembé	24/4/1995	1.290,02	98
	PDS Olga Benário	19/12/2005	692,12	50
Ubatuba	Comunidade de Remanescentes de Quilombo de Caçandoca	23/2/2005	890	45
Subtotal	05 assentamentos		3697,74	289
Sorocaba				
Apiáí	PDS Professor Luiz de David Macedo	27/7/2006	7.767,22	85

Avaré	PA Santa Adelaide	16/3/1988	701,97	29
Itaras	PA Zumbi dos Palmares	16/9/1998	2.425,30	223
Iperó	PA Ipanema	14/12/1995	1.712,00	145
Itapetininga	PA Carlos Lamarca	10/11/1998	883,3	46
Subtotal	05 assentamentos		13.489,79	528
Vale do Ribeira				
Eldorado	PDS Assentamento Agroambiental Alves, Teixeira e Pereira	2/8/2005	3.072,67	72
Miracatu	PDS Ribeirão do Pio	24/11/2006	406,1	- *
Subtotal	02 assentamentos		3.478,77	72
Total Geral	79 assentamentos		125.875,18	6057

Fonte: Divisão de Desenvolvimento de Projetos, em 09 de março de 2007

PA: Projeto de Assentamento / PDS: Projeto de Desenvolvimento Sustentável

* Projetos criados, mas todas as famílias em fase de seleção

Anexo IX**MST
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA****Regimento Interno**

Para que seja possível o avanço da luta, para o bom andamento do acampamento e para que venhamos avançar nas conquistas, nós do acampamento Mário Lago, nos comprometemos a defender normas que por nós foram criadas e estabelecidas, e se eventualmente essas normas forem descumpridas (sic), temos clareza que poderemos sofrer punições e inclusive sermos afastado (sic) efetivamente do acampamento.

Segue abaixo as normas internas a serem respeitadas por todos os membros desta comunidade:

1. Não usar nem comercializar entorpecentes.
2. Não roubar nem furtar tanto dentro como fora do acampamento.
3. Estupro e abuso sexual de qualquer natureza serão punidos com a expulsão.
4. Fica proibido qualquer tipo de prostituição.
5. Não agredir fisicamente e nem proferir qualquer ameaça a pessoas da comunidade.
6. Não desrespeitar e nem agredir o Meio Ambiente
7. Não fazer arrecadação e comercialização individual
8. Não ficar embriagado devido ao excesso de álcool
9. É necessária a participação de todas as atividades do movimento.
10. Horário de silêncio, fica estabelecido às 23 hs.
11. As famílias que receberam visitas serão responsáveis pelas mesmas e se estas descumprirem o regimento quem sofrerá as conseqüências serão as pessoas que acolheram este indivíduo.
12. É necessário que sejam identificadas todas as pessoas que entrarem em nosso acampamento.

Sendo de comum acordo nós famílias acampadas no acampamento Mário Lago, que nos comprometemos a zelar e respeitar as nossas normas internas, abaixo assinamos como compromisso.